

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

AMANDA MARQUES ROSA

**Memórias, histórias, movimentos sociais:
mobilização, comunicação e projeto de luta.
(Uberlândia-MG, anos 1980)**

**Uberlândia
2011**

AMANDA MARQUES ROSA

**Memórias, histórias, movimentos sociais:
mobilização, comunicação e projeto de luta.**
(Uberlândia-MG, anos 1980)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

**Uberlândia
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R788m Rosa, Amanda Marques, 1978-
Memórias, histórias, movimentos sociais : mobilização, comunicação e projeto de luta. (Uberlândia - MG, anos 1980) / Amanda Marques Rosa. - 2011.
265 f.

Orientadora: Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História social - Minas Gerais - Teses. 2. Movimentos sociais - Teses.
3. Trabalhadores - Uberlândia (MG) - Atividades políticas - Teses.
I. Vasconcelos, Regina Ilka Vieira. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316(815.1)

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Heloisa de Faria Cruz (PUC-SP)

Prof^a. Dr^a. Marta Emisia Jacinto Barbosa (UFU)

**Prof^a. Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos (UFU)
(Orientadora)**

*Em memória ao meu padrinho José Roberto, que
sempre compartilhou esse sonho comigo.
Em memória a minha avó Marcelina.*

*Aos meus pais, João Batista e Divina, e ao
meu irmão Alberto, pela presença constante e
pelo amor dedicado. Minha família, minha
vida.*

Agradecimentos

A Deus, pela presença consoladora e confortante nos momentos mais difíceis e nas alegrias, como a conquista desse sonho, e pela a família onde nasci.

Aos meus pais, pelo amor, pelo apoio e pelas preces dedicados a mim. Esta conquista é também de vocês, pois são responsáveis pela construção das suas bases.

Ao meu irmão, por ter sido meu grande amigo que se fez sempre presente, não me deixando sentir só, ainda que estivesse distante. Seu cuidado e seu carinho são fundamentais na minha vida.

À minha avó Marcelina (em memória) e ao meu padrinho José Roberto, (em memória), pelo amor e por abrir portas que me permitiram realizar esse sonho. Em busca dessa realização, estava ausente no momento das suas partidas. Meu pesar é amenizado por acreditar que estão compartilhando esse momento comigo.

Aos meus avós, Antônio, Diva e Abadio (todos em memória), pelo carinho.

À minha orientadora Regina Ilka Vieira Vasconcelos pela dedicação e respeito no trabalho de orientação. Obrigado por ter assumido esse projeto comigo, pelo incentivo e pelo exemplo que é na defesa da história comprometida com o social.

À professora Marta Emisia Jacinto Barbosa, pelas valiosas e significativas contribuições que deu a esse trabalho, desde as aulas de Seminário de Pesquisa até a leitura atenta e cuidadosa no trabalho de qualificação, se estendendo à defesa da dissertação.

Ao professor Sérgio Paulo Moraes, pela leitura atenta na banca de qualificação, oferecendo valiosas contribuições para o trabalho final.

À professora Heloisa Faria Cruz, pela contribuição no trabalho “Oficina de projetos”, quando mostrou perspectivas importantíssimas para o trabalho, e por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa.

Ao professor Antônio de Almeida pelas dicas valiosas, pela entrevista concedida e pelo exemplo de ética e de compromisso que sempre foi.

Aos professores do Instituto de História da UFU, pelo aprendizado propiciado. Aos professores da linha Trabalho e Movimentos Sociais, por todas as contribuições.

Aos funcionários do Instituto de História, pela presteza, gentileza, carinho e eficiência em sempre nos atender, ainda que muitas vezes chegássemos atribulados, pedindo respostas rápidas. Sou grata a todos: Luciana, Josiane, Maria Helena, João Batista, Gaspar, Juliana.

À CNPq, pela bolsa durante o curso que garantiu minha sobrevivência e possibilitou minha dedicação integral a este projeto.

Aos entrevistados, Ronan, Élson, Medeiros, Maria de Fátima, João Batista, Aniceto, Antônio, obrigada pela gentileza em me atender e fazer aflorar suas memórias, tão valiosas para encaminhamento deste trabalho. Ao Medeiros pela gentileza em me atender no STIAU. À Cleusa, da Pastoral Operária, pela gentileza no atendimento.

Aos funcionários do CDHIS, local onde passei boa parte desses dois anos. Sou grata a todos, que sempre me atenderam bem: Maucia, Velso, Ivanilda e Marta.

À minha amiga Maria Cristina, que sempre me incentivou nessa caminhada desde o momento do vestibular, quando então ofereceu sua amizade solidária.

À Fernanda e Renato, pela amizade constituída, sempre ouvindo desabafos, dividindo discussões e oferecendo palavras de incentivo nessa caminhada.

Aos amigos, Tadeu, Cynara, Poliana, Vilmer, Christiano, Lillian, Luciana, Flor, Ivanilda por compartilhar bons momentos e oferecer seus ombros amigos.

Aos novos amigos constituídos nesse período, e aos colegas de turma, Andrey, Yangle, Bruna, Gisélia, Valmiro, Renata Garcia, Renata Rezende, Norton, Rodrigo.

À Sheille, pessoa atenciosa e gentil, pelas dicas e pelas palavras de incentivo.

À querida Luzia, pelo carinho e torcida, sempre dividindo esse sonho comigo.

Aqueles que se constituíram um exemplo de luta e firmeza, inspiração para nossas lutas: Sheille Soares, Renato Jalles, Fernanda Santos, Edeílson Matias (em memória), Ivanilda Junqueira, Gisélia, Henrique, Tadeu Pereira.

À Thaísa, pela contribuição com suas palavras sempre oportunas.

Aos amigos que abriram as portas de suas casas e de suas vidas para me acolher, minha eterna gratidão: D^a. Lázara, Suzana e Wellington, Rosa, Joana Darc.

Aos amigos que fiz no decorrer da graduação. Enfim, a todos os amigos...

A todos que contribuíram diretamente e indiretamente para realização deste trabalho, para minha formação pessoal e profissional, com os mais belos gestos de dedicação e apoio que pude receber. Entre todos os aprendizados que constituí nesse período e na vida, o maior deles foi entender que na vida não fazemos nada sozinhos.

Resumo

Este trabalho analisa as articulações políticas entre sujeitos dos movimentos sociais da década de 1980, constituídas nas redes de contato e de apoio criadas entre eles entre diversos movimentos sociais, instituições e entidades de luta política ligadas aos trabalhadores - sindicatos combativos, associações de bairro, partidos políticos de esquerda, CUT, centros de assessoria e de informação, centros de documentação e de memória, CEB's e suas pastorais. Essas redes se fortaleciam no compartilhamento de um projeto social e político de transformação das relações sociais vigentes, para a construção de uma sociedade que garantisse liberdade e melhores condições de vida aos trabalhadores. A análise desse processo se fez a partir dos materiais da Coleção CDP, do Centro de Documentação e Pesquisa em História, da Universidade Federal de Uberlândia – CDHIS/UFU, e a partir de entrevistas realizadas com militantes do movimento sindical e do movimento popular em Uberlândia. O Centro de Documentação Popular – CDP, fruto de uma experiência de registro dos materiais produzidos naquelas lutas e articulações, foi criado nos anos 1980, em Uberlândia, para compor um acervo que referenciasse a história dos trabalhadores. A partir das experiências dos movimentos sociais de Uberlândia, a problemática se constituiu em torno da memória também enquanto campo ativo de luta. A produção de memórias dessas lutas formava uma rede que se articulava a outras, num amplo processo de movimentações, fato observado pela constituição de centros de documentação em todo país. Nessas movimentações, pautadas na união e na solidariedade de classe, constituiu-se um intenso processo de comunicação, que visava mobilizar e organizar os trabalhadores para suas lutas cotidianas, informando-os e formando-os, bem como um consistente aprendizado político, expresso em boletins, periódicos, panfletos e cartilhas, indiciando um furor de formas impressas sindicais e populares, muitas vezes elaboradas em alternativa aos meios de comunicação hegemônicos.

Palavras-chave: Memória e História Social; Movimentos Sociais e Trabalhadores; Centro de Documentação Popular; Projeto social e Comunicação.

Abstract

This work analyzes political articulations among social movements' subjects from the 1980s. It takes them as something constituted through contact and support networks these subjects created in social movements and political struggle institutions and entities linked to the working class — i.e., fighting trade unions, neighborhood associations, left-wing parties, central workers' organization/CUT, informational and assessorial centrals, documentation and memorial centers as well as small Christian communities/CEBs and its parishes. These networks grew strong by sharing a social and political project aimed at changing social relations to build a society able to ensure freedom and better life conditions for workers. Such an analysis is based on material from CPD collection kept by the historical documentation and research center at Universidade Federal de Uberlândia as well as on interviews with militants from both trade union and popular movements in Uberlândia, state of Minas Gerais. Stemmed from an experience aimed at collecting and organizing materials from those articulations, CPD is a center of popular documenting created during the 1980s to make up a heap that could be useful to the workers' history. Focusing on the experience of these social movements has meant to take, and deal with, memory as a domain of active struggle as well, since the making of these struggles' memory resulted in the articulation of many similar networks in an ample crusade. The fact that such documentation centers appeared in the whole country proves it. In the light of class union and solidarity, this crusade formed an intense communication process to mobilize and organize workers for their everyday life struggles. Newsletters, periodicals, pamphlets, and leaflets provided them with information and political training, besides indicating the strength of trade union and popular printed materials as an alternative to the hegemonic communication means.

Keywords: Memory and Social History; Working Class and Social Movements; Centers of Popular Documenting; Social Project and Communication.

Lista de Imagens

Imagem 1 -	Carta do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro ...	60
Imagem 2 -	Panfleto <i>1º de Maio dia de luta e festa</i>	71
Imagem 3 -	Panfleto <i>1º de Maio dia de luta e festa</i> (verso)	73
Imagem 4 -	<i>A Massa</i> , Uberlândia, jun. 1991	130
Imagem 5 -	Cartilha <i>1º de Maio – Nosso Dia!</i>	146
Imagem 6 -	Cartilha <i>1º de Maio – Nosso Dia!</i>	151
Imagem 7 -	Manifesto <i>Opção Preferencial pelos pobres</i>	158
Imagem 8 -	<i>Boletim da Pastoral Operária de Uberlândia</i>	160
Imagem 9 -	<i>ABMT Informa</i>	165
Imagem 10 -	<i>A Voz do Bairro</i>	168
Imagem 11 -	Fotografia sem identificação	172
Imagem 12 -	Folder Caderno ECOS	174
Imagem 13 -	Fotografia sem identificação	203
Imagem 14 -	Fotografia sem identificação	203
Imagem 15 -	<i>Boletim da Constituinte</i>	212
Imagem 16 -	<i>Boletim da Constituinte</i>	214
Imagem 17 -	Periódico <i>Intercarta Cidadão 30.000</i>	216
Imagem 18 -	Panfleto <i>Fora Caiado!</i>	222
Imagem 19 -	Panfleto <i>Grande comício com Lula</i>	224
Imagem 20 -	Fotografia <i>Candidato Lula em passeata</i>	224
Imagem 21 -	Fotografia <i>Trio elétrico da campanha de Lula</i>	224

Lista de Siglas e Abreviaturas

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACR – Animação dos Cristãos do Meio Rural

ADUFU – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia – Sessão Sindical ANDES

AGEN – Agência Ecumênica de Notícias

AJUP – Apoio Jurídico Popular do Rio de Janeiro

ANAMPOS – Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANSUR – Articulação do Solo Urbano

ASPM – Associação dos Servidores do Serviço Público Municipal de Uberlândia

ASUFUB – Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia

CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CDP – Centro de Documentação Popular de Uberlândia

CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia

CMS – Centro de Memória Sindical

CEPAC – Centro Piauiense do Trabalho

CEPAMI – Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes de Ji-Paraná

CEPAS – Centro de Estudos Pesquisas e Assessoria Sindical

CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae

CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CIDAS – Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical

CIDAS – Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CPV – Centro Pastoral Vergueiro

CSC – Corrente Sindical Classista

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico

ECOS – Equipe de Comunicação Sindical

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social Educacional

GETEC – Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária

GRUCON – Grupo de Consciência Negra

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas

INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos

IPROS – Instituto de Promoção Social

MNDH – Movimento Nacional dos Direitos Humanos

MONUVA – Movimento Negro Visão Aberta

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PO – Pastoral Operária

PT – Partido dos Trabalhadores

SID-UTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

SINDIELETRO – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Belo Horizonte

SINTRASP – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Uberlândia

SINTTEL-MG – Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Telecomunicações de Minas Gerais

SINTET – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior de Uberlândia

STIAU – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e Afins

UDR – União Democrática Ruralista

URP – Unidade de Referência de Preços

UESU – União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia

UTE – União dos Trabalhadores no Ensino

Sumário

Introdução		12
Capítulo 1	Movimentos sociais em rede: sujeitos, espaços de luta e memórias	40
	1.1. O Centro de Documentação Popular: informação e mobilização na formação da rede de movimentos sociais ..	41
	1.2. Para além do CDP: experiências e formação política	67
Capítulo 2	E as redes se fizeram: comunicação e memória	99
	2.1. Trabalhadores “jornalistas”: conquistas, conflitos e negociações	100
	2.2. Movimento dos impressos: jornais, cartilhas, panfletos	137
Capítulo 3	Articulações: estratégias de luta, projeto político e visibilidade ..	178
	3.1. Ser trabalhador/militante: projeto político, identificação e organização de classe	179
	3.2. A visibilidade do projeto em rede: valores, linguagens e memórias	209
Considerações finais		241
Fontes		249
Bibliografia		259

Introdução

Mas.... eu me sinto uma pessoa realizada! Tem muita coisa a participar, a construir, mas eu me sinto assim, eu me sinto realizada, porque Uberlândia não é mais o que eu conheci! Os trabalhador deu um outro rumo na história de Uberlândia, graças àquela iniciativa. E a gente sabe que num foi só nós. Que a história de Uberlândia, ela é rica no movimento popular! Aqui já teve saques!... Já teve vários trabalhadores que lutaram, se organizaram na década de... de... de [19]50, pessoas que foram torturada! [...] A discriminação racial em Uberlândia, cê que faz história sabe, que os negros andavam dum lado e os brancos do outro...! Então, é uma cidade conservadora, mas teve, sim, teve resistência! As pessoas num entregaram de mão beijada. Aí, dero a pauta. Aí, depois, viero outros trabalhadores que eu faço... que eu tive a honra de ser uma delas, que participei junto com centenas de companheiros que seria infinitos nomes, certo... [pausa, retoma com voz embargada] Então, é um privilégio! Que, como eu tava falando, a gente, depois que toma consciência política... A própria consciência não deixa a gente quieta, parada, não deixa! É um fogo, é uma energia dentro da gente!

Maria de Fátima Lucena

Esta dissertação aborda os embates no campo da memória, a partir da materialidade das memórias produzidas alternativamente nas lutas dos movimentos sociais da década de 1980, mais especificamente a partir do que a experiência de constituição do Centro de Documentação Popular - CDP, em Uberlândia, neste período, conseguiu registrar, acervar e produzir.

Compartilho do suposto de que o campo da memória é um campo de disputa, atravessado pelas lutas que se dão no social, um campo de dominação e de resistência.¹ Assim, acredito que discutir sobre temas que problematizem a participação desigual de sujeitos que, como nos faz pensar Maria Célia Paoli, perderam não só o direito ao

¹ Algumas das discussões que nos orientam nessa concepção e nessa proposta de análise são: FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 5-13; KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias e outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. cit. p. 119-120. HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil 2003. p. 247-264. WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

poder, mas o direito à visibilidade de suas ações, resistências e projetos², sinaliza para a possibilidade de reavivar suas memórias e valorizá-las enquanto dimensão de suas lutas e referenciais de suas histórias. Histórias estas que nos pressionam a todo tempo – como percebemos na epígrafe, que traz a fala de uma militante deste período – a promover o reencontro de experiências silenciadas – alvos de políticas hegemônicas que promovem ostensivamente seu esquecimento – com a dimensão histórica inerente a toda e qualquer experiência humana.

Desde o curso de graduação, me interessava pelo tema da preservação e produção de memórias e dos mecanismos constituídos para proporem ações nesse campo da vida social. Minha experiência de estágio no Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS/UFU³ tem forte influência nesse meu percurso acadêmico e nas pesquisas que então desenvolvi, sempre buscando investigar a relação memória/história/preservação. Abordo essa relação na perspectiva do mundo dos trabalhadores – suas lutas, reivindicações, embates, contradições, nas formas de se organizarem e de se mobilizarem –, entendendo que a historiografia também é prática social capaz de intervir em nosso presente e no futuro.⁴

² Paoli, M. C. História e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 27.

³ O CDHIS é um órgão do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Foi criado em 1985, fruto da ação de professores de História e de Ciências Sociais como Núcleo de Pesquisa em História e Ciências Sociais (NUCHIS), com a função de armazenar a documentação dos projetos desenvolvidos e de guardar documentos produzidos ou colecionados pelos memorialistas da cidade. No início da década de 1990, o CDHIS passou a custodiar a documentação referente à história de Uberlândia e região, a fim de subsidiar e fomentar pesquisas historiográficas. Conta com uma diversificada documentação, tanto em termos de tipologias documentais (jornais, livros, revistas, fotografias, monografias, mapas, discos, cartazes, boletins, atas, panfletos, informativos, audiovisuais, etc.), quanto em termos de fontes produtoras e/ou colecionadoras dos documentos doados. Possui também biblioteca de apoio, mapoteca, laboratório de restauro e um setor de publicações, para divulgação da produção de pesquisas e do trabalho de preservação de documentos realizado pelo Centro. Simultaneamente, realiza atividade de extensão por meio da oferta de estágios, do Núcleo Estudo de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – NEGUEM, do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História – LEAH, promove exposições, além de projetos que desenvolve nos seus setores específicos: Setor de Arquivo e Setor de Restauro.

⁴ As proposições do historiador inglês Edward Thompson sobre o método histórico são inspiradoras quando ele afirma em seu texto “A lógica histórica”, que, ao escrevemos a história, recuperar as experiências humanas, nos identificamos com determinados sujeitos – valores de determinada classe – e, portanto, escrevemos uma historiografia que reaviva suas memórias e histórias. Sendo assim, a escolha desse tema significa também um posicionamento político dentro da historiografia que me faz investigar esse conflito no campo da memória. Quero entender e reescrever as lutas de trabalhadores para o registro de suas histórias: “O que podemos fazer é nos identificarmos com certos valores aceitos pelos atores do passado, e rejeitar outros. [...] Pois estamos dizendo que esses valores, e não aqueles, são os que tornam a história significativa *para nós*, e que esses valores que pretendemos ampliar e manter em nosso presente”. p.53 (Destaques do autor). Ver THOMPSON, Edward. P. A lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 47-61.

É me situando no interior da História Social e em diálogo com a historiografia social inglesa que proponho pôr em debate o direito à história e à memória destes sujeitos, entendendo que vivemos em uma sociedade marcada pela luta de classe, em que a desigualdade social e econômica se expressa também no direito à memória, ao passado, à história.⁵

Diante dessa concepção, questionava-me: como se dá a participação das classes trabalhadoras no campo da preservação das suas memórias e histórias? Quais mecanismos são criados pelos diversos agentes envolvidos com essa prática, por sua profissão ou função que ocupam dentro de órgãos que lidam com a preservação da memória e do patrimônio histórico – historiadores, arquivistas, membros de comissões que discutem sobre preservação patrimonial, poder público municipal, que elabora as políticas de preservação, etc. – para valorizar a pluralidade da participação de sujeitos múltiplos no social? Esses mecanismos de fato existem e abordam a questão da pluralidade e da diferença, enfrentando o conflito que estas categorias exigem recuperar, enquanto relações sociais concretas⁶ ou se restringem ao campo da abstração, reproduzindo relações sociais desiguais? Temos nos preocupado em ouvir as múltiplas e dissonantes vozes que demandam sua participação na história e na memória social?

O ponto de partida que orientou minhas escolhas foi a materialidade da Coleção CDP existente no CDHIS e fruto de uma experiência de registro de materiais produzidos por entidades ligadas aos movimentos sociais, constituída há vinte e quatro

⁵ Destaco alguns trabalhos que dão suporte teórico-metodológico ao nosso posicionamento teórico e político para propormos uma abordagem que parte da concepção de classe, onde a desigualdade entre as classes na sociedade capitalista dá o tom das relações sociais. É nesse sentido que nos fortalecemos nas concepções propostas pela História Social na tentativa de estabelecermos uma democratização da história e da memória. Ver: FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992; THOMPSON, E. P. Prefácio. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987, v. 1, p. 9-14; THOMPSON, Edward. P. O termo ausente: a experiência. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Op. cit., p.180-201.

⁶ Observamos o recorrente uso dessas categorias - tanto no interior do debate acadêmico, quanto no debate instalado na sociedade, a partir da demanda constituída por diversas forças sociais que cobram o direito à diversidade, à diferença e à pluralidade - mas que, muitas vezes são tratadas apenas no campo de abstração ou mesmo como forma de negar as relações desiguais, os conflitos e as tensões onde essa diversidade e pluralidade se constituíram, ou seja, no embate entre forças sociais que demandam esse direito. Na introdução do livro “Muitas memórias, outras histórias”, as autoras sinalizam para a necessidade de enfrentarmos tais categorias sem perder essa noção do conflito e da contradição de onde elas resultaram. Ver: FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. cit., p. 9.

anos, com vistas a compor um acervo que referenciasse a história dos trabalhadores.⁷ Os materiais colecionados pelo CDP (hoje sob guarda do CDHIS/UFU), expressam a interlocução entre diversos agentes dos movimentos sociais desta e de outras cidades, num movimento amplo que forjou outros espaços de luta política, que elegeu, também, o campo da memória como uma dimensão ativa de luta.

Nesse processo, várias redes ativas de comunicação e de articulação entre vários movimentos sociais foram criadas e fizeram circular materiais, experiências e aprendizados entre diversos lugares, entidades (populares e sindicais) e movimentos de trabalhadores. O CDP é expressão dessa movimentação, compondo uma dessas redes, ao se articular a estas outras experiências que aconteciam e ao participar do processo de produção de memórias acerca desta movimentação, juntamente com outras entidades de memória. Por tudo isso, ele é um dos sujeitos dessa pesquisa e pretexto para entrar na gama das lutas e expectativas vividas naquele momento, representadas hoje, em parte, nos materiais que compõem o acervo da Coleção CDP.

Insisto na problemática – de explicitar as relações sociais que permitiram a articulação de vários agentes nestas redes de interesses comuns em torno da troca de materiais, de experiências e aprendizados, produzindo, paralelamente, o registro e arquivamento de tais materiais – por entender que os materiais existentes na Coleção CDP são produtores de outras memórias e revelam outras histórias vividas. Persistir nessa problemática possibilita criar, dentro da historiografia, um movimento prospectivo de reafirmação de memórias dissidentes daquelas comumente reforçadas nos espaços que se proclamam órgãos oficiais que guardam a memória dita “oficial” – os tombamentos, o Museu de Ofícios, o Arquivo Público ou mesmo em materiais produzidos por essas instituições “oficiais” e nos materiais didáticos elaborados e repassados às escolas⁸ ou, ainda, no interior da universidade, como sendo, num sentido hegemônico e singular, a memória e a história da cidade.

⁷ Em monografia para finalização de Curso de Graduação em História, trabalhei com o processo de constituição do CDP, onde abordei os interesses, as expectativas e as propostas do grupo fundador, como se deu sua organização e sua posterior dissolução, já nos anos de 1990, para depois ser organizada em forma coleção no CDHIS. Foi a partir dessa pesquisa sobre o CDP que fui amadurecendo o tema e a problemática desenvolvidos neste trabalho de mestrado. Ver: ROSA, Amanda M. *Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias* (Uberlândia, 1985-1995). 2008, 120f., Monografia (Bacharelado) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

⁸ O trabalho de Sheille S. de Freitas aborda as ações do poder público, por meio de um projeto desenvolvido pelas Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, de Cultura e de Educação iniciado no ano de 1999, que visam, através de cartilhas, exposições itinerantes, palestras, visitas a escolas, instituir marcos históricos para compor e explicar a história da cidade. Nessa esteira de ação, busca-se

Nesse sentido, retomo a questão primordial para a História Social, de um posicionamento político do historiador frente às escolhas de seus temas e definição do seu referencial teórico-metodológico. Reporto-me à crítica literária Beatriz Sarlo, quando nos alerta sobre o olhar político que devemos direcionar para práticas, temas e sujeitos que apontam para outras perspectivas.⁹ O historiador, ao se posicionar com um olhar político frente aos seus materiais, reconhece neles o produto das relações sociais vividas por diferentes sujeitos que experimentam distintas relações de forças, e afirma, então, o que quer fazer lembrado dessas relações. Esse olhar político abre um campo de possibilidades ao criar outras perspectivas de futuro, a partir dos valores do passado que se quer reafirmar no presente. Assim, a produção de memórias, pelo ofício do historiador, pode significar uma democratização da história e da memória, ou seja, uma intervenção no presente.

Consciente de que são as questões colocadas em nosso presente que nos movem em torno de problemáticas do passado, pois o historiador é agente de seu tempo, percebo a atualidade em tratar de um tema que põe em discussão questões como engajamento político e militância, comunicação como espaço de luta e de resistência a projetos hegemônicos, e seu inverso, estratégias de dominação e alianças políticas em torno dos processos eleitorais pautadas na concentração dos meios de comunicação nas mãos de grupos dominantes. No momento de produção deste trabalho, vivíamos, no

instituir uma memória dita oficial, “legitimar interesses e valores de determinados grupos sociais da cidade como se fossem de todos” e, ao mesmo tempo, reordenar práticas sociais do viver urbano, a partir da produção e distribuição daqueles materiais em escolas municipais da cidade de Uberlândia. A autora problematiza como tais ações são utilizadas como “ferramenta política” para legitimação de uma cidade que deu certo. Seu trabalho aponta caminhos para pensarmos como a produção social de memórias se faz num campo conflituoso, em que há desigualdade nas condições de luta, que é de classe, o que promove ostensivamente o esquecimento das memórias dos grupos aliados dessas esferas de decisão. Ver: FREITAS, Sheille S.de. *Por falar em culturas...: Histórias que marcam a cidade*. Uberlândia (MG). 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

⁹ “O olhar político se fixaria justamente nos discursos, nas práticas, nos atores, nos acontecimentos que firmam o direito de intervir na unificação, ostentando, diante dela, o escândalo de outras perspectivas.” Ver: SARLO, Beatriz. *Um olhar político*. In: _____. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997. Concordando com essa concepção e na tentativa de manter firme essa dimensão do nosso ofício, ainda recupero Carlo Ginzburg, quando nos possibilita pensar sobre a noção do princípio de realidade quando nos voltamos às fontes. No texto “O extermínio dos judeus e o princípio de realidade”, Ginzburg trava um debate com Hayden White acerca da questão, que este propõe, de diluição das fronteiras entre história e literatura. Ginzburg rebate as afirmações de White se pautando naquilo que chama de “princípio de realidade”, ou seja, o que de fato aconteceu. O autor italiano traça uma biografia intelectual do autor norte-americano, evidenciando afinidades deste com neo-idealismo italiano, sugerindo que a postura de White resvala em posturas políticas facistas. Ao longo do texto, Ginzburg evidencia as posturas relativistas e céticas de White, possibilitando refletir como nossas abordagens, concepções e referenciais teórico-metodológicos implicam em posicionamentos políticos. Ver: GINZBURG, C. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade. In: MALERBA, J. (Org). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 211-232.

Brasil, a disputa eleitoral para a Presidência da República entre um candidato reconhecidamente de direita – José Serra, do PSDB – e uma candidata da esquerda, com uma trajetória de luta política marcada pela resistência à ditadura militar – Dilma Rousseff, do PT.

O processo eleitoral de 2010 me fazia refletir sobre as questões acima e estabelecer relações entre esse processo eleitoral e o de 1989. Acompanhar a disputa política entre esses dois projetos distintos de sociedade me fez refletir sobre o papel da comunicação nesses dois momentos distintos. Se, por um lado, vimos o apoio ostensivo e irrestrito dos canais de televisão aberta ao candidato Serra, de maneira muito semelhante à que foi vista, em 1989, ao candidato Fernando Collor de Mello, por outro, vimos um movimento de apoio via internet à candidata Dilma, que, guardadas as especificidades dos meios de comunicação e do próprio momento histórico, também se assemelhava ao apoio dado ao candidato Lula em 1989, via imprensa sindical e imprensa popular, ambos apontando para uma ampla mobilização que tinha como eixo a comunicação.

Uma consideração a ser feita, no momento atual, é que ambos os processos sinalizam resistências traçadas a partir do uso dos meios de comunicação, me levando a refletir sobre a militância e o engajamento político e sobre as estratégias que os sujeitos encontram nos distintos momentos históricos para se oporem aos processos hegemônicos vividos cotidianamente. Portanto, acredito que fixar nosso olhar nesses processos significa reconhecer neles um peso social que merece nossa atenção e nosso compromisso político em abordá-los, pois são carregados de aprendizados que, reapropriados, podem transformar o momento presente.

O contato com a Coleção CDP, ainda na condição de estagiária do CDHIS¹⁰, me levava a manusear materiais como: periódicos e boletins sindicais, político-partidários, dos Direitos Humanos, dos movimentos populares (rurais e urbanos) – todos com periodicidade incompleta –, cartazes, cartilhas, folders, cartas abertas, convites, teses apresentadas em congressos sindicais, revistas produzidas por grupos de intelectuais

¹⁰ Meu contato com a documentação da Coleção CDP se deu pela participação em estágio no Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS, por dois anos, entre o segundo semestre de 2004 e o primeiro semestre de 2006, nas áreas de arquivo e de restauro oferecidos pelo Centro aos alunos interessados em ampliar seus conhecimentos em áreas afins ao Curso de História. Pude participar do projeto “Memória Histórica: Preservação e Ação Pedagógica”, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação (PIBEG) da UFU, entre agosto de 2005 e junho de 2006. O projeto foi coordenado pela Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Ramos de Almeida, à época coordenadora do CDHIS.

envolvidos com os movimentos sociais, estatutos de entidades e de centrais sindicais, correspondências trocadas entre o CDP e seus agentes de diálogo.

Eram diversos campos da vida social reunidos ali, naquela Coleção e que apontavam para várias redes que se entrelaçavam, materializados nas mais diversas tipologias documentais, todas sinalizando para uma variedade de práticas sociais que revelavam propostas de intervenção na sociedade daquele período. Evidenciavam a movimentação dos trabalhadores que, frente às opressões nas condições de vida, sentidas nas várias faces da espoliação socioeconômica, as transformavam em matérias-primas que, potencialmente, alimentavam as suas reivindicações.¹¹

Esses materiais me permitiam vislumbrar os núcleos iniciais de organização das lutas populares em diálogo com as lutas sindicais¹², que se fortaleciam na prática do sindicalismo combativo – o chamado “novo sindicalismo” –, num dado momento da história que propiciava essa articulação entre diferentes forças sociais. Apresentam as ações dos agentes que surgiam, se fortaleciam nesse processo e criavam mecanismos de informação e formação, endossando o movimento que tinha como expectativa a conscientização dos trabalhadores, ao apontar caminhos, possibilidades de luta, alternativas para um outro futuro.

São materiais diversificados que, num primeiro momento, apontavam “o fervilhar” de experiências de mobilização dos movimentos sociais, não só em Uberlândia, mas em todo país, reunidos agora em eixos temáticos na Coleção, versando sobre os mais variados temas relacionados à sociedade dos anos finais de 1970, de todos os anos 1980 e iniciais de 1990, organizados de maneira distinta daquela em que foram

¹¹ O sociólogo Lucio Kowarick, ao fazer uma leitura das lutas sociais das décadas de 1970 e 1980, propõe a explicação de que as opressões nas condições de vida são apenas matérias-primas que alimentam potencialmente as reivindicações populares, negando uma suposta ligação entre a precariedade de vida e o aparecimento das lutas sociais. Concordo com essa explicação na medida em que ela me faz voltar essa análise para os sujeitos, suas expectativas e ações, criando soluções para seus problemas. O autor aponta, em sua análise, que a formação dessas lutas deve ser lida a partir dos processos de “produção de experiências”, das pequenas lutas que foram se formando de maneira não visível e que se tornaram alimento para a organização sindical, ou seja, segundo Kowarick, não é a organização sindical que dá o toque para as lutas desse período. Quando se propõe a analisar as várias facetas da exclusão sócio-econômica, o autor nos remete para a necessidade de sempre atentarmos para as relações mais amplas. Ver: KOWARICK, Lucio. Introdução. In: _____ (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

¹² O que estou tratando aqui como “organização” são processos iniciais de organização que aconteciam em associações profissionais ou de bairro, sindicatos (com as formações das oposições sindicais), nas pastorais da Igreja Católica (através dos trabalhos da Teologia da Libertação), sobre os quais encontramos fortes evidências nos materiais. Nesse sentido, a organização, observada nesta pesquisa, não se refere, obviamente, a uma organização ampla da classe trabalhadora, ainda que em vários momentos essa fosse a expectativa (a utopia) de algumas tendências e influências dos movimentos sociais em questão, como por exemplo, de alguns intelectuais e de militantes do campo das esquerdas.

produzidos e doados frente à proposta de guarda apresentada inicialmente pelo Centro de Documentação Popular.¹³

Durante o processo de organização da Coleção CDP no CDHIS,¹⁴ os materiais foram dispostos em sete eixos, sendo assim denominados: Movimento Sindical, Movimento Político-Partidário, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Direitos Humanos, Movimento de Leigos e Católicos, Movimento dos Trabalhadores em Educação e Movimento Diversos. Posteriormente, entre os anos de 2006-2008, com o trabalho desenvolvido por técnicos e estagiários no CDHIS, que recuperaram mais alguns materiais do acervo do CDP antes dispersos e constituíram mais três eixos na Coleção, sendo eles: Centro de Formação e Informação, Administrativo, Acervo Bibliográfico de Apoio. Enfim, a Coleção revelava uma grande confluência de temas e de experiências.

Essa confluência de temas me remetia à discussão proposta por Chalhoub¹⁵, quando, ao investigar a sociedade escravocrata no final do século XIX – período e processo entendido na historiografia como transição do escravismo para o trabalho livre – propõe uma explicação que se volta para a experiência dos sujeitos que viveram a escravidão, questionando sobre o significado da liberdade para os escravos e libertos. O autor não mais reconhece nas explicações pautadas no determinismo econômico a ideia da transição de uma sociedade escravocrata para uma sociedade burguesa. Diante desse incômodo, Chalhoub propõe um procedimento que busque nas experiências daqueles sujeitos a força das mudanças na sociedade, o que exige recompor as amplas dimensões do processo histórico, ir às confluências de muitas lutas na análise historiográfica.

A contribuição desse autor se dá no sentido de me ajudar a pensar sobre o método que iria traçar na busca das relações mais amplas vividas pelos sujeitos dessa

¹³ Discutirei sobre a formação do CDP no primeiro capítulo, apontando sobre como se constituiu, quais os interesses, os agentes de diálogo que mobilizava e como era o recebimento dos materiais.

¹⁴ Após doação dos materiais do CDP ao CDHIS, eles foram organizados, em 1992, em forma de Coleção pelo professor do Instituto de História, Paulo Roberto de Almeida, através de projeto financiado pelo PIBIC/CNPq.

¹⁵ Na introdução a seu livro *Visões da liberdade*, o autor aponta que compartilha do método do personagem Zadig do livro de Voltaire (também abordado por Carlo Ginzburg em “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”) que, a partir da observação atenta e minuciosa, relacionar diferentes vestígios, reúne várias pistas para recompor o processo vivido. Chalhoub desenvolve sua análise acerca de diferentes histórias de vida de negros, livres, escravos e ex-escravos, na cidade do Rio de Janeiro, recorrendo a processos crimes, a partir dos quais busca outras fontes que evidenciam os espaços onde estes sujeitos se relacionavam. CHALHOUB, Sidney. Introdução: Zadig e a história. In: _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13-28. Ver, também: GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

pesquisa, ou seja, como me voltar à confluência de muitas lutas, sem com isso perder a indeterminação e a imprevisibilidade do processo histórico. No meu caso, lidar com a confluência de tantos temas, num primeiro momento, significou enfrentar a dificuldade de como organizar e selecionar os materiais e mostrar um ponto de encontro que justificasse minhas escolhas.

Uma questão difícil de resolver foi demonstrar como essa movimentação dialogava com a questão da produção de memórias acerca dos movimentos sociais. Como nesses materiais revelariam as práticas destes movimentos, o interesse em fazer da memória uma dimensão da luta? Como articular esse processo intenso de lutas travadas nos anos 1980 com a constituição do Centro de Documentação Popular em Uberlândia, o qual era meu ponto de partida e pretexto para entrar no movimento mais amplo que envolvia vários outros sujeitos, interesses e expectativas?

Esse foi o maior desafio no decorrer da pesquisa: vasculhar o papel da memória nessas injunções e articulações históricas. Tornou-se um desafio na medida em que exigia um movimento de pesquisa e de problematização que relacionasse o momento político, social e econômico vivido no país, os vários processos de organização da classe trabalhadora, as articulações entre distintas forças políticas, que aconteciam nos níveis locais e nacionais, para então demonstrar os pontos de contato com a produção de memórias. Isso incidia diretamente no como organizar os materiais e como selecioná-los para compor a narrativa.

A materialidade da Coleção CDP me conduzia a identificar as redes formadas, a partir da leitura daquela organização dos materiais, onde diferentes experiências pareciam se encontrar e se influenciar. Então, me questionava: Como foi feita a articulação desses diversos agentes dos movimentos sociais e que agora se materializava ali naquela coleção? O que essa materialidade informava sobre os contatos estabelecidos? Como elaboravam a comunicação em tal processo? Qual o papel que o CDP cumpriu nesse processo? Qual o projeto de sociedade que ali se constituía? Qual o papel que a produção de memórias cumpria nesse movimento e a que interesses servia? O que ali se compartilhava? Qual o terreno comum que os uniam?

Essas perguntas iniciais funcionavam como “chaves” que abriam o campo de possibilidades ali colocado naquela materialidade e me permitiam ir unindo os fios das redes em contato. A insistência na formulação de questões ao longo do texto foi uma estratégia utilizada para explicitar o movimento de indagação que fazia aos materiais na

tentativa de explorar o campo da experiência social com o qual entrava em contato e expor ao leitor por onde abordava essa experiência. É fato que muitas são questões para as quais não consegui respostas imediatas e nem conclusões, mas essa não era minha expectativa, mas sim apresentar as possibilidades vividas pelos sujeitos da pesquisa. No entanto, reafirmo que a necessidade em formulá-las e trazê-las para a narrativa é apresentar o exercício contínuo de problematização das linguagens abordadas, na busca de apresentar as relações sociais onde estas foram produzidas.¹⁶

Foram muitas as questões levantadas ao longo desse percurso que acredito ser necessário apontar no sentido de torná-lo claro. Minha proposta inicial de investigar as maneiras – o “como” e os “porquês” das injunções históricas, a convergência de forças sociais – que possibilitaram, a estes sujeitos, a elaboração de suas trajetórias em torno da experiência de disputa pela produção de memórias, exigia o enfrentamento da conjuntura onde se produziram tais embates. Era necessário constituir um procedimento que tornasse possível analisar a materialidade dessas memórias produzidas, o que foi arquivado e preservado a partir de articulação entre diferentes forças sociais que conquistavam espaço social entre os anos de 1980-1990, não só na cidade de Uberlândia, mas por todo país. Com o encaminhamento da pesquisa me debrucei sobre os materiais que compõem a Coleção CDP, na busca de fazer tal enfrentamento. Aqui surgiu a primeira dificuldade: por onde começar? Inspirada no trabalho de Carlo Ginzburg, perguntava-me: como selecionar “casos” relevantes e significativos na massa disponível da documentação?¹⁷

¹⁶ Destaco um texto importante para pensar essa estratégia, que é *A pesquisa em história*. Nele, as autoras chamam a atenção para a importância do exercício constante de problematização, onde as fontes devem participar das perguntas que o pesquisador faz ao processo histórico, ou seja, uma “desconstrução” da linguagem com a qual estamos lidando e que se apresenta aparentemente pronta e acabada, com o questionamento sobre o porquê das coisas estarem representadas de determinada maneira. Ver: VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

¹⁷ O historiador italiano aponta um procedimento de pesquisa riquíssimo que indica que, a partir do “nome” e do “como”, podemos adentrar nas relações sociais, mas sem ficar na biografia, no campo individual e sem perder a realidade. Ao enfrentar os produtores da fonte e não ficar preso à história do documento em si, Ginzburg oferece caminhos contra a fragmentação, esforçando-se por evidenciar o real, o vivido. Desse modo, Ginzburg abre um campo de trabalho para historiador ao fazer essa discussão sobre o real. Recupero-o aqui por entender que essa noção de trabalho com o real explicita um posicionamento político do historiador, quando se posiciona frente às fontes tomando-as como parte da realidade. Ver: GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178. Esse posicionamento passa pela noção de encarmos as fontes enquanto produto das relações sociais, ou seja, da prática de sujeitos reais. Aqui ainda recupero Thompson, que afirma que “nós, experimentando o momento presente e sendo atores nesse nosso presente, só sobrevivemos na forma de certas evidências de nossos atos ou

Inicialmente, tracei um caminho de mapear as redes das quais tinha indícios e das quais resultou a composição do arquivo CDP e, então, analisar os materiais, identificando as suas datas, suas ações, como se articulavam e dialogavam entre si (ou não). Recorri aos periódicos de dois eixos temáticos que compõem a coleção CDP no CDHIS: “Movimento Direitos Humanos” e “Movimento Sindical”. Ao escolher o primeiro eixo, pensei na possibilidade dele revelar sobre a diversidade dos movimentos sociais presentes naquele período, pelo envolvimento dessa instituição nas lutas sociais daquele momento e apontar, assim, as pautas principais de cada um.

O eixo “Movimento Sindical” me permitia perceber como foi a participação dos sindicatos naquele processo, além de apontar as temáticas comuns que expressavam as demandas desses movimentos. Ao mesmo tempo, dimensionando para a conjuntura local, os sindicatos e a CUT – Central Única dos Trabalhadores foram, dentre as articulações estabelecidas pelo CDP, suas grandes alianças e uma das fontes de seu financiamento, o que explica a grande quantidade de materiais nesse eixo. Isso indicia sobre a força adquirida pelo sindicalismo empreendido na linha da CUT e sobre seu alcance no social, tanto que, no horizonte de constituição do CDP, esse alcance lhes deu contornos de centro de formação e de assessoria.

As análises dos periódicos desses dois eixos temáticos, provenientes de diferentes lugares do país, foi uma forma de enfrentar essa conjuntura e recuperar o sentido das intervenções propostas nela. Aqui, as instituições, entidades, grupos, pessoas e ações iam compondo os vários núcleos de mobilização, locais e nacionais, sinalizando para a convergência entre distintas forças sociais que se articularam, elaborando redes pelas quais se compartilhavam interesses comuns – ainda que houvesse interesses particulares e específicos – e a partir das quais estabeleciam um processo de comunicação. Isso me permitia vislumbrar as diferentes realidades onde essas lutas foram constituídas, oferecendo uma visão da conjuntura mais ampla, ao mesmo tempo em que apontam a movimentação destes grupos na sociedade, em diversos estados do país, sugerindo sobre a elaboração de um aprendizado social em torno das lutas, no contato entre variadas experiências.

A análise do Guia de Pesquisa da Coleção CDP foi outro recurso utilizado, que oferecia uma visibilidade maior sobre os agentes e suas ações. Foi a partir dessa análise,

pensamentos”. Ver THOMPSON. E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Op. cit. p.50

e na tentativa de encontrar materiais sobre essa movimentação em Uberlândia, que me voltei aos documentos do eixo “Administrativo” – boletins, panfletos, informativos, correspondências, folders. Este eixo tinha a especificidade de conter grande quantidade de documentos referentes às entidades de Uberlândia, o que o tornava expressivo de toda essa movimentação na cidade ao apresentar as conexões das redes no plano local.¹⁸

Assim, ao entrecruzar os materiais desse eixo com os periódicos daqueles dois outros eixos – “Movimento Direitos Humanos” e “Movimento Sindical” – e com a leitura do Guia de Pesquisa, experiências locais e nacionais entravam em diálogo, oferecendo um ponto concreto à pesquisa. Isso porque o entrecruzar dos materiais demonstrava, a partir das minhas questões, os temas e as estratégias comuns na luta, sugerindo sobre as articulações em rede, mas sem perder de vista as especificidades do local. O que estou chamando de ponto concreto onde desenvolvia a problemática é exatamente esse diálogo existente entre o local e o nacional, na medida em que foi nele que foquei ao buscar nos temas e estratégias comuns os pontos de “costura” das questões apontadas. Ou seja, era o “como” adentrar naquelas relações sociais, como sugere Ginzburg.

Nessa perspectiva, aquela dificuldade em apontar um sentido para minha problemática – de apresentar uma relação entre toda a movimentação dos trabalhadores na sociedade dos anos 1980 e o interesse em disputar o processo de produção de memórias –, sinalizou uma possibilidade interpretativa do processo histórico em questão e se tornou um problema de pesquisa, a partir do qual pude construir um fio condutor para o trabalho. A construção desse fio condutor se fez na confluência dos vários temas existentes na Coleção CDP, pois eles sinalizavam para a confluência das muitas lutas vividas pelos movimentos sociais que tiveram seus materiais registrados na Coleção. Tal confluência de temas apontava para a confluência de ideias, experiências, expectativas e posições políticas. Ela me fez atentar para os temas comuns nos diversos materiais e que diziam respeito aos modos de lutas partilhados em um sindicato, em uma associação de bairro, em assembléias, em organizações populares para elaboração

¹⁸ Abro um espaço para referenciar a atividade “Oficina de Projetos”, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em História, em novembro de 2009, com a Prof^a. Dr^a. Heloisa Faria Cruz (PUC-SP). Na oportunidade da discussão dos projetos de pesquisa, a professora muito contribuiu com essa pesquisa e, dentre essas contribuições, me estimulou a mapear os agentes que compunham as redes em contato, inicialmente, a partir da análise do Guia de Pesquisa da Coleção, para encontrar as conexões dessas redes. Assim como também quero destacar a contribuição da Prof^a. Dr^a. Marta Emisia Jacinto Barbosa (UFU), que, na disciplina Seminário de Pesquisa, apontava discussões valiosas acerca do procedimento historiográfico.

de projetos populares nas Assembléias Constituintes..., fosse de Uberlândia ou de qualquer outra cidade sobre a qual se tinha o registro na Coleção.

Esses temas comuns revelavam como estratégias de lutas eram forjadas mediante tensões e conflitos enfrentados por estes sujeitos e mediante o compartilhar de valores de luta, onde a condição comum de classe – serem trabalhadores que sofriam com as várias facetas da espoliação daquele período – dava tom da mobilização. Assim como revelavam também que, para alcançar esse nível de organização e de mobilização esperado, era necessário criar redes de apoio, de comunicação; era necessário disputar as memórias desse momento, pois elas também eram tomadas como dimensões da luta.

Foi desse entendimento sobre o que parecia ser tão diverso e, à primeira vista, fragmentário, na Coleção, que construí um ponto que me conduzia a selecionar os materiais, ver neles um sentido de toda a movimentação dos trabalhadores na sociedade, os pontos de contato daquele movimento que eu chamava de rede, a relação dessa movimentação com a história e com a produção de memórias e que justificava a minha escolha em torná-los expressivos e capazes de mostrar os pontos de costura entre movimentos sociais e produção de memórias. O desafio proposto por Chalhoub, de que o historiador deve buscar no processo histórico suas amplas dimensões e estabelecer relações entre diferentes vestígios da experiência histórica daqueles sujeitos com os quais nos propomos dialogar na pesquisa, de alguma forma era enfrentado aqui.¹⁹

Os temas comuns na luta, existentes nesses materiais, significavam demandas e estratégias de intervenção compartilhadas, redes de apoio às lutas travadas por diferentes sujeitos dos movimentos sociais e fomento a um debate sobre as condições adversas de vida. Nesse momento, uma descoberta: um processo ativo e eficiente de comunicação surgia por meio de uma imprensa sindical e popular, em que estratégias de comunicação eram compartilhadas por distintos veículos de comunicação criados alternativamente em oposição à grande imprensa. Essas formas de imprensa eram também estratégias de lutas pautadas no desejo de informar e formar militantes que aderissem àquela movimentação para a construção de um projeto político e social que interviesse nas bases da sociedade.

A compreensão de como a formação e a informação eram estratégias de luta, forjadas nos valores partilhados naquelas redes, foi reafirmada pelas entrevistas orais

¹⁹ CHALHOUB, S. Introdução: Zadig e a história. In: _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Op. cit.

realizadas com militantes daquela movimentação em Uberlândia. Movimentação que, nesta cidade, se expressava na participação em atividades propostas pela Pastoral Operária, em formação de chapas de oposição aos sindicatos que não representavam os interesses dos trabalhadores, em organização de protestos e manifestações nas praças e nas principais avenidas da cidade, em movimentos de bairro, em suma, no fortalecimento de estruturas de representação popular – como, por exemplo, a criação de um Centro de Documentação Popular que fazia o registro dessas lutas e ao mesmo tempo prestava assessoria a elas – que criavam canais de participação aos sujeitos que vivenciam essas experiências. Toda essa movimentação se caracterizava pela articulação entre as diferentes forças sociais que encabeçavam esses diversos núcleos de organização e mobilização na cidade.

Contudo, pude perceber que esse processo de articulação não se limitava aos núcleos locais, ou seja, pelas próprias condições que essa movimentação era realizada – com o apoio de agentes que atuavam em nível nacional, como por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base, os movimentos político-partidários, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), as iniciativas do movimento sindical através da CUT, que criavam diversas escolas de formação sindical e as assessorias –, as articulações mais amplas eram um caminho necessário para sua expansão.

Isso justificava como e porque aquelas redes foram se constituindo e se entrelaçando: criavam núcleos de diálogo entre diversas experiências que buscavam a organização classe trabalhadora e, por meio do compartilhamento de valores e estratégias, o projeto de constituição de uma menos desigual sociedade. As entrevistas remetiam ao contexto local, apresentando como aconteciam os processos iniciais de organização das lutas populares e sindicais e as articulações locais, com descrições minuciosas de como se fazia o diálogo com as experiências de nível nacional.

Para compreender esse processo que tinha como expectativa a organização dos trabalhadores, recorri a alguns trabalhos que analisaram esse momento rico para movimentos sociais no país, problematizando suas ações e a participação de seus agentes. São trabalhos produzidos nos anos finais de 1980 no campo da sociologia e que, guardadas as especificidades metodológicas, contribuem em grande medida, pois oferecem recursos para problematizar meus supostos. Ao buscar a origem dos processos de organização dos movimentos sociais, os autores oferecem um campo de análises para percebermos tais processos que aconteciam em distintos locais.

Com isso, pude entrecruzar essas análises e as informações levantadas por eles – quase concomitantemente aos acontecimentos – com os materiais levantados por mim, vinte anos depois, ampliando meu campo de análise e de compreensão, observando semelhanças e especificidades ou mesmo diferenças e ambiguidades.²⁰ Dentre esses trabalhos, destaco a obra de Eder Sader, que analisa o contexto das experiências e lutas de trabalhadores engajados em movimentos sociais populares da grande São Paulo, entre os anos de 1970-1980. Ao discutir as novas características dessas experiências, ele chama a atenção para o despontar na cena histórica de sujeitos que experimentam o deslocamento de “centros” (sindicatos, Igreja, esquerdas), até então tidos como “tutores” desses movimentos, coibindo sua autonomia. A esse processo de tomada de autonomia, Sader chama da emergência do novo sujeito coletivo, o qual cria novas condições para o exercício da cidadania. O autor nos permite entender o significado e alcance da organização de trabalhadores que se auto-organizam e traçam as mais diversas estratégias de lutas em torno de objetivos e interesses comuns.²¹

No entanto, a experiência social dos sujeitos que abordo na pesquisa aponta para um outro tipo de mobilização no interior dos movimentos sociais que não é a mesma daquela sinalizada por autores da sociologia que discutem o processo de autonomia do sujeito coletivo frente às “estruturas em crise”. Os materiais com os quais trabalhei apontam para uma outra postura dos sujeitos, que é justamente a de buscarem, nestas instituições e entidades, alternativas para fortalecerem e ampliar suas lutas, reivindicações e utopias. Observei a busca do apoio e da força política dos partidos políticos de esquerda, dos sindicatos – na possibilidade de formar oposições sindicais e conquistar direções dos sindicatos para um sindicalismo combativo alinhado com a CUT –; a busca do apoio oferecido pelas Comunidades Eclesiais de Base, na linha da Teologia da Libertação da Igreja Católica, demonstrando o compromisso político dessa

²⁰ Algumas discussões que contribuíram nesse campo foram: PAOLI, M. C., SADER, Eder; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 6, p. 129-149, 1986; KOWARICK, Lucio. Introdução. In: _____ (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. Op.cit.; SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²¹ A referida obra aponta os diversos significados das lutas cotidianas de pessoas comuns em torno de seu viver, morar, trabalhar. Repensa a atuação de movimentos sociais populares da região de São Paulo, de modo a evidenciar neles a multiplicidade de vivências constituintes das experiências dos diversos sujeitos que compõem o social, avaliando assim sua heterogeneidade, mas sem perder de vista as singularidades de cada movimento, ou seja, valorizando a diferença. É neste sentido que Eder Sader aponta a emergência do novo sujeito coletivo e, o mais importante, evidencia o seu caráter de sujeito histórico que não só entrou em cena, mas modificou o cenário de suas atuações, em suma, tornou-se sujeito de sua própria história. Ver: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande Op. cit.*

linha da Igreja com a transformação das relações sociais que imprimiam desigualdade, miséria, desemprego, inflação, violência urbana e rural.

Assim, os resultados desta pesquisa propiciam direcionar um outro olhar para este período, a fim de se perceber que diferentes experiências coexistiram, algumas vezes em diálogo, outras não, o que me faz considerar que os sujeitos coletivos criaram alternativas diferenciadas para seus problemas. Em alguns momentos, constituíram uma autonomia em relação a determinadas “estruturas” antes consolidadas, como Eder Sader e outros autores bem apontam em seus trabalhos. Mas, em outros momentos, constroem alianças com tais estruturas e lutam pelos espaços sociais que elas representam como forma de se fortalecerem politicamente. Isso alerta para percebermos as contradições e ambiguidades existentes no processo histórico, e não homogeneizar estas “estruturas”, como, por exemplo, a Igreja Católica, que, mesmo possuindo práticas reconhecidamente conservadoras, sofreu fissuras no seu interior, de onde se originou a Teologia da Libertação (nas suas múltiplas facetas) que significou um campo pautado no compromisso político em lutar por uma sociedade menos desigual e que ofereceu apoio às lutas dos trabalhadores e, em vários momentos, até as estimulou.

Minha intenção é pensar a ideia do *fazer-se* da classe no processo histórico, a partir da produção de memórias, pensada também como parte desse *fazer-se*. Com isso, busquei entender as articulações políticas a partir da experiência dos sujeitos e não a partir das estruturas de representação criadas, pois tanto o processo de organização da classe, quanto a produção de memórias são analisados aqui na base dos valores de classe compartilhados nos lugares que abrigaram essas lutas (ou foram criados a partir delas) e das experiências dos sujeitos que empreenderam tais processos. Questões importantes, então, surgiram: como aqueles militantes interpretavam toda aquela movimentação? Como interpretavam os sermões nas missas e os convites à mobilização e criavam identificações com suas experiências? Qual terreno comum os unia?

A noção da experiência é entendida e analisada na investigação desses processos como o caminho elaborado na organização de núcleos distintos de lutas na cidade, na conjugação das forças políticas desses núcleos, onde percebi um intenso diálogo entre as lutas sindicais e as lutas populares, na busca de fortalecimento de um movimento maior que criou redes pelas quais os movimentos sociais compartilhavam um projeto político e social de intervenção na sociedade. O que estou tratando aqui como experiência é esse caminho traçado pelos sujeitos para se inscreverem no processo

social: suas propostas de intervenção, as estratégias criadas no sentido de se fazerem vistos e ouvidos, o processo de organização a partir dos valores de classe ali compartilhados que os levavam à ação, a participação em atividades da Pastoral Operária e nas chapas de oposição em sindicatos, na constituição de associações de bairro, reconhecendo nessas propostas possibilidades concretas de mudança.

Esse procedimento de análise é desenvolvido a partir das proposições de Thompson, quando nos instiga a produzir uma outra historiografia voltando a análise do processo às ações do sujeito na história.²² Por isso, minha intenção é fazer uma interpretação a partir dos valores, pois eles são construídos no embate da luta de classe experimentada por aqueles trabalhadores que se tornaram árdios militantes em movimentos sociais; nesse sentido, os valores são entendidos como campo de forças, portanto, me permitem tratar a experiência de participação dos militantes de Uberlândia em redes de movimentos sociais criadas no país como uma das expressões do processo de organização dos trabalhadores na sociedade dos anos 1980.

Ao me ocupar em buscar as experiências sociais para problematizar a disputa de valores entre as distintas forças sociais, como forma de valorizar a ação dos sujeitos na história, um caminho que precisei trilhar foi o de recompor os elementos da cultura desses sujeitos. Isso implicou recorrer às práticas sociais elaboradas nos diferentes espaços frequentados pelos trabalhadores, para analisar como, nesses espaços, distintas experiências se encontravam e se influenciavam, elaborando modos de luta que compunham suas culturas²³.

Observava nos materiais impressos um intenso diálogo com questões sociais amplas que sugeriam um enfrentamento das condições adversas vivida pelos

²² O historiador inglês cria um embate com as propostas de análise que se remetem às estruturas em detrimento do sujeito. Faz dura crítica à visão etapista da história feita pela tradição marxista ortodoxa e à concepção naturalista da história. O conceito de experiência – o termo ausente em Marx –, proposto pelo autor, exige do historiador reconhecer os sujeitos sociais como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas como necessidades, interesses, antagonismos e sentimentos e tratam essa experiência em sua cultura e em sua consciência. A experiência remete à valorização da ação do sujeito na história. Ver: THOMPSON, Edward. O termo ausente: a experiência. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Op. cit., p. 180-201.

²³ O conceito é pensado, aqui, como um conceito investigativo e como um processo social constitutivo que cria modos de vida específicos e diferentes, ou seja, não é um conceito estático, pois se forja na dinâmica do processo histórico e, portanto, é carregado de historicidade. Essa noção permite pensar em culturas como uma forma de explorar diferentes modos de vida reconhecendo neles a pluralidade. Partimos do suposto que a produção de memórias é também dimensão da cultura, pois esta categoria expressa todas as dimensões da vida. Ver: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. cit.; FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 63-90, dez. 1993; WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: _____. *Marxismo e literatura*. Op. cit., p. 17-26.

trabalhadores (como arrochos salariais, más condições de moradia e dificuldade de acesso a ela, inflação que corroía os salários, más condições de trabalho, conflitos e violência no campo) e um compromisso político em discutir as relações sociais que geravam essas situações, para além das demandas de cada movimento ou categoria. Por outro lado, as entrevistas vinham reforçar essa ideia do engajamento político, apontando os valores que compunham a vida dessas pessoas e como eles eram forjados nos espaços por onde circulavam – sindicatos, Pastoral Operária, Pastoral da Terra, associações de bairro, movimento estudantil, missas promovidas por religiosos da Teologia da Libertação da Igreja Católica, partidos políticos.

Era recorrente, tanto nas fontes impressas, quanto nos registros orais, a referência à solidariedade de classe, à união como caminho que levava ao fortalecimento, à luta constante por liberdade e por justiça. Fui percebendo que a mobilização dos trabalhadores se dava na base desses valores compartilhados, no modo de se relacionar com companheiros de trabalho, com os vizinhos, de participar de grupos de discussão nas pastorais, de viver a religiosidade, de sentir e criar alternativas para a opressão, na maneira como interpretavam uma condição comum – ser trabalhador e sentir-se explorado nessa condição – buscando nesses espaços soluções para seus problemas.

Esses são elementos que compõem a cultura – forjada no embate de classe – daqueles sujeitos que propuseram várias formas de intervenção, sendo a preocupação com a guarda dos registros produzidos uma delas. Muitas vezes, esses elementos foram apontados na condição de *necessidade* criada naquele momento histórico. Assim, a noção da *necessidade* de lutar nos movimentos sociais parecia ser a mola propulsora das suas práticas de luta que se expressavam nas conquistas e na constituição de locais de luta política, se desdobrando nas articulações estabelecidas, na formação de redes que interligavam diferentes movimentos e interesses e no desejo em difundir aquele projeto de sociedade a outros caminhos.

Essas formas culturais de se relacionarem na base da solidariedade, da união, no desejo por serem livres – liberdade reivindicada não só na luta contra a repressão imposta pela ditadura militar no Brasil, mas principalmente no direito de serem livres da opressão socioeconômica à qual se viam submetidos – constituía o campo de valores culturais vividos no interior dos movimentos populares e sindicais, forjando seus modos de vida e de luta. Elas me forneciam condições para analisar o que, no decorrer da

pesquisa, se apresentou como um furor de variadas formas de comunicação naquele momento, me fazendo atentar para a atuação da imprensa sindical e de uma incipiente e criativa imprensa popular, criada muitas vezes pelas próprias mãos dos militantes.

Chamou-me a atenção a força que essas formas impressas assumiam naquela conjuntura frente às injunções históricas, mostrando uma atividade criativa com grande capacidade de mobilização, ao criar estratégias de informação e de formação, se expressando em modos de luta. Apresentavam-se em forma de periódicos, boletins e informativos sindicais ou de associações de bairro, panfletos e cartilhas. Ainda que produzidos com diferentes ordens de recursos técnicos e financeiros, muitos desses materiais se assemelhavam na forma e/ou no conteúdo.

Investi na análise desses materiais por entendê-los enquanto linguagens constituídas pelos diversos agentes que participavam daquelas redes, materializadas na Coleção CDP, diante da necessidade de se fazerem vistos e ouvidos naquela conjuntura onde propunham alternativas e questões, portanto, capazes de revelarem as relações sociais onde foram produzidas, porque foram produzidas nessas relações. Parti do suposto de entender linguagens como elementos da cultura constituídos e construídos historicamente que instituem e constituem a realidade social.

Raymond Williams, ao afirmar que “a linguagem fala dessa experiência [...]. Ou, mais diretamente, a linguagem é a articulação dessa experiência ativa e em transformação; uma presença social e dinâmica no mundo”²⁴, me trouxe o desafio de buscar nos materiais produzidos naquelas formas de comunicação, a experiência de luta, de resistência e de organização dos trabalhadores em torno dos movimentos sociais. Heloisa Faria Cruz, em diálogo com Williams, assinala, no trabalho com imprensa, impressos e seus produtores, a possibilidade de “desvendar os processos e práticas sociais que articula sua constituição/instituição em um momento histórico determinado”.²⁵

Busquei, nessa análise, articular a historicidade dessas produções ao movimento mais amplo onde foram produzidos, pondo em foco minha problemática. Deter-me sobre como se compuseram suas formas e seus conteúdos apresentava os modos de inscrição desses sujeitos no processo social, apontando as estratégias criadas para

²⁴ WILLIAMS, Raymond. Língua. In: _____. *Marxismo e literatura*. Op. cit., p. 43.

²⁵ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC/FAPESP, Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000. p. 23.

mobilizar/informar/formar, criar adesões ao projeto social e político defendido pelos diversos núcleos dos movimentos sociais.

A riqueza oferecida por suas formas e conteúdos me instigava a problematizar seus processos de produção e articulá-los ao processo mais amplo em questão, possibilitando encontrar o fio condutor para o trabalho: os temas comuns da luta. O que sinalizava também como estes materiais atuavam na produção de memórias, evidenciando como a memória se tornava dimensão ativa da luta. O suposto aqui é de que a imprensa deve ser vista como um local social onde se produzem memórias, disputa sentidos de presente, cria modos de viver e de pensar, portanto, devemos colocá-la sob o crivo de nossas indagações.²⁶

Os registros orais também traziam pistas sobre como a memória se tornava campo ativo de lutas, pistas que, aliadas aos temas e modos de atuação dos periódicos e boletins, mostravam que a preocupação com a memória compunha os elementos daquela cultura de luta dos movimentos sociais. Eles deixavam claro que o sentido de memória ali produzido era preparar militantes para a luta. Por isso a importância de se constituir acervos que fossem alimentando os movimentos populares e sindicais diante

²⁶ Alguns trabalhos constituíram-se importantes referenciais teórico-metodológicos para o desenvolvimento dessa proposta e muito contribuíram para minha compreensão das experiências de produção de boletins, panfletos e periódicos por entidades organizadas dos movimentos sociais, enquanto práticas sociais elaboradas naquela conjuntura específica, mediante relações sociais desiguais de participação às formas instituídas de comunicação. Destaco alguns deles, como: Laura Antunes Maciel que analisa o telégrafo como uma prática social que incorporou e redefiniu outras linguagens e também instituiu novas formas de se comunicar, moldando a língua, informando alterações na produção literária e na imprensa entre o final do século XIX e início do XX; Heloísa Faria Cruz que, ao analisar uma diversidade de folhas de propaganda e periodismo produzidas na cidade de São Paulo, discute o processo de transformação da cidade e da cultura a partir destas folhas, apresentando o movimento de incorporação de práticas sociais populares nestas folhas e como elas se construíam nas relações urbanas, instituindo modos de viver; Marta Emisia Jacinto Barbosa, que analisa a força dos meios de comunicação em nossa sociedade, pensando a relação imprensa/memória/história como forma de problematizar suas relações sociais e seus processos de instituição, adverte para não tomarmos a imprensa como espelho da realidade e sim como agente que atua nessa realidade, que produz opiniões, divulga projetos e constitui memórias, e ainda nos chama atenção para percebermos os movimentos na história que apontam para um enfrentamento da mídia e que constituem novas estratégias de comunicação; no livro *A pesquisa em história*, vemos como questionar os materiais, indagar sobre seu lugar social, sobre os projetos de sociedade que se propõem a construir e os caminhos propostos para se chegar a ele, enfim como desmontar discursos. Ver, respectivamente: MACIEL, Laura A. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa (1880-1920). In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. cit., p. 14-40; CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. Op. cit. p. 15-25; BARBOSA, Marta Emisia J. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes et alii (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262-272; VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. Op. cit.. Ver também: CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto história*. São Paulo, n. 35, p.255-272, jul./dez, 2007; WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História*. São Paulo, n.35, p.16-26, jul./dez. 2007.

das necessidades enfrentadas em seus embates, caso exemplificado não só pelo CDP em Uberlândia, mas por outros centros de memória em outros locais²⁷.

Os entrevistados apresentam, com recorrência, a expectativa, alimentada ao longo aquele período, de aprender com outras experiências, promover a reflexão, buscar informações para saber como lutar, negociar, reivindicar, questionar. A memória popular assumiu, naquele momento, esse caráter amplo: ser espaço de aprendizado. Esse caráter remete à necessidade de informar e formar, ao porquê de constituir espaços que possibilitassem esse aprendizado e por que era necessário criar redes, pelas quais pudessem se comunicar com outros sujeitos e experiências, fazendo circular informações e materiais produzidos.

Se a memória popular era entendida como espaço onde se formassem militantes, a lógica de composição desses acervos era focar nas experiências organizadas. Portanto, não pude deixar de problematizar que a concepção de memória popular em voga naquele momento, entre as entidades que atuavam na sua produção e preservação, como era o caso do próprio CDP, se pautava muito no que os movimentos sociais organizados daquele período viviam e produziam, tendo como grande referencial o movimento operário. Com isso, as movimentações de sujeitos fora desse âmbito da organização tradicionalmente reconhecida (as lideranças e os grupos ativistas) continuavam relegadas ao esquecimento e à negligência de suas histórias e culturas, deixando, desse modo, o direito ao passado apenas no campo das discussões que já começavam a demandar essa democratização.

Essa é uma discussão que me propus a enfrentar, pois ao reconhecer as iniciativas na década de 1980 em constituir referências das lutas populares na busca por construir uma sociedade mais justa e igualitária, não posso deixar de assinalar seus limites e dificuldades e que ainda há muito a ser feito em termos de alcançar avanços na democratização àquele direito. Essa compreensão se dá mediante minha concepção acerca do conceito de memória popular: campo de luta e alvo de disputas, onde diferentes expressões da cultura popular – aqui entendida como conjunto de práticas e formas de consciência que possuem uma lógica própria²⁸ – se manifestam e onde o

²⁷ Ao longo do primeiro capítulo, apontaremos tais centros, bem como seus interesses.

²⁸ Referenciamos-nos no trabalho de Marilena Chauí para pensar essa definição de cultura popular. Ver: CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

direito à memória e à história reivindica o florescer da diversidade cultural vista em seus conflitos e tensões.²⁹

Nesse sentido, concordo com o Grupo de Memória Popular, do *Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham (Inglaterra), quando afirmam que a memória popular é objeto de estudo e uma dimensão de prática política.³⁰ Esse foi o grande desafio que me coloquei: apontar as experiências representadas na materialidade da Coleção CDP, sem perder sua dimensão de campo atravessado pelas lutas sociais, que contém processos de resistência e de subordinação das classes trabalhadoras. É na expectativa de enfrentá-lo que proponho tal problemática, de maneira a torná-la pertinente à demanda constituída em nossa sociedade e, também, como uma possibilidade de atuar na produção de outras memórias que reconheçam a pluralidade e vitalidade da memória popular, reivindicando sua ampliação para além das práticas elaboradas na década de 1980, em que o popular foi entendido apenas como aqueles movimentos organizados, como foi o caso do CDP.

As correspondências recebidas e enviadas pelo CDP indicavam quais eram as entidades de memória, os centros de documentação, os arquivos, os centros de estudos e de informação, as escolas de formação que participavam dessa rede, constituindo acervos, produzindo materiais e fazendo permutas. Assim, as práticas elaboradas a partir da movimentação dos trabalhadores eram articuladas às entidades de memória, na medida em que tais entidades se ocupavam em registrar as experiências daquela movimentação, atuando como produtoras de memórias acerca desse processo, ao organizar, selecionar, registrar, difundir esses materiais nas redes. Assim, meu suposto de pensar a memória como campo de luta ganhava sustentação nestes indícios que apresentavam como ela foi dimensão ativa da luta.

²⁹ Algumas discussões que me orientam sobre o debate acerca de memória popular, direito à memória e cidade são: PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. Op. cit.; CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. Op. cit., p. 9-11; CALVO, Célia R. et alii. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloisa Helena P. e MACHADO, Maria Clara T. (Orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: Edufu, 2005. HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Op. cit. p. 247-264. CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. Op. cit.

³⁰ GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. cit. p. 282-295.

À medida que materiais impressos e entrevistas delineavam uma espacialização da luta, aos poucos foi aparecendo a cidade. Essa espacialização se fazia na ocupação de certos lugares transformados em espaços de lutas, como as praças e as avenidas, ocupadas nas comemorações do 1.º de Maio, fazendo-se locais de protestos e manifestos para pressionar o poder público e o patronato, na celebração de missas que aliavam discussões litúrgicas e reflexão sobre a desigualdade entre as classes sociais, na atividade de panfletagem realizada por militantes. Ou ainda, a cidade aparecia/se fazia em outros espaços, como os bairros, nas reivindicações dos moradores que lutavam por melhorias no serviço de transporte, de saúde e na educação nesses bairros, na luta pelo acesso à moradia. Assim, o conjunto das evidências selecionadas apresentava como a cidade foi se constituindo historicamente nessas relações sociais, marcadas pelo conflito de classes, na ocupação que os movimentos sociais faziam dela, disputando o direito a ela e à produção de suas memórias. Os espaços da cidade se apresentavam carregados dos significados das lutas empreendidas que a construíam e a modificavam.³¹

Devo ressaltar aqui a contribuição da historiografia produzida sobre a cidade de Uberlândia, que traz abordagens e temas ligados aos trabalhadores, dialogando com as perspectivas propostas no interior da tradição marxista inglesa, pautada no método do materialismo histórico. São abordagens que tratam de questões específicas sobre modos de vida na cidade, mas que contribuem em grande medida para o debate historiográfico, oferecendo pontos de apoio para o enfrentamento das minhas questões. Esses trabalhos me ajudavam a compreender melhor determinados processos de disputa na cidade que muitas vezes apareciam fragmentariamente nos materiais.³²

³¹ Alguns trabalhos me ajudaram a compreender como a cidade é construída historicamente frente às relações conflituosas que delineiam marcas na sua feitura e, ao mesmo tempo, provocam questões no como enfrentar essa categoria em nosso trabalho são: FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: _____ (Org.). *Cidades*. São Paulo: Olho d'Água, 1999, p. 5-14; SILVA, Lucia. Iniciando a conversa: a cidade do Rio nos 20. In: _____. *Luzes e sombra na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze, 1920-1945*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2006; BARBOSA, Marta Emisia J. Entre casas de palhas e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON, Déa Ribeiro. (Org.). *Cidades*. Op. cit., p.153-171; NEVES, Margarida de Souza. O Povo na Rua, um “conto de duas cidades”. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p.135-155.

³² Alguns trabalhos são: PETUBA, R. M. S. *Pelo direito à cidade: experiências e luta dos ocupantes de terra do bairro Dom Almir*. Uberlândia (1999-2000). 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001; MEDEIROS, E. A. *Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade*, Uberlândia, 1970/2001. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002; MORAIS, S. P. *Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia, 1970/2000*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002; REIS, M. V. *Entre viver e morar: experiências dos moradores de conjuntos habitacionais* (Uberlândia, 1980-1900). 2003.

As fontes selecionadas na pesquisa foram boletins e periódicos sindicais, cartilhas produzidas pela Pastoral Operária, alguns informativos produzidos por associações de bairro, panfletos, folders, manifestos – estes produzidos por distintas entidades dos movimentos sindicais e populares que participavam das redes formadas por diversos núcleos de movimentos sociais, não só de Uberlândia, mas de vários locais do país –, correspondências recebidas e enviadas pelo CDP e o Guia de Pesquisa da Coleção CDP. A intenção em trazer essas distintas naturezas de materiais foi apresentar como as redes se formaram, os interesses comuns compartilhados pelas suas entidades produtoras, que disputavam espaços políticos e a produção memórias.

Isso a partir de alguns temas comuns que apontavam as demandas ali constituídas, como, por exemplo: comunicação (o enfrentamento com a grande imprensa, seus processos de produção, discussão sobre a democratização dos meios de comunicação), eleições, greves, formação/informação, comemorações do 1.º de Maio. O trabalho de análise desses materiais se pautou na expectativa de apresentar e problematizar as relações sociais que os engendraram, colocando em foco seu significado social, o que inclui pensar seus produtores como sujeitos históricos que elaboraram propostas de intervenção no processo social. Indaguei não só o processo de produção, mas também o processo de preservação na tentativa de explicitar as relações estabelecidas naquele momento.

Quanto às entrevistas orais, busquei interpretar aqueles processos a partir do que os entrevistados relatavam, e investigar o significado daquela experiência para eles. Elas trouxeram maior compreensão sobre a articulação entre forças locais, os processos de organização e mobilização vividos em Uberlândia, o que, por sua vez, me possibilitava entender as articulações mais amplas. O contato com os entrevistados representou maior vitalidade à pesquisa, pois se tornou um momento rico para refletirmos sobre a relação presente/passado a partir das memórias ali constituídas no instante de cada diálogo, todas com certo entusiasmo, ao se recordarem dos feitos, das conquistas e dos valores

Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003; JALES, R. S. J. *Cidade e cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no bairro Bom Jesus*. Uberlândia (MG), 1960/2000. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006; FREITAS, S.S. *Por falar em culturas...: Histórias que marcam a cidade*. Uberlândia (MG). 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009; SANTOS, C. M. S. *Ser trabalhador na cidade: relações de classe em Uberlândia: fins do século XX e início do século XXI*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

compartilhados que os impeliam a luta e, mesmo, na reflexão sobre os dissabores experimentados nos movimentos onde militaram.

A escolha dos entrevistados se fez diante da necessidade de ouvir diferentes experiências de participação naquela movimentação. Foram realizadas sete entrevistas com militantes dos movimentos sindicais e populares da cidade, sendo uma delas produzida no ano de 2007, à época da pesquisa sobre o Centro de Documentação Popular, durante a graduação, e recuperada nessa nova etapa. Cheguei até os primeiros entrevistados a partir de informações de pessoas que sabiam sobre a experiência do CDP. Seus nomes eram mencionados recorrentemente nos materiais da Coleção, pois haviam sido participantes do CDP (Ronan Hungria e Élson Felice). Não tive muitas dificuldades em encontrar os entrevistados. O primeiro contato foi com Ronan (em 2007), que chegou a apontar alguns outros nomes. Ele foi militante do movimento estudantil, logo em seguida se engajou no movimento sindical e popular como assessor e participou da constituição do CDP, pois na época era estudante do Curso de História da UFU.

Já em 2010, entrei em contato com Élson, que era militante sindical. Ele me deu informação sobre Francisco Medeiros, jornalista que produziu materiais para os movimentos popular e sindical e hoje trabalha no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação e Afins – STIAU. O nome de Medeiros também era recorrente nos materiais da Coleção – nos boletins que ele produzia. Foi Medeiros quem me indicou vários outros nomes de militantes e nos forneceu o contato dessas pessoas, tornando meu caminho mais fácil.

A partir de então, entrei em contato com vários militantes. Maria de Fátima Lucena foi militante na Pastoral Operária, no movimento de bairro e no Sindicato das Indústrias do Vestuário de Uberlândia, hoje é aposentada e atuante na ONG “Associação dos Portadores de Lesões Relacionadas ao Trabalho de Uberlândia e Região – APLERT”. João Batista de Lima foi militante no STIAU, no movimento de luta pela terra e no movimento de bairro, participou da oposição sindical como membro da primeira chapa oposicionista que conseguiu ganhar o Sindicato naquele período; hoje, atua como cabeleireiro e se afastou da militância.

Aniceto Ferreira foi militante na Pastoral Operária, no movimento de bairro, no movimento sindical, participou na oposição sindical do Sindicato dos Comerciários de Uberlândia, militou no movimento político-partidário pelo PT, sendo eleito vereador

por três mandatos; hoje, é assessor parlamentar de um deputado estadual. Por fim, Antônio de Almeida, que foi militante no movimento sindical do ABC Paulista, onde também atuou nas discussões de movimento de bairro e no movimento político-partidário, pelo PT. Ao vir para Uberlândia, em 1987, Antônio se filiou ao PT local e participou ativamente do movimento sindical da Universidade Federal de Uberlândia como docente do Instituto de História e foi presidente da ADUFU (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia – Sindicato dos professores da UFU), Seção Sindical da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, nos anos iniciais de 1990. Hoje, continua atuando como docente da UFU.

Como pode-se observar, todos participavam em várias frentes de atuação política, fato que era reforçado nas entrevistas. Num primeiro momento, as perguntas foram feitas de forma mais direcionada ao tema da participação destes sujeitos naquela movimentação, buscando as articulações entre as entidades locais e com as nacionais. Mesmo com essas perguntas mais diretas, as pessoas se colocavam no centro da narrativa, enfatizando suas experiências naquele processo, chamando a atenção para o processo de elaboração do ato interpretativo em que consiste o registro oral. Posteriormente, reformulei as questões de modo a buscar a experiência vivida daquele sujeito para compreender sua inserção naquele processo que eu investigava e, então, passei a perguntar sobre seus locais de origem (cinco dos sete entrevistados vieram de outras cidades em busca de melhores condições de vida ou porque conseguiram empregos em Uberlândia, caso de Antônio Almeida e Francisco Medeiros).

Todos os entrevistados se prontificaram a realizar as entrevistas, demonstrando interesse em falar sobre suas experiências naquele momento. O que interpretei como desejo de reafirmar, em nosso presente, aquele projeto de sociedade partilhado naquele momento, e, ao mesmo tempo, como expectativa de afirmar suas memórias frente à pesquisadora.

Os trabalhos do crítico italiano Alessandro Portelli constituíram-se em referencial teórico-metodológico para explorar os registros produzidos com as entrevistas, que, segundo ele, devem ser encarados como textos produzidos a partir da interpretação, no presente, da experiência vivida no passado. Portanto, a entrevista deve ser tomada mais como um processo do que um texto acabado³³, onde as digressões, as

³³ Ao discutir a importância do tempo no momento da narrativa, Portelli defende: “a dificuldade que entrevistadores (e narradores) muitas vezes encontram em finalizar uma entrevista mostra sua

pausas, as repetições são procedimentos constitutivos da oralidade e por isso devem ser considerados no momento da análise. Para o crítico literário italiano, a memória é um processo social que se constitui num meio social dinâmico,³⁴ valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados, por isso o registro oral é representativo de várias outras histórias.

Portelli ainda nos fala das possibilidades que os registros orais oferecem ao mostrar a capacidade do sujeito ver, interpretar e influir na história.³⁵ Isso me remete àquela noção abordada pelo Grupo de Memória Popular, quando nos diz que a produção da memória popular é também prática política, pois, no caso da história oral, podemos ressaltar o espaço, a experiência de sujeitos comumente relegados ao esquecimento, ao recuperarmos o sentido histórico de suas experiências.

O trabalho aqui apresentado se constitui em três capítulos. No primeiro capítulo, “Movimentos sociais em rede: sujeitos, espaços de luta e memórias”, mapeie os agentes, sobre os quais se tem o registro na Coleção CDP, que elaboraram um conjunto de práticas que visavam à mobilização dos diversos núcleos de movimentos sociais na sociedade brasileira, sendo a produção de memórias uma dessas práticas. Apontei quais sindicatos, centros de memória, centro de estudos ou de educação popular, associação participavam na condição de doadores de material e/ou produtores naquelas redes. A intenção é apresentar quem eram, o que propunham e qual a natureza do contato estabelecido para visualizar tais agentes em seu processo contínuo de articulação e de busca de união das lutas que se fortaleciam nos anos de 1980. A própria constituição do Centro de Documentação Popular é abordada a partir da compreensão de que, neste período, várias propostas de intervenção no social foram elaboradas, sendo ele mais uma força social que mobilizava várias ações e também o campo da memória.

No segundo capítulo “E as redes se fizeram: comunicação e memória”, abordei como se forjou um processo de comunicação criado pela imprensa sindical daquele

compreensão de que a história que estão contando é aberta, provisória e parcial”. PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. Op. cit., p. 298.

³⁴ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*. São Paulo, n.15, p.13-49, abril/1997.

³⁵ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 59-72, 1996. Em outro momento, Portelli defende como os registros orais informam sobre as relações mais amplas, pois, ao construir sua narrativa, o narrador faz o encontro de um acontecimento, um lugar e uma subjetividade, o que dá à memória individual o valor qualitativo, que devemos considerar ao trabalhar com o registro oral. Ver discussão PORTELLI, Alessandro. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 25-26, p. 27-54, jul./dez. 2001/jan./jun. 2002.

momento e por uma imprensa popular que se constituiu frente às necessidades dos movimentos em produzir seus próprios materiais de luta. Busquei responder algumas questões que surgiam na análise dos materiais: qual o papel que tais formas impressas cumpriam nessa rede? Quais as expectativas e os projetos criados em torno dessa produção então compreendida como um furor desse tipo de comunicação naquele período? Vi nessa abordagem a possibilidade de discutir a historicidade dessas produções, buscando suas articulações com a história dos movimentos sociais. Aqui, o processo de produção de memórias pelos diversos agentes tratados se torna evidente a partir da análise de seus processos de produção.

No terceiro capítulo “Articulações: estratégias de luta, projeto político e visibilidade.”, tratei sobre como se constituiu um projeto político e social que foi compartilhado por vários sujeitos naquele período, a partir de uma gama de expectativas que compunham vários outros projetos em curso. Percebi que a elaboração desse projeto almejava: o fortalecimento político da classe trabalhadora, a partir das articulações estabelecidas entre as distintas entidades dos movimentos sociais, não só da cidade, mas de vários lugares do país; a organização dessa classe, para lutar por direitos, criar estruturas de representação e modos de luta unificados; a transformação das condições de vida adversas, vivenciadas por milhões de trabalhadores do país; e, ao mesmo tempo, a reivindicação do direito à história e à memória. A articulação, estratégia utilizada para consolidação desse projeto, entre os diversos sujeitos e agentes dos movimentos sociais, levou-os à formação de redes como forma de enfrentar semelhantes situações de conflitos e de pressões vividas em diferentes lugares do país, compartilhando estratégias de resistência, expectativas de mudanças nas relações sociais, aprendizados de luta desenvolvidos historicamente pela classe trabalhadora, com vistas à construção de uma outra sociedade.

Capítulo 1

Movimentos sociais em rede: sujeitos, espaços de luta e memórias.

Ah tem, né, acho que é importante [a iniciativa do CDP em registrar os materiais produzidos na luta], acho que tudo que... [pausa] Acho que tudo mostra o que acontece. Porque isso mostra que o que as vez tem de bom hoje foi construído, num foi aparecido, né, foi construído, né. Muita das coisas que nós temos hoje foi construído! Vamos imaginar: se não houvesse oposição no movimento sindical, no movimento estudantil, talvez num existia um deputado federal, deputado estadual, um vereador, um líder da CUT! Se não houvesse oposição, num existia nada disso, né. Tantas pessoas que hoje tá assumindo cargo é... em repartições pública, talvez, se num tivesse isso, num tinha essas pessoas! Uma coisa é você indicar uma pessoa numa repartição pública, outra coisa é você indicar uma pessoa que tem conhecimento e tem causa do seu passado por aquilo, né? Eu acho que isso é que é a importância de guardar a história (!), de lembrar a história, de arquivar a luta do movimento popular, do movimento sindical, porque mostra que aconteceu uma coisa. E que muitas coisas porque foram criada, num foram aparecida, né?

João Batista de Lima

Neste capítulo, a intenção é mapear os agentes que participaram de todo esse processo de mobilização dos vários movimentos de trabalhadores, a que se tem o registro na Coleção CDP. O foco é apresentar tais agentes em seu processo contínuo de articulação e de busca união de suas lutas que se fortaleciam nos anos de 1980. Nesse sentido, a constituição do Centro de Documentação Popular é abordada a partir da compreensão de que neste período várias propostas de intervenção no social estavam sendo elaboradas e, são nessas injunções históricas que ele se cria, se colocando como mais uma força social, que mobilizava também o campo da memória.

Abordei algumas práticas desenvolvidas por tais agentes nos diversos campos da vida social, com vistas a discutir seus significados, enquanto intervenções no social e na produção de memórias. Essa escolha foi apresentando a conjuntura bastante adversa onde se faziam sujeitos. Todo esse processo é analisado, valorizando a força desses

sujeitos na história, os quais alteravam a dinâmica dos acontecimentos a partir de seus interesses, expectativas, sonhos e necessidades, diante dos limites e pressões vividos nas suas relações sociais.

Porém, não se pode perder de vista que essa problemática é desenvolvida e testada no diálogo com as evidências, a partir dos significados produzidos pelo CDP naquela conjuntura e dos significados produzidos pela Coleção CDP em nosso presente: a interlocução entre diversos agentes dos movimentos sociais, a partir da experiência do registro dos materiais produzidos nos anos de 1980. Por tudo isso, apresento meu ponto de partida, ou seja, a Coleção na forma em que ela se apresenta, para demonstrar como opere minhas escolhas e o que privilegiava na análise de sua materialidade.

1.1. O Centro de Documentação Popular: informação e mobilização na formação da rede de movimentos sociais.

A organização da Coleção CDP em linhas temáticas obedecia, nas palavras de quem participou da organização da Coleção no CDHIS, *uma lógica que privilegiasse a visão de um segmento, sem que ao mesmo tempo gerasse individualismo (absolutização) expresso das fontes*³⁶. Assim sendo, obedeciam à lógica dos movimentos, considerando seu contexto histórico. Nesse sentido, cada linha temática procurava reunir os documentos que dissessem respeito a determinado movimento social, suas lutas e sua inserção nesse contexto. Nesse sentido, os materiais foram dispostos primeiramente em sete eixos, sendo assim denominados: Movimento Sindical, Movimento Político-Partidário, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Direitos Humanos, Movimento de Leigos e Católicos, Movimento dos Trabalhadores em Educação e Movimento Diversos.

A linha temática “Movimento Sindical”, que é uma das que contém maior número de material, é composta por cartazes, periódicos diversos, cartilhas, informativos, boletins, de diversas entidades sindicais como a CUT, Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações em Minas Gerais - SINTTEL, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Sindicato Nacional da Associação

³⁶ ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. 1995, 65f., Monografia (Bacharelado) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1995. p.30.

Nacional dos Docentes em Ensino Superior (ANDES), entre outros. As fontes versam sobre várias questões que envolvem tanto a conjuntura sócio-política vivida no país entre 1977 a 1992, quanto discutem as condições de trabalho de diversas categorias de trabalhadores. Revelam suas lutas e reivindicações por melhorias de salário e condições de trabalho, e, portanto, evidenciam os diversos agentes históricos e seus embates cotidianos, como mobilizações e manifestações, comandos de greve etc.

Os materiais que compõem a linha “Movimento Político-Partidário” são: cartazes, periódicos, cadernos, cartilhas e revistas. Apontam as disputas políticas entre os anos de 1985 a 1992 nos níveis estaduais, municipais e nacionais de partidos de esquerda como o PT, PCB, PC do B entre outros, evidenciando suas articulações pelas disputas de poder e de apoio a outros sujeitos presentes na cena histórica das décadas de 1980-90, tais como o MST e a CUT. Contestam medidas de achatamento salarial e desfavorecimento das classes populares nas políticas governamentais. Cabe destacar que, nesta linha temática, a maioria dos materiais é produzida pelos Comitês do PT, o que revela o diálogo entre os idealizadores do CDP com tal entidade partidária.

Os materiais que compõem a linha “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” são: cartazes, periódicos, informativos, cartilhas, cadernos, folders. Todos propõem a discussão da situação do homem no campo e a relação trabalhador/terra, denunciam violência sofrida pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. São materiais produzidos pelas diversas entidades de apoio ao movimento como, por exemplo, a CUT, CPT, CEBs, e materiais produzidos pelo próprio movimento.

A linha temática “Movimento Direitos Humanos” é composta por cartazes, periódicos, boletins, cartilhas e revistas que discutem temas amplos como a condição da mulher na sociedade, as lutas pela terra e violência no campo, a situação dos grupos indígenas na sociedade, a luta do Movimento Negro por sua afirmação sócio-política. Em suma, aborda questões diversas como saúde, transporte, educação, presentes entre os anos de 1978 a 1992.

A linha temática “Movimento dos Leigos e Católicos” reúne periódicos, boletins, informativos produzidos por entidades ligadas à Igreja Católica, como o CEDI, CPT e Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes, Pastoral da Juventude, Pastoral Operária, entre outros. Apontam as articulações estabelecidas entre essas entidades e seus agentes de diálogo tais como MST, movimentos negros, grupos indígenas.

Também revela a participação e intervenção dessas entidades nas situações políticas, econômicas e sociais do país entre as décadas de 1980-1990.

A linha temática “Movimento dos Trabalhadores em Educação” é composta por cartazes, periódicos, informativos que versam sobre temas ligados à educação, à organização dos trabalhadores nessa área que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, além de dialogar com outras questões sociais entre os anos 1982-90. Trazem as questões de reivindicação de escola pública, gratuita e com qualidade, em todos os níveis de ensino e a discussões em torno das propostas para a Lei de Diretrizes e Bases.

A linha temática “Movimento Diversos” contém cartazes, boletins, cartas abertas, jornais, entre outros materiais que discutem questões diversas como meio ambiente, agricultura, educação. Abrange o período entre 1980-1992.

Posteriormente, entre os anos de 2006-2008, com o trabalho desenvolvido por técnicos e estagiários no CDHIS, que recuperaram alguns materiais antes dispersos do acervo do CDP e acrescentou mais três eixos à Coleção, sendo eles: Centro de Formação e Informação, Administrativo, Acervo Bibliográfico de Apoio.

Os materiais que compõem o “Centro de Formação e Informação” consistem em cadernos, cartilhas e revistas publicadas por Centros de Estudos, Institutos de Estudos e Pesquisa, Centro de Documentação e Pesquisa etc. São produzidos por centros como o Centro Ecumênico de Documentação – CEDI, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, Centro Pastoral Vergueiro – CPV, Agência Ecumênica de Notícias – AGEN, Instituto Cajamar, Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas – IBASE, entre outros. Compreende o período de 1979-1991.

O eixo temático “Administrativo” reúne materiais diversos que vão desde correspondências, fotografias, teses, panfletos a documentos produzidos por entidades sindicais e populares, como boletins. Conta com uma variada e grande quantidade de materiais, muitos deles produzidos por movimentos sociais de Uberlândia. São datados entre as décadas de 1980 e de 1990.

Por fim, o eixo temático “Acervo Bibliográfico e de Apoio” é composto por cartilhas, revistas, cadernos, livros, boletins, catálogos etc. Os agentes produtores destes materiais são: CEDI, CEDEC, CUT, entidades sindicais e partidárias, entre outros. Compreende o período entre 1974 a 1995.

A própria organização apresentada pelos materiais, já indiciava o encontro de diferentes tempos históricos: o momento das lutas travadas por distintos sujeitos participantes dos movimentos sociais; o momento da constituição do CDP e a consequente alimentação do acervo; o momento da reorganização dos materiais, agora na forma de uma coleção no CDHIS, que era por onde entrávamos em contato com estas diversas experiências e distintos tempos históricos. Essa organização se apresentava a mim de modo “desordenado”, em relação à conjuntura de produção e, exigia da pesquisadora o fôlego de desorganizá-la para então criar uma organização própria que atendesse às minhas questões e inquietações.

Nesse horizonte, onde essas experiências e tempos históricos se encontravam, novas questões surgiam a partir do meu interesse pela relação memória/história/movimentos sociais, e do contato com a materialidade da Coleção. Quais grupos, sujeitos e entidades participaram desse processo, que me sugeria pensar sobre a elaboração de redes amplas de contatos e de fortalecimento dos movimentos sociais, inclusive no campo da memória? O que esse diálogo sinaliza em termos convergência entre diversas forças sociais? Como e por que essas alianças foram estabelecidas? Quem são os agentes produtores e doadores daqueles materiais? Qual projeto social e político queriam construir? Sobre o que sua materialidade informa em termos de intervenções no social? Quais os movimentos têm intenção de guardar seus registros e, quais conseguiram se fazerem materializados no Centro de Documentação Popular? Quais as necessidades vivenciadas pelos diversos sujeitos envolvidos na elaboração desse projeto? Aos quais interesses e necessidades essa memória popular vinha atender? O que foi selecionado e preservado como expressão desse popular?

Os longos momentos de pesquisa no arquivo do CDHIS iam revelando pouco a pouco como se constituiu a materialidade daquela Coleção. Minhas questões iniciais iam apresentando a conjuntura e confirmando o suposto de que existia uma convergência entre diversas forças sociais. Desse modo, os seus agentes, seus interesses, suas propostas de intervenção e os caminhos traçados para isso, também eram apontados. Organizarem-se em seus níveis locais, para então articularem-se a outras experiências que aconteciam em outros lugares, era um caminho traçado por esses agentes. Nesse processo as redes se fortaleciam e se ampliavam, o que sinalizava que a intensa produção de materiais era expressão das articulações e mobilizações.

Considerando que as evidências devem participar da elaboração da problemática, o contato com essa materialidade da Coleção exigia o mapeamento desses agentes que elaboraram um conjunto de práticas que tinham como finalidade primeira a mobilização dos diversos segmentos do movimento dos trabalhadores na sociedade brasileira. Desse conjunto de práticas a produção de memórias acerca dos movimentos sociais da década de 1980 também se forjava. Na busca de fazer um mapeamento dessa rede e de seus agentes, de suas propostas e sobre a natureza dos contatos recorri ao recurso da análise do Guia de Pesquisa da Coleção, no qual consta uma breve descrição do que trata a fonte, ou seu conjunto, no caso dos periódicos. Assim, obtive uma visão mais ampla das redes e de seus agentes.

O contato com a documentação da Coleção CDP revelou em quais condições se deu a constituição do CDP. O conjunto de materiais - hoje organizados em eixos temáticos dispostos de maneira diversa daquela em que foram recebidos - se apresentava como fragmentos de um processo amplo de movimentação de diversos movimentos sociais no país, evidenciando a interlocução entre eles num dado momento.

Para tornar esse processo compreensível, a produção de entrevistas com alguns sujeitos que vivenciaram essa experiência de fortalecimento dos movimentos sociais em Uberlândia tornou-se caminho indispensável para organizar aquela gama de materiais. À medida que confrontava minhas inquietações com as fontes, ia se desenhando a rede formada na cidade e como ela se entrecruzava com outras redes existentes no corpo nacional, que envolviam diversos e articulados interesses, e onde a memória tornava-se campo privilegiado de luta. A fala dos entrevistados também mostrava que a experiência de registro, utilizada por esses militantes, deu características próprias ao Centro e, por conseguinte, à Coleção CDP.

Na produção das entrevistas, ciente de que o registro oral é produção de memórias – e a memória, enquanto processo social, é representativa da experiência social –, atentei para pôr em diálogo a interpretação que alguns daqueles sujeitos que viveram todo esse processo, elaboravam diante das minhas questões. A intenção era tornar compreensível a materialidade, o produto daquelas relações vividas por tais pessoas, que se apresentava mim, agora, organizada como uma coleção no CDHIS. Pergunta sobre: a conjuntura, a experiência de militância, os lugares por onde se engajavam na luta, os lugares sociais constituídos a partir dessa luta, os pontos de apoio (agentes de diálogo), as práticas elaboradas com vistas à intervenção no social, os

interesses e as expectativas, os embates cotidianos, a produção de materiais, o interesse pelo registro dessa materialidade, sobre o diálogo com o CDP ou sobre sua constituição.

Procurei esclarecer sobre a organização e mobilização desses sujeitos em movimentos sindicais e populares, as conquistas e derrotas, as alianças políticas, como se dava o processo de comunicação, como foram se fortalecendo, quais os níveis locais das redes constituídas e como elas se expandiam num movimento nacional.

Para além das minhas questões, os entrevistados falavam sobre suas experiências, seus desejos e expectativas, ao encamparem um projeto social para transformar condições adversas. Os limites e pressões, experienciados na condição de ser trabalhador numa cidade conservadora, vivenciando condições de achatamento salarial, más condições de moradia, saúde e transporte, algumas vezes vindos de outras cidades, em busca de melhoria de vida, se tornaram elemento primordial para entender sobre as motivações para se tornarem militantes – ainda que sofressem com perseguições no trabalho e muitas vezes da polícia – para produzirem seus próprios meios de comunicação. Enfim, apontavam as necessidades de se engajarem na luta produzindo outras memórias. Aqui, a necessidade de constituir um centro de documentação popular, se tornou clara, como discutirei a diante.

O caminho de reflexão trilhado assinalava a necessidade de investigar como a produção de memórias se fazia componente vital para aquela finalidade que chamei de primeira: a mobilização dos vários movimentos sociais. Com essa problemática em vista, passei a investigar quais os interesses dentro daquele movimento que se alastrava por toda a sociedade e que tomava também o campo da memória enquanto campo de disputa e de afirmação de suas lutas. Algumas questões nesse momento me davam fôlego para enfronhar nos materiais, como por exemplo: quais instituições, pessoas e ações davam movimento às redes que se ampliavam nos mais variados espaços sociais? Qual a concepção de memória estava em voga naquele momento?

Parti para a pesquisa com interesse de investigar as articulações, a conjugação de forças produzidas dentro de uma conjuntura que se mostrava fértil para práticas de união, de fortalecimento dos movimentos sindicais e populares, de solidariedade de classe, exigindo aí a constituição de uma comunicação ativa entre os movimentos dos trabalhadores no país. Simultaneamente aos contatos e articulações políticas, passou-se a produzir o registro de suas lutas, como forma de produzir a memória dos movimentos sociais, das lutas dos trabalhadores. Desse modo, me questionava: quais as relações

sociais que estavam colocadas em Uberlândia, bem com outras cidades do país, que possibilitavam a constituição de redes com a preocupação de se informarem, formarem militantes, buscar fortalecimento e pôr em prática o registro desse movimento?

Faz-se necessário assinalar que o suposto dessa articulação, entre diversos grupos, entidades e ações dos movimentos sociais, que tenho chamado de “redes”, foi gestado quando da pesquisa para a elaboração da monografia de finalização de curso de graduação, quando trabalhei com alguns registros, existentes na Coleção CDP, que me permitiram analisar a formação do Centro de Documentação Popular – CDP.

A partir dessa análise pude perceber que havia vários agentes nesse processo lutando por diferentes projetos sociais, tais como: criação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, mais efetiva atuação de partidos políticos de esquerda (como PCB e PC do B) antes calados pela Ditadura Militar, fortalecimento de um sindicalismo combativo em intenso diálogo com questões sociais mais amplas, fortalecimento das associações de moradores, grande alcance das políticas sociais encabeçadas pelas Comunidades Eclesiais de Base.

Pude perceber que o apoio oferecido pelas CEB's, através das suas pastorais, representou um importante ponto de apoio às lutas dos trabalhadores, demonstrando o compromisso político dessa linha da Igreja com a transformação das relações sociais que imprimiam desigualdade, miséria, desemprego, inflação, violência urbana e rural. De maneira semelhante, os sindicatos e partidos políticos de esquerda foram espaços importantes para essas lutas. Os primeiros se tornaram espaços de intensas disputas com a formação das oposições sindicais com o objetivo de implantar na cidade um sindicalismo afinado com questões sociais mais amplas e não apenas demandas de cada categoria. Já os segundos expressavam apoio às manifestações e às reivindicações populares, sendo que o fortalecimento do PT ganhava destaque nessa conjuntura. O PT era um espaço por onde vários sujeitos dos movimentos sociais circulavam, ganhando importância no processo de mobilização da classe. Os registros analisados apontaram que os “sujeitos coletivos” se articularam nas organizações partidárias, sindicais e da Igreja via Teologia a Libertação, numa estratégia inteligente para se fortalecerem.

Tais projetos se expressavam em práticas sociais como movimentação pelas Diretas Já!, elaboração de projetos populares a serem discutidos na Constituinte de 1988, manifestações em praça pública ou em Assembléias Legislativas, greves, comemoração do 1º de Maio como ato político, etc. Era uma pluralidade de agentes,

expectativas e interesses em lutas particulares e específicas, mas que se congregavam mediante os valores de união e solidariedade de classe, em que as redes formadas representavam a busca de tornar visível o terreno comum que os uniam.

O Centro de Documentação Popular foi constituído em Uberlândia em torno de 1985. Esta ação surgiu de um grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia, que sentiram, dentre outras necessidades, a de constituir um centro de documentação que referenciasse a memória dos movimentos sociais, que trouxesse voz “aos silenciados”, que realizasse *o arquivamento e documentação de materiais ligados à história, na perspectiva dos trabalhadores*³⁷. Realizada a fundação do CDP, o desafio do grupo foi se estabelecer. Nesse intuito, seus integrantes se aproximaram dos sindicatos e da CUT, e diante de uma demanda em criar assessoria aos sindicatos de Uberlândia, o CDP expandiu suas ações, agregando à função da “preservação” (objetivo inicial de sua constituição ainda no interior da universidade), as funções da “formação” e da “informação”. Transformou-se em Centro de Documentação, Formação e Informação Popular, com sigla CDP³⁸, ao articular os diversos elementos e projetos constituídos nessa esteira.³⁹

A assessoria prestada pelo CDP não se restringiu aos sindicatos, pois ela se ampliou aos movimentos populares da cidade. A ampliação se justificava porque muitos daqueles que atuavam no interior do CDP eram também militantes dos movimentos sociais da cidade e acompanhavam as lutas e necessidades ali vividas, e também porque o sindicalismo combativo que se afirmava em Uberlândia tinha o compromisso político de sempre dar apoio a outras lutas que aconteciam.

Esse processo de ampliação das funções do Centro evidencia a vivacidade do projeto que o constituiu, bem como do momento vivido, em que reapropriações, movimentos de transformação e de autorreflexão eram constantemente elaborados. Mostra o processo de constituição do Centro, o qual incorporava as demandas do social e se refazia para atendê-las, mesmo porque esse refazer lhe assegurava sua continuidade.

³⁷ Recorte de jornal. *A Voz da Unidade*. São Paulo, 18 dez.1989. Coleção CDP Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna, n. de ordem 05. CDHIS/UFU.

³⁸ Esta foi a denominação oficial que o Centro assumiu em 1990, de acordo com um estatuto manuscrito existente na Coleção. Estatuto manuscrito. Coleção CDP. Administrativo. Documentos do CDP. Pasta 08, n. de ordem 02. CDHIS/UFU.

³⁹ Esclareço que, hoje, toda a documentação colecionada e arquivada pelo CDP está sob guarda do Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/UFU).

Refletir sobre esse processo oferecia pistas para entender sobre os significados e o alcance do que era a solidariedade de classe, organização dos trabalhadores, formação de uma consciência política, elaboração de redes de comunicação e compartilhamento de projetos sociais. Mostra também como o CDP foi além da construção de memória, ao participar das redes de comunicação e de formação e informação, pois o momento exigia redimensionar concepções e ações, como foi o caso do CDP e daqueles que estavam a sua frente - intelectuais, professores, estudantes do curso de História, preocupados em produzir a memória popular.

Dentre as várias propostas de intervenção elaboradas pelos diversos agentes dos movimentos sociais na década de 1980, o CDP se mostrou como mais um desses agentes capaz de se colocar naquele jogo de forças. Nesse campo, participou das diversas redes formadas pelas entidades sindicais, populares, de memória e documentação, centros de estudo ou de formação. O interesse do grupo que estava à frente do CDP foi se modificando de um acervo que atendesse aos acadêmicos para constituir um acervo que se tornasse base de apoio para informar e formar a classe trabalhadora frente aos seus embates cotidianos, como: reivindicações de melhorias nos bairros, no sistema de transporte, saúde e educação; negociação de ajustes salariais ou de data-base; mobilizações para greves, reivindicações de melhorias nas condições de trabalho; elaboração de projetos populares constituintes; na escolha de representantes nos poderes legislativos e executivos etc.

Sua constituição se deu por volta de 1985-1986, suas atividades se encerraram por volta de 1992. Não foi possível encontrar um documento que assinale as datas precisas de abertura e nem de encerramento do CDP. É possível afirmar o provável ano em que se iniciaram as atividades do Centro (ainda no interior da universidade) pela análise de algumas correspondências recebidas que evidenciam os primeiros contatos. O Ofício de número 13, de 9 de abril de 1986, emitido pela Fundação Pró-Memória⁴⁰ parabeniza o senhor Cícero José Alves Neto pelo trabalho de pesquisa do CDP, esclarece sobre como era desenvolvido o trabalho na Fundação Pró-Memória, e avisa sobre o envio de uma coleção dos boletins produzidos pela referida entidade. Cícero foi referenciado em uma das entrevistas que pude realizar com um dos ex-integrantes do CDP, um dos professores envolvidos na idealização do Centro.

⁴⁰ Ofício de número 13, de 09 de abril de 1986, emitido pela Fundação Pró-Memória. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 01. CDHIS/UFU.

Ainda pude constatar a referência ao ano de 1985 como início das atividades do Centro na primeira edição do *Jornal do CDP*, onde os redatores trazem um breve relato sobre como ele se constituiu: (...) *quando algumas pessoas do NPS (Núcleo de Pesquisa Social), professores e alunos da UFU estavam discutindo: seus projetos de pesquisa, a prática das universidades sempre distante da sociedade, etc*⁴¹. Nesse momento inicial, o CDP surgiu no interior da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como um Núcleo de Pesquisa Social, que fazia o registro dos materiais produzidos pelas classes trabalhadoras. Posteriormente, ele buscou se fortalecer enquanto centro de documentação, momento em que buscou o financiamento dos sindicatos cutistas mais fortalecidos da cidade.

Quanto ao encerramento, as entrevistas deram indícios do ano de 1992 como sendo a finalização de suas atividades, indício que, aliado à observação das datas de produção de alguns materiais acervados, indica de fato tal período. Durante sua existência o CDP, se manteve com os recursos doados pelos sindicatos, os quais foram, em termos de financiamento, os seus maiores colaboradores.

Também cabe assinalar que o trabalho desenvolvido no Centro se dava na base do compromisso político das pessoas envolvidas com o projeto, que participavam das suas atividades, em regime de trabalho voluntário, seja de assessoria ou formação, seja na organização do arquivo. Isso indicia sobre o conjunto de valores assumidos pelos diversos sujeitos naquele momento: mesmo frente a tantas dificuldades – vivendo situações aviltantes de vida, práticas autoritárias que coíbiam sua organização, políticas econômicas e sociais excludentes e espoliativas – as pessoas se envolviam com projetos alternativos de intervenção no social, e de luta por transformação.

Um ponto importante nessa aliança CDP/Sindicatos/CUT é que o Centro se manteve como assessoria dos movimentos até o momento em que foi instalada a Secretaria de Formação Sindical da CUT-Regional em Uberlândia, pois, a partir de então, o CDP tentou fazer o que foi denominado pelos seus dirigentes como uma “volta às origens”⁴², que era se concentrar na atividade de “conservação da memória”, como foi em seu princípio, visto que a referida Secretaria assumia as atividades de formação.

⁴¹ JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, n. 00, 1989. Coleção CDP Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna, n. de ordem 19. – CDHIS/UFU.

⁴² Esse foi o termo utilizado na última edição do informativo do CDP. CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 3, mar. 1991. Coleção CDP Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna, n. de ordem 16. CDHIS/UFU.

Porém, a partir desse momento os sindicatos deixaram de contribuir com o CDP e pouco tempo depois suas atividades foram encerradas.

À medida que certas estruturas de representação (popular e sindical) foram fortalecidas, o processo foi ganhando nova dinâmica e novas bases de atuação foram criadas. Há ainda que se considerar que outras práticas de dominação foram criadas, a fim de desorganizar toda movimentação da classe trabalhadora no país. Um exemplo disso foi o fortalecimento do neoliberalismo, nos anos de 1990, que significou um duro golpe aos projetos e expectativas vividas nos anos finais de 1970 e nos 1980.⁴³ João Batista de Lima, ex-sindicalista atuante deste período, analisa esse processo de desorganização da classe trabalhadora, quando lhe pergunto por que hoje havia se tornado difícil conseguir união, solidariedade de classe e praticar um sindicalismo engajado com questões sociais mais amplas, logo após ele me afirmar essa mudança no interior do sindicalismo:

Entrevistadora: *Mas por que hoje se tornou difícil, seu João?*

João Batista: [pausa]. *Eu vejo duas coisa. É... quando [pausa] começou um ataque, [pausa] implantar a política do neoliberalismo, né, a partir inclusive do, do Governo Fernando Henrique, algumas coisa começou a mudar! Eu tenho um exemplo, porque eu atuei tanto no movimento sindical, e... no começo eu atuei, tanto também no, no Movimento do, do Sem Terra, né? E existia uma unidade muito grande, né, de solidariedade, tanto do Movimento Sem Terra para com o setor urbano, quanto o setor urbano com o Movimento Sem Terra. A partir do momento que é... o... Movimento dos Sem Terra começou a se organizar e a partir daí começou a ter alguns, é... influências no próprio Ministério da Reforma Agrária, por exemplo, na distribuição de cesta, quer dizer praticamente esse vínculo foi se cortando, né? Tanto é que eu lembro que, uma das primeira invasão de terra aqui no movimento, foi em Iturama, na, na Fazenda Barreiro, nós aqui em Uberlândia, nós numa semana nós encheu um caminhão de mantimento e levamo pra lá. Nessa época eu trabalhava no movimento, eu fiquei lá quase dois anos, em Iturama, no movimento, e existia essa relação muito grande! Que dizer isso foi acabando.*⁴⁴

⁴³ Para essa discussão ver: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O movimento operário e a construção da Central Única dos Trabalhadores no Brasil: disputas e concepções*. 1977-1983. 1998. 217f., Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. FONTANA, Josep. Reflexões sobre o fim da história. In: _____. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: Edusc, 1998. p. 267-281. FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

⁴⁴ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010. Nesta data, ele tinha 50 anos de idade. Nasceu em Itumbiara (GO) e veio para Uberlândia aos 16 anos em busca de trabalho. Participou da primeira chapa de oposição formada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Uberlândia, em 1983. Em 1992, foi presidente deste mesmo sindicato e ainda atuou como assessor sindical nos anos 1990 e 2000, cargo que abandonou por desacreditar no sindicalismo que vem sendo praticado. Hoje, trabalha como cabeleireiro.

O entrevistado identifica, entre pausas, o ataque promovido pela política implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), aos movimentos sociais, que resultaram na desorganização de muitas lutas até então estruturadas, nas quais inclusive ele atuava (movimento sindical e de luta pela terra). João Batista interpreta esse ataque, elaborando as transformações ocorridas no interior dos movimentos sociais, que na sua concepção perderam a capacidade de se articular e de se unir frente às lutas, o que para ele, hoje, se expressa em lutas pulverizadas. O sentido de compartilhamento das lutas, que antes promoviam o apoio dos movimentos urbanos aos movimentos rurais e vice-versa, e que, no exemplo dado pelo entrevistado, levava os sindicatos cutistas de Uberlândia a angariarem recursos e mantimentos para ajudarem os acampados do MST em Iturama-MG⁴⁵, foi se acabando. A solidariedade de classe foi perdendo espaço para as lutas específicas de cada categoria, contra o que eles lutavam nos anos de 1980.

No horizonte de atuação do CDP, todo esse processo significou um distanciamento dos sindicatos que reduziram o financiamento, e das pessoas que trabalhavam voluntariamente ou mesmo que passaram a se dedicar a outros projetos. Por tudo isso passou a predominar entre aqueles sujeitos a concepção de que o CDP havia cumprido seu papel naquela conjuntura e que, portanto, poderia ser desativado. Essa decisão, segundo alguns entrevistados, foi votada em assembléia, onde se decidiu por doar o acervo constituído ao Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/UFU).

No CDHIS, os materiais acervados pelo CDP receberam uma nova organização se tornando a Coleção CDP, que compõem o fundo documental do primeiro. Esse trabalho foi realizado pelo Professor Paulo Roberto de Almeida, do Instituto de História, e por dois alunos do Curso de Graduação em História, Robson Laverdi e Leila de Almeida. Esse grupo enviou, em 1992, um projeto ao PIBIC/CNPq para organização da Coleção CDP. Este projeto foi desenvolvido a partir da leitura, por parte desses novos sujeitos, que apontavam carência de fontes referentes aos movimentos populares

⁴⁵ Entrei em contato com diversos materiais que referenciam a movimentação de algumas entidades sindicais e populares em apoio aos trabalhadores sem terra que participaram dessa ocupação em Iturama-MG, no ano de 1990, apontando para intensa articulação entre movimentos urbanos e movimentos rurais. Esta ocupação era entendida como uma conquista no processo e resistência dos trabalhadores rurais, pois sinalizava uma vitória dos trabalhadores rurais sobre a organização dos latifundiários do Triângulo Mineiro, organizados na União Democrática Ruralista - UDR. Outros entrevistados se recordaram dessa ocupação, atribuindo essa significação da conquista, da vitória dos trabalhadores num local que era considerado o berço da UDR: o Triângulo Mineiro.

que subsidiassem historiadores e outros pesquisadores em suas pesquisas.⁴⁶ A preocupação era preservar a referida documentação, criar medidas de reimplantação do Centro, visando à recuperação da experiência de movimentos populares, divulgar ao público, por meio da publicação de um guia de pesquisa, e criar mais um espaço para o debate e reflexões.⁴⁷

Ressalto algumas das condições do processo de formação e de organização do CDP, e como hoje se constitui em coleção no CDHIS, para mostrar como tal processo foi além da construção do arquivo e da memória para entendermos qual a concepção de memória estava em disputa naquele momento, e como o CDP se inseriu em outras redes que configurou seu acervo e suas práticas. Passo a discutir o percurso realizado na leitura dos materiais e como fui compreendendo esse processo de constituição de memórias dos movimentos sociais, como dimensão ativa da luta. Procurar compreender como o acervo era alimentado, quais materiais eram alimentos e quem foram os doadores destes materiais, me conduzia na análise, e ao mesmo tempo em que me permitia vislumbrar sobre as conexões das redes, as concepções que nela circulavam, os interesses e necessidades de quem estava à frente da organização do acervo.

Insisto na ideia que toda essa articulação entre diversos agentes sociais, também passava pelo sentido de constituição de lugares de memória, que promovessem o registro e o arquivamento dos materiais produzidos nessas lutas, mas, sobretudo, a troca de experiência constituindo um aprendizado político, o que se revela pela constituição do CDP em Uberlândia e de outros centros de memória em outras cidades.⁴⁸ Nesse

⁴⁶ Outro aspecto que devemos conjugar, enquanto possibilidades e necessidades para a reimplantação do CDP, foi a instituição, em 1991, no Curso de História da UFU, da produção de um trabalho monográfico como exigência de finalização de curso (bacharelado e licenciatura).

⁴⁷ Essas questões foram discutidas no terceiro capítulo da minha monografia de finalização de curso de graduação. Nele abordo como as dificuldades que surgiram não foram contornadas, levando o Centro à dissolução, e toda documentação é doada ao CDHIS. Nesse momento, outras necessidades e possibilidades são apontadas na história do CDP, e então novas expectativas nascem em relação ao acervo, que passa a cumprir outra função: compor uma coleção em um centro de documentação universitário, suscitando novas possibilidades. Ver ROSA, Amanda M. *Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias* (Uberlândia, 1985-1995). Op. cit. Ressalto que as informações sobre como se deu a organização da Coleção CDP no CDHIS, pelo grupo acima referido, se deu a partir da leitura da monografia de uma das alunas que, à época, participou do projeto, e da tese do Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida. Ver, respectivamente: ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. Op. cit.; ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O movimento operário e a construção da Central Única dos Trabalhadores no Brasil: disputas e concepções*. 1977-1983. Op. cit.

⁴⁸ Alguns dos centros de memória e documentação a que se tem registro são: Centro Pastoral Vergueiro (CPV), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC), Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC), etc.

sentido, destaco uma correspondência recebida pelo CDP, datada de 10 de março de 1988, que mostra esse desejo por constituir lugares de memória. Ela foi encaminhada pela Animação dos Cristãos do Meio Rural (ACR), de Recife-PE e traz o seguinte trecho:

Para nós que fazemos ACR Animação dos Cristãos do Meio Rural do Brasil, é bastante animador saber da construção do Centro de Documentação Popular (CDP), em Uberlândia. Acreditamos que o mesmo poderá contribuir para a comunicação entre as várias entidades populares, como também na formação e organização dos trabalhadores e registro de sua história, sobretudo da própria Uberlândia.⁴⁹

A correspondência aponta para as expectativas geradas em torno destes centros que faziam a documentação da movimentação dos trabalhadores nos anos 1980, como era o caso do CDP. Contribuir para a comunicação entre as entidades populares, realizar a formação dos trabalhadores, na expectativa que os organizasse e registrar sua história era uma demanda encontrada por estes centros, como vinha reivindicar a ACR ao CDP. Estas pequenas pistas de um processo muito mais amplo, encontradas nas correspondências, nas entrevistas, nos periódicos e boletins, mostravam como aconteciam os contatos, como as redes se entrecruzavam, como a comunicação foi elemento primordial para o movimento mais amplo e como a memória foi se tornando dimensão ativa da luta, nos movimentos históricos desse processo.

A constituição dos centros de documentação, no país se deu entre os anos finais de 1970 e o início de 1980 em várias cidades do país. Foi nessa esteira que foram criados o CDP em Uberlândia e o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) em Contagem, Minas Gerais, em 1985. Em correspondência enviada pelo CEDEFES ao CDP, na busca pela troca de experiência de trabalho, aponta-se com quais preocupações foi formado:

O CEDEFES nasceu com a preocupação de se documentar a história vivida e contada pelo povo, porque entende que a memória dos movimentos pode servir como estímulo para organização popular. Quer recolher de maneira mais prática e útil que for possível a riqueza de materiais que são produzidos pelas bases, sobre elas mesmas ou para elas mesmas, no sentido de não se perder no

⁴⁹ Coleção CDP. Administrativo. Correspondências recebidas. Pasta 01, n. de ordem 36. CDHIS/UFU.

*tempo toda a dinâmica que é criada e recriada diariamente pelo povo, em suas diversas formas de organização.*⁵⁰

Mais uma vez, agora por outro agente desse processo, a memória é citada como campo possível de organizar os trabalhadores. Destaco essa correspondência para refletir como a memória foi encarada como frente de atuação política, portanto, importante para a organização dos trabalhadores e para elaboração daquele projeto político e social. A preocupação em se documentar a história “vivida e contada pelo povo” significava produzir a memória destes movimentos. Contudo, nessa correspondência do CEDEFES ao CDP, manifesta-se uma concepção de memória popular que revela resquícios de um olhar romantizado sobre o “popular”, ao pensá-lo como um resíduo, como tradicional ou autêntico, fechado em si mesmo ou como uma totalidade que está em oposição ao elemento dominante, ao afirmar que faria o recolhimento dos materiais que eram produzidos “pelas bases, sobre elas e para elas”.⁵¹

A produção de memórias nessa perspectiva de popular, naquele momento, se fazia como estratégia de autorreflexão das práticas dos movimentos sociais e também de formação política de novos militantes, o que pude perceber que essa não era uma preocupação apenas destes dois Centros. Essa correspondência evidencia o movimento realizado pelas diversas forças sociais (partidos políticos, sindicatos, centrais sindicais, centros de memória, associações, grupos ligados às CEB’s etc.) que se empenhavam nesse projeto de construção de uma nova sociedade, com melhores condições de vida para os trabalhadores.

No entanto, nessa nova sociedade a demanda de uma vida melhor significava também lutar pelo direito à memória e à história. Mais adiante ainda podemos ler na referida correspondência como este Centro procurava contribuir para a luta dos trabalhadores e para o projeto de mudança social tramitado por essas diversas forças sociais em questão:

⁵⁰ Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 05, n. de ordem 120. CDHIS/UFU.

⁵¹ Marilena Chauí e Stuart Hall oferecem elementos para refletirmos sobre essas concepções a fim de problematizá-las para que não se perca o sentido vital do popular, ou seja, sua constituição no embate de classe, nas diferenças culturais vividas pela cultura popular no seu enfrentamento cotidiano com a cultura dominante, ora resistindo, ora se conformando a ela. Ver: CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. Op. cit.; HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Op. cit.

Pela impossibilidade de se documentar, de imediato, todo o conjunto dos movimentos populares atuais o CEDEFES se propõe a reunir a documentação possível em torno dos temas: CEBs, terra, sindicalismo e questão indígena em Minas Gerais.

Dentro dessa linha de trabalho e visando colocar toda a documentação organizada a serviço dos movimentos populares e sindicais e da comunidade em geral, o CEDEFES organiza textos, dossiês, atende pesquisas, empresta material audiovisual, organiza exposições. O Centro pretende sempre trabalhar junto às entidades sindicais urbanas e rurais, movimentos populares e com todos aqueles que lutam para mudar a sociedade em que vivemos, porque entende que só desta forma estará colaborando para esta mudança.⁵²

Pude perceber por este trecho que a seleção e organização dos materiais primavam por temas que referenciasse as lutas latentes naquela sociedade dos anos 1980, e que iam conquistando cada vez mais espaço, revelando um processo de consolidação de alguns movimentos, como o de luta pela terra, o sindicalismo, a atuação na Igreja nesses diferentes movimentos. Também fica claro o desejo e a proposta de intervenção apresentada pelo Centro, ao procurar organizar um arquivo que fosse pouco a pouco alimentando essas lutas, sempre atuando em busca da mudança.

O entrecruzamento dos contatos entre esses dois agentes (ACR e CEDEFES) com o CDP, aponta quais agentes, seus interesses, suas concepções de memória e como as redes (de memória, de comunicação, de formação e informação) se conectavam.

Pude notar, por outro lado, que estas ações, privilegiavam o movimento organizado, e as estratégias eram traçadas de modo organizar os sujeitos em entidades por onde suas experiências os levavam a se encontrarem e se reconhecerem enquanto compartilhantes de uma vivência marcada pela desigualdade, pelas adversidades sociais e econômicas. Ou seja, havia um diálogo afinado com aqueles sujeitos que já se dispunham a enfrentar essas condições sociais a partir de uma compreensão da realidade vivida que apontava o caminho da organização e, posteriormente, o da articulação das diferentes práticas sociais elaboradas, como forma de se fortalecerem. Acredito ser a partir dessa leitura do social que esses agentes iam tramando seu projeto social e político em defesa da classe trabalhadora.

Mas penso que, não se pode perder de vista que essas entidades que foram se fortalecendo naquelas injunções históricas só alcançaram tal fortalecimento porque era o desejo das pessoas que compunham seus quadros de atuação política e experienciavam

⁵² Idem.

relações sociais que os impeliam a se organizarem para lutarem pela transformação social. Não quero inverter a leitura dessas experiências retirando desses sujeitos a capacidade deles porem em movimento todo esse processo que culminava nessa mobilização intensa dos movimentos sociais dos anos 1980 (que já desenhava nos finais dos anos 1970), e reduzir sua potência transformadora às “estruturas” que foram consolidadas neste período, como partidos políticos, centrais sindicais, sindicatos combativos etc. Não é meu interesse pensar essa dinâmica a partir de tais estruturas como se fossem elas as propulsoras de todas essas ações desse período, mas sim os espaços por onde os sujeitos encabeçavam suas lutas.

Ao contrário disso, acompanhei aqui as movimentações desses sujeitos na criação de redes, a partir de uma comum vivência, que articulasse diversas experiências de lutas para fortalecê-las, constituindo canais de comunicação alternativos e locais que promovessem o registro e guarda dos suportes de suas histórias e memórias –, que toda essa mobilização, articulação e mecanismos de intervenção foram postos em prática porque era o desejo das pessoas e não das estruturas onde elas se encontravam. Minha compreensão desse processo se faz a partir da experiência social dos sujeitos, a qual me conduz a refletir como eles se fizeram sujeitos nas relações sociais, lutando por justiça, liberdade e por uma vida mais digna.

Destaco um folder enviado ao CDP pelo Centro de Memória Sindical de São Paulo - CMS, que ajuda a perceber como a produção da memória foi uma estratégia para afirmação daquele projeto. Em sua primeira página a frase “Os trabalhadores pedem passagem”, denuncia sobre os caminhos que os trabalhadores percorriam para conquistar avanços nas suas lutas. Nele divulgam-se as atividades da entidade junto ao movimento sindical e explicita que há um risco de se apagar a história do movimento sindical brasileiro e de todas as manifestações do povo brasileiro.

Além da precariedade das versões mais ou menos oficiais, faltava recolher o testemunho fiel e documentar a experiência viva daqueles que o ajudaram a construir.

Para que essa memória não se perdesse e para proteger o patrimônio de lembranças e registros fundamentais para a compreensão da caminhada dos trabalhadores, um grupo de sindicalistas e pesquisadores pôs mãos à obra.

Essa equipe, que aumenta dia a dia, está colhendo depoimentos de participantes do movimento sindical. Ela pesquisa, identifica, interpreta, cataloga e arquiva os documentos para consulta formando assim um valioso acervo de informações de fácil acesso para estudo.

*[...] Ele [o Centro] é importante para os trabalhadores e organizações sindicais, para os estudiosos do movimento sindical brasileiro e para os pesquisadores da história nacional. Colabore e se integre nas atividades do Centro de Memória Sindical. Ajude a recolher do silêncio a história viva do sindicalismo brasileiro.*⁵³

Meu interesse em destacar esse folder é apresentar os sujeitos que participavam das redes formadas para refletirmos sobre a diversidade de interesses e de práticas naquele momento. O Centro de Memória Sindical parecia atuar numa perspectiva mais parcial do movimento dos trabalhadores, que era o movimento sindical, como pode-se perceber no trecho destacado acima. O folder aponta que havia uma compreensão por parte dos sujeitos que coordenavam o Centro, de que as iniciativas de preservação da história do movimento popular e mais especificamente do sindicalismo brasileiro, deveriam partir dos próprios movimentos.

Quando identifica uma precariedade das “versões mais ou menos oficiais”, aponta que havia algumas iniciativas nesse sentido, mas que não correspondiam às expectativas daqueles que viveram essas histórias. Desse modo, o Centro, por meio de um grupo de sindicalistas aliado a pesquisadores, atuaria no processo de pesquisa, identificação, interpretação, catalogação e arquivamento dos documentos, se colocando como agente autorizado à empreitada de “recolher do silêncio a história viva do sindicalismo brasileiro”. Essa noção sugere sobre uma tentativa de produzir “a história” do movimento sindical, indiciando uma concepção mais singularizada e oficializada de história e do próprio movimento sindical, que não é único e nem homogêneo, mas sim marcado por conflito, tensões e por diferentes interesses, tendências e influências como em todo processo social, o que parece ter sido posto de lado pelo CMS. Como se vê, o desejo de intervenção, que trilhava os caminhos da produção de memórias como dimensão das lutas daquele tempo, carregava consigo interesses plurais.

Ao levantar essas problematizações não quero com isso exigir daqueles sujeitos uma leitura do social, que talvez apenas em nosso presente se consiga realizar, mediante conjunto de evidências e do referencial teórico – a que se tem condições de levantar – produzido neste intervalo de tempo e, nem exigir uma postura afinada com o ofício do historiador, de considerar a multiplicidade de práticas, ideias e interesses do processo histórico. Tampouco quero desconsiderar a percepção apontada no folder de que as

⁵³ Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos, Pasta 04, n. de ordem 134. s./d. CDHIS/UFU

ações elaboradas no campo da história com vista escrever a história do sindicalismo, apresentam problemas, quando não se cai no esquecimento.

Importa perceber, portanto, quais práticas foram elaboradas com vistas a intervir na produção de memórias, objetivando a consolidação daquele projeto social, como se deu essa intervenção no campo da memória, quais os interesses e expectativas eram gerados com essa intervenção. Por isso entendo que essas ações, ainda que marcadas pelas tentativas de se negar contendas e dissidências no interior do movimento sindical, de produzir uma história homogênea, ganhando muitas vezes um tom épico, foi uma forma de disputar com projetos dominantes – aqui entendidos como o patronato de forma geral, os grupos empresariais com seu alto poder de dominação nos diferentes campos da vida social, dentre estes aqueles que detêm a hegemonia na comunicação, o poder público e suas políticas afinadas com os interesses dos dominantes – o direito à história e à memória, e de se afirmarem como sujeitos naquele processo.

Ainda para enfatizar as várias redes formadas, por onde interesses plurais fortaleciam um movimento mais amplo e de apontar as articulações entre os diferentes agentes dos movimentos sociais, sem perder de vista como estas articulações relacionavam experiências locais com outras que compunham um corpo nacional mais amplo, recupero alguns materiais que mostram os interesses destes centros de memória em divulgar experiências de documentação, acontecidas em outros lugares, estimulando experiências locais. Um exemplo disso é o “Manual de Bibliotecas Populares – a partir de experiências de bairros”⁵⁴, produzido pelo Centro de Investigación, Documentación y Asesoría Poblacional de Lima – Peru (CIDAP). Este manual foi doado ao CDP pelo Centro Pastoral Vergueiro (CPV). Outro exemplo desse tipo de interesse é o manual “Como se organiza um Centro Popular de Documentação e Informação”⁵⁵, publicado pela Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã – de Lima Peru (CELADEC), traduzido pelo CPV e também doado por esta entidade.

Estas evidências sugerem como percorria na sociedade o desejo de constituir mecanismos de guarda dos materiais produzidos, sinalizando para o embate de memórias nesse processo. A questão da *necessidade* também se fazia em ver registradas as histórias vividas pelos trabalhadores.

⁵⁴ MANUAL DE BIBLIOTECAS POPULARES. Coleção CDP. Centro de Formação e Informação – Coleções. Box 08. CDHIS/UFU.

⁵⁵ COMO SE ORGANIZA UM CENTRO POPULAR DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Coleção CDP. Centro de Formação e Informação – Coleções. Box 08. CDHIS/UFU.

Outra prática que me chamou a atenção foi a iniciativa, no campo da documentação sobre o movimento dos trabalhadores, de constituição de uma Associação Iberoamericana voltada para a preservação da documentação da história do movimento dos trabalhadores, que, segundo carta datada de 27 de julho de 1991, enviada pelo Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro ao CDP, seria instalada efetivamente até o final daquele mesmo ano, durante congresso a ser realizado na Espanha. A carta ainda menciona uma reunião preparatória, realizada em Buenos Aires no mês de junho, onde definiu-se a formação de um comitê organizador do referido congresso. A entidade remetente desta correspondência, única a participar desta reunião, havia sido escolhida a representar as entidades brasileiras desta área no comitê em questão e para fazer a divulgação do Congresso e da Associação junto às entidades brasileiras. Destaco um trecho da correspondência, que indicia sobre a movimentação das entidades no campo da memória:

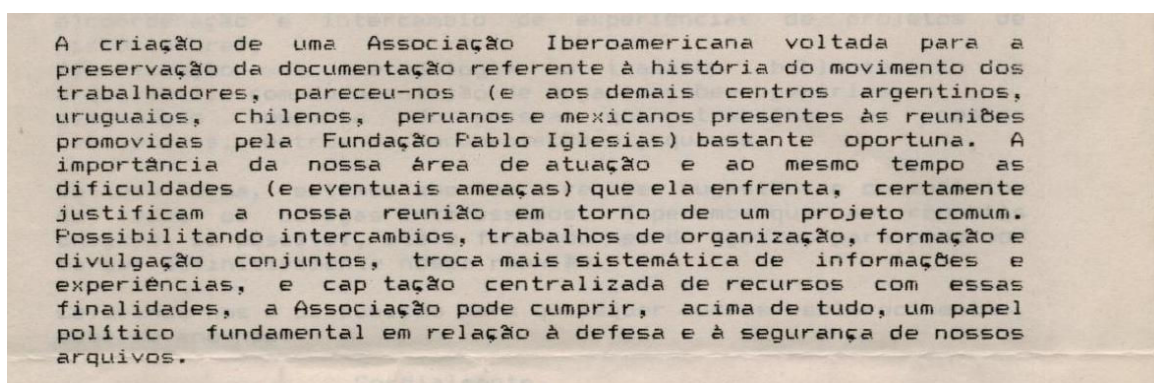


Imagem 1

Carta do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro enviada ao CDP, datada de 27 jul.1991.

Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos. Pasta 02, n. de ordem 45

Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia-CDHIS/UFU

Esta carta permite perceber a mobilização de várias entidades e as diversas ações empreendidas a partir da organização e sua posterior articulação, para consolidar um projeto comum, qual seja a organização da memória e da história dos trabalhadores. Destaca o papel político dessa ação, o que justificava dedicarem-se à criação da Associação como forma de fortalecerem-se frente às dificuldades, ameaças e como meio de crescerem juntas naquele processo. Nesta carta são relacionadas várias outras entidades que atuavam nessa área, o que demonstra as empreitadas desenvolvidas no país com vistas a produzir as memórias dos movimentos dos trabalhadores. Anexada à

carta vinha um cadastro das entidades brasileiras que faziam a documentação sobre aqueles movimentos, dentre elas, o CDP. Este cadastro pedia informações sobre a situação dos centros brasileiros de documentação, como forma de fazer seu mapeamento, identificar as atividades desenvolvidas, os recursos disponíveis, a área de concentração do trabalho de cada Centro. A correspondência ainda permite vislumbrar a rede formada em torno da produção de memórias não só no país, e como ela se expandia no corpo nacional, ganhava novos sujeitos e se fortalecia.

Na busca por compreender quais as conexões das redes em questão eram estabelecidas, a partir da leitura minuciosa do Guia de Pesquisa da Coleção CDP, relacionada às entrevistas orais e às leituras de alguns periódicos, boletins e panfletos, comecei a investigar quais os agentes participavam delas, e no caso dessa rede em torno da memória, o que era recolhido, o que era enviado, quais as alianças institucionais eram estabelecidas tanto em nível local quanto nacional. Ao analisar o Guia da Coleção CDP, sabendo quais eram os sujeitos que puseram em prática a constituição desse Centro (estudantes e professores da UFU, militantes sindicais e de partidos de esquerda), fui vislumbrando de onde vinham os materiais.

Pude perceber que a composição do acervo do Centro de Documentação Popular se fez pelo trânsito das pessoas que estavam à frente do projeto, ou seja, pelos contatos que foram levantados por tais pessoas. Por isso são materiais produzidos pelo movimento sindical combativo de diversas categorias, pelos movimentos populares, pelo movimento estudantil, pelo movimento político-partidário de esquerda, pelos movimentos de setores progressistas da Igreja (CEBs, Pastorais Operárias, Dioceses e CNBB), pelos movimentos de Direitos Humanos⁵⁶, todos, tanto na cidade de Uberlândia, quanto de outras cidades. Muitos dos materiais que compuseram o acervo do CDP e hoje compõem a Coleção dizem respeito a estas movimentações variadas que compunham redes amplas, e que se tornavam mais claras à medida que conhecíamos seus agentes e suas propostas.

O grupo que estava à frente do CDP acabou por criar suas próprias estratégias de colecionar, organizar, catalogar e tematizar os materiais recebidos, privilegiando tanto no registro, quanto na seleção e na organização, os materiais que correspondessem mais

⁵⁶ Essas informações foram colhidas a partir do Guia de Pesquisa e das correspondências recebidas, as quais sinalizam o envio de material e cobranças por materiais encaminhados. Coleção CDP. Guia de Pesquisa. CDHIS/UFU; Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas.

diretamente às necessidades e interesses vividos naquele conjunto de relações pelos movimentos sociais e por aqueles que estavam à frente desse projeto de luta por transformação social e política. Mesmo que o Centro trouxesse em seu próprio nome o “popular”, pude ver que, por seu diálogo intenso com os sindicatos, ele priorizou as ações do sindicalismo progressista e mobilizador de outros setores da sociedade.

Mas as demandas dos movimentos populares também se fizeram registradas no acervo do CDP, pelo peso que exerciam no social, pois formavam outras redes com as quais o CDP e os próprios sindicatos estavam em contato. Desse modo, se hoje parto de uma Coleção que remete à experiência de constituição do Centro de Documentação Popular, não posso deixar de assinalar que esta organização se fez na confluência de vários movimentos, o que promoveu a constituição do CDP.

Logo, o popular assumia uma concepção daquilo que era produzido pela classe trabalhadora, especificamente aqueles sujeitos coletivos que contavam com certa organização e estavam em contato com “estruturas” representativas mais “estáveis” e fortalecidas, como sindicatos progressistas, pastorais da Igreja Católica, partidos políticos, associações de bairro, movimentos sociais como o estudantil, o dos Direitos Humanos, movimentos de trabalhadores rurais, etc. Isto revela a concepção de alguns intelectuais – que representavam uma influência naquele movimento mais amplo de transformação social – de fazer o registro das lutas mais organizadas, sob a denominação do popular, que parece ser pensado numa totalidade orgânica que exclui aqueles que não teriam o mesmo nível de consciência política. É numa concepção semelhante que estes intelectuais participavam desse processo mais amplo de luta por transformação social, com a expectativa de promover a formação da consciência política dos trabalhadores e “conduzi-los” a organização ampla.

Essas foram características iniciais do processo de constituição do CDP e, por conseguinte, das redes formadas que se articulavam naquela conjuntura, levantadas à medida que fiz uma análise do Guia de Pesquisa, das correspondências trocadas entre o CDP e outras entidades (sindicais, de memória e documentação e de assessoria do movimento popular) e com a produção de entrevistas. Nesse sentido, recorro às entrevistas a fim de elucidar, primeiramente, como foi a ideia de constituição do CDP, para, depois, tratar como essa constituição se fez diante de uma conjuntura favorável ao fortalecimento de diversas forças sociais em atividade no início dos anos 1980.

Para apontar como foi a constituição do CDP, destaco duas das entrevistas realizadas com pessoas que estiveram à frente do CDP que, quando questionados sobre como surgiu a ideia de formar um Centro Documentação Popular, conduziram sua narrativa para a conjuntura das relações vividas naquele momento. Foram elas: Ronan Hungria, à época estudante do curso de História da UFU e militante político-partidário de esquerda da cidade de Uberlândia, participante do projeto de constituição do CDP, (entrevista realizada em 2007), e Élson Oliveira Felice, à época militante do movimento sindical pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais, e foi membro do CDP (entrevista realizada em 2010). A escolha destes dois entrevistados se deu mediante suas participações tanto nos movimentos sindicais e populares, quanto no projeto de constituição do CDP.

As perguntas feitas a Ronan Hungria buscavam investigar sobre as preocupações e os interesses do grupo fundador do CDP, do qual ele foi partícipe desde seu início, tendo em vista que foram formuladas para analisar o processo de constituição do CDP abordado em pesquisa anterior, o que, logicamente, não impediu o entrevistado de apontar na sua fala questões sobre a conjuntura mais ampla, sobre outros agentes e projetos, tanto que me permitiu recuperá-la nessa nova problemática.

As perguntas feitas a Élson Oliveira Felice buscavam recuperar sua experiência de participação no CDP, mas também sua vivência de militância no movimento sindical enquanto diretor sindical na região do Triângulo Mineiro e membro da CUT Regional, o que me permitia analisar esse processo que articulava diferentes interesses e apontava o compartilhar de um projeto maior de transformação social entre diversos agentes dos movimentos sociais.

Ronan Hungria, partícipe do processo de execução do projeto de constituição do CDP, apontou:

O CDP veio no contexto de... textos e contextos, né. Olha só, que bacana! Veio numa discussão de... numa transição da ditadura militar para a construção do Estado democrático burguês. E, nesse momento, há o que o Emir Sader [Eder Sader], acho que é ele, disse pra nós dos novos atores em cena, né. Há uma discussão crítica em relação à ortodoxia stalinista, né, uma crise dessa relação... dessa do que foi utopia em [19]17. Há um processo de deterioração e isso acaba batendo no Brasil. E há uma crise também ao capitalismo periférico, né, que, no Brasil... Então, os diversos movimentos sociais vão surgir nesse contexto. E o CDP vem aí como uma perspectiva de trazer

formação e informação, preservar a memória desses... dos de baixo, digamos assim. Desses trabalhadores.

[...] E aí nós ajudamos a construir, então, a nova sociedade civil. Esses novos atores. Foi quando as pessoas mexeu nessa estrutura, né, de fazer oposição sindical, montar partido, montar central, montar o CDP, reconstruir UESU [União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia].⁵⁷

Ronan recupera sua experiência de militância no movimento estudantil secundarista nos anos finais de 1970 e os iniciais de 1980, para apontar a conjuntura onde diversas lutas se fortaleciam e movimentavam a sociedade, e onde ele se inseriu nesse processo para atuar em outro campo, agora como estudante universitário do Curso de História, descontente com os rumos que vinha tomando a universidade nas relações extramuros. Nesse sentido, passou a militar em um projeto de luta política “afinada” com sua área de atuação, para constituir um Centro de Documentação que promovesse a formação e a informação de trabalhadores, a partir do registro da história de suas lutas.

Ressalta que essas não eram práticas de resistência isoladas, mas sim práticas comuns em diversos locais sociais, onde as pessoas experimentavam processos de organização política nos sindicatos, na luta político-partidária, naquilo que ele nomeou como reconstrução de entidades caladas pelo regime ditatorial como a União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia - UESU, e na construção de outros espaços que servissem como locais de alimentação dessa gama de lutas que surgiam pelo país, como o CDP. E afirma aquilo que apontei na variedade dos materiais da Coleção CDP: a confluência de muitas lutas, de muitos movimentos que atuavam em espaços diferentes com distintos interesses.

Élson Felice também recupera a efervescência dos movimentos sociais no país, nesse mesmo período apontado por Ronan, para contar sobre como foi a constituição do CDP:

É o... o período em que o CDP foi pensado, idealizado, foi o período em que nós tivemos uma retomada no Brasil de uma luta pela democratização. Nós távamos no período ainda do regime militar, né... Isso foi, é... começa [19]79, [19]80, [19]82, [19]84. Então, é o período em que se teve um ressurgimento do movimento popular. E isso já devido ao esgotamento do modelo de

⁵⁷ Entrevista concedida à autora por Ronan Hungria, realizada em 30 jun. 2007. Ronan nesta data tinha 47 anos de idade. Ele foi militante do movimento estudantil e sindical, graduou-se em História pela Universidade Federal de Uberlândia. No período da entrevista, atuava como professor de História na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia.

desenvolvimento proposto pelo regime militar. O regime militar teve, em [19]64 até [19]70, a elaboração de um projeto de nação pro Brasil. Até [19]74, [19]75, ele implantou, e, em [19]76, começou... Em [19]74, já começou a ter... a apresentar seu esgotamento de modelo econômico. [...] E... e aí, com o fenômeno da urbanização, criado e estimulado pelo regime, muita gente desempregada, ou no subemprego, ou aqueles que estavam empregados com um arrocho salarial, muito grande... Então, isso aí foi o estopim pra que o movimento popular reascendesse. É... e aí, a gente tem, mais notadamente em [19]78, as greves no setor metalúrgico, Contagem, em Minas, é... no ABC, com a liderança do Lula, né, no Rio Grande do Sul... No país, nos chamados... quanto mais lugares aglomerados tinha de pessoas, as chamadas de metrópoles, que aí aonde o problema tava acentuado e mais visível, né, começou a ter essa movimentação. E, no interior do país, a luta pela reforma agrária é retomada, né... Também demonstra que a miséria estava esparramada no país como um todo. [...]

Então, dentro desse cenário, aí, teve um grupo de estudante do curso de História que tinha um vínculo muito estreito com o movimento, muitos deles, inclusive, militantes. Foi..., hoje, o professor Ronan, professora Fuçacó, professor Marcelo e tem mais uns quatro aí que minha memória agora num, né, num tem ainda..., que achava importante pensar um projeto nesse sentido. E aí precisava de financiamento. Como montar um centro, uma biblioteca em que o próprio movimento pudesse, à luz do registro da sua História, repensar sua ação no momento, se projetar o futuro, né, de com que estaria tá desenvolvendo. Então, esse grupo é que procurou a gente, no movimento. Na época, eu tava na presidência da CUT regional. A CUT tinha sido recém fundada aqui em Uberlândia, na região. E... e aí, a gente colocou essa discussão para os sindicatos na época. E os sindicatos se prontificaram de passar pequenas contribuições, mas essas contribuições, às vezes, até... uma forma de um gesto, num é nem uma coisa... que os próprios sindicatos também num tinha os recursos é... assim... pra destinar assim ao projeto, ainda muitos ainda num tinha ainda... visualizando a importância, mas nós conseguimos o apoio do SINTTEL [Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais], Sindicato dos Trabalhadores [nas Indústrias de] da Alimentação..., o pessoal chamado ASUFUB [Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia], que hoje tem o sindicato chamado SINTET [Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos do Ensino Superior de Uberlândia]... O Sindicato dos Empregados do Comércio também foi fundamental nesse processo. E cada um passava uma cota de 10 reais, 15 reais, em que era para as primeiras despesas.⁵⁸

Ao se recordar sobre os motivos de se investir num projeto social de constituir o Centro de Documentação Popular, Élson o faz a partir de uma análise da conjuntura, privilegiando um recorte economicista, de esgotamento do modelo econômico vigente no período da ditadura militar, e suas consequências para as classes trabalhadoras que se empobreciam com as medidas econômicas implantadas. Ao mesmo tempo, recupera

⁵⁸ Entrevista concedida à autora por Élson Oliveira Felice, realizada em 9 fev.2010. Élson nesta data tinha 50 anos de idade. Ele foi dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais, nas décadas de 1980-1990, atuando na região do Triângulo Mineiro. No período da entrevista, atuava na Incubadora da Universidade Federal de Uberlândia, e se define como educador popular.

também as experiências de fortalecimento do chamado “novo sindicalismo” nas regiões metropolitanas como mola propulsora que organiza as categorias, e mobiliza a sociedade num diálogo intenso com os movimentos populares que se reascendiam. Ao organizar seu raciocínio para falar de onde surgiu a ideia de formar o CDP, o faz historicamente, a partir da (re)organização do movimento sindical, que era de onde sua experiência de militância o permitia.

Ainda localiza, dentro dessa conjuntura, a ação daquele grupo de estudantes e professores do Curso de História que pensaram na possibilidade de constituir um lugar onde a memória fosse o espaço para mobilização dessas lutas na sociedade, ao ser espaço de reflexão para as ações do presente, visando à transformação. Sua fala torna evidente como os diversos agentes dos movimentos sociais se articulavam, como, por exemplo, a relação entre universidade e movimento sindical. Nesse caso específico, a busca de financiamento de um projeto nascido no interior da universidade entre alunos e professores que pensaram a ideia de constituir um centro de documentação que referenciasse a história dos trabalhadores e o movimento sindical que se apresentava bastante organizado em termos de estrutura (recursos financeiros). Ao falar de como foi buscar esse financiamento junto aos sindicatos, toca, ainda que timidamente, na dificuldade que foi convencer sindicalistas de Uberlândia sobre a importância daquele tipo de prática, tanto que as contribuições eram “na forma de um gesto”, revelando as contradições desse processo.

Nesse momento, a fala de Élson permitiu vislumbrar sobre uma das questões que me move nessa problemática: qual o sentido de memória estava colocado para aqueles sujeitos? Quando ele afirma, que o projeto de montar um Centro de Documentação com uma biblioteca, servindo aos movimentos sociais como base de apoio para repensar suas ações e projetar o futuro, ele nos dá as pistas para entender que essa “memória popular” cumpria o papel básico e vital de formar militantes para a luta; essa era uma das concepções vigentes entre os membros do CDP. Então, esse “popular” buscava reunir uma gama de experiências dos movimentos sociais, tornando claro o desejo de unir essas variadas experiências. Não posso deixar de assinalar que toda experiência de registro inclui o ato de selecionar e organizar, revelando interesses por parte de quem a realiza. No CDP, isso significou privilegiar lutas organizadas com forte presença de lideranças.

Desde os anos finais de 1970, os trabalhadores viviam uma reconfiguração do movimento sindical, iniciado nas regiões metropolitanas⁵⁹, como destacou Élson, e, especificamente, nos primeiros anos de 1980 em Uberlândia, com os processos de formação de chapas de oposição nos sindicatos. De acordo com a análise de panfletos, boletins, materiais produzidos por chapas oposição e das entrevistas, pude ver que o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins – STIAU, foi um dos primeiros sindicatos na cidade a iniciar esse processo. Ressalto isso para apresentar a partir de quais relações sociais esse projeto de constituição do CDP foi criado e quais agentes se envolveram nesse processo, para então ir desvendando as redes que foram estabelecidas e com as quais ele se conectava.

1.2. Para além do CDP: experiências e formação política.

Quando abordei o processo de constituição do CDP, pude identificar elementos e alguns agentes que indiciavam sobre essa rede formada na cidade e que articulava sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores - CUT, partidos políticos de esquerda, setores progressistas da universidade (servidores técnico-administrativos, docentes e organizações de alunos), a Pastoral Operária, a CUT Regional do Triângulo, Associações de Bairro de Uberlândia e o próprio CDP.

É a partir da identificação desses elementos e agentes que se faz o desdobramento da minha problemática, que tem como questão primordial a investigação das relações sociais estabelecidas por essas diversas entidades, ligadas aos movimentos populares e sindicais, da cidade de Uberlândia e de outras cidades do país e mesmo de

⁵⁹ O trabalho de Paulo Roberto de Almeida muito contribuiu para minha compreensão da organização da classe trabalhadora nos anos finais de 1970 e iniciais de 1980, ao discutir a organização do movimento operário e a constituição da CUT. O autor recupera na análise das fontes, a diversidade de tendências e influências existentes no interior da organização da classe trabalhadora, o que significava na prática, formas distintas de atuação. Não é seu objetivo descrever e enumerar aquelas várias tendências e influências, mas sim pensar como elas são elementos fundamentais para se pensar a movimentação de diversos agentes pelo país. O trabalho ainda contribui para entendermos como vários projetos estavam em disputa e como havia o desejo, por parte das diversas lideranças, de homogeneizar o que era em si diverso. Ver: Paulo Roberto. *O movimento operário e a construção da Central Única dos Trabalhadores no Brasil: disputas e concepções. 1977-1983*. Op. cit.

outros países,⁶⁰ que empreenderam a troca de materiais e, por conseguinte, de experiências que referenciassem as lutas e histórias destes movimentos.

Com o decorrer da pesquisa, à medida que ia tomando contato com os materiais, fui percebendo que essas diferentes entidades juntas disputavam espaços de lutas políticas e configuravam outros, intervinham no modo de se fazer política, nas lutas cotidianas e reivindicações de diversas categorias de trabalhadores. Criaram não só redes de trocas de materiais e experiências de luta, mas também de um importante e consistente campo de aprendizado que foi se constituindo na luta diária.

As redes se constituíam e se entrelaçavam nas movimentações de sujeitos que encampavam processos de resistência à situação adversa vivida naquele momento, engajados no interior de entidades de lutas populares, sindicais e partidárias. Nesse processo, algumas dessas entidades ou movimentos, que já experimentavam maior afirmação, como a Central Única dos Trabalhadores – CUT, o Partido dos Trabalhadores, o sindicalismo combativo e o movimento de contestação da ordem vigente empreendido pela Teologia da Libertação, da Igreja Católica, construíam redes mais amplas que se ramificavam entre diversas outras experiências sociais que se davam pelo país em busca de justiça social e fim da desigualdade sócio-econômica e política.

Assim, as lutas de trabalhadores rurais ou urbanos, moradores de bairros periféricos e os movimentos estudantis se congregavam em busca de força política, articulando experiências em si diversas, mas com um interesse comum: a utopia das transformações sociais para construção uma sociedade mais justa e igualitária. Desse modo, os movimentos de luta pela terra, por trabalho e melhores salários, por liberdade, por condições dignas de viver e morar, por educação e pela livre manifestação de ideias, por praticar um sindicalismo combativo e engajado com as questões sociais mais amplas, por eleger representantes políticos comprometidos com estas causas, entre outros, se uniram em torno de um projeto alternativo político e social de transformação social. Nesse processo, essas várias lutas em curso criavam redes que se ampliavam a

⁶⁰ Os diversos materiais que compõem a referida Coleção foram produzidos por diferentes entidades de várias cidades do país, e mesmo de cidades de outros países da América do Sul, América Latina e Europa. Isso evidencia os constantes contatos estabelecidos entre o CDP e diversas outras entidades de caráter sindical ou popular presentes naquela conjuntura. Destaco, ainda, que o Centro recebeu várias doações de outros centros de documentação, o que inclui materiais produzidos por entidades de outros países que atuavam na prática de fortalecimento dos movimentos sociais, seja no registro e preservação de materiais, seja na assessoria e prestação de serviços. Sendo assim, a materialidade do CDP expressa a interlocução entre os vários agentes dos movimentos sociais, o que se apresenta em uma documentação fragmentária e incompleta, e ao mesmo tempo aponta as diversas redes constituídas.

outros espaços e se articulavam a outras lutas, se entrelaçando em torno desse projeto, dando corpo e força a um movimento maior.

Os registros permitem entender a convergência dessas diferentes forças sociais que se uniam na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores nos diferentes campos da vida social⁶¹. Nessa esteira, várias entidades de caráter popular e sindical que foram estruturadas e/ou fortalecidas - os sindicatos, os centros de apoio ao movimento popular, centros de educação popular, associações de bairro, étnicas, em defesa da mulher, das crianças e adolescentes, pastorais, etc. -, protagonizaram essa experiência de registro e de troca de seus materiais⁶². E o CDP, em Uberlândia, se constitui enquanto centro de documentação e compôs seu acervo, se alimentando nessa convergência, propondo ações de registro e de assessoria (formando e informando militantes) e participando das redes de comunicação criadas naquele momento.

Enfim, havia uma forte movimentação desses sujeitos que promoviam atos públicos, manifestações, mobilizações, greves, seminários, congressos, assembléias, elaboravam abaixo-assinados, cartas abertas, panfletos, que criaram os Movimentos Pró-Participação Popular em vários estados do país e elaboraram projetos para serem votados na Assembléia Nacional Constituinte⁶³. Um exemplo desse tipo de prática de intervenção é ato público, realizado na Praça Tubal Vilela, em comemoração ao Dia do

⁶¹ Esclareço que, ao tratar e enumerar a experiência de vida destas pessoas como campos da vida social, estou entendendo que ela não é compartimentada em diferentes esferas, mas sim que os sujeitos que lutavam por um sindicalismo forte no interior de fábricas e empresas são os mesmos que exigiam melhores condições de moradia, transporte, saúde, escolas para os filhos, faziam eleições nas associações de bairros e manifestações para reivindicar vida digna. Uma questão muito refletida por mim e que tenho tentado usar como procedimento na minha pesquisa é não segregar práticas sociais, ou seja, tratar as relações sociais (as diferentes dimensões da vida social) naquilo que estou tematizando na pesquisa. Meu propósito é observar e analisar os diferentes espaços sociais onde os mesmos sujeitos transitavam sem retirar o movimento da vida social. Isso implica buscar diferentes registros produzidos naquela sociedade.

⁶² Alguns dessas entidades são: Núcleo de Educação Popular 13 de Maio; Articulação Nacional de Movimentos Populares (ANAMPOS); Centro de Educação Popular do Instituto SEDES SAPIENTIAI, de São Paulo; Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE- Porto Nacional - GO); Instituto de Apoio Jurídico Popular – FASE; sindicatos de diversas categorias do país – Sindicato de Eletricistas (de Minas Gerais, de São Paulo etc.), Sindicato de Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais, sindicatos cutistas da cidade de Uberlândia (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – STIAU, Sindicato dos Eletricistas, Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos do Ensino Superior de Uberlândia – SINTET, Associação dos Docentes da UFU – ADUFU, Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal, - SINTRASP, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuários de Uberlândia). Ao longo do trabalho, vou elencar alguns deles.

⁶³ Pode-se observar este tipo de prática em diferentes periódicos da Coleção, produzidos por sindicatos com grande força política naquele momento. A título de exemplo, destaco o periódico *O Bode Berra*, órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais, que trouxe essas práticas em alguns de seus números. Os ns. 103, 104, 110, ambos de 1987, apontam estas ações. Coleção CDP. Movimento Sindical, Pasta 01. CDHIS/UFU.

Trabalhador em Uberlândia, no ano de 1988⁶⁴, que chamava os trabalhadores para manifestar repúdio ao arrocho salarial e ao fim da URP (Unidade de Referência de Preços), e evidencia essa movimentação de várias entidades sindicais e populares que se uniam a fim de reivindicar melhorias nas condições de salários, redução da carga horária para 40 horas, reposição das perdas salariais na data-base de cada categoria, unificação da data-base.

⁶⁴ Apesar deste panfleto não ser datado, suponho pelo seu conteúdo que esta comemoração se refere ao ano de 1988, pois menciona o movimento pelas “Diretas/88” neste referido ano. Cotejando esta informação com uma nota trazida pelo informativo do SINTTEL, *O Bode Berra*, datado da 2ª quinzena de março de 1988, n. 117, na qual se fala sobre o “Dia do basta”, realizado em várias cidades do país exigindo realização de eleições para presidente da República, temos indícios de que se trata do mesmo período nestes dois registros. Ainda encontrei um folder no eixo temático “Administrativo”, produzido pelos partidos PCB, PSB e PC do B e que também referencia a OAB e entidades sindicais e populares como promotoras do referido ato. Nele, convidava-se a população para um ato público que seria realizado na Câmara Municipal de Uberlândia para manifestar-se contra o Governo Sarney e contra o Centrão que tentavam estender seu mandato para seis anos, em favor das eleições diretas para presidente em 1988. CONTRA O SARNEY E O CENTRÃO. Dia da advertência, Manifeste-se Diretas 88. Uberlândia, s./d. Coleção CDP. Administrativo. PT. Pasta 05, n. de ordem 34.



Imagem 2

Panfleto *1.º de Maio*. Dia de luta e festa. Uberlândia, 1 maio, 1988.

Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos. Pasta 04, n. ordem 165

Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia-CDHIS/UFU

O panfleto, para além de mostrar as condições adversas vividas pelos trabalhadores que sofriam as consequências do achatamento dos salários promovido pelo arrocho salarial, apresenta as estratégias elaboradas para protestar contra essa

condição desigual de “participação na distribuição das riquezas do país”, propondo para isso seus próprios mecanismos de correção salarial⁶⁵.

Na página da frente do registro (Imagem 1), em caixa alta e em negrito, ao lado da imagem de um trabalhador à caça da URP que voava, fugindo do seu alcance, já especifica que a data será comemorada em forma de luta, através de um ato público (também destacado em negrito com uma fonte maior), o que revela um sentido de comemoração que ultrapassa o ato de festejar. Foi comum encontrar nos materiais analisados e nas referências das entrevistas, o sentido político que esta data assumia naquela conjuntura. Comemorar o 1.º de Maio era renovar o significado da luta da classe e de suas conquistas históricas, através de novas propostas de intervenção frente a cada momento específico de sua história, propondo medidas como estas apontadas na primeira imagem.

Na Imagem 2, pude observar, no verso do panfleto, que ele foi assinado por diversas entidades sindicais e populares de Uberlândia, o que a revela o desejo de união de forças em busca de legitimidade para sua ação, contra o patronato e as medidas espoliativas aplicadas pelo governo Sarney. Assinam o chamado: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia – STIAU; Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Telecomunicações de Minas Gerais – SINTTEL-MG; Sindicato dos Jornalistas; Sindicato dos Empregados do Comércio de Uberlândia; Sindicato do Turismo e Hospedaria de Uberlândia; Associação dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário; Associação dos Servidores do Serviço Público Municipal - ASPM; Associação dos Tecelões; Associação dos Barbeiros; Associação de Bairros; Associação dos Moradores do Bairro Tubalina; Movimento Negro Visão Aberta - MONUVA; o Grupo de Consciência Negra – GRUCON; Comissão Pastoral da Terra - CPT; Pastoral Operária, Central Geral dos Trabalhadores – CGT; Central Única dos Trabalhadores – CUT; União dos Trabalhadores no Ensino.

⁶⁵ Panfleto *1.º de Maio*. Dia de luta e festa. Uberlândia, 1 maio, 1988. Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos. Pasta 04, n. de ordem 165. CDHIS/UFU.



Imagem 3

Panfleto *1.º de Maio*. Dia de luta e festa. Uberlândia, 1 maio, 1988 (verso).

Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos. Pasta 04, n. ordem 165.

Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia - CDHIS/UFU.

Chamo a atenção para a linguagem apresentada pelo registro, pois ela também informa sobre a intenção dos agentes produtores. O que se procura destacar e enfatizar? No enfrentamento deste panfleto pude perceber que ele procurava chamar a atenção dos interlocutores, que possivelmente eram trabalhadores que transitavam nas praças a espera do ônibus para ir ao serviço ou voltar para sua casa, pela força da sua mensagem didaticamente explicitada. Recorria à historicidade das lutas da classe trabalhadora para comunicar aos interlocutores a ideia de uma classe trabalhadora que necessitava se unir

frente às adversidades para se fortalecerem. Estas são considerações são formuladas mediante a análise da fonte não em si mesma, mas entrecruzando suas informações com a de outros panfletos, cartazes, periódicos, pautas e atas de reunião de oposições sindicais e às entrevistas. Desse entrecruzamento, consegui recompor alguns elementos daquela conjuntura onde foi produzida e pensar como sua linguagem tinha o papel significativo de transmitir ideias, valores e proposições.

Nessa perspectiva, o que vem em **negrito**, **caixa-alta** ou aparentemente desorganizado dá um sentido para a mensagem que se quer transmitir. O trabalhador (do campo e da cidade) que está de bolsos vazios, à caça da URP e coletivamente participando do movimento das Diretas Já, Diretas 1988, reivindicando a saída do então presidente José Sarney, é o convidado para comemorar o 1.º de Maio a ser realizado em 1988 e protestar contra as medidas abusivas desse governo. É ele o agente de diálogo daquelas entidades descritas em **negrito**, *itálico*, na diagonal ou verticalmente, o que talvez fosse uma forma de mostrar que a situação do país estava bastante desorganizada.

Ao mesmo tempo, ao assim dispor os nomes das entidades que assinavam o panfleto e das mensagens que queriam transmitir (luta, ação, garantia de emprego, conscientização da classe operária), ocupavam todo o espaço do verso do referido panfleto, passando a ideia de que eles eram muitos nessa luta e nesse desejo de proporem seus próprios mecanismos de correção salarial, no dia em que se comemora o Dia do Trabalhador.

No verso do referido panfleto, encontrei elementos que permitem pensar como a classe trabalhadora conquistava processos de organização, a partir da convergência de diferentes forças sociais que buscavam seu reconhecimento na sociedade para se fortalecerem, ainda que cada qual tivesse seus próprios interesses. Essa foi uma prática comum do movimento sindical, até mesmo como forma de realizar seu desejo de união da luta em prol de um projeto de se estabelecer um “novo sindicalismo”.

Há de se considerar, ainda, que essa abertura realizada pelo movimento sindical era aproveitada por outras entidades e sujeitos como forma de conquistar espaços políticos de reivindicação e divulgação de suas lutas. A exemplo disso, tem-se a presença de algumas tendências dos movimentos negros da cidade como o MONUVA e o GRUCON, das associações de bairro e de moradores, o que exige a pensar que estes eram também espaços frequentados pelos trabalhadores na luta pelo respeito a sua etnia ou pelas melhorias nos locais de moradia. Em outras palavras, lutar pela manutenção da

URP e propor seus próprios mecanismos de correção salarial, passava também por essas outras dimensões da vida social, como igualdade racial e condições dignas de morar.

Nesse sentido, em meio a essa movimentação intensa dos trabalhadores, há duas questões que merecem ser refletidas: uma é a de que, se de um lado, havia nesse processo um conjunto diverso de tendências e influências, de outro, havia expectativas em relação a toda essa movimentação de diferentes agentes naquele período, o que revela uma ampla heterogeneidade; outra é que essas diferentes tendências e influências traçavam, em meio a essa organização, projetos políticos de sociedade e, portanto, era estratégia de atuação nesse processo, angariar diferentes agentes. Mais uma vez retomo a ideia de que eram interesses múltiplos que se uniam por uma causa comum, o que produzia uma gama expectativas diversas em torno desta realização.

Desse modo, a evidência permiti identificar alguns desses agentes que, em Uberlândia se uniram na confecção de um panfleto que convocava para uma comemoração do Dia do Trabalhador - em forma de protesto, contra aquele inimigo comum: “as medidas abusivas do governo” que espoliavam a classe trabalhadora. Assim, tem-se alguns dos sindicatos mais combativos da cidade e associações de trabalhadores, as quais já militavam para fundar seus respectivos sindicatos. Esses agentes, a meu ver, revelam a multiplicidade de interesses, bem como as tendências e influências na desejada organização dos trabalhadores.

Contudo, não se pode perder de vista o fato de que, se nos comprometemos com uma análise que busque as relações sociais mais amplas, deve-se perceber que os trabalhadores, circulavam nesses diferentes espaços (onde encontravam militantes, lideranças e intelectuais), experienciando relações desiguais, e sofriam de fato com os achatamentos dos salários, dificuldades de acesso à moradia e à terra o que me faz pensar as motivações (que eram de classe) de se juntarem às lideranças e corresponder aos projetos de organização propostos, e mesmo união de algo que poderia parecer tão diverso. Em outras palavras, a evidência é rica no sentido de fazer perceber não só a conjuntura onde foi produzida, mas também a multiplicidade de agentes e de projetos que se apresentaram, que se colocava na cena pública, permitindo inferir sobre a correlação de forças sociais estabelecidas que deram esse curso ao processo histórico.

Essas são situações que oferecem a possibilidade de analisar essas lutas como processos históricos forjados nas relações sociais estabelecidas naquele período. Na análise das evidências, percebi que as pessoas que viviam situações de empobrecimento

ou lutavam por liberdade e direito de se organizarem, transitavam nesses diferentes espaços apontados pelos entrevistados: nos sindicatos, partidos políticos ou nos locais onde enfrentavam más condições de moradia, transporte, saúde, educação e lazer, fortalecendo assim, também, os locais de lutas populares, como as associações de bairro, reivindicações por melhoria nos sistema de transporte, cobrança por escolas nos seus bairros.⁶⁶

Isso também evidencia para uma articulação de forças que se fazia na base de alguns valores, como a solidariedade de classe, união entre esses sujeitos que experimentavam situações adversas na vida social. Assim também aponta outro entrevistado, o senhor João Batista de Lima, que foi militante do movimento sindical e de luta pela terra, em Uberlândia:

Eu acho que havia uma necessidade das pessoas é... [pausa], lutar por liberdade, né. Havia uma certa dificuldade, o movimento sindical, era muito focado, quando surgiu o movimento do ABC [paulista], né, teve um foco. Além de ser um foco pela luta dos trabalhador no corporativismo da sua categoria, ele tinha uma abrangência política maior, né. Quer dizer, então, surgia uma necessidade muito grande das pessoas, e as pessoas sentiam o envolvimento dos outros movimentos, existia uma unidade maior(!) tanto do movimento sindical, do movimento popular, da... da... das atuação, daquela época, das Comunidades Eclesial de Base, né, coisa que hoje num existe mais, né! Então, naquela época existia essa capacidade, essa mobilidade de todo conjunto dos movimento popular pra uma necessidade. Tanto é, por exemplo, que, quando nós fizemos oposição, na... na eleição, veio gente de São Paulo, Belo Horizonte, Franca, né, e muitas outras coisas. E hoje é difícil a gente conseguir isso, né.⁶⁷

O entrevistado destacou isso quando me contava das dificuldades enfrentadas para formar uma chapa de oposição no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia, nos primeiros anos de 1980, frente às práticas autoritárias da ditadura. No entanto, me chamou a atenção o fato de que, ao relatar essa lembrança das dificuldades para se organizarem para montar uma chapa de oposição no sindicato, João Batista afirmou, com um sorriso irônico: “é engraçado, né, que naquela época era muito mais fácil você fazer oposição do que hoje”, para então destacar que “naquela época” era mais fácil porque havia união e solidariedade de classe diante da

⁶⁶ Essas são questões apontadas nas entrevistas e que discutiremos melhor no terceiro capítulo, apontando a gama dos projetos gestados naquela sociedade dos anos de 1980.

⁶⁷ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010.

necessidade de lutar por liberdade – livres da opressão sócio-econômica e política que viviam -, como já destaquei trecho anteriormente⁶⁸.

Essas eram as utopias vividas naquele momento que colocavam aqueles sujeitos em movimento. É para apontar o campo das utopias e da pluralidade de interesses que constituíam o campo das possibilidades, no horizonte de quem lutavam por realizá-las, que as enfatizo no texto.

Desse modo, a fala de João Batista de Lima me faz atentar para dois fatos. Primeiro, a questão do fortalecimento do movimento sindical ter sido um momento de aprendizado para a sociedade, pois aqueles trabalhadores que se organizavam nos sindicatos, por melhorias nas condições de trabalho e salários, por mais liberdade para se organizarem politicamente e combaterem um sindicalismo pelego que feria seus interesses, também levavam esse aprendizado para outros locais por onde suas experiências de vida os interpelavam. Em outras palavras, esses trabalhadores se muniam de força política “aprendida” e praticada nos sindicatos, também para reivindicarem melhorias nos sistema de transporte utilizado por eles, no sistema de saúde, nas condições e no acesso à moradia etc.

Nesse sentido, entendo essas trajetórias de lutas nos diversos campos da vida social como um processo histórico que remete ao conjunto de relações sociais como um todo, que eram estabelecidas e envolviam diversas categorias de trabalhadores, pressionavam o conjunto de forças dominantes a reavaliarem estratégias de hegemonia e de dominação. Sobretudo, demarcavam espaços de luta política na cidade – espacializando suas lutas, ao mesmo tempo em que imprimiam suas marcas sobre ela –, nas várias frentes de luta criadas nos diversos campos da luta social.

Assim, os sindicalistas que lutavam no interior das fábricas, eram moradores que diante das más condições de moradia e acesso a ela, também encabeçavam lutas nas associações de moradores de seus bairros. E por outro lado, tornou-se procedimento obrigatório trazer para a pesquisa outros locais por onde essas pessoas transitavam e que tinham forte influência na organização inicial dos trabalhadores, como, por exemplo, a

⁶⁸ Ver trecho da entrevista na p. 51 deste capítulo, quando discuti a partir da análise do entrevistado sobre o processo de desorganização dos movimentos sociais implantado pelas práticas da política neoliberal.

Pastoral Operária, núcleo progressista da Igreja Católica, que se constituiu como espaço de formação de militantes em várias frentes de luta, de cidadãos ⁶⁹.

Um segundo fato a ser considerado é a própria estratégia de fortalecimento empreendida pelos praticantes do chamado novo sindicalismo, que se fez naquele processo enquanto força mobilizadora de toda a sociedade e tecia um diálogo produtivo com as experiências dos movimentos populares que se fortaleciam. Era objetivo dos sindicatos cutistas a busca constante de militantes de diversas categorias, ou seja, formação de novas frentes de lutas, como destacou João Batista:

*Olha era uma... [pausa] um objetivo, por exemplo, dessa época da CUT, das oposição, né. A gente, inclusive, como oposição, falou na assembléia nacional da CUT, e era um projeto, realmente de mudança da, de metodologia no movimento sindical, né. Então, essa era nossa intenção. Então, quanto mais a gente pudesse angariar, trazer militante de outras categorias e apoiar, é... as oposições(!), é... era o fortalecimento, do sindicalismo combativo, né.*⁷⁰

A fala de João Batista de Lima permite identificar os agentes e projetos que estavam articulados na luta, como destaquei anteriormente, e as estratégias elaboradas para a concretização do projeto empreendido pela CUT. Cabe dizer que João Batista foi participante ativo das assembléias e congressos realizados pela CUT, fato que foi constantemente relatado na sua narrativa. Interpretei isso como forma dele ressaltar, diante da pesquisadora que o procurava, seu desejo de mostrar que foi sujeito naquele processo tão rico para a sociedade, e ao qual ele sempre se referia como época de união e solidariedade frente às necessidades e dificuldades vividas pela classe trabalhadora.

Este ponto é importante para entender que naquele momento a solidariedade de classe foi o fator vital para a convergência das distintas forças sociais existentes naquelas redes formadas com vários interesses. Essa solidariedade gerava a expectativa da unidade e da organização da classe, ao mesmo tempo em que se concretizava em

⁶⁹ As entrevistas foram primordiais para a recomposição desses diversificados espaços de luta política. Nesse sentido, cada entrevista apontava como a experiência de cada militante era elaborada frente a sua participação nas reuniões da Pastoral Operária, nas missas realizadas por padres comprometidos com a luta dos trabalhadores, na militância no movimento sindical, nas reivindicações por condições de moradia, na luta pela terra, na luta contra a carestia que experimentava situações adversas. Ao longo do trabalho, vou destacar tais narrativas, e refletir sobre seus significados, compreendendo que elas são representativas de outras experiências.

⁷⁰ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010.

ações conjuntas que conquistaram avanços nas lutas encampadas, como, por exemplo, o próprio ato de se tornar trabalhador militante ou de atuar nas oposições sindicais.

Enquanto projeto social de constituição de um sindicalismo progressista, a articulação e a convergência de forças sociais distintas e diversas conseguia movimentar diferentes lutas travadas não só na cidade, mas no país. Aqueles valores destacados por João Batista de Lima como “necessidade das pessoas por liberdade e unidade”, articulados aos vários projetos implantados no interior dos movimentos sindical e popular fomentavam a convergência dessas diversas forças sociais. E foi dentro dessa conjuntura de intensa troca de experiências de luta no seio dos movimentos sociais, de sonhos, projetos e práticas de intervenção, que o CDP e outros centros de memória se colocaram como projeto de registro e de participação na história destes sujeitos.

Isso, de alguma forma, foi delineando quais os agentes que promoveram a articulação e contato entre diferentes entidades e posterior permuta de materiais doados para o registro no CDP. Aqueles que eram sindicalistas e/ou militantes de esquerda ou do movimento popular criavam contato com sindicatos, centros de formação, centrais sindicais. Os estudantes da Universidade Federal de Uberlândia contatavam universidades, DA's e DCE's ou ainda estudantes secundaristas (experiência de militância que muitas vezes compunha a trajetória desses universitários).

Constatar isso significa compreender que os materiais recolhidos o foram por esses sujeitos que circulavam entre diferentes espaços (prática confirmada também pelas entrevistas), isto é, muitas vezes a mesma pessoa militava no movimento estudantil ou no movimento político-partidário e militava nos sindicatos (prestando assessoria, por exemplo) ou nos diversos movimentos populares, como associações de bairro, movimentos negros, e vice e versa.

Há ainda de se considerar o desejo de articulação de diferentes entidades nesse processo, como destaquei acima. Já depois de estruturado o Centro, os contatos se tornaram prática comum da sua política de funcionamento, e isso significou a ampliação desses contatos. A meu ver, isso evidencia o que era vivido naquele momento em termos de efervescência dos movimentos sociais, do entrecruzar constante de experiências e aprendizados, e também que tais relações sociais eram pautadas numa identificação com a luta política, na solidariedade de classe.

A permuta e a doação de materiais parecem-me o mecanismo mais utilizado para a composição e configuração do acervo do Centro. Essa constatação se faz pelas entrevistas e pela análise das correspondências⁷¹. Era uma prática entre aqueles que estavam à frente do CDP a busca constante de informação sobre como formar um acervo para um centro de documentação popular, a partir da busca de informação sobre como funcionavam outros centros de documentação e memória. Pude ler algumas correspondências que mostram esse contato constante entre o CDP e diversas outras entidades de memória. Para apresentar um exemplo disso, destaco o trecho da correspondência enviada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI- RJ, datada de 13 de outubro de 1987:

[...] O programa Movimento Camponês/Igrejas do Centro Ecumênico de Documentação e informação – CEDI – vem nos últimos anos, desenvolvendo um trabalho de documentação dos movimentos populares no meio rural brasileiro. É nesse sentido que muito nos interessa um contato estreito com sua entidade.

*Dessa forma, estamos enviando, juntamente com esta, algumas duplicatas de nossas publicações que esperamos possam-lhes ser úteis. [...]*⁷²

Ainda destaco um trecho de outra correspondência, agora enviada pelo Centro de Estudos e Cultura Contemporânea – CEDEC-SP ao CDP, datada de 01 de março de 1988.

É com satisfação que tomamos conhecimento de mais um núcleo de informação.

Esperando poder contribuir para a alimentação do seu acervo estamos enviando um lote de publicações do CEDEC, listadas em anexo.

*O nosso centro de documentação abriu suas portas a quase um ano. Estamos implantando um micro para agilizar nossos serviços. [...]*⁷³

⁷¹ Tem-se o registro, no Guia de Pesquisa do CDP, de 209 correspondências recebidas e de 64 expedidas. As correspondências recebidas são, em sua maioria, parabenizando pela constituição do CDP e/ou comunicando o envio de material, convites para palestras, cursos e seminários, pedidos de divulgação de alguns desses eventos, cobranças de pagamento de material, etc. Já as expedidas, as quais se têm um menor número, são agradecimentos pelo envio de material, justificativas de não poder adquirir material mediante compra, solicitação de informação sobre organização de arquivo, tentativas de conhecer o trabalho em outras entidades, pedidos de divulgação das atividades do Centro, chamados para reuniões sobre atividades do centro.

⁷² Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas, Pasta 01, n. de ordem 06.

⁷³ Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas, Pasta 01, n. de ordem 34.

Pude observar nas correspondências que, muitas vezes, as respostas desses centros vinham acompanhadas de alguns materiais que se encontravam duplicados em seus respectivos acervos, ou mesmo o contato era mantido via envio constante de publicações produzidas por entidades de documentação/memória e informação, sinalizando sobre o processo de comunicação constituído em suas várias faces. Desse modo, isso explica como parte do acervo é composto de materiais produzidos anteriormente à data de fundação do CDP.

Dentre essas entidades ligadas à preservação de memória e à produção de estudos e informação, destaco o Centro Pastoral Vergueiro (CPV) de São Paulo, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) de São Paulo e do Rio de Janeiro, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) de São Paulo, Arquivo Sete de Fortaleza-CE, Fundação Pró-Memória (da Subsecretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional do Ministério de Educação e Cultura) do Rio de Janeiro, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) de Contagem - MG, Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC), Arquivo de Memória de Operária do Rio de Janeiro, da UFRJ.⁷⁴

Há que se considerar também que, de acordo com o que me foi relatado nas entrevistas, à medida que o CDP foi se estruturando, várias pessoas, ligadas ou não a entidades, doavam parte do que tinha “guardado” em suas casas. Documentos que foram adquiridos nas participações em congressos, assembléias, seminários, etc., como panfletos, periódicos, cartazes ou mesmo livros, que foram acumulados ao longo das experiências de militância, e doados frente à proposta de preservação apresentada pelo CDP. Assim trouxe a fala de um dos entrevistados, que é jornalista da imprensa sindical e atuou na produção de boletins sindicais nos anos finais de 1980, e atua nesse campo hoje. Francisco Medeiros recordou como foi esse processo de doação de materiais quando lhe perguntei se sabia como havia surgido a ideia de formar o Centro e de como era o processo de recebimento desses materiais:

O que eu sei é... que... a... depois da Constituição de 88 e a queda da ditadura, certo, o... muitos militantes, de esquerda, velhos militantes, né, tinha a casa lotada de material. Certo? Panfletos, textos de discussão, jornais antigos e por aí vai. E... chega uma hora que você não tem mais o que fazer com aquilo. Não

⁷⁴ Coleção CDP. Guia de Pesquisa da Coleção CDP. CDHIS/UFU.

*tem como ficar guardando todo esse material. Então, eu acredito que foi a partir dessa constatação, certo, que... surgiu a ideia do CDP.*⁷⁵

Medeiros, que não participou do processo de formação do CDP, acaba por ressaltar apenas as características do acervo “pronto”, organizado, deixando escapar o conjunto das expectativas dos sujeitos daquele processo - tanto daqueles que decidiram criar o Centro e organizá-lo, quanto daqueles que doaram materiais dos seus arquivos particulares. Diante de tudo que já ressaltar até o momento, pude perceber que aqueles atuavam no registro e aqueles que eram doadores de materiais, compartilhavam de interesses e tinham expectativas mais amplas, que era o projeto de transformação social via produção de memórias, e não simplesmente constituir um arquivo.

Outra forma de doação realizada era o contato via correspondências, com entidades sindicais (centrais sindicais, sindicatos), centros de apoio aos movimentos populares (urbanos ou rurais), entidades político-partidárias e mesmo deputados estaduais e federais. Grande parte das correspondências (expedidas) comunicava sobre a criação do CDP e então pediam a estas entidades o envio de material. Já as correspondências recebidas parabenizavam pela criação do CDP e comunicavam sobre o envio de material.

Dentre os doadores, destaco alguns dos quais se tem o registro das correspondências: Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes (CEPAMI) de Ji-Paraná; Editora Novos Rumos, ligada ao PCB; Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) de Campinas; Deputado Estadual Nilmário Miranda; Deputado Raul Messias; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Agência Ecumênica de Notícias (AGEN); Animação dos Cristãos do Meio Rural (ACR) de Recife-PE; Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES); Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) de São Paulo; Arquidiocese de Vitória-ES; Projeto Tecnologias Alternativas – FASE, do Rio de Janeiro; Campanha Nacional pela Reforma Agrária; Apoio Jurídico Popular do Rio de Janeiro; Núcleo de Educação Popular 13 de Maio; Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC); Articulação Nacional dos Movimentos Populares (ANAMPOS); Central Única dos Trabalhadores - CUT;

⁷⁵ Entrevista concedida à autora por Francisco Medeiros, realizada em 8 mar. 2010. Medeiros, nesta data, tinha 51 anos de idade. Ele é jornalista, hoje trabalha no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, presta serviços extras a outros sindicatos e também possui uma agência de notícias virtual chamada “Triângulo Internet”. É de São Paulo e veio para Uberlândia em 1989, atuando desde este período com a imprensa sindical nesta cidade.

Instituto Metodista de Ensino Superior; Serviço Nacional Justiça e Não Violência; Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha; Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP); Equipe de Comunicação Sindical (ECOS) de Recife; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Belo Horizonte (SINDIELETRO); Centro de Educação Popular do Instituto Sedes (CEPIS); Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico; Sindicato dos Eletricitários do Triângulo; Escola Sindical 7 de Outubro; Centro de Memória Sindical; TV Viva de Olinda-PE; Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais (SIND-UTE); Sindicato dos Professores no Distrito Federal; Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Uberlândia; Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (GETEC); Instituto de Estudos da Religião; Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical (CIDAS).

Devo ressaltar que estas são as entidades/instituições de que se tem o registro nas correspondências e que, pelo conteúdo das correspondências, foram doadoras de materiais ao CDP. Contudo, há materiais acervados na Coleção que se referem a outras fontes produtoras, mas não se tem o registro nas correspondências. A longa descrição se faz pelo desejo de nomear alguns dos agentes com os quais o CDP se articulou, a fim de torná-los visíveis nesse processo, apontar sobre a natureza desses contatos e quais materiais foram considerados como memória popular por aquele grupo.

São materiais vindos dos mais diferentes estados do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Espírito Santo, Amazonas, Distrito Federal, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Goiás; alguns de outros países, como Chile, Nicarágua, França, México, EUA. Mas não se pode perder de vista que o desejo de troca de materiais não se limitava ao CDP, ou seja, esse movimento também era realizado por outras entidades do país e de outros países, evidenciando uma identidade de classe e o desejo de organização da classe trabalhadora, reforçados num projeto social e político de transformação social, em que a memória estava constantemente em disputa, se tornando dimensão de luta.

No que tange aos periódicos, são produzidos por diferentes grupos, entre eles, do campo das esquerdas, de diversos movimentos de trabalhadores, de setores progressistas da Igreja. Alguns acervados são: *O Bode Berra*, do SINTTEL; *ADUA*, dos docentes da Amazônia; *Folha Bancária*, dos bancários de São Paulo; *Tribuna Bancária*, dos bancários do Ceará; *Jornal do SINTRASP*, dos servidores públicos de Uberlândia;

LUTAPP!, publicado pelos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisa, Perícias e Informações no Estado de Minas Gerais; *Realidade Rural*, publicado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo; *Voz da Unidade*, publicado pelo PC do B; *A Classe Operária*, publicação do Órgão Central do Partido Comunista do Brasil; *Em Tempo*, publicação de uma tendência do Partido dos Trabalhadores; *Convergência Socialista*, publicação de uma tendência do Partido dos Trabalhadores; *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, publicação nacional do MST; *Jornal dos Direitos Humanos*, publicação subordinada ao Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos; *Maioria Falante*, do Serviço de Combate ao Racismo e à Discriminação; *PORANTIM*, publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), subordinado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); *Aconteceu*, publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação; *O Migrante*, publicação do Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes (Região Norte); *SINOPSE*, publicação da Comissão Pastoral da Terra – linha 6 da CNBB. Boletins produzidos por diversos sindicatos, como: *A Massa*, do STIAU; *Chave Geral* do SINDIELETRO; *O Tesourinha*, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Uberlândia; *Carta Aberta*, do SINTECT- MG; *O Transformador*, do Órgão de divulgação do Sindicato dos Eletricitários de Uberlândia - STIEHU.⁷⁶

Na maioria, são números dispersos, tendo em vista seu processo de recebimento. Essa “fragmentação” tão rica em informações revela o desejo de transformações sociais e o calor em que se davam tantas produções, evidenciando o ritmo da movimentação dos trabalhadores e seu desejo por intervenção no processo social. Também, deve se considerar que são naturezas distintas de publicações – ora por sindicalistas, ora por jornalistas contratados pela entidade sindical, ora por intelectuais que faziam suas análises de conjuntura procurando também intervir, ora por moradores insatisfeitos com as condições de vida – que cumpriam e serviam aos mais distintos interesses. Contudo, são evidências tanto da movimentação desses múltiplos agentes, do desejo convertido em ação concreta pelas diferentes formas de se comunicar e se inscrever no processo social, e também de uma memória que foi selecionada e preservada.

Quanto à periodicidade dos registros da Coleção CDP, na maioria das vezes o que se tem são poucos números esparsos das publicações, com raras exceções. Isso se explica pelas condições em que se deu o recebimento dos mesmos, como procurei

⁷⁶ Coleção CDP. Guia de Pesquisa da Coleção CDP. CDHIS/UFU.

apontar anteriormente. Também revela as formas que esses contatos eram estabelecidos, com uma grande quantidade de entidades e instituições, mas nem sempre mantendo a periodicidade em que era produzido o material. Há ainda que se considerar que uma parte do acervo foi doada por militantes. Logo, são materiais colecionados nas experiências de militância ou eram materiais que estavam “guardados” nos sindicatos, em pastorais, acumulados ao longo dos anos e doados diante da proposta do CDP. Já aqueles materiais doados por outros centros de documentação, como o CPV, o CEDI, o Arquivo Sete, CEDEFES, eram possivelmente materiais duplicados em seus acervos, como nos sugerem as correspondências.

Os temas são os mais diversos possíveis: saúde do trabalhador, segurança no trabalho, como fazer o jornal da sua entidade, avaliações sócio-econômicas, direitos do trabalhador, greves, vídeos populares, sindicatos e sindicalismo, causas indigenistas, organização popular, formação de militantes, lutas pela terra ou pelo solo urbano, direitos das mulheres, movimentos negros, discussão sobre defesa da universidade e do ensino público, enfim, temas que estavam na pauta das reivindicações dos diversos agentes que compunham essa rede de articulações.⁷⁷ Nesse sentido, os materiais evidenciam ações como: convocatória de greve, protestos contra o pagamento da dívida externa e arrocho salarial, organização de diversas categorias, por reivindicações de melhores salários, discussão sobre filiações a centrais, eleições sindicais, campanhas eleitorais (municipais, estaduais e federais), campanhas pelas Diretas Já!, luta por justiça e fim da impunidade de crimes cometidos nos conflitos pela terra, realização de congressos da CUT ou de sindicatos cutistas, etc.

Evidenciam a conjugação de forças entre entidades sindicais, como a CUT nos níveis estadual e nacional; partidos de esquerda (como o PCB, PC do B e PT); sindicatos mais fortalecidos, como bancários, eletricitários, metalúrgicos, trabalhadores no ensino; movimentos sociais como MST, Direitos Humanos, onde essas forças se uniam, em prol de suas lutas. É comum encontrar cartazes e cartilhas produzidos, conjuntamente, por diferentes movimentos sociais (sindicais, populares, centros de memória, setores da Igreja), como, por exemplo, a cartilha “A Luta é Nossa”, publicada pelo Comitê de Solidariedade, composto pelas entidades Oposição Sindical Metalúrgica

⁷⁷ Coleção CDP. Guia de Pesquisa da Coleção CDP. CDHIS/UFU.

- SP, Diretoria Sindical dos Bancários - SP, Frente Nacional do Trabalho, FASE, ACO, SEDES. SAPIENTIAE, CPV.⁷⁸

Alguns dos entrevistados, quando questionados sobre como era realizado o trabalho de organização do arquivo, lembraram que parte do trabalho desenvolvido no CDP foi fazer o levantamento dos centros de documentação existentes no país. Esse fato foi relatado por Élson Felice, que disse que era prática da política do Centro o envio de correspondências para essas distintas entidades como forma de se instruírem no procedimento de recolhimento e organização do acervo do CDP e como forma de contatar diferentes projetos nessa esteira da documentação voltados para a formação da classe trabalhadora. Quando perguntei a Élson sobre como era a participação da universidade em todo esse processo, ele disse:

[...] Com professores dessa linha que orientavam o grupo a montar esse trabalho. O... outro... foi com outros centros acadêmicos que... também começou a ter conexão com outras universidades. [...]

[...] É. Através da USP e outras universidades paulistas, a gente tomou conhecimento de outros centros montados no estado de São Paulo.

[...] Então, assim, o CDP começou a... manter correspondência no Brasil inteiro. Entendemos que, naquela época, nós não tínhamos sequer o celular, muito menos a internet. Então, o fator de conexão nossa era o correio, carta. Uma simples carta. Eu lembro que teve uma época que nós emitimos umas seiscentas cartas. Que significa isso? Seiscentos centros de documentação esparramados pelo país afora. E, aí, a gente começou a fazer o intercâmbio. O material que eles tinham em duplicidade, lá, eles mandavam pra nós. O material que a gente tinha, aqui, em duplicidade, a gente mandava. Então, por exemplo, a gente chegava num sindicato, é... pegar um exemplo. Sindicato dos... dos Eletricitários, os trabalhadores, eu acho que da CEMIG. Eles produziram uma cartilha sobre a questão, é... como é que a CEMIG arrecada o recurso, que o... que ela arrecada de contribuição de cada cidadão, e... e o que ela arrecada, por exemplo, das empresas, da indústria. E... e uma cartilha muita orientativa, demonstrando de que quem tava pagando o funcionamento do sistema não era os empresários, e sim o cidadão, né. Então, essa cartilha, por exemplo, é... que chegou no centro de documentação. Em vez da gente pegar... Normalmente, a gente pegava quatro, cinco material desse, pra arquivar no Centro. Era sempre uma regra, de nunca ser um. A não ser que só tinha um. [...]

Entrevistadora: *[...] Então, se vocês, por exemplo, conseguissem cartilhas aí do exemplo que você deu dos eletricitários. Vocês é... encaminhavam isso para os outros centros que vocês tinham...*

Élson: *Isso.*

Entrevistadora: *E vocês também recebiam desses outros centros?*

Élson: *Isso. Esse era a intenção.*

[...] É. Foi esse, foi nesse intercâmbio. Que acontecia assim... o... uma situação da época. Tinha uma encrenca danada, como, por exemplo, no [Bairro] Tibery,

⁷⁸ Coleção CDP. Movimento Sindical. Cadernos, Cartilhas e Revistas. CDHIS/UFU.

*por conta das máquinas de arroz que tinha aqui. Então, o CDP, a equipe ia nas reuniões, participava das reuniões, detectava as carências que... de informações que o grupo tava buscando, né. E aí a gente mandava correspondências para os outros centros, solicitando material sobre aquele assunto. Então, se lá no Belém do Pará teve um problema com arrozeira, tal, tal, tal... então, o pessoal rastreava lá e mandava pra gente. E a mesma coisa a gente fazia quando recebia as correspondências. [...]*⁷⁹

Élson, ao se recordar como tomaram conhecimento dessas várias instituições com as quais mantiveram contato, aponta como era o procedimento de recolhimento dos materiais e o que os motivava em busca de determinados registros. Isto apresenta qual a concepção de registro de história e memória que estava em pauta entre as lideranças dos movimentos sociais dos anos 1980. A partir de sua fala e de Ronan Hungria, pude ver qual o sentido que tinha a memória para eles naquele período, dentro daquela conjuntura. Consistia em uma memória que fosse parte ativa da luta para formar trabalhadores de diversas categorias, para uma tomada de consciência por parte desta classe, ou seja, essa era a expectativa das lideranças. Era uma memória que fosse uma “base” para se “repensar ações e para projetar o futuro”, nas palavras do próprio Élson.

Isso, na prática, significou, para Uberlândia, que a constituição do CDP, fosse extensão dos sindicatos cutistas em termos de criar formadores e assessores, o que configurou o acervo do Centro. Nesse sentido, tal organização revela que o sentido de memória em voga naquele período, não era só o registro por uma consciência de que era necessário guardar porque eram registros da experiência social daqueles sujeitos e, portanto, componentes de uma história. Era o registro que promovesse a autorreflexão para uma prática no presente de formação de militantes. Assim, a multiplicidade destes centros aponta que o registro se fazia em estratégia de troca de experiência e aprendizado político. Os eixos temáticos do CDP eram organizados de forma a alimentar a luta com informações que balizavam a pauta das reivindicações. Élson destacou essa forma de organização:

É, o tempo todo foi esse grupo [de alunos] que levou esse trabalho. Então, mantinha uma conexão da universidade com o movimento popular. Por quê? Porque eles eram estudantes, alguns já, inclusive, até formados, na época. Eram recém formados. É... Então, eles tinham uma orientação acadêmica de... no sentido de como é que ia ser feito a classificação a... a classificação, catalogar. A forma, né, científica vinha da universidade. Agora, a definição, a

⁷⁹ Entrevista concedida à autora por Élson Oliveira Felice, realizada em 9 fev. 2010.

metodologia do que vai arquivar, como, etc, baseava-se no fluxo de uso que os sindicatos faziam desse material, né. Então, se o pessoal usava muito sobre índice econômico, então eles faziam uma classificação de que naqueles catálogos, que índice econômico era um item importante. Porque o sindicato, os dirigentes dos sindicatos precisavam se preparar, por exemplo, para as mesas de negociação, e num tinha referência de índice. Como é que ele ia montar a perda salarial que aquela categoria teve naquele dado momento, né? Então... as informações que a gente tinha vinham do DIEESE e manter um técnico do DIEESE era difícil. É... Difícil no ponto de vista, assim... o custo era muito alto. Os sindicatos aqui não tinham esse recurso. Então, o quê que tinha de fazer? Os dirigentes tinham que se virar e ser o próprio economista. Então, por exemplo, teve uma classificação lá que foi a questão econômica de perda salarial, tem um arquivo nesse sentido. Um outro sobre questão de leis trabalhistas.⁸⁰

As conexões das redes que pude identificar, a partir dos materiais da Coleção CDP e das entrevistas, eram traçadas mediante o desejo de se informarem sobre outras experiências de lutas, como forma de valer do aprendizado de outros sujeitos para enfrentarem suas situações de reivindicação e negociação, como tornou clara a fala desse militante que vivenciou toda a efervescência dos movimentos sociais na década de 1980 e permanece nessa prática social de luta desses movimentos, hoje com outras configurações.

Evidentemente que deve-se problematizar que essa talvez tenha sido uma metodologia utilizada pelas lideranças desses movimentos, ou daqueles que se colocavam como suas assessorias, e não necessariamente fosse prática para todas as os sujeitos que reivindicavam melhorias e conquistas em organizações político-sociais ou não. Contudo, destaco que, dentro daquelas relações sociais que essa análise se propõe a investigar, elas foram práticas vitais para o fortalecimento não só das redes onde diversas entidades se articulavam, trocavam experiências, mas para o fortalecimento dos movimentos sociais que se utilizavam dessas trocas.

No entanto, minha intenção nessa reflexão não é destacar as práticas de formação de lideranças e tampouco homogeneizar a gama de interesses envolvidos nesse processo que se apresenta tão amplo. É, sim, apontar e refletir sobre as possibilidades que estavam colocadas nesse processo. Isso passa pela necessidade de destacar os significados e desdobramentos que tinha a participação de diversos sujeitos que se envolviam com a militância, o fortalecimento do movimento sindical e sua importância naquele momento para o fortalecimento de outras lutas e, sobretudo, para

⁸⁰ Entrevista concedida à autora por Élson Oliveira Felice, realizada em 9 fev. 2010.

pensar e escrever essas possibilidades e suas múltiplas experiências de lutas, onde a sociedade avançou na busca pela democracia, cidadania, na conquista de direitos civis, na forma de lutar enquanto sujeitos políticos.

Nesse sentido, acredito que essa vivência de militância, de organização em sindicatos, em associações, manifestações, atos públicos foram experiências importantes que devem ser abordadas para pensar o processo histórico vivido, para que se possa compreender o momento de afirmação dessa luta na sociedade brasileira. É destacar que esses valores nasceram do aprendizado da convergência de diversas lutas que, pelo arranjo das relações sociais vividas naquela conjuntura, conquistou uma valorização política de fundamental importância.

Acredito que é importante não apenas para os movimentos organizados, mas também para aquelas lutas que se valem de estratégias que se mostram mais pulverizadas, mas que se constituem no aprendizado da vida social, nas relações sociais vividas em outros momentos, onde questões foram propostas e outras formas de se contestar processos hegemônicos foram vividas. Em suma, a experiência da luta organizada em movimentos sociais será tratada aqui com o interesse de pensar sua dimensão na troca de valores construída nesse período, e como agente mobilizador fundamental nesse processo.

Com base nessa compreensão, é que pude ver quais materiais esses agentes, que movimentavam essas redes, enviavam e recebiam, e quais necessidades essas trocas de materiais vinham suprir. As relações institucionais mantidas giravam em torno de um projeto político de sociedade, onde sentidos de história e memória estavam em confronto, para cumprirem o papel de ser fontes de formação política naquela conjuntura tão rica de expectativas, ações concretas de luta e mobilização, união e solidariedade de classe, como o ex-sindicalista João Batista destacou. Maria de Fátima Lucena também interpretou esse processo, à luz do desejo de mudanças em organizações da classe trabalhadora, que se fazia na base da união de classe:

Entrevistadora: *E como que a senhora começou a participar do movimento social? Foi a partir desse trabalho?*

Fátima: *Foi! Eu comecei a trabalhar nessa confecção [Confecção de roupas Squerte], depois aproximadamente em [19]78. Na década de [19]70, [19]78, 79, nós... Igual eu falei, a gente morava ao lado da Igreja Bom Jesus, e tinha um padre, oblatos, que é da Congregação de Maria Imaculada e Conceição. O padre chamava Carlos, Jose Carlos Deni, é... irlandês. E o é... Pedro Muriat.*

Então, eles eram uma equipe de padres e... eles havia... O Padre Carlos havia chegado do Rio. Ele tinha um trabalho social com os trabalhadores lá, de conscientização(!), de Pastoral Operária(!), ligada à Diocese de Uberlândia(!). Ele iniciou esse trabalho. Nós iniciamos, eu num tinha muita consciência política da época, mas eu tinha muitos questionamentos referentes aos direitos trabalhistas, né? Porque, como eu já era trabalhadora é... industrial(!), operária(!), eu comecei a fazer alguns questionamentos a... [sobre] o desconto de... de um dia de trabalho, no mês de março, né, que é o imposto sindical. E... todo trabalhador, quando mexe no bolso, ele fica indignado, né. Aí, faltava um dia de trabalho, era descontado. E aí eu comecei a questionar. Aí, comecei a questionar hora extra(!), né, o salário! Aí, era um questionamento, e aí esse Padre começou a fazer uma reunião, nos convidar para o encontro com os trabalhadores que ele havia promovido, junto com o José Prado, José de Sousa Prado, que é o ex-presidente do Sindicato [dos trabalhadores na Indústria] da Alimentação, o STIAU. Aí... nos convidaram pra gente ir nessa reunião, que lá havia... Ia ter um momento muito rico de tirar as dúvidas dos direitos trabalhistas, e um pouco a gente discutia a nossa situação do trabalhador. Qual era nosso papel na sociedade capitalista que a gente vivia? Foi por aí. E aí eu fui, no dia 21 de abril de [19]79(!), 21 de abril de 79! Era um feriado, dia de Tiradentes, às quinze horas da tarde. Foi meu primeiro ingresso. Então, me marca muito.⁸¹

Destaco esse trecho da entrevista com Maria de Fátima para abordar o momento vivido por essas pessoas que enfrentaram esses processos de organização de suas categorias e lutaram por um novo sindicalismo, que atendesse às reivindicações dos trabalhadores. Fátima Lucena, costureira nessa época, na sua militância na Pastoral Operária e vivência da sua religiosidade na ala progressista da Igreja Católica, da Teologia da Libertação⁸², que lutava pela igualdade de classes e contra a carestia, relata as relações sociais vividas que convergiram para uma mobilização dos trabalhadores, organização no interior de sindicatos, formação de uma consciência política. A fala desta trabalhadora/militante, assim como a dos outros entrevistados, não se limita a sua história de vida, mas representa à experiência social compartilhada por vários outros trabalhadores que como ela, criaram suas trajetórias entre trabalhar e se fazer militante.

Interessante observar o processo de reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe, relatado por Fátima, quando ela afirma que apesar de ter pouca consciência

⁸¹ Entrevista concedida à autora por Maria de Fátima Lucena, realizada em 30 mar. 2010. Maria de Fátima, nesta data, tinha 56 anos de idade. É aposentada e preside a ONG Associação dos Portadores de Lesões Relacionadas ao Trabalho de Uberlândia e Região (APLERT), que, segundo ela, será destituída por falta de formação de uma nova diretoria que queira assumir o cargo. É de Capinópolis (MG), veio para Uberlândia com a família em 1977 e conseguiu, nessa época, trabalho em fábrica de costura industrial. Foi uma das fundadoras e presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Uberlândia.

⁸² Os padres oblato a quem Fátima se refere, eram os padres ligados à Congregação Maria Imaculada e Conceição. O termo oblato se refere a tudo que se oferece à Deus e aos santos na igreja; aqueles que se vivem de acordo com determinada Congregação.

política quando começou a participar das primeiras reuniões, ela tinha os questionamentos daquela condição de classe. Neste trecho, destaco a representatividade de uma fala que expressa todo um conjunto de relações sociais vividas naqueles anos e de valores de luta compartilhados em diferentes espaços que congregaram sujeitos que experienciavam tais relações de classe. Era nessas mais diversas relações sociais que essas pessoas iam fazendo essa troca de valores e aprendiam, umas com as outras, estratégias de resistência e de organização, que não se restringiam ao interior dos sindicatos.

Nesse sentido, era diante desse conjunto de relações vividas e das necessidades de preparar as pessoas para atuarem nas mais diversas lutas, que aqueles agentes, como os centros de documentação e memória, entidades sindicais, político-partidárias, centros de estudos sobre cultura, centros de formação de movimentos populares procuraram se munir dos mais diversos materiais como forma de se “instrumentalizarem” para a luta. Logo, a necessidade de trocarem boletins, periódicos, revistas etc., produzidos por sindicatos combativos ou chapas de oposição às diretorias e sindicato consideradas pelegas, por associações de moradores, centros de apoio ao movimento popular, escolas sindicais, DCE’s, DA’s, grupos de secundaristas, entidades político-partidárias de esquerda, institutos de análise econômica etc., passava por esse sentido vital da memória enquanto campo ativo de luta.

Ao mesmo tempo, revelava qual era a memória a ser preservada para tais entidades, enquanto memória dos movimentos populares nos anos de 1980. O trecho da entrevista realizada com Ronan Hungria mostra esse sentido do registro, como um ato político e, de memória, como campo de formação política, militantes – numa concepção classista dos intelectuais que compunham aquele processo – quando ele interpreta e analisa qual era o papel do CDP naquela conjuntura:

Ronan: [...] *Que era armazenar aquela memória. Que formar vários grupos de oposição. Ganhamos vários sindicatos. Perdemos outros.*

[...] *Formamos sindicatos. Vários. Petroleiros. E, na época, a gente tinha aquela leitura assim... bem marxista-leninista. [...] E, é lá que nós temos os nossos companheiros, então, nós vamos formar você, pra você ir lá e fazer a discussão.*

Entrevistadora: *Formar uma pessoa de dentro do movimento que voltaria pra formar?*

Ronan: *Faria esse elo, e que taria com essa idéia classista de chamar as pessoas no processo na desalienação dele. Na construção de uma referência*

*classista, tá? Pra que ele pudesse ser sujeito desse processo. Então, a organização da classe. A rede. Uma rede de formação e informação que situava essas pessoas enquanto atores sociais com um projeto de classe. Então, pra isso cê precisava de uma central, precisava do sindicato, do partido, do CDP. De pessoas com essa disposição pra fazer isso. [...] É um projeto de transformação. E aí nós criamos raízes em vários lugares. Já tinha outros movimentos também. Nós fizemos parceria com esses movimentos. Sabe?*⁸³

A fala de Ronan ajuda a compreender a gama dos interesses envolvidos. Ela é representativa de um grupo que acreditava promover a formação e informação dos trabalhadores para constituição de uma consciência política, na perspectiva “marxista-leninista” como o entrevistado destaca. Foi a partir das diferentes concepções em torno da memória - constituídas entre os trabalhadores, militantes e intelectuais que participavam das redes -, que ela se tornou campo ativo da luta e que os materiais foram chegando. Porém, Ronan reafirma apenas esse sentido de formar/informar, deixando de lado a amplitude que este movimento assumiu naquele momento, que foi construir um campo consistente de aprendizado político de troca de materiais.

Desse modo, o sentido de se fazer da memória campo para formação e também espaço de aprendizado, onde o compromisso em transformar as relações sociais imperava entre os interesses diversos e entre as diferentes frentes de luta dos movimentos sociais, caracterizou o fluxo (envio/recebimento) dos materiais produzidos pelos diferentes movimentos, para diversas cidades do país ou mesmo de outros países.

Na visão de Élson, as injunções históricas daquele período impunham a necessidade de constituição de espaços que pudessem preparar os trabalhadores para seus enfrentamentos: nas negociações de greve, nos processos de mobilização para melhorias nos bairros, nas reivindicações por melhores prestação do serviço público. O trecho de sua entrevista, a seguir, é representativo de uma visão que estava colocada naquele período, que é a constituição desses espaços enquanto necessidades forjadas naquele momento histórico:

Élson: *E aí às vezes cê fazia todo um esforço de mobilização, juntava a companheirada... Às vezes até situação mesmo de desenvolver uma greve. Que era necessário pra você fazer a greve pra sensibilizar o patrão, pra abrir pra a negociação. [...] Aí, a gente fazia todo um esforço pra abrir a negociação. E a*

⁸³ Entrevista concedida à autora por Ronan Hungria, realizada em 30 jun. 2007.

gente não sabia negociar. A gente tava despreparado pra negociar. Então, nós precisávamos de um local pra poder se preparar. Então, o CDP, mais de que um arquivo, era um centro de formação, de capacitação. Ele não se efetivou nesse sentido. Teve alguns cursos, alguns seminários que foram organizados pelo CDP, é... que conseguiu cumprir esse papel.⁸⁴

Deve se considerar, também, uma forma de constituir redes de comunicação, de formação/informação, de apoio às lutas populares e de divulgação de suas práticas no desejo de sensibilizar a sociedade para suas movimentações e assim fortalecer-se mais e tornar visíveis suas proposições e reivindicações. Nesse sentido, a fala de Aniceto Ferreira, também militante daquele período, me faz pensar sobre as articulações políticas e as práticas de formação empreendidas pelas distintas entidades partícipes desse movimento de mobilização e organização dos trabalhadores em Uberlândia:

Entrevistadora: [...] *Como que se dava esse processo de formação política Aniceto? Porque eu vejo, pelos documentos, até eu comentei com você: as pessoas transitavam em diferentes lugares, em associação de bairro... Você mesmo é um exemplo disso, participou desses diferentes “lugares”. Então, como que era esse processo de formação política, aliado com essas entidades?*

Aniceto: *Olha, por exemplo, a Pastoral Operária, ela foi uma formadora, sempre foi uma... entidade, uma pastoral que promove formação política, social e religiosa. Eu destaco aqui também, no início dos anos 1980, por exemplo, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese. Hoje, num existe, certo? É... Centro de Defesa dos Direitos Humanos, que era muito atuante. A Pastoral da Criança(!), é... Então, assim todas... essas entidades. E, fora isso, alguns sindicatos que foram construindo, também, eles promoviam formação, né? Então, foi através dessa formação que foi multiplicando lideranças pra atuarem em associação de bairro, em sindicato, em partido político, em liderança dentro da própria Igreja e por aí fora. Foi através dessa formação. E a formação política, social e até religiosa, ela acontecia... nas vastas, nas várias entidades que eu aí citei, tanto dentro da Igreja que nós chamamos progressista... E aí eu também eu incluo a Pastoral Operária... Aqui nós temos também... Eu poderia citar a APR, que é a Pastoral da Terra, que muito ajudou, que muito contribuiu, contribui até hoje, né... E os sindicatos, que estão aí, na linha da CUT, e associações de bairros também, que teve alguns bairros históricos. Eu podia citar, por exemplo, o bairro Liberdade, que teve uma luta inicial de associação de bairro muito importante lá, no bairro Liberdade, bairro Santa Rosa...⁸⁵*

⁸⁴ Entrevista concedida à autora por Elson Oliveira Felice, realizada em 9 fev. 2010.

⁸⁵ Entrevista concedida à autora por Aniceto Ferreira, realizada em 4 maio 2010. Nesta data, ele tinha 55 anos de idade e é assessor parlamentar. Nasceu em Santa Vitória e veio para Uberlândia aos 24 anos em busca de trabalho. Foi trabalhador do comércio nos anos 1980 e participou da formação de chapa de oposição pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Uberlândia e da Associação dos mutuários no bairro Luizote de Freitas, onde também foi presidente da Associação de moradores. Em 1992, foi eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores pela primeira vez e reeleito em mais dois mandatos. Desde os anos 1980, Aniceto é participante da Pastoral Operária.

Os trechos selecionados das entrevistas trazem elementos que me permitem falar da existência de redes que articulavam o processo de mobilização dos trabalhadores ao processo de constituição de espaços de memória, como uma dimensão desse movimento dos anos de 1980. É nesse sentido que recupero a constituição do CDP e o coloco no interior de toda essa movimentação, pois, ele, a partir da experiência do registro de parte da materialidade do que era produzido nessas articulações, evidencia a interlocução desses agentes locais e nacionais dos movimentos sociais dos anos de 1980.

O fluxo dos materiais nas redes atendia a estas necessidades sinalizadas na fala de Ronan de Élson, (constituir espaços de reflexão e de preparação para luta) e de Aniceto (havia processos constantes de mobilização e organização dos trabalhadores, o que produzia material e exigia formação).

Esse caminho foi percorrido para evidenciar a força como partícipe desses diversos sujeitos e agentes dentro daquela conjuntura onde investiguei e identifiquei a existência de redes em contato no país com esse sentido de intervenção. Contudo, deixo claro que não estou considerando aqui que a materialidade do que o CDP conseguiu arquivar na sua experiência de constituição de um centro de memória (autodenominado como lugar da memória popular) representa e expressa todo o conjunto de práticas referentes às diferentes tradições dos movimentos sociais. Essa seria uma tarefa inglória, mesmo que me dispusesse a investigar e reunir todo o conjunto de materiais produzidos pelos movimentos sociais apenas de Uberlândia.

Em outras palavras, não estou considerando que essa seja uma pesquisa que trata de todo o conjunto de materiais que expressa a memória popular de Uberlândia. Minha intenção não é sustentar uma tese de que a coleção CDP, hoje arquivada no CDHIS/UFU, consegue expressar toda a movimentação dos movimentos sociais na cidade. O objetivo de iniciar a investigação a partir da Coleção CDP foi um pretexto para adentrar na variedade de materiais registrados na Coleção que apontam para os diversos movimentos em rede, e mapear alguns dos agentes que participaram dessa experiência social de troca de materiais, de busca de outras experiências, de criação de uma rede de comunicação, enfim, de aprendizado com outras experiências que ocorriam em várias cidades do país.

Trato essa questão sob o “prisma” da experiência do registro que essas redes, onde o CDP era um dos agentes, movimentaram em termos de grupos sociais, entidades, projetos políticos, concepções de registros acerca da memória/história,

práticas concretas de intervenção no social. Não estou concebendo aqui que esses materiais utilizados contemplam toda a memória popular, e nem mesmo toda a memória dos movimentos sociais. O que a Coleção possui e aquilo a que tive acesso são fragmentos dessa movimentação pelo país, que expressam justamente o desejo de fortalecimento de diferentes frentes de luta, as ações de solidariedade e identificação de classe, a força ativa em criar redes (de registro de materiais, de formação/informação, de comunicação e de troca de experiências, de autorreflexão e aprendizado político) que congregava múltiplos interesses e compartilhavam expectativas.

Nesse sentido, consistem em materiais de diferentes natureza e tipologias documentais, como procurei explicitar ao longo deste capítulo. Do ponto de vista do processo vivido, apontam a efervescência dos movimentos sociais, as lutas enfrentadas, as propostas de intervenção de sujeitos organizados em partidos políticos de esquerda, sindicatos ou centrais sindicais, movimentos estudantis, associações de bairro ou organizações das pastorais (operária, da terra) da Igreja Católica de várias cidades. E, desse ponto, é possível vislumbrar os espaços frequentados pelas pessoas que militavam nessas diferentes frentes de luta, e o significado de tais espaços para sua formação política⁸⁶, o que me leva a considerá-los como espaços de aprendizado político, de troca de experiências.

Foi a partir da análise dos registros escritos e das entrevistas orais que fui encontrando pistas que me permitiam compreender como esses locais - sindicatos e suas práticas de formação (seminários, cursos, palestras, debates, disputas eleitorais), os diversos centros de formação dos movimentos populares, que também produziam espaços de discussão e debates (ou se utilizavam de materiais impressos que circulavam em diferentes locais sociais com vistas à formação de militantes), as práticas da ala progressista da Igreja que através das pastorais arrebanhavam militantes – se tornaram elementos fundamentais que produziam a identificação com os valores de luta e promovia sua valorização enquanto sujeitos capazes de alterar o curso dos acontecimentos sociais.

Naquela conjuntura, as pessoas estavam tentando produzir outros espaços políticos (nas associações, nos bairros, nos sindicatos) na cidade. Em 1992, Aniceto

⁸⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operaria inglesa*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. v. 1. O autor é primordial para constituição de um referencial teórico-metodológico para análise das evidências, a fim de procuramos compreender o significado dos locais frequentados para constituição de tradições de luta.

Ferreira, que participou da Associação dos Mutuários de Uberlândia, da Oposição do Sindicato dos Comerciários e era membro ativo da Pastoral Operária, foi eleito vereador pelo PT⁸⁷. Nessa esteira, várias outras pessoas conseguiram angariar votos a partir da recomposição desses espaços políticos constituídos nesses anos.

Isso nos me refletir que num momento em que a política se restringia aos gabinetes e não se elegiam vereadores e deputados, houve uma organização desses agentes que alteraram essa estrutura e passaram a eleger seus representantes no Poder Legislativo, ou seja, eles estavam tentando ganhar esses espaços políticos. No trecho a seguir, da entrevista de João Batista, ele recompõem como, a partir da movimentação de constituição de outros lugares políticos, algumas lideranças foram se elegendo:

*Aparecero, logicamente, mais interesses, né, quando, a partir do... do movimento, um surgimento das eleições, muita gente filiada ao Partido dos Trabalhadores e outros partidos de esquerda, né, e essas pessoas foram se elegendo, e essas pessoas foram criando os seu próprios núcleos de comando. Eu tenho, por exemplo, um deputado. Ele... A partir do momento que ele assumiu, naquela época, assumiu uma cadeira na Câmara Federal, como Estadual, ele tinha aí próximo de quinze, dezoito ou vinte assessor. E ele criava um grupo, criava seus... sua estrutura, pra ele, né. Num era pro movimento.*⁸⁸

O entrevistado é contundente ao analisar que muitos daqueles que se tornaram visíveis com sua atuação nos movimentos populares e sindicais utilizaram essas lutas para se elegerem em cargos do Poder Legislativo, mas, muitas vezes, abandonando a luta onde despontaram ou utilizando-a como trampolim para cargos públicos, o que ele chama de “o aparecer de novos interesses”. João Batista afirma isso quando me explica porque havia se tornado difícil conseguir união e solidariedade de classe nos movimentos sociais de hoje.

Muitos daqueles que hoje se tornaram vereadores e/ou deputados emergiram de oposições sindicais⁸⁹, de participação em lutas de associações de bairro, ou hoje se

⁸⁷ Informação levantada pela análise dos materiais de chapa de oposição ao Sindicato dos Comerciários de Uberlândia, da qual Aniceto era membro, em 1987, e confirmada em entrevista realizada com ele, já citada. Os materiais mencionados se encontram na Coleção CDP. Administrativo. Diversos, Pasta 04.

⁸⁸ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010.

⁸⁹ Dentre alguns desses sujeitos, destaco: Gilberto Neves, que compunha o SIND-UTE, foi vereador pelo PT entre 2001-2004 e, atualmente, é assessor do Deputado Federal Gimar Machado; Neivaldo Lima, vereador pelo PT no mandato 2009-2012 e que também compõe o SIND-UTE; Gilmar Machado, que foi membro da Associação dos Moradores do Bairro Luizote de Freitas, presidente do SIND-UTE (1987-1990), deputado estadual entre 1991-1998, deputado federal desde 1999, com mandato até 2014.

tornaram “sindicalistas por profissão”. Ainda que hoje deve-se problematizar que os desdobramentos dessa intensa mobilização não foram os mais desejados, já que essas lutas foram usadas depois para tentar ganhar votos, não se pode esquecer que naquele momento era a tentativa de constituição de outros espaços políticos. Os materiais permitem ver como foram constituídas e construídas aquelas experiências de luta, organização e mobilização em prol de se elaborar novas práticas de participação política. Ou seja, as pessoas foram aprendendo a partir dessas experiências nas reuniões da pastoral, nas missas, nas assembléias de sindicatos, nas reuniões em associações de bairro, a fazer política, no sentido de que se inscreviam no processo social para reivindicar direitos, exigir mudanças, enfim exercer a cidadania.

Por outro lado, há que se considerar a experiência social dos trabalhadores, que, frente a situações de espoliação, carestia, más condições de trabalho, encontravam, nesses locais, estratégias de enfrentamento dessas adversidades vividas no trabalho, nas más condições de moradia, de saúde, de transporte, etc. Tudo isso me faz voltar à questão fundamental proposta pela história social – que é uma análise que busque as relações sociais mais amplas, para compreender como os sujeitos se constituem nessas relações e propõem questões – e investigar como essa lutas foram historicamente constituídas e construídas frente à conjuntura e às relações sociais postas da forma como estavam.⁹⁰

As entrevistas foram enriquecedoras para refletir como a experiência social dessas pessoas permite ver, na sua condição de classe, um elemento fundamental para a militância, para compor chapas de oposição nos sindicatos conservadores, em elaborar boletins e panfletos, organizar a categoria, participar de atos públicos, se enfrontar em diversas outras lutas, como forma de dar apoio a outros movimentos. O que significava fortalecer uma luta que era muita mais ampla, que era a “luta pela liberdade”, como alguns entrevistados assim definiram: “Eu acho que havia uma necessidade das pessoas é... [pausa], lutar por liberdade, né⁹¹?”

E, assim, foi a coisa mais linda foi esse movimento se expandindo, todo mundo tinha a necessidade, de... de se organizar(!), de gritar(!), de pedir liberdade!

⁹⁰ Alguns trabalhos me inspiram nesse procedimento: FENELON, Déa Ribeiro O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. Op. cit.; SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995; THOMPSON, Edward. P. A lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Op. cit.

⁹¹ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010.

Nosso tema era “Terra, Liberdade e Trabalho”, na época(!), era muito falado. Era democracia, lutávamos pela liberdade. Aí, veio as “Diretas Já!”. Aí, foi a nível nacional. Aí, veio a luta dos mutuários, aqui em Uberlândia, né?”⁹²

A luta pela liberdade revela a latência dessas práticas, que se impunham ao autoritarismo vivido na ditadura, às pressões impostas pelos planos econômicos, em suma, às situações de desigualdade social experimentadas pela classe trabalhadora. Mas a expressão “luta pela liberdade” carrega consigo a carga dos valores em disputa naquele momento, o que os movimentavam, e por onde se faziam as articulações entre sujeitos, entidades e instituições.

Nesse sentido, as missas, assembleias, seminários, cursos de formação, reuniões em sindicatos e associações, manifestações nas praças se tornaram lugares de luta política. Estes espaços por onde as pessoas circulavam configuraram-se em locais de praticar outras formas de se fazer política, pressionando aquela estrutura hegemônica e dominante, onde a política era definida apenas nos gabinetes, nas trocas de “favores”, no clientelismo.

Essa compreensão da importância desses espaços frequentados, aliada à análise da materialidade, ainda revela a natureza das daqueles materiais que compuseram o acervo do CDP, como foram constituídos, quais intenções da sua produção, a quais interesses serviam naquele conjunto de relações vividas. Por outro lado, ao serem colocados naquele fluxo de materiais, passaram a compor outra dimensão da luta, visando à comunicação, divulgação em outros espaços onde poderiam angariar mais apoio e visibilidade na cena política e, por conseguinte, produzir memórias ao serem arquivadas como sendo expressão da “memória popular”.

⁹² Entrevista concedida à autora por Maria de Fátima Lucena, realizada em 30 mar. 2010.

Capítulo 2

E as redes se fizeram: comunicação e memória

Eu lembro que lá no [Bairro] Luizote a gente tinha uma cartilha feita por alguns companheiros nossos, até com alguns desenhos, é... com dificuldade, com xérox... [...] Era uma espécie de jornal, cartilha, [...] panfleto. [...] Isso, as lideranças de movimentos somava as forças, fazia uma coleta, de poucos recursos, pra tirar xérox e fazer essa cartilha, fazer esses panfletos, [que] iam se multiplicando na mão das pessoas que, ao lerem aquele conteúdo, também ia se conscientizando. Então, acho que isso é um registro muito importante que nós tivemos aí no passado, e que hoje, hoje tá mais moderno, [...] mas, naquela época, era muito mais difícil. Então, era feito mais a mão, quase que a mão.

Aniceto Ferreira

Os materiais da Coleção CDP selecionados para a produção deste capítulo estão inseridos nos eixos temáticos “Movimento Sindical” e “Administrativo”⁹³. Fui selecionando-os à medida que ia percebendo uma confluência de temas nos materiais que compõem a Coleção. A proposição dos temas se dava pela vivência de trabalhadores no processo social, que, organizados em entidades populares e sindicais, propunham questões no social, a partir da produção de um panfleto, um boletim, uma cartilha ou periódico sindical.

Pensar a construção de memórias da movimentação dos trabalhadores implicava colocar em diálogo os processos de produção desses impressos, os papéis assumidos por eles naquela conjuntura e o processo composição do acervo do CDP, onde se fizeram registrados e constitui-se meu ponto de partida. A construção desse diálogo revelava como se forjou memórias desse processo, ao mesmo tempo em que, apresentava as

⁹³ Esse eixo temático, apesar de referenciar os documentos produzidos pelo CDP, no decorrer de sua experiência enquanto centro de documentação, abrigou uma diversidade de materiais que são doações ao Centro no seu processo de articulação com seus agentes de diálogo e não apenas documentos produzidos pelo Centro. Cheguei até eles a partir da pesquisa no Guia de Pesquisa da Coleção CDP, no qual os materiais nesse eixo estão descritos um a um, quando percebi que continham muita documentação acerca do processo dessa movimentação das entidades de Uberlândia. O trabalho consistiu numa leitura de todos os documentos descritos no Guia, a partir da qual selecionava aqueles que julgava condizentes com minha proposta de pesquisa e então ia às pastas na busca destes previamente selecionados.

redes formadas entre os diversos movimentos sociais, a partir das quais experiências e aprendizados iam se difundindo no processo de comunicação criado por tais materiais em rede.

2.1. Trabalhadores “jornalistas”: conquistas, conflitos e negociações.

É frente à rede de comunicação criada por esses diversos agentes que, neste capítulo, analiso alguns dos materiais que foram produzidos nessa conjuntura e criavam a comunicação entre os diferentes agentes que participavam daquelas redes identificadas e mapeadas no capítulo anterior. Tais materiais se constituem em boletins e periódicos de sindicatos cutistas, cartilha da Pastoral Operária, boletins de associações de bairro, panfletos, convites e cartazes que eram distribuídos em praça pública, em portas de fábricas, dentro de ônibus, servindo aos mais diversos interesses: informar, mobilizar, comunicar, em suma criar uma identificação entre os trabalhadores e os projetos em disputa por cada agente produtor destas formas impressas.

Ao encontrar, nos diferentes eixos temáticos da Coleção CDP – Movimento Sindical, Movimento Trabalhadores Sem Terra, Movimento Direitos Humanos, Administrativo –, esses diversos materiais, comecei a questionar se eles sinalizavam um furor de variadas formas de comunicação colocadas em prática, formando uma rede em contato com outras, num dado momento histórico.

Então, me indagava: qual o papel que tais formas impressas cumpriam nessas redes? Quais as expectativas e os projetos criados em torno dessa produção, que a análise dos materiais tem me permitido compreender como um furor desse tipo de comunicação naquele período? Fui percebendo que boletins sindicais ou dos movimentos populares se inventavam e se recriavam alternativamente aos meios de comunicação hegemônicos criando os próprios meios de comunicação desses movimentos. Isso faria parte de um projeto gerado dentro daquela conjuntura a fim de buscar a hegemonia via informação e formação?

Meu objetivo é compreender e discutir a historicidade dessas produções, buscando suas articulações com a história dos movimentos sociais, tendo em vista que elas compõem essa história e produzem memórias em torno desses movimentos. Elas

foram força ativa naquela conjuntura específica, onde, até os anos finais dos 1980, havia pouca disposição de recursos financeiros, técnicos e de tecnologias, o que em nosso presente não constitui um problema, tornando-as mais relevantes e surpreendentes.

A leitura desses materiais exigiu um fôlego de reunir experiências diversificadas e, ao mesmo tempo, aparentemente fragmentárias, de vários atos de intervenção constituídos por diferentes agentes e sujeitos que participaram de redes de comunicação e de troca de materiais, e que tiveram seus registros selecionados e colecionados pelo Centro de Documentação Popular de Uberlândia, como sendo expressão da “memória popular”. A análise da materialidade dessas diversas produções só se tornou possível mediante a constituição de um referencial teórico-metodológico que me permitisse buscar e compreender a conjuntura onde foram criados, para então conseguir identificar e reunir as redes formadas e apreender os significados desses materiais como força ativa que exprimiam formas de resistência, modos de luta, alternativas a um quadro social adverso experimentado pelos trabalhadores nos diversos campos da vida social.

Nessa articulação entre referencial teórico e evidências, o percurso na análise destas formas impressas me levou a questionar: em quais condições foram produzidos tais materiais? Qual alcance eles tiveram naquela correlação de forças sociais dos anos 1980? Fui percebendo que essas formas impressas evidenciavam a participação desigual desses diversos agentes no processo social. Isso exigia pensar como tais materiais compuseram relações mais amplas, que envolvia seu processo de produção, distribuição e circulação.

A partir destas questões e no enfrentamento com as fontes, procurava estabelecer e tornar clara a relação entre esse processo, que se mostrava bastante criativo, e a história social. O fato de terem sido produzidos na efervescência dos movimentos sociais apontava caminhos por onde poderia trilhar minha interpretação e me conduzia nas escolhas das evidências a serem utilizadas, na produção da narrativa.

As reflexões de Raymond Williams são primordiais ao oferecer o suposto de análise para minha compreensão de tais produções enquanto linguagens constituídas e construídas historicamente por diversos agentes diante da necessidade de se fazerem vistos e ouvidos naquela conjuntura onde propunham alternativas e questões. De acordo com o autor, “a linguagem é atividade constitutiva do processo social e indissolúvel da

auto-criação humana e não mero reflexo da realidade”⁹⁴ e, portanto, a análise não deve separar a linguagem da realidade vivida. Ela é ativa e criativa no processo social e possibilita desvendar práticas concretas da vida social que evidenciam as relações sociais onde foi produzida, porque é produzida nessas relações.

Raymond Williams fortalece o debate sobre o trabalho com as linguagens produzidas no social, ao recuperar e problematizar a emergência de uma imprensa popular na Inglaterra do século dezenove, como elemento condutor que lhe permita fazer uma análise da cultura urbana industrial deste período. Ele adverte que não se pode isolar a historicidade dessa imprensa, tratando-a em si mesma, pois assim ela poderá ser vista apenas como mais uma fase na história da imprensa. Williams torna claro com seu procedimento, que só é possível entender a expansão daquela imprensa popular, ao levantar os elementos culturais que compunham a cultura popular do século dezenove e que se tornaram campos férteis para tal expansão.⁹⁵

O autor me inspira a criar questões aos materiais, no sentido de procurar desvendar o que vivia os sujeitos dessa pesquisa, na conjuntura dos anos de 1980, que os impeliam a produzir tais formas impressas. Busquei os elementos de sua cultura (da experiência no trabalho, no morar, no viver suas práticas religiosas, no modo de se divertir) que influenciavam na elaboração dessas práticas de intervenção – no formato, no conteúdo, na linguagem utilizada. Percebia que muitos dos materiais eram produzidos pelos próprios trabalhadores/militantes e, então, eram trabalhadores que queriam sensibilizar outros trabalhadores com tais produções.

Os boletins, jornais, panfletos, convites produzidos pelos movimentos sociais são as “marcas” deixadas naquele conjunto de relações vividas nos anos de 1980. Marcas estas que, como inspira a pensar Laura Antunes Maciel, produzem a construção de sentido para o presente e uma das práticas de memorização do acontecer social,⁹⁶ e evidenciam também a produção de memórias que se fazia acerca dos movimentos sociais.⁹⁷ O reconhecimento e análise desses materiais foram desvendando práticas de

⁹⁴ WILLIAMS, Raymond. Língua. In: _____. *Marxismo e literatura*. Op.cit., p. 35.

⁹⁵ WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. Op. cit..

⁹⁶ Ver MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa -1880/1920. Op.cit., p.15.

⁹⁷ Martin-Barbero afirma que a comunicação e a cultura são campos primordiais de batalha política, reconhecendo que os meios de comunicação constituem espaços-chaves de condensação e intersecção de múltiplas redes de poder e de produção cultural. Ainda que, analisando os processos de hegemonia dos meios de comunicação massivos e seus papéis assumidos em nossa sociedade - enquanto mediadores em processo culturais, capazes de imprimir transformações sociais -, o autor me inspira a pensar sobre as

inscrição desses sujeitos no social, delineando seus espaços de luta na cidade, demarcando seus laços de pertença no social, revelando o movimento de produção de tais materiais e o que lhes davam suportes culturais para essa empreitada.

Nessa perspectiva, alguns dos números que pude ler desses boletins, jornais, panfletos e convites mostravam fortes indícios tanto sobre a produção dessas memórias, quanto sobre os embates e lutas travadas por diversas categorias de trabalhadores, na maioria das vezes marcadas pela união entre diferentes agentes dos movimentos populares e sindicais de Uberlândia ou de outras cidades do país. Eles evidenciavam sobre as alianças entre tais agentes, nomeavam seus “inimigos” e, sobretudo, apontavam as relações políticas, a conjugação de forças sociais onde foram produzidos.

Um aspecto que destacamos é a recorrência em alguns dos boletins e periódicos sindicais (algumas vezes em cartazes e panfletos) da atitude de se posicionarem contra a grande imprensa. Isso revela não só a crítica à postura da grande imprensa, comprometida com projetos dominantes na sociedade e também como aqueles grupos construíam alternativas para se comunicarem dentro daquela conjuntura e informarem sobre a movimentação da classe trabalhadora.

Dessa forma, possivelmente, os significados de sindicalistas, lideranças de associações de bairros, a Pastoral Operária e outros de produzirem tais materiais não se restringiam apenas à necessidade de se comunicarem e divulgarem suas lutas e reivindicações, mas contemplavam a expressão dos desejos e expectativas de criarem novos espaços para se fazerem vistos e ouvidos, ou seja, criar seus próprios mecanismos de comunicação e intervenção na sociedade.

Uma característica que me chama a atenção é a forma assumida por alguns boletins que compõem a Coleção CDP, produzidos por sindicatos, associações de bairro, pela Pastoral Operária não só da cidade de Uberlândia, mas também por

estratégias alternativas criadas para enfrentar os processos hegemônicos destes meios. Ao afirmar que novas maneiras de se inscrever no processo social, reconstituindo a sociedade e recriando a cidadania, estão sendo elaboradas em associações de bairro, em emissoras de rádio e televisão comunitárias, como forma de recuperar memórias e tecer novos laços de pertença ao território, Martin-Barbero me leva a problematizar as “marcas” deixadas pelos sujeitos que viveram a experiência de lutar em movimentos sociais da década de 1980, entendendo-as como modos culturais de se fazer política, ao produzir seus próprios meios de se comunicar. A materialidade do que foi produzido nas relações sociais, vividas nos movimentos sociais, da década de 1980, dão também essa dimensão de que o autor nos fala sobre serem formas de “recuperar memórias e tecer novos laços de pertença ao território” e serem produtores de memórias em nosso presente. Ver MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997. p. 13-21.

entidades de outras cidades e também pelo próprio CDP. Destaco a questão da forma assumida, pela semelhança do processo de produção, tendo em vista tratarem-se de entidades de diferentes lugares do país, mas que mantinham o mesmo “traço” nessas produções. São produzidos em máquinas de datilografia e reproduzidos por xérox, revelando técnicas de composição que contavam com outra ordem de recursos financeiros e técnicos. A maioria contém quatro páginas e é impressa em folhas de papel A4 dobradas ao meio. Muitas vezes os títulos eram escritos à mão para depois serem colados na folha com o texto datilografado, processo também que se repetia para charges e caricaturas, para só depois se fazer a reprodução.

Essa forma é presente em produções populares e sindicais, estas últimas geralmente na fase inicial da produção. Ressalto, desde já, que estou identificando enquanto produções populares, a comunicação criada no interior das lutas populares, porque exprimem a constituição dessas lutas, como, por exemplo, quando moradores reunidos em associações de bairro fazem seus próprios boletins, muitas vezes pelas próprias mãos. No entanto, muitas vezes no interior dos sindicatos eram os próprios sindicalistas que produziam seus materiais, recorrendo a esta técnica e produzindo formas impressas semelhantes. O que gostaria de ressaltar com essa observação é o compartilhar da técnica entre movimentos populares e sindicais, denunciando que seus sujeitos estavam nesses diferentes espaços, pondo em prática o aprendizado político.

Essa forma de produzir os materiais me faz refletir sobre a organização daqueles trabalhadores, moradores, militantes em torno dos seus projetos sociais e políticos e a latência de suas expectativas que se concretizavam na elaboração desses boletins, cartilhas, periódicos sindicais e panfletos, no esforço para transformar aquela situação política, social e econômica vivida nos 1980. No contato com os materiais questionava: como era o processo de organização para elaborar os materiais da luta? Como e onde se reuniam para pensar as pautas? O que privilegiavam no conteúdo e nas mensagens transmitidas? Por outro lado, devem ser considerados nesse processo os locais de aprendizagem das técnicas de composição dos materiais. Aqui, recomponho o percurso desenvolvido na pesquisa, o qual me permitiu, através do entrecruzamento das fontes, unir aquilo que se mostrava como os fios de uma teia de relações sociais.

Esse percurso foi apresentando como essas produções foram historicamente construídas e constituídas, na troca de experiências entre diferentes sujeitos, no aprendizado que ia se constituindo no cotidiano de suas trajetórias de militância nos

movimentos sindicais e populares, na participação nas pastorais, ou no movimento estudantil.

A partir da análise e observação da semelhança da forma desses materiais, questionava onde ocorriam as articulações, como as pessoas se engajavam nessa produção, como essa técnica utilizada por diferentes entidades – e que me pareceu comum e recorrente naquele momento – era apreendida e recriada diante da necessidade e condição de cada movimento ou entidade. A partir dessas inquietações, busquei nas entrevistas algumas explicações para saber sobre a experiência daqueles que viveram esse processo em diferentes frentes de luta na cidade de Uberlândia.

A produção das fontes orais foi fundamental para a compreensão dos significados dessas formas impressas, pois os entrevistados narraram suas experiências de luta, o que fazia aflorar os espaços frequentados, as estratégias utilizadas, o modo como aqueles materiais se tornaram instrumento vital dentro daquela conjuntura, constituindo-se em alternativas de comunicação que procuravam formar e informar os leitores, convidar para manifestações políticas, mobilizar a classe trabalhadora em torno de projetos, reivindicações das categorias de trabalhadores e de moradores de bairro e, muitas vezes, disputar sentidos do passado.

Aquilo que o referencial teórico-metodológico sinalizava para compreender como força ativa e criadora que compõe a realidade social, portanto não é um reflexo dela, ganhava concretude na minha problemática, à medida que a leitura dos materiais revelava formas de participação que se caracterizam enquanto linguagens instituintes e constituintes de modos de luta, evidenciando as articulações dentro das redes criadas em torno de um projeto mais amplo que tinha como expectativa a organização dos trabalhadores em prol da transformação social. Ao mesmo tempo, ganhava contornos, a construção de um sentido de memória dos movimentos sociais que estava em confronto.

João Batista de Lima, que militou no movimento sindical, formando chapa oposicionista à direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins - STIAU, no ano de 1983⁹⁸, e no movimento pela terra, nos anos finais dos 1980 e iniciais dos 1990, narrou como os dirigentes sindicais produziam o boletim *A Massa* do referido sindicato, quais os objetivos queriam alcançar com ele, como faziam sua

⁹⁸ A chapa oposicionista à direção do STIAU, formada por João Batista e seus companheiros da categoria, disputou e venceu as eleições sindicais de 1983, mas tomou a posse apenas em 1986. Esse processo será abordado no 3º capítulo. É esse o período (início dos 1980 até 1986) que ele se refere neste trecho da entrevista.

distribuição e onde havia aprendido a produzir boletins. Quando perguntei se ele participava do processo produção do referido boletim, ele afirmou:

João Batista: *Participava. Eu lembro que, quando nós entrou no sindicato, nós mesmo que fazia o material!*

Entrevistadora: *Eram vocês mesmos?*

João Batista: *Nós é que escrevia, que montava, xerocava!*

Entrevistadora: *E como que isso era feito, Seu João?*

João Batista: *Nós tínhamos uma... [pausa] alguns material. Quando nós fez oposição, a gente aprendeu muito isso, né?*

Entrevistadora: *Como?*

João Batista: *Quando nós era oposição, nós aprendemos muito a fazer boletim, né. [risos] Que num tinha outra opção.*

Entrevistadora: *Ah, sei!*

João Batista: *Tinha que fazer, né? E, aí, quando a gente foi pro sindicato, a gente, durante quase um mandato, nós mesmo que fazia o jornal, produzia. Depois é que a gente veio a contratar um jornalista, inclusive o Medeiros, que tá lá até hoje, né? Começamos a fazer o jornal... Hoje, é um jornal bonito, né? Até caro demais, né. [risos]. E os outros movimento era assim: a gente mesmo que fazia dentro da Pastoral Operária, a gente é que escrevia as matéria, que montava, né.⁹⁹*

No caso específico do boletim *A Massa*, João Batista elucida como produziam os boletins a partir do aprendizado desenvolvido na época que ele e seus companheiros faziam oposição sindical à direção do STIAU, momento que exigia dessas lideranças e dos movimentos sociais a iniciativa deles mesmos produzir seus materiais de luta. Chamo a atenção para se compreender a expressão do aprendizado político, destacado pelo entrevistado, constituído naquelas redes, onde, também, o CDP participava. Aquela iniciativa se fazia diante da necessidade deles assumirem a frente da produção desses materiais, pois como o entrevistado exclama, “não tinha outra opção”.

Esta expressão utilizada pelo entrevistado mostra a dimensão concreta desse momento, que tornava uma *necessidade* tais produções, realizadas pelo próprio esforço de buscar os meios para aprender a fazer, ainda que os recursos técnicos e financeiros não fossem muito acessíveis. Esses trabalhadores tiveram que aprender todo o processo de confecção desses boletins, atuando como redatores, editores e diagramadores naquele momento, imprimindo-lhes formas autênticas, que revelam não só um conteúdo político e mobilizador, mas o que era essa *necessidade* de fazer seus materiais, o desejo de

⁹⁹ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010.

aprender, as possibilidades encontradas para esse fazer, os agentes que se articulavam nesse campo de ação e, sobretudo, a expectativa de transformar a realidade vivida.

Esses elementos são primordiais para a compreensão do processo comunicativo em questão, não podendo ser isolados da forma final em que se apresentam, para não se perder sua condição de agentes na correlação de forças estabelecidas.

João Batista ainda aponta como as articulações políticas significavam influências na estratégia de luta, como no caso da Pastoral Operária que também foi referenciada por Maria de Fátima Lucena e por Aniceto Ferreira - ambos membros da Pastoral Operária, militantes dos movimentos sindical, popular e político-partidário desse período, ela trabalhadora do vestuário e ele trabalhador do comércio - como local onde se dava apoio para a elaboração desses materiais, ao fomentar o saber fazer. Maria de Fátima também contou quais os objetivos queriam alcançar com *O Tesourinha*, boletim do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Vestuário de Uberlândia, apontando ainda como esse era um interesse das entidades em produzir seu boletim ou convites:

Fátima: Nós sentávamos e discutia o tema do... do... do jornalzinho, o que a gente queria passar... Tinha o jornalzinho do Sindicato. Logo quando a gente assumiu, nós colocamos "O Tesourinha". E... aí "O Tesourinha" era quem levava a mensagem pra categoria, né. [...] E... O PT também tinha seu meio de comunicação, a Pastoral Operária também tinha os dele, logo os Direitos Humanos também tinha o... o jornal. E nós começamos, cada um, passar seus mosquitinho - a gente falava mosquitinho, né, fazia os convitinho pequenininho, era mosquitinho - pras pessoa, o individual. Aí, quando foi abrindo mais(!)... E aí, a gente começou a fazer o nosso jornalzinho. A gente num tinha medo, não, porque as entidades já estavam constituída, aí já tinha um respaldo maior! Entendeu?

[...] Cada categoria... Por exemplo, nós tínhamos a fábrica, então a gente tinha uma estabilidade, num é. [...] Então, esses pessoal que tinha a estabilidade, nas suas organização alternativa de... de trabalho, então elas podia dar mais a cara a tapa. Por quê? Porque ela, aquela organização das fábrica era pra poder ter mais liberdade também, e a gente sobressaía mais do que os outro.

Entrevistadora: E... como que vocês construíam? Vocês mesmos que pegavam...

Fátima: Elaborava!

Entrevistadora: Nós vamos escrever tal coisa...

Fátima: É! Nós fazíamos uma pauta, né, o quê que a gente ia colocar, e fazíamos o nosso. Geralmente, as pessoas intelectuais, tipo os padres lá, eles tinha experiência, digitava, tinha a máquina, aí eles faziam pra nós.

Entrevistadora: Era na máquina?

Fátima: É, máquina de datilografia.

Entrevistadora: Aí fazia xérox?

Fátima: É, e fazia xérox. Ia lá e xerocava, ia tudo e passava. Esse jornalzinho! Já "O Tesourinha", não, nós já fizemos com... contratamos dois profissionais,

um é Ângela que tá lá no... no Gabinete do [vereador] Delfim, a Wângela(!), ela era jornalista do [jornal] Primeira Hora, eu acho, e foi jornalista do... do [jornal] Correio de Uberlândia, mas era outro nome que se dava. Aí, nós começamos ter os nossos jornais... Aí, o Zé Prado assumiu o Sindicato, logo o sindicato já abriu as portas pra nos ajudar!

Entrevistadora: *Ah, então vocês contavam com apoio de outros sindicatos, pra poder...*

Fátima: *Com o apoio dos outros sindicatos. Na medida em que fomos nos organizando, aí mudou de figura, porque cada entidade tinha sua organização. Fundamos os Direito, os Direito... Como chama? Direitos Humanos, da Diocese. Então, a Pastoral era nosso... foi nosso ponto de apoio, ela fornecia o material pra nós, da oposição! Quem deu muito apoio pra nós foi a Pastoral, até a gente pegar os sindicato. Depois, pegô. Aí, esse sindicato dava a apoio a quem num tinha, entendeu?*¹⁰⁰

Fátima, ao apresentar como se organizavam em torno da produção dos boletins, dá pistas para entender como o processo de consolidação das entidades representativas, realizado na base da solidariedade, significava também a consolidação dos seus meios de comunicação. À medida que, algumas entidades foram conquistando estabilidade, obtendo mais respaldo, que lhes garantia mais força nos embates, “dando a cara à tapa”, pois não mais eram reféns do medo, passaram a abrir as portas a outros companheiros, constituindo-se em novos pontos de apoio ao movimento, para que estes pudessem também se estabilizar, formando uma rede consolidada nos ideais da luta.

Concomitantemente a esse processo de organização das entidades, os instrumentos de comunicação vão experimentando processos de transformação - em que inicialmente, eram os próprios trabalhadores que produziam seus boletins e jornaizinhos, com a colaboração dos padres, para depois começar a contratarem jornalistas para assumirem a redação das publicações de suas entidades, fato também destacado por João Batista - e de consolidação, se fortalecendo no papel assumido, qual seja, levar a “mensagem” da direção à categoria. Papel este, que recupera o sentido político desses materiais naquela conjuntura, no sentido de serem instrumentos de comunicação e de informação/formação – fundamentais para produção do aprendizado político – que apontam como seus produtores construíam novos espaços de se fazer política, ao se organizarem, se articularem a outros agentes dos movimentos sociais, se fortalecerem perante tais articulações e ao construírem mecanismos que lhes dessem voz e se fizessem ouvidos socialmente. Novamente torna-se evidente a pluralidade de ações, agentes e interesses presentes na cena histórica dos anos 1980.

¹⁰⁰ Entrevista concedida à autora por Maria de Fátima Lucena, realizada em 30 mar. 2010.

O nome de José de Sousa Prado foi bastante referenciado nos materiais e nas fontes orais. Ele foi o primeiro presidente de oposição no STIAU – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins – e apontado por muitos como um grande militante e articulador desse movimento de oposição sindical cutista em Uberlândia. Zé Prado, como era conhecido, circulava em vários espaços de militância na cidade. Foi participante ativo na Pastoral Operária, militante na Associação dos Moradores do Bairro Liberdade, onde morava com a família, assim como Fátima e João Batista, e militante do PT de Uberlândia.

Isso indicia sobre como as trajetórias de vida dessas pessoas que alavancaram estas práticas de resistência e contestação na cidade eram marcadas por esse ir e vir constante em diferentes locais de luta política que estavam em construção naquele momento, explicitando o engajamento em um projeto mais amplo de transformação social, que não se restringia a Uberlândia. Esse ir e vir também evidencia sobre como tais sujeitos experienciavam práticas de luta, buscando (e levando) aos locais frequentados os aprendizados desenvolvidos nessa militância, como o exemplo as experiências de elaboração das formas de comunicação.

Quando pergunto a João Batista qual era a intenção deles em fazer o boletim *A Massa*, ele fala da necessidade de informar a categoria sobre o que estava acontecendo e logo aponta as dificuldades em se conseguir êxito nesta ação, pois os trabalhadores recebiam o boletim e imediatamente o jogavam fora sem ler o que propunha. O entrevistado chega a gesticular o ato de jogar fora os boletins, para dar ênfase na ação dos trabalhadores e ao mesmo tempo valorizar as conquistas que vieram frente à persistência dos militantes.

Entrevistadora: [...] E a intenção de fazer o jornal era a mobilização? Como que era?

João Batista: Era a mobilização! Era informar, né, os trabalhadores!

Entrevistadora: Informar?

João Batista: E passar o quê que tava acontecendo, na categoria. Por exemplo, o nosso caso era a categoria, né, a gente ia pras portas das fábricas com o jornalzinho e tudo. E muita gente.... Algumas experiência, né. Quando nós começamos, nós ia pras porta das fábrica e a gente voltava arrasado! O pessoal pegava o jornalzinho e... [faz gesto de que as pessoas jogavam o jornal fora].

Entrevistadora: Mesmo?

João Batista: E, com o passar do tempo, você não via mais o pessoal jogar jornal fora! Porque o pessoal começa a ter o hábito de ler, né? De primeiro, as pessoa num tinha o hábito de ler. Eu lembro, uma vez que a gente foi na [fábrica] Erlan. Nossa! Mas a decepção era grande, né, o pessoal jogava na

cara da gente, né, o jornalzinho! Com o passar do tempo, você não via mais jornal jogado fora, porque o pessoal começou a criar o hábito de ler. Então, tem muita coisa que é persistência. Se 'ocê não tiver persistência, 'cê num vai atingir alvo algum. Principalmente coisa de sindicato, né.

[...] E foi criando o hábito das pessoas ler. Hoje, por exemplo, numa distribuição de jornal, só na [fábrica] Sadia, é distribuído 6 mil jornal! Quer dizer, do abatedor de frango e de suíno, são em torno de 4.500 distribuído assim... num espaço de três horas! E você vê pouquíssimos jornal jogado fora! Então, o pessoal já tem o hábito de ler, né? Tem algumas coisa que você cria... Por exemplo, no jornalzinho, quando nós era oposição, nós criou a [coluna] "Ronda nas fábricas", e tinha uma sirenezinha lá, né, e era a primeira coisa que o pessoal [ao] pegar o jornalzinho... E até hoje, pega o jornalzinho, ele já vira (porque é na última página), eles já vira pra ler a "Ronda nas Fábricas".¹⁰¹

O entrevistado reafirma como o desenvolvimento desta forma de comunicação, apesar das dificuldades iniciais de verem os jornais jogados fora ainda na presença de quem estava distribuindo, foi importante, pelo trabalho persistente, para criar "o hábito" da leitura entre os trabalhadores das fábricas de alimentação, que passaram a ler o que o sindicato vinha noticiar. A expressão gestual feita por João Batista - para me dizer que viam todo o esforço, de se fazerem jornalistas frente à conjuntura, se perder -, e, depois, a oposição estabelecida por ele entre o ato de jogar o boletim fora e o hábito de leitura criado (justificado pela a grande quantidade de jornais distribuída hoje nas portas das fábricas), me faziam a questionar se esse processo constituído na persistência, pelo trabalho que não se esmorecera frente às primeiras decepções, estava relacionado à necessidade de informar e formar naquele momento. E como se dava essa relação?

O que é possível apreender é que esses militantes queriam conquistar as pessoas para o campo da leitura, apresentando o alcance desses materiais naquele momento e da militância constituída. Essa forma encontrada por João Batista para narrar o trabalho construído, revelando-os como agentes de suas práticas, aponta para essa relação. Ambas compunham um conjunto das expectativas de transformar as relações vividas e, portanto, era necessário informar os trabalhadores sobre o que estava acontecendo, e formá-las para luta, o que justificava o esforço de aprender a produzir seus próprios materiais para essa luta.

Esse modo do entrevistado contar sobre a produção desses boletins confirmava a minha concepção de entender como estas formas impressas compõem atos criativos desenvolvidos no interior da luta, muitas vezes recolocando aprendizados constituídos

¹⁰¹ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010.

anteriormente em outras práticas. E ainda me permite pensar em sua força política naquele momento, ao se constituir em potencial agente transformador da consciência de milhares de trabalhadores, gerando um engajamento maior nas reivindicações, não só da categoria, mas também no projeto político no qual o sindicato estava inserido. Mobilizar e informar/formar para a transformação social era a expectativa naquele momento.

É nesse sentido que afirmo que estes materiais carregam consigo marcas de experiências construídas historicamente, ao revelarem, na sua forma e conteúdo, as condições onde foram produzidos. Em outras palavras, numa conjuntura adversa em que havia o congelamento dos salários, más condições de trabalho e moradia, mas, em contrapartida, havia resistência a toda essa situação e expectativa de avançar na democratização, a análise de tais boletins me faz perceber que sua historicidade expressa os valores que estavam em disputa, como o desejo de formar uma consciência de classe, de ver seus direitos básicos assegurados, de mostrar sua força enquanto sujeitos políticos capazes de alterar aquela conjuntura de opressão.

Essa análise permite abordar a história enquanto processo aberto, em que várias possibilidades estavam em disputa - por exemplo, avançar nas demandas colocadas pelos movimentos sociais do período, transformando-as senão em conquistas, mas em aprendizados a serem reelaborados em novas injunções históricas -, e nada estava predeterminado, assim como o é nosso presente.

Isso remete à proposição de Josep Fontana, quando afirma sobre o papel político que o historiador deve assumir frente a seu ofício e negar a ideia de linearidade e de determinismo na história, comprometida com uma visão de progresso e desenvolvimento econômico e social que abole todas as possibilidades abertas por homens do passado em benefício de narrar, na historiografia somente aquelas possibilidades que conduziram ao presente, menosprezando as alternativas que alguns propuseram ou tentaram, sem atentar para as possibilidades de futuro que continham.¹⁰² E me leva a considerar que tal análise não se constitui apenas em buscar as informações sobre os movimentos sociais em boletins, panfletos ou convites, mas sim apresentar como a história da sua produção compõe a história dos movimentos sociais e vice-versa.

Buscar a historicidade dessa produção é discutir como ela se tornou possível porque havia uma correlação de forças que convergiu para essa prática que, mesmo

¹⁰² FONTANA, Josep. Em busca de novos caminhos. In: _____. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004. p.471-490.

diante de condições adversas – onde os recursos, as técnicas e as tecnologias eram pouco acessíveis –, foram criadas formas de comunicação, que se colocavam alternativamente àquelas hegemônicas onde não se viam representados. Sua forma e conteúdo “são produtos da experimentação e da criação social e histórica”, portanto não nasceram prontos, pois “foram negociados cultural e socialmente, num espaço de diálogo conflituoso sobre o fazer da imprensa em cada momento histórico”, como defendem Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário¹⁰³. É essa noção de como foi produzir esses materiais, de como foram negociados e aos quais interesses serviam naquelas articulações políticas estabelecidas, que procuro refletir.

Nesse sentido, quando chamo a atenção para as adversas condições de produção é para tornar claro o significado que assumiam, pois tais condições adversas não se constituíram em elemento desarticulador dessa prática social na história desses movimentos. O fazer essa forma de imprensa traz consigo o fazer de diversos movimentos sociais em busca de seu fortalecimento, recuperados aqui para tratar da historicidade de ambos.

É procurando recuperar as conexões mais amplas onde esses materiais foram se fortalecendo enquanto agentes, que procuro articular sua análise às lutas em meio as quais se constituíram. Por isso, a análise das suas formas e conteúdos é substancial para entender as propostas, o seu caráter político, identificar quais os grupos envolvidos, quais os aliados, quais os adversários, quais projetos de sociedade queriam veicular, os espaços onde eram distribuídos, as redes de comunicação que aí criavam¹⁰⁴.

Imbuída desse propósito, trago para reflexão a discussão sobre alguns desses boletins e periódicos levantados no decorrer da pesquisa, na tentativa de apontar como foram se fazendo agentes dentro daquelas lutas políticas travadas nos anos 1980 pelos movimentos sociais. Metodologicamente, quero, a partir da análise de algumas publicações, das formas de produção, dos conteúdos abordados, desvendar como se dava o envolvimento político daquelas pessoas que se uniam em diversas entidades

¹⁰³ CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Op.cit., p. 263.

¹⁰⁴ Estas são questões pensadas a partir do texto “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”, que muito contribuiu para recolocar questões à minha problemática e pensar nas possibilidades de análise dos materiais que tinha em mãos, na procura de não perder as conexões mais amplas de que falam as autoras, não desvincular a análise do momento de suas produções. Ver: CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Op. cit. p. 263.

políticas para transformar a realidade vivida, criando essas redes de comunicação que se mostraram como artimanha de intervenção imediata naquela conjuntura.

Destaco, primeiramente, o boletim *A Massa*, produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins - STIAU. Como mencionei acima, os boletins produzidos por alguns sindicatos de Uberlândia, não todos os que se tem o registro na Coleção CDP¹⁰⁵, apresentam uma forma que se revela pelas peculiares condições técnicas na produção (feitos em máquinas de datilografia, com a colagem das imagens utilizadas, e dando destaque aos títulos e subtítulos de forma manuscrita). Essa técnica não foi restrita apenas às entidades de Uberlândia, pois pude observar, em outros boletins pesquisados, que sindicatos, associações de bairro de outras cidades brasileiras também recorriam a esse procedimento.

Isso sugere ultrapassar a análise para além do recurso técnico em si mesmo e recorrer ao processo social onde as condições para essas produções eram de fato escassas e com recursos financeiros minguados, mas contava com o recurso da grande capacidade de mobilização de diversos agentes, da criatividade, da força em fazer propagar técnicas dessa ordem, constituindo redes de aprendizado também.

Recuperando o fato apontado pelos entrevistados João Batista e Maria de Fátima, deles mesmos serem os redatores dos boletins de seus sindicatos, proponho uma reflexão sobre a materialidade de *A Massa*. Seu primeiro número foi em julho de 1986, com tiragem de 2.000 exemplares, sem título, trazendo na primeira página a proposta do recém criado veículo de comunicação e pedindo sugestões para o “nome”. Assim, passo a essa matéria de capa:

¹⁰⁵ Pude observar que alguns boletins de sindicatos de Uberlândia tinham acesso à gráfica para impressão dos seus periódicos. O Sindicato dos Bancários é um exemplo disso, pois contava com os serviços gráficos da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, dos estados de Minas Gerais, Goiás e Brasília. Talvez isso se explique pela estrutura financeira que essa entidade possuía, não só em nível local, mas também nacional. Porém, é necessário esclarecer que o Sindicato dos Bancários de Uberlândia não estava envolvido nas disputas políticas empreendidas por essas entidades que compuseram as redes apontadas na pesquisa, e também não era filiado à CUT. Os materiais produzidos pela oposição bancária da cidade recorriam à técnica dos panfletos redigidos em máquinas de datilografia, e reproduzidos por xerox. Ainda saliento que a oposição bancária de Uberlândia nunca conseguiu se eleger no sindicato, a exemplo do Sindicato da Alimentação, do Sindicato do Vestuário, do Sindicato dos Metalúrgicos, do Sindicato dos Eletricistas, mesmo travando disputas ferrenhas no período das eleições ocorridas nos anos de 1980, sobre as quais se têm o registro na Coleção CDP. Essas disputas foram marcadas pelo apoio político dessas entidades progressistas da cidade, que se mobilizavam de várias formas (fazendo panfletagem, produzindo materiais de campanha, participando como fiscais nas mesas de votação, promovendo reuniões com a categoria).

Com muita alegria apresentamos o primeiro boletim informativo e formativo dos trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Uberlândia.

Não é um boletim para os trabalhadores, mas o boletim dos trabalhadores, feito em conjunto.

Portanto, é um boletim que une forças e as canaliza para o mesmo sentido.

Um instrumento que facilite a comunicação e permita troca de experiências em todas as fábricas de alimentação de Uberlândia.

Quer ser, também, um instrumento que ajude o trabalhador a entender melhor os fatos, a realidade brasileira, a conjuntura social, política e sindical.

Quando houver abusos por parte das empresas, seremos também veículo de denúncias.¹⁰⁶ [grifo deles]

Ele não é dividido em colunas, traz algumas caricaturas que remetem à opressão, e espoliação vividas pelos trabalhadores, sinalizando para união da classe para superar tais situações. Este primeiro número já anuncia à categoria dos trabalhadores da alimentação a sua proposta de ser um órgão que atue junto a eles no sentido de formá-los e informá-los, colocando-se como o boletim *dos* trabalhadores – feito por trabalhadores/sindicalistas que se faziam jornalistas naquele momento para divulgar a luta – e não apenas uma via de mão única que leve as informações que os integrantes da direção julguem “necessárias”. Ou seja, a publicação procurava se aproximar dos seus leitores e constituir uma identificação entre eles e o projeto do sindicato, o qual se fortalecia enquanto força política na cidade e, portanto, buscava, com essa identificação, agregar mais militantes em seu quadro, formando uma categoria ativa e participativa, experiência que os dirigentes viam acontecer em outros lugares do país como, por exemplo, no ABC Paulista, como relataram alguns entrevistados.

Para isso, reforça o objetivo a ser alcançado: ser um boletim que “une forças e as canaliza para o mesmo sentido”, um instrumento de comunicação e que propicie a “troca de experiências” entre a categoria. Ao se pôr como o instrumento que facilitaria a comunicação e estimularia a troca de experiência entre os milhares de trabalhadores que essa categoria tinha em seus quadros, a publicação reforça o desejo de ser o agente formador naquela conjuntura, justificando o empenho em produzir o boletim, que era apresentado, potencialmente, como uma estratégia vital para alcançar objetivos traçados pelo grupo de sindicalistas, de organizar não só suas categorias para lutarem por suas reivindicações, mas criar um movimento de contestação na cidade, de não aceitação da ordem vigente, na qual não se viam representados.

¹⁰⁶ A MASSA. Uberlândia, ano I, nº. 1, jul. 1986. Arquivo de boletins do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia.

Essa noção de um projeto maior, que estava em disputa na cidade (e no país), é reforçada quando a publicação se coloca como mecanismo capaz de ler a realidade vivida cotidianamente por milhares de trabalhadores e explicar melhor os fatos ao fazer leituras da conjuntura sócio-política e sindical, indiciando assim sobre as pretensões dos seus redatores e sobre a natureza da sua intervenção.

Esses elementos devem ser considerados para entender porque deveria ser constituída a identificação entre o público visado e o boletim. Elementos que devem ser conjugados na análise sobre o fazer desses materiais para não isolar esse fazer da conjuntura que lhes fornecia elementos para tal. O que inclui pensar as influências nesse processo, os valores de união de forças, da troca de experiência como momento de enriquecimento do movimento, da necessidade de formar e informar “para entender melhor os fatos e a realidade” e de denunciar abusos, criando, para isso o veículo, uma conotação de porta-voz dos trabalhadores e espaço para se fazerem vistos e ouvidos.

Por outro lado, não se pode esquecer da fala de João Batista quando aponta que as primeiras tentativas não foram muito bem recebidas pelos trabalhadores da categoria, que nem liam o boletim. Sua observação remete à persistência dos trabalhadores/redatores, que foram criando a referida identificação pelo processo de trabalho, e aponta para um movimento de fortalecimento dessa imprensa sindical bastante politizada, que nesse primeiro momento recorria a técnicas presentes nas lutas populares.¹⁰⁷

A segunda edição do boletim do Sindicato da Alimentação foi realizada quatro meses após a primeira. Tem o dobro de páginas em relação à primeira, não traz a tiragem, nem quem foram os redatores. Essa edição já vem com o título *A Massa*, o qual é justificado na primeira matéria, definido pela especificidade do trabalho realizado pela categoria (trabalhadores em indústrias de alimentação) e pela relação que a diretoria queria estabelecer entre o sindicato e a categoria, isto é, o sindicato seria o fermento que atuaria na massa, para que essa crescesse. Aborda greves que aconteceram na cidade, denuncia abusos por parte da fábrica *ABC Inco* e ressalta a importância do sindicato

¹⁰⁷ Essas são questões que tenho procurado avançar no diálogo com o procedimento apontado por Raymond Williams no seu trabalho, já citado, de não separar as formas de imprensa em análise da realidade onde foram produzidas, dos elementos que compõem a emergência dessas formas. O autor desenvolve com maestria uma análise que trata o conjunto das relações sociais que permitiram a emergência da imprensa popular radical no século XIX na Inglaterra, não a tratando como mais uma fase história da imprensa. Ver: WILLIAMS, Raymond. *A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica*. Op. Cit.

para a categoria e para a luta dos trabalhadores do país afora, sugerindo, mais uma vez, a importância de organizar os trabalhadores. Esse sentido de organizar naquele momento – e na concepção dos trabalhadores que imprimiam um movimento de resistência na cidade – passava pela necessidade de criar a união entre os trabalhadores para enfrentar aquela conjuntura muito adversa. A união e a solidariedade eram as bases dos processos de organização de lutas no interior dos sindicatos e em outros espaços.

Em sua diagramação, *A Massa* começa a dividir as páginas em colunas, mas mantém uma característica peculiar dos boletins elaborados pelos próprios militantes, que são os textos longos. Isso se explica pelo fato de que os valores que estavam presentes nesses primeiros boletins passavam pelo compromisso político de quem os produzia, ávidos por levar a mensagem do sindicato à categoria e assim expandir o projeto de formação de mais militantes.

O que os orientava nessas produções eram suas experiências de militância acumuladas ao longo de suas vidas, se servindo de aprendizados construídos nesse processo, marcados pela vontade política de transformação, pela solidariedade de classe e união de diferentes agentes envolvidos nesse projeto social. Tratava-se de trabalhadores que muitas vezes não haviam tido a oportunidade de passar pelos bancos de universidades, nos cursos de jornalismo ou comunicação, que se serviam do conhecimento compartilhado por muitos dos sujeitos que puderam ter tal formação e se uniam a tal projeto, prestando assessoria e compartilhando a luta¹⁰⁸.

Gostaria de retomar a ideia das mudanças na composição desses boletins a partir da contratação de jornalistas, os quais passaram a redigi-los, fato sobre o qual me detive em torno das produções de Uberlândia. A partir da contratação de jornalistas profissionais, há alterações na linguagem, na diagramação, ainda que com escassez de recursos e dificuldade de acesso a tecnologias apropriadas.

Essa mudança na linguagem e na forma dos boletins era algo negociado mediante certo conflito de ideias e concepções entre dirigentes e jornalistas. Os dirigentes sindicais, quando se viram diante da necessidade de produzirem seus próprios instrumentos de comunicação, o fizeram de acordo com as possibilidades encontradas,

¹⁰⁸ Essa troca de conhecimento entre aqueles que detinham algum conhecimento sobre a produção desses materiais produzidos no interior do movimento sindical mais progressista e no movimento popular não impediu as ações criativas daqueles que enfrentavam essa empreitada, pelo seu compromisso político de transformação, de formar mais lideranças e militantes, de mobilizar as pessoas, de exigir o respeito a seus direitos básicos, etc. Fazer seus próprios jornais era uma necessidade colocada naquele momento e enfrentada dentro das possibilidades das quais dispunham.

utilizando-se da linguagem corrente nas assembléias, nos cursos de formação, na mobilização da categoria, apelando para textos longos como forma de traduzir as pautas, as reivindicações e as alternativas propostas a seus leitores. Por outro lado, os jornalistas queriam trazer a dinâmica da linguagem impressa utilizada em jornais, como meio de promover outra forma de leitura, que pudesse ser mais sucinta, valorizando assim seu ofício e demarcando sua atuação naquela sociedade.

Dentre os registros orais com os quais pude trabalhar, destaco a entrevista com Francisco Medeiros, jornalista contratado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Alimentação e Afins de Uberlândia - STIAU, que está na cidade desde 1989. Quando pergunto a Medeiros sobre as condições nas quais os materiais eram produzidos, ele narra o processo dessa produção, definindo-o como “extremamente amador”. Então, insisto para que ele defina, na sua concepção, como era essa imprensa amadora. Nesse momento, ele se recorda de como era produzir aqueles materiais para sindicatos, associações e alguns dos boletins informativos do CDP, narrando sobre as dificuldades em realizar esse trabalho e sobre onde buscava técnicas para a produção dos materiais, para além daquelas aprendidas no curso de jornalismo.

Olha, quando eu cheguei aqui, logo depois que eu cheguei, em [19]90, [19]91, por aí, alguns sindicatos (era o Sindicato [dos Trabalhadores] da Alimentação, Sindicato dos Eletricitários, se não me engano [o Sindicato d]os Comerciais) se uniram pra... formar uma pequena gráfica, certo. Porque... quando eu cheguei, ah... a produção de material aqui era extremamente amadora! [pausa] Extremamente amadora!

Entrevistadora: Como era esse “amadora”?

Medeiros: *A linguagem que o pessoal usava, certo, ah... não tinha noção nenhuma de diagramação, de montagem de um jornal, sabe! Ah... [pausa] As técnicas usadas também eram muito simples. O jornal era feito em máquina de escrever manual, sabe, xerocado e impresso em mimeógrafo. Muitas vezes mimeógrafo a álcool, que ainda existe. Num sei se ainda existe, até pouco tempo existia em muita escola pública por aí. E, então, era um negócio, assim, bem fraquinho mesmo. Aí, logo depois que eu cheguei, o pessoal parece que animou, certo, com os primeiros trabalhos que eu fiz, que também, infelizmente, foi na máquina de escrever, mas já era máquina de escrever elétrica, ela era um pouco melhor! Sabe? A titulação era feita em letra sete, que era um... umas cartelas que existiam, que ‘cê comprava na papelaria, que vinha com o alfabeto, que você passava o lápis por cima e transferia aquela letra pro papel, certo? Sistema, assim, também extremamente amador, mas que... Eu usava aquele sistema na época do movimento estudantil. Como chegou aqui, o pessoal não tinha dinheiro, pra... pra fazer uma fotocomposição, né, computador, ninguém pensava em computador naquela época... Então, o que mandava era a tal da fotocomposição que era caríssima. Pr’ocê fazer um jornal, num era todo mundo que tinha... Ou, então, o linotipo. Tinham algumas gráficas que faziam no linotipo aqui. Mas...*

Entrevistadora: Ah, já tinha aqui então?

Medeiros: Tinha, tinha sim, claro! Mas o pessoal não tinha, num tinha recursos pra fazer isso, sabe? O sindicato, assim... apesar de terem dinheiro, mais que o movimento popular, eles não... não tava tão organizados como hoje estão em Uberlândia, sabe? Então, fazia o boletim com letra sete, faziam as colunas em máquina de escrever, coisa que não usava. Quando eu cheguei aqui, fazia o texto como se fosse uma prova de escola, sabe? Então eu implantei o sistema de colunas, certo? A questão da ilustração, de melhorar a... a quantidade de ilustrações, diminuir a quantidade de textos. O pessoal tava acostumado com... textos, assim, pesados, que a gente chama de tijolão. Saíam uns panfletos que... Deus me livre, sabe? Primeiro, pela linguagem terrível. O que a gente chamava de esquerdês. Cheia, assim, de... de termos, de jargões que eram usados na esquerda, na década de [19]80. Então, cheia daqueles jargões. Tudo com espaço simples pra ocupar o máximo possível da folha de papel, sabe? Sem parágrafo! Sem pontuação! Era um horror! Sabe? Então... *Aí, fui modificando isso, sabe?*¹⁰⁹

Ao se recordar de como era esse processo, Medeiros destaca seu estranhamento em relação às condições encontradas para o trabalho. Para um jornalista recém formado, que já havia trabalhado com a imprensa sindical em São Paulo - cidade onde nasceu e onde o sindicalismo progressista vivia outras experiências e já vislumbrava a importância em se investir na área da comunicação -, foi um tempo desafiador e difícil retomar as técnicas de composição utilizadas em boletins estudantis, quando ainda era estudante, para conseguir elaborar boletins sindicais. Hoje, o jornalista que conta com muitos outros recursos para produzir os materiais do sindicato, ao se lembrar daquele tempo em que recorria às estratégias da máquina de escrever, da letra sete, impressão em mimeógrafo e xerox para elaborar tais boletins, qualifica tais práticas como “amadoras”, “fracas” e pautadas na linguagem do “esquerdês”, o que revela os conflitos onde tais produções foram negociadas.

Não se pode perder de vista que naquele período, os equipamentos disponíveis não se equiparavam aos que se têm hoje, como, por exemplo, o computador, ferramenta corriqueira em nosso presente, mas realidade ainda distante nos anos 1980, como ressaltou Medeiros. Ele permite entrever que, após sua chegada, já começou a se iniciar uma melhora nos recursos ainda que timidamente, como a máquina de escrever elétrica. Isso reforça a minha compreensão sobre a escassez de recursos encontrada pelas pessoas do movimento, quando se encorajavam a redigir e reproduzir seus materiais para mobilizar as categorias, os moradores e a população em geral.

¹⁰⁹ Entrevista concedida à autora por Francisco Medeiros, realizada em 8 mar. 2010.

Contudo, assinalo nesse embate apontado por Medeiros, que mesmo diante de poucos recursos, as formas produzidas pelos trabalhadores/militantes assumiram um peso social imenso, que hoje, nos anos 2000, com maiores recursos e tecnologias não se consegue alcançar nos variados movimentos sociais. E, mais, estas formas classificadas como “amadoras” não perdiam em nada para aquelas que foram se profissionalizando cada vez mais, à medida que o movimento sindical se fortalecia e fazia investimentos pesados em comunicação. Tanto, que se pode contrapor as falas de Medeiros e de João Batista, quando este afirma que constituíram um campo de leitura nos anos 1980 entre os trabalhadores, pela sua insistência em produzir esses materiais e enfrentar as dificuldades de fazê-los circular nas portas das fábricas, utilizando-se para isso de ônibus do transporte coletivo, ainda nas madrugadas, como relatou João Batista no decorrer da entrevista.

A resistência, por parte dos dirigentes, em liberar recursos para aprimorar tais publicações, gerava o descontentamento dos jornalistas profissionais, que viam naquela atitude até certa falta de perspicácia por parte dos dirigentes. O convencimento para fazer as transformações sugeridas foi tarefa árdua que teve que ser conquistada por Medeiros a cada produção elaborada, para pouco a pouco ir dando contornos de uma produção de um jornalismo sindical profissional, como ele recordou.

Isto, mais uma vez, me permite refletir como essa experiência foi constituída e construída historicamente, se servindo das trajetórias desses diversos sujeitos que participavam desse processo, cada qual trazendo suas vivências e imprimindo suas marcas próprias a esse movimento, deixando clara a heterogeneidade de interesses e práticas em tal processo.

A questão da linguagem desponta como um ponto conflituoso, que evidencia concepções diferentes por parte de jornalistas e sindicalistas. Quando pergunto a Medeiros se a modificação da linguagem era uma estratégia criada para conseguir uma base maior de leitores, ele reporta à necessidade de profissionalizar o trabalho, o que entendo ser uma forma de valorizar seu ofício frente àquela experiência, ao pôr em prática as concepções do jornalismo. Esse ponto conflituoso passa pelo sentido de que os sindicalistas, segundo Medeiros, consideravam haver a simplificação da linguagem por parte dos jornalistas e estes, por sua vez, qualificavam as produções feitas pelos sindicalistas como amadoras e tratavam como uma necessidade de profissionalização,

para criar uma linha de atuação e promover a adequação do jornal a seu público leitor. Assim, recupero Medeiros:

Não, na verdade... [pausa]. É... era uma... era estratégia. Na verdade, era uma questão de profissionalização do trabalho, certo. Então, quando você faz o curso do jornalismo, então, você discute a questão da linguagem. Quando você vai para uma grande imprensa, por exemplo, cada jornal tem seu manual de redação. Que você pode ver que ele tem uma certa linha de linguagem que admite determinadas coisas, não admite outras coisas, certo? E, na esquerda, conforme... eu e outros profissionais foram entrando no... foram formando, foram pro movimento, aí, nós fomos aplicando esses conhecimentos. E, então... Mas é uma briga, uma briga feia, que nós tivemos com o pessoal. Porque eles achavam que nós távamos simplificando os conceitos que eles tavam falando, que não podia simplificar. Nós falamos: “- Não, nós não tamos simplificando, nós tamos colocando isso em outra linguagem”, certo, uma linguagem acessível para o trabalhador”. Então, a grande briga nossa era justamente que nós... tamos... No Sindicato [dos Trabalhadores nas Indústrias] da Alimentação, por exemplo, são trabalhadores de fábrica, certo? Então, tem, nesse grupo três grandes grupos, certo? O trabalhador de escritório, que é acostumando a ler e a escrever diariamente; e tenho os trabalhadores do grupo técnico, que são os mecânicos, os eletricitas, que tiveram uma formação técnica, mas não tem o costume de ler; e nós temos a grande maioria, que é a peãozada, os operadores de máquina, os ajudante de produção e por aí vai, que, com muita sorte, eles têm primário incompleto. Então, além de não gostarem de ler, porque não têm o costume, certo, eles têm dificuldade de entendimento de muitos conceitos. Agora, ‘cé enfiar isso na cabeça de um sindicalista, da época que era um cara que foi criado ou numa escola de esquerda, nos grupos de esquerda, do PC do B, dos grupos trotskistas, do PCB, de outros grupos que haviam na época, ou foram criados nessa escola, ou foram criados em escola da Pastoral Operária, que era um pouquinho melhor, que já faziam essa discussão, da importância da linguagem e tal, mas que... pegam os vícios... Então, pegavam esses vícios de linguagem e isso transparecia nos materiais, certo? Então, até a gente convencer o pessoal, que não precisava escrever tudo aquilo, que o branco também, que o espaço branco também era comunicação, foi uma briga feia. Continua sendo.¹¹⁰

Na fala de Medeiros, pode-se perceber a visão que imperava junto aos profissionais da comunicação nos sindicatos, que entediavam que havia a necessidade de sintetizar a linguagem para que as “bases” pudessem entender a mensagem transmitida pelo sindicato. Essa visão pode ser rebatida pela fala de João Batista, quando afirma que eles criaram o hábito da leitura, mesmo porque eram trabalhadores que se faziam jornalistas, falando com trabalhadores.

¹¹⁰ Entrevista concedida à autora por Francisco Medeiros, realizada em 8 mar. 2010.

A oposição entre simplificação e profissionalização, apresentada na fala de Medeiros, faz emergir pontos de conflitos no processo de produção dos materiais, que se desdobraram em momentos de transformação desse processo. Compunha essa transformação a aquisição de mais recursos financeiros, que sinalizava para o acesso a novas tecnologias, a busca pelo movimento de se munir dos recursos a que iam tendo acesso, como por exemplo, contratar jornalistas, investir na implantação de gráficas, etc. Os pontos de conflitos significaram mudanças não só “no fazer” esses materiais, mas no próprio movimento.

Ao mesmo tempo, pude perceber, na fala de João Batista de Lima, que os dirigentes sindicais também viam com receio certas mudanças na linguagem utilizada pelos jornalistas, a qual poderia romper com o sentido da comunicação desejada com a categoria, ao se tornar distante da realidade de leitura dos trabalhadores. Essa foi uma questão levantada pelo entrevistado, quando afirmou que a linguagem deveria ser simplificada para que outras pessoas entendessem a mensagem a ser passada. Ao ser perguntado se houve mudanças na produção dos jornais, João Batista defende:

João Batista: [pausa] Não, até que... De primeiro, o foco era mais bem...

Entrevistadora: O foco mudou um pouco?

João Batista: É, o foco mais... Era um foco da informação, mais aberto. Hoje, eu vejo a informação é muito mais difícil do pessoal entender. Eu defendo o seguinte: se você entende, você tem que simplificar pra outras pessoas entender, né. Num são todo mundo que vai compreender... Que tem muitas pessoas... Por exemplo, um jornalista, ele vai fazer um jornal na concepção dele! E conhecimento dele não é o conhecimento do trabalhador.¹¹¹

Deflagra-se aí uma contradição, pois João Batista alega que são os jornalistas que elaboram uma linguagem inacessível ao “conhecimento do trabalhador”. O que Medeiros entende como vícios de linguagem, João Batista demonstra como uma preocupação em produzir materiais mais didáticos, a fim de alcançar um diálogo mais efetivo com seus interlocutores que, possivelmente, eram trabalhadores alfabetizados, mas que não tiveram possibilidades de permanência na educação formal.

Ainda que justifique essa necessidade de simplificação da linguagem, referindo-se aos boletins produzidos hoje como tendo perdido o foco de uma informação mais aberta, com uma informação de difícil entendimento, é possível perceber que essa é uma

¹¹¹ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010.

estratégia utilizada por João Batista enquanto maneira de valorizar o trabalho realizado por eles quando não tinham outra possibilidade a não ser a de eles mesmos criarem seus próprios instrumentos de comunicação. Entendo ser essa uma forma encontrada por João Batista para se colocar no centro da narrativa, fato que ele faz a partir do presente, pois quem hoje problematiza questões vividas pelo sindicalismo dos anos 1980 é o cabeleireiro, que, pelo tom da sua fala ao longo da entrevista, está desiludido com os rumos que tomado as práticas sindicais nesse presente, práticas que ele ajudou a construir com muita luta junto a seus companheiros.

O embate entre produção profissional e amadora também aparece no editorial de *O Tesourinha*, boletim informativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Uberlândia, na edição de n. 5, de junho de 1989.

Durante algum tempo “O Tesourinha” foi feito de forma amadora, a duras penas pelo próprio Sindicato. Hoje, com a crescente organização da categoria, sentimos a necessidade de profissionalizar mais sua editoração, razão porque, a partir deste número, nosso boletim informativo passa a ser editado por uma equipe de profissionais de Comunicação. Esta equipe também nos assessorará em eventuais ocasiões quando precisarmos de contatos com a Imprensa ou de outros trabalhos de assessoria na área de Comunicação Social, como por exemplo na confecção de cartazes, panfletos, etc.

A partir de agora, procuraremos dar um enfoque mais genérico aos textos aqui publicados, procurando informar os profissionais de nossa categoria não só das coisas do sindicato, mas contribuindo também para que ele tenha conhecimento de coisas que não estejam necessariamente ligadas à nossa entidade, mas que digam respeito a nós enquanto trabalhadores e cidadãos.

Esperamos poder contar com a ajuda e participação de todos para sucesso de mais este passo que, acreditamos, é da maior importância para a consolidação dos trabalhadores nas indústrias do vestuário de Uberlândia como uma categoria proletária organizada e que sabe fazer respeitar seus direitos.¹¹²

Por meio do editorial, a direção aponta as dificuldades de se fazer o boletim, “a duras penas”, dentro do próprio Sindicato. A profissionalização aparece aqui como *necessidade* diante da crescente organização da categoria, que exigia abandonar a “forma amadora” das primeiras edições, em que a própria direção produzia o boletim. Pude comparar o primeiro número do boletim com este que, agora, se intitulava mais profissionalizado - desenvolvido pela equipe de editoração *A.W.M Comunicação e Assessoria Ltda.* e impresso pela *Frente e Verso* – e perceber que apresentam formas e linguagens distintas na sua produção, já que produzidos em condições totalmente

¹¹² O TESOURINHA. Coleção CDP. Administrativo. Movimento Sindical. Pasta 04. n. de ordem 55.

diferentes, apontando para as mudanças que estavam ocorrendo nestas produções, em que os sindicatos buscavam se apropriar dos recursos disponíveis por essas equipes de comunicação e assessoria e, que, naquele momento, se tornavam acessíveis a eles.

Sinalizo o desejo expresso no editorial, em ampliar a informação, torná-la “genérica”, no sentido de dialogar mais com outras questões sociais, o que revela a prática da formação e o compromisso político com a cidadania. Esses elementos indiciam sobre o porquê da profissionalização da comunicação se tornar uma *necessidade* no horizonte daqueles sujeitos, que foram incorporando a profissionalização como necessidade. Por outro, lado tais elementos remetem àquela ideia defendida por Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, de que devemos atentar para o fato de que estas formas impressas não nasceram prontas e, que, portanto, devemos tentar apreendê-las *como produtos da experimentação e da criação histórica*.¹¹³

Muitos dos boletins *A Massa*, quando eram elaborados pelos dirigentes sindicais, não traziam informações sobre quem haviam sido os redatores, quais os colaboradores ou, às vezes, qual a tiragem. Essa foi outra mudança implantada por Medeiros, delineando mais algumas diferenciações entre uma produção “amadora” e o jornalismo sindical profissional que ele implantou nesses boletins. Quanto à periodicidade, os boletins *A Massa*, inicialmente, eram produzidos esporadicamente, não mantendo uma sequência. Nem sempre informava sobre a data da edição, ainda que sempre trouxessem a numeração da edição e o ano da publicação, o que evidencia que, aos poucos, os “produtores amadores” dos boletins iam incorporando técnicas e procedimentos do “como fazer” na organização da produção, procurando, dessa forma, conferir um estilo próprio de boletim sindical.

Uma característica criada pelos dirigentes, e que foi mantida após a contratação de Medeiros, foi a publicação de números especiais¹¹⁴. Destaco as edições especiais dos

¹¹³ “Nesse processo de configuração dos veículos, seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o fazer imprensa a cada momento histórico”. Ver: CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Op. cit. p.261

¹¹⁴ Os números especiais eram elaborados com o objetivo de tratar sobre algum assunto específico com trabalhadores de determinada fábrica, fosse uma greve a ser realizada ou em curso, fosse para discutir sobre data-base, por exemplo.

dias 24 de janeiro de 1990 e 25 de janeiro de 1990¹¹⁵, localizadas no eixo “Administrativo” da Coleção CDP, na pasta dos documentos diversos, que vêm tratar da greve realizada pelos trabalhadores da empresa *Refrigerantes Triângulo*, representante em Uberlândia da *Pepsi-Cola*, a fim de apontar os objetivos e interesses do sindicato ao produzir seus boletins e criar um canal de comunicação e expressão para lutar por salários mais dignos e fazer valer o direito de negociação com o patronato.

Essas duas edições especiais conduzem à valorização do ato da greve dos trabalhadores da *Pepsi*, ressaltando as adversidades vividas naquele momento. Ao mesmo tempo, o boletim usa o acontecimento de uma greve bem consolidada na cidade – na data da primeira publicação referida acima, já se contavam nove dias de paralisação – como forma de estimular trabalhadores de outras fábricas a seguirem o exemplo daqueles e enfrentarem as situações de opressão sofridas em seus locais de trabalho, fazendo valer o direito de paralisar suas atividades para protestarem, se fizerem ouvidos e pressionarem a empresa a acatar suas reivindicações.

Quando aconteciam situações como a greve dos trabalhadores da *Pepsi-Cola*, *A Massa* atuava de modo a trazer as reivindicações, denunciar as estratégias de desarticulação da categoria, tecendo críticas aos “chefetes” (adjetivo usado para nomear chefes e gerentes que se apoiavam em práticas autoritárias) e àqueles que entendiam ser “puxa-sacos” que só atrapalhavam o movimento grevista.

A segunda edição atuou no sentido de legitimar a greve em curso, apontando os baixos salários pagos pela *Pepsi*. Para tanto, o boletim tocou numa questão fundamental para valorizar o trabalho desempenhado pelos trabalhadores: apontar a sua qualificação, ao recuperar seu saber fazer no processo de evasão dos refrigerantes. Com isso, o boletim se punha como veículo de comunicação, não só entre a categoria, mas também na sociedade uberlandense, ao denunciar que os refrigerantes produzidos pela *Pepsi-Cola* estavam perdendo em qualidade, pois a empresa contratava mão-de-obra sem experiência para não negociar com os trabalhadores em greve, criando uma estratégia desmobilizadora da categoria e procurando forçá-la a voltar à produção sob pena de perder seus empregos. No entanto, *A Massa* atuava na contracorrente do que a empresa

¹¹⁵ A MASSA. Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia. Uberlândia, 24 jan. 1990. Edição especial; A MASSA. Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação e Afins de Uberlândia. Uberlândia, 25 de janeiro de 1990. Edição especial. Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos. Pasta 04, n. de ordem 86, 87, respectivamente.

impunha, ao promover a valorização do saber fazer daqueles que lutavam por melhores salários, luta esta que denotava justiça, já que eles detinham qualificação profissional, que garantiam aos consumidores a qualidade do produto, mas não recebiam o valor justo pelo trabalho desempenhado.

Pude ver que essas publicações ultrapassavam o sentido de levar informação/formação, pois eram agentes naquele processo de negociação entre patronato e trabalhador, ao ser um veículo de comunicação que circulava não só entre a categoria na busca por mobilizá-la, mas em outros espaços articulados pelo desejo de fortalecimento político, colocando-se no diálogo com toda a sociedade e disputando a opinião dos leitores.

A Massa foi um instrumento utilizado pela diretoria do STIAU – a qual traçava planos maiores de organização não só da categoria dos trabalhadores da alimentação em Uberlândia, mas dos trabalhadores da cidade e região, incentivando levantes grevistas, organizações de oposições em sindicatos, manifestações nas praças públicas, tudo com o objetivo de conquistar avanços em suas lutas – para ser força política que participasse ativamente nesses planos, cumprisse o papel de levar a mensagem da diretoria de “unir forças e as canalizar para o mesmo sentido”, como se lê em seu primeiro editorial.

Nesse sentido, estou compreendendo a análise da historicidade da sua produção como ingrediente de todos aqueles acontecimentos ocorridos¹¹⁶ na cidade de Uberlândia, que expressavam a movimentação dos trabalhadores e a atuação de algumas entidades que procuravam se juntar em busca de constituir um movimento forte e organizado, que formasse militantes e fizesse oposição às práticas conservadoras empreendidas pelos grupos dominantes, representados por patrões que coíbiavam a organização dos trabalhadores, por latifundiários que impediam a reforma agrária e perseguiram os trabalhadores que lutavam pelo direito a terra, por políticos representantes dos interesses destes grupos, que agiam contra essa movimentação dos trabalhadores.

¹¹⁶ DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo, EDUSP, 1996. p.11-17; p.195-223. Ao analisar o papel da prensa tipográfica como principal instrumento para a criação de uma nova cultura política na França revolucionária do século XVIII, Darnton sugere pensar sobre a força da palavra impressa como ingrediente do acontecimento e não mero registro do que aconteceu. Entre 1789 e 1799, segundo Darnton, a luta pelo poder é uma luta pela opinião pública, o que o leva a criar questões sobre esse elemento da cultura e seus impactos na sociedade francesa desse período. O autor me inspira a pensar sobre a força da comunicação alternativa criada no interior dos movimentos sociais dos anos 1980, como instrumento de mobilização e de intervenção política, atuando na formação de novos sujeitos políticos e constituindo aprendizados políticos.

Recorro, novamente, à ideia de que tais materiais são linguagens constituídas e construídas pelos movimentos sociais, ao se colocarem como força ativa naquela conjuntura, intervindo nos acontecimentos e produzindo memórias acerca de toda aquela movimentação. Ao circular em redes de comunicação e de memória, fizeram-se registrados no CDP, permitindo hoje abordar essa experiência social.

Os boletins *A Massa*, assim como outros boletins produzidos com esses objetivos ou mesmo os periódicos sindicais, traziam outros temas ligados à vida do trabalhador, ou seja, não discutiam apenas as demandas da categoria. O que mais vez torna claro seu papel de intervenção naquela sociedade e mostra seu posicionamento político dentro dela. Era prática desses boletins e periódicos realizar discussões sobre alguns temas em pauta na sociedade e análises de conjuntura, tais como: participação na Assembléia Nacional Constituinte, discussões de programas de governo nos períodos eleitorais, arrocho salarial e planos econômicos, questões sociais como discriminação racial e comemorações do 13 de maio, os significados do 1.º de Maio, denúncias de violência no campo, etc.

Essas foram discussões comuns que pude encontrar em boletins e periódicos sindicais, como por exemplo, em: *O Bode Berra*, do SINTTEL de Belo Horizonte; *Folha Bancária*, dos Bancários de São Paulo; *Informativo*, do SINTRASP de Uberlândia; *Tribuna Bancária*, dos Bancários de Fortaleza; *A Massa*, dos trabalhadores da alimentação de Uberlândia; *Espalha Fato*, da ADUFU de Uberlândia; *O Tesourinha*, dos trabalhadores do vestuário de Uberlândia. Estas foram publicações que pude analisar com uma maior quantidade de edições acervadas na Coleção CDP. Porém, há outras que pude ver que atuavam nessa linha e contam com um número menor de edições colecionadas.

Era recorrente, nessas publicações, a crítica à grande imprensa, especialmente à Rede Globo, que, contando com altos índices de audiência, omitia ou distorcia notícias acerca da movimentação dos trabalhadores pelo país e promovia, em rede nacional, a desqualificação das práticas de contestação e organização dos movimentos organizados, criando adesões a sua opinião transmitida como informação objetiva.

Nessa perspectiva, identificado o “inimigo” a ser combatido, essas estratégias de comunicação criadas no interior destes movimentos promoviam verdadeiros ataques à postura da Rede Globo, por meio de textos ou por meio de charges que denunciavam as distorções dos acontecimentos produzidos pela referida emissora, disputando a

vocalização da opinião. Isso me leva a considerar que, diante de uma leitura da sociedade, as entidades sindicais e populares construíram seus próprios meios de comunicação que se colocavam alternativamente àqueles hegemônicos que não os representavam.

Mais uma vez, retomo a conjuntura para pensar essas publicações enquanto força ativa, elaboradas para atender às necessidades onde eram produzidas, quais sejam, produzir as notícias sobre seu cotidiano, construir sua própria base de leitores e fazer frente à grande imprensa, atuando como formadoras de uma outra opinião. Medeiros, quando questionado sobre essa linha de atuação, me falou:

Entrevistadora: *E você entende que essa era uma forma de também fazer frente à imprensa, à grande imprensa?*

Medeiros: *Sim! Sim! Sim! Essa é outra discussão, também, que era uma discussão importante. Pra que serve a... o... a imprensa sindical, a imprensa popular? Então, aí, a gente tem que fazer uma diferenciação, certo? O... pessoal, na época, nessa época, não fazia muita distinção do quê que é agitação, o quê que é propaganda, o quê que é a informação, sabe? Era tudo misturado. Então, o... o jornal era para eu transmitir, “eu diretoria”, “eu grupo”, né, transmitir as minhas opiniões. E convencer os outros da minha opinião e ponto, sabe? Então, saía essas coisas, que, às vezes, a... questão mais importante pro cara era a... anistia, por exemplo. Vamos dar um exemplo simples: a anistia! A anistia era uma questão importante. Só que, num sindicato, ela num era tão importante. Porque, na cabeça do trabalhador, sindicato é pra lutar pelo salário. Então, o tipo da coisa que ele passava, passava batido. E o pessoal insistia em colocar determinadas coisas, que interessavam a eles, em primeiro lugar, do que podia tá interessando a seu público, certo. Então, nós começamos a fazer uma discussão de... pra que serve a imprensa sindical. Continuamos fazendo o material de propaganda, panfleto, cartaz, tal, com aquele sentido de convencer, né. Mas a imprensa sindical, propriamente dita, ah... nós começamos a discutir a questão da hegemonia. Ou seja, nós temos que disputar a hegemonia com os grandes meios de comunicação, certo? E o quê que seria a hegemonia? Seria a... [pausa] o pensamento dominante num determinado grupo, numa determinada sociedade, num determinado período, certo? Então, esse pensamento ele [é] construído por alguém. E, no Brasil, a grande construtora desse pensamento é a Rede Globo. Então, a nossa briga não era nem com os jornais, era com a Globo, sabe? Então, tinha que começar a pensar: “– Oh gente, às vezes a gente pauta a Globo, certo?” O quê que significa isso? Nós nos organizamos em nível nacional pra preparar uma greve geral, que, dependendo do sucesso dela e tal e coisa, obriga a Globo a falar dela. Então, nós tamos pautando a Globo. Mas, normalmente, no dia a dia, é a Globo que pauta a gente, sabe? Então, se o que tá pegando hoje é... a questão do Plano Cruzado, por exemplo, não adianta ficar falando de outra coisa, eu tenho que tratar é disso, certo. E pra... E não adianta ficar dando só minha opinião sobre isso, eu tenho que dar informação*

*também. Ou contrainformação, sabe? Então, essa discussão foi sendo feita, continua sendo feita, nessa área de comunicação, dos sindicatos, né.*¹¹⁷

Medeiros, mais uma vez, evidencia os conflitos que havia no interior do movimento sindical, especificamente quanto às concepções variadas existentes sobre o que produzir e o como produzir; e os pontos de discordância entre diretoria e jornalistas são retomados. O entrevistado deixa transparecer uma visão, já anunciada anteriormente, de que o trabalhador de fábrica não se interessava muito por assuntos mais abragentes, pois “sindicato era para lutar por salário”, mesmo ele atuando num sindicato que tem na sua história a luta de trabalhadores que viram nessa entidade um instrumento muito maior de luta, praticantes que foram de um sindicalismo comprometido com as causas sociais e não apenas com as demandas diretas da categoria, como, por exemplo, o salário. Isso deveria condicionar que as publicações, em sua opinião, focassem mais na informação ou contrainformação. Sua posição, portanto, torna claro como tais produções eram negociadas perante o conflito de ideias.

Ele permite entrever os interesses que essa imprensa sindical vinha cumprir naquele momento e como traçavam um objetivo maior de conseguir a hegemonia sobre a produção da informação e da opinião. Isso não só mostra o projeto político-social que os boletins tramitavam, mas também permite compreender que, ao analisar essas publicações, não se pode perder de vista que elas não são neutras. Portanto, deve-se problematizar seus interesses, a fim de se perceber que ela também quer definir papéis sociais e fazer compartilhado aquele projeto pelos trabalhadores, público alvo desses materiais. A fala de Medeiros torna bem clara essa questão, como se pode ver, quando aponta que os usos da imprensa sindical e popular eram alvo de intensas discussões, que buscavam traçar objetivos para cada estratégia de comunicação, em que os jornais assumiriam, nesse processo, o papel de disputar a hegemonia da comunicação com os grandes meios de comunicação de massa. É nesse sentido que destaco seu papel de agente responsável por difundir ideias e concepções de luta geradas no movimento.

A disputa da hegemonia apontada por Medeiros sugere sobre elementos que, por se constituírem em alternativa ao elemento hegemônico, permitem entendê-los como “esforços” e “contribuições” que contestavam o processo hegemônico da grande imprensa. De acordo com Raymond Williams e Marilena Chauí, a hegemonia não deve

¹¹⁷ Entrevista concedida à autora por Francisco Medeiros, realizada em 8 mar. 2010.

ser pensada como uma totalização estática e uma dominação imutável, mas sim no seu processo contínuo de conseguir oferecer respostas aos processos de oposição e resistência que lhes questionam, assumindo a capacidade de fixar limites, que são incorporados por aqueles que estão fora da hegemonia.¹¹⁸

Nesse sentido, a partir do momento em que os meios de comunicação, construídos alternativamente ao processo hegemônico da grande imprensa, criavam estratégias de resistência e oposição, eles se constituíam em pressão àquele processo de dominação, levando-o a se alterar para que fosse mantido. Nesse processo de dominação e resistências, conquistas são alcançadas por quem busca a “hegemonia alternativa”. É nesse campo que identifico o furor dos impressos produzidos nas lutas empreendidas pelos movimentos sociais abordados neste trabalho como alternativo, pois se constituem enquanto tal em relação aos meios de comunicação de massa e ao processo de hegemonia que eles expressam.

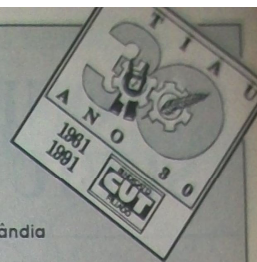
A edição do boletim *A Massa*, de junho de 1991, composta de seis páginas, com tiragem de oito mil exemplares, dá um exemplo de como se dava o embate entre imprensa sindical e Rede Globo:

¹¹⁸ Ver discussão em: WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.115-117; CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. Op. cit; Ver também: HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Op. cit; THOMPSON, Edward. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.p. 227-267.

A MASSA

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia

Rua Benjamin Constant, 529 - Uberlândia - MG - CEP 38.400 - Fones: 236.2223 e 235.3991
Editado sob responsabilidade do STIAU - Jornalista Resp: Francisco Medeiros. Mtb. 14.904.
Tiragem: 8 mil exemplares - Junho/1991



Nº 06/91

O BRASIL NÃO PROTESTOU ?



Apesar dos esforços de algumas redes de televisão em tentar demonstrar que a Greve Geral em protesto contra a política do governo Collor, dias 22 e 23 de maio, foi um fracasso, o povo brasileiro (e uberlandense, como mostra a foto ao lado) foi às ruas e protestou. Foram cerca de 19,5 milhões de trabalhadores que paralisaram suas atividades (veja quadro abaixo), além de milhares de outros que foram às ruas marcar seu protesto.

Os meios de comunicação, no entanto, fizeram questão de dar amplo destaque às depredações de ônibus em algumas capitais e ignorar que **houve paralisações em todas as capitais** do país e centenas de cidades do interior, mesmo sob um aparato policial que prendeu 200 manifestantes, espancou outros 115 (inclusive jornalistas e parlamentares) e chegou a cercar alguns sindicatos.

Em Uberlândia houve manifestações (como a da foto) e greves, como na UFU, nas escolas estaduais, e várias pequenas empresas.

Estes são fatos que, por mais que se queira, não podem ser ignorados. Ao contrário de um fracasso, a jornada de luta dos dias 22 e 23 marcou a retomada da mobilização dos trabalhadores, após 1 ano e 4 meses de arrocho e recessão. Várias categorias em luta reforçaram o seu movimento e outras, como a nossa (dos trabalhadores nas Indústrias de Alimentação), que vão iniciar campanha salarial no meio do ano, ganharam um novo ânimo. Apesar de tudo, ficou demonstrado que o trabalhador pode até permanecer "quieto", "esperando pra ver", mas quando decide, levanta a cabeça, se une, e vai à luta... Só não vê quem não quer...

REDE BÔBO
INFORMA:
A GREVE GERAL
DA CUT FOI
UM FRACASSO!
DETALHES APÓS
NOSSOS
COMERCIAIS!

BOA
NOITE

BLIM
BLIM



NHÁ BENTA,
E O ARRAIÁ DO
SINDICATO?

ESSE É CUM
NOIS MEMO,
CUMPADRE! NINGUÉM
PODE FARTÁ!

ARRAIÁ DO STIAU
DIA 22/06 - SÁBADO
A PARTIR DAS 20 HS.
PIPOCA - QUENTÃO E SOM
COM CONJUNTO "WANDERLAN"

OS NÚMEROS DA GREVE

O comando nacional de greve, a partir dos dados de paralisação nos Estados fornecidos pelos comandos estaduais, concluiu que 19,5 milhões de trabalhadores paralisaram suas atividades durante a greve geral.

Os cálculos foram obtidos a partir do percentual de paralisação nos Estados com relação ao quadro nacional e projetando esse percentual sobre a População Economicamente Ativa da PNAD/89-IBGE.

Foram dezoito categorias por ramo de atividade que pararam seus serviços a nível estadual:

1. Alimentação (em 9 Estados)
2. Bancários (em 12 Estados)
3. Comércio (em 11 Estados)
4. Comunicação (em 8 Estados)
5. Construção Civil (em 13 Estados)
6. Educação (em 25 Estados)
7. Extração de Minérios (em 1 Estado)
8. Industriários (em 4 Estados)
9. Metalúrgicos (em 10 Estados)
10. Petrolíferos (em 3 Estados)
11. Químicos (em 9 Estados)
12. Rurais (em 5 Estados)
13. Saúde (em 25 Estados)
14. Servidores Públicos (22 Estados)
15. Serviços (em 16 Estados)
16. Transportes (em 17 Estados)
17. Urbanitários (em 22 Estados)
18. Vestuário (em 6 Estados)

Imagem 4

A Massa, Uberlândia, jun. 1991.

Arquivo de boletins do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia.

Nessa edição de *A Massa* - redigida por Medeiros e produzida com o recurso de editoração eletrônica, que, a partir do ano de 1991, passou a ser utilizado pelo STIAU, ainda se alternando com aquelas formas produzidas na máquina de escrever e com mimeógrafo -, ganha destaque o questionamento à notícia veiculada no noticiário da TV Globo de que “o Brasil não havia protestado”.

Para produzir a contrainformação, o boletim coloca a notícia sob suspeita, retirando sua intenção de suposta verdade. Para arrebatrar a notícia enganosa produzida por “algumas emissoras de TV”, a matéria traz números e dados da greve pelo país inteiro, ao lado de uma foto de manifestantes, nas ruas de Uberlândia, que paralisaram suas atividades e foram protestar contra o período de um ano e quatro meses de recessão e arrocho salarial empreendidos pela política do governo Collor. A contrainformação, nesse caso, pautou-se nos números da greve, estabelecendo um contraponto entre o que foi mencionado na TV e que, agora, era apresentado em números e imagens no boletim, com o claro interesse de convencer os trabalhadores de que ela foi legítima e válida e que, portanto, trazia novo ânimo a sua organização.

O boletim ironiza a atuação das emissoras da Rede Globo, que procuram desqualificar a Greve Geral de 48 horas, realizada entre os dias 22 e 23 de maio de 1991, ao divulgá-la como inexpressiva. É possível perceber a disputa pela notícia, sobre o sucesso ou não da greve, entre os meios de comunicação de massa e a imprensa sindical, cada qual produzindo interpretações sobre este acontecimento para seus respectivos públicos de leitores ou espectadores. A disputa pela hegemonia, nesse caso específico, passava pelo sentido de formar a opinião desse público acerca da referida greve, produzindo a contrainformação, como Medeiros sinalizou em sua fala.

O embate, apesar de declarado, de forma geral, às emissoras de TV - que destacaram apenas as depredações a ônibus, omitiram os números que favoreciam a movimentação dos trabalhadores e as ações policiais que prenderam e espancaram manifestantes, parlamentares e jornalistas - se dá mais frontalmente com a Rede Globo. No centro da primeira página, uma caricatura referencia o jornalista da bancada do Jornal Nacional dessa emissora, que é identificada por “Rede Bobo”, pelo conhecido “blim blim” e pelo “boa noite” dado pelo apresentador deste programa de notícias. O uso da caricatura aponta o conflito de concepções e de interesses que existe entre o projeto traçado pelos dirigentes sindicais e movimentos sociais e o projeto defendido pela referida emissora.

Desse conflito, produzem-se as múltiplas tentativas das forças sociais em disputa em generalizar seus projetos e sua leitura dos acontecimentos, como se pode perceber. Se, por um lado, a Rede Globo procurava desqualificar o movimento grevista e os sujeitos que participaram das manifestações em protesto ao plano econômico do governo, até aquele momento defendido pela emissora, afirmando que a greve foi inexpressiva e os sujeitos envolvidos eram depredadores do patrimônio público, por outro, os boletins produzidos pelas lideranças do movimento sindical tratavam logo de caminhar na direção contrária e “comprovar” com dados, números e imagens que a paralisação havia alcançado sucesso e que os trabalhadores, apesar de se mostrarem, nos últimos tempos, “quietos”, “esperando pra ver”, quando confrontados com as adversidades, recorriam a experiências adquiridas em outros tempos e iam às ruas protestar. Há aí uma disputa pela vocalização da opinião.

Na disputa de hegemonia, a imprensa sindical atuava de maneira a produzir uma imagem de uma classe trabalhadora unida, lutando por seus direitos, manifestando sua insatisfação contra planos econômicos que espoliavam seus salários e tornavam as condições de vida ainda mais difíceis. Enquanto que os meios de comunicação de massa trabalhavam na produção da notícia que mostrasse o fracasso das tentativas de organização da classe trabalhadora por parte de alguns grupos organizados. A produção da informação e da contrainformação, que é na verdade a disputa pela opinião, revela um processo conflituoso de onde emergem embates entre projetos distintos de sociedade. A historicidade desse processo deve ser trazida à luz do presente como campo de possibilidades onde alternativas de se viver o social foram propostas.

Foram construídos sentidos diversos sobre essa greve, evidenciando o campo de disputa onde essas forças sociais atuavam e consequentemente produziam memórias distintas sobre um mesmo acontecimento. É essa diversidade e pluralidade do social que procuro pôr em foco ao tratar essa disputa de hegemonia travada entre meios de comunicação de massa e formas de comunicação alternativas, para analisar as relações de força presentes nos anos 1980, onde, juntamente com a efervescência dos movimentos sociais, temos o furor de variadas formas impressas que criavam amplas redes de comunicação. Entendemos tais formas enquanto alternativas - outras possibilidades criadas frente a processos hegemônicos de comunicação - pois se constituíram como resistência a tais processos, ainda que em desigualdade de produção, distribuição e circulação, e disputaram e produziram outras memórias.

Algumas questões me orientam para buscar, nos materiais produzidos pelos movimentos sociais da década de 1980, o movimento histórico existente na sua composição, e desvendar as tramas, tensões e conflitos que marcaram sua produção social: qual o lugar social onde estas linguagens foram produzidas? Quais objetivos e intenções informam e orientam sua produção e circulação? Quais os procedimentos que elas criaram e as articulações que produziram? No enfrentamento com os materiais fui encontrando explicações para essas indagações, como, por exemplo, descobrir uma técnica comum compartilhada, num primeiro momento, entre movimentos populares e movimentos sindicais; o desejo e a expectativa de mobilizar e organizar trabalhadores para que lutassem por melhores condições de vida e por uma sociedade mais justa e igualitária; o aprendizado político apreendido nos espaços de lutas e compartilhado no ato de criar um boletim e uma base de leitores.

O diálogo com os materiais se faz no sentido de compreender como eles criaram uma nova linguagem, que significou um modo de se inscreverem no processo social, produzindo novas formas de comunicação. Estas foram, ao longo de sua historicidade, se transformando, instituindo novas maneiras de se comunicar, elaborando formas e conteúdos que, muitas vezes, fugiam do padrão do que era considerado jornalismo (sindical ou alternativo), nos chamando a atenção para as tensões e disputas em que boletins, panfletos, periódicos foram produzidos.

Contudo, isso expressa as relações onde tais materiais foram produzidos, ou seja, o fato de aqueles militantes disporem de baixos recursos técnicos para sua elaboração não significava que tais recursos não existissem naquele momento, mas que, portanto, o que faltava eram as condições de acesso aos meios de comunicação.

Isso denota que a história da imprensa não obedece a etapas rígidas e sucessivas que diferenciam formas de se fazer jornalismo. Tal fato me leva a repensar que, muitas vezes, essa história é surpreendida por experiências “amadoras”, mas dotadas de uma latência, a qual revela projetos alternativos de comunicação postos em prática diante de situações que interpelavam os sujeitos que se viam diante da necessidade de se comunicar, mas não tinham o acesso à comunicação, sempre controlada por poucos em nosso país¹¹⁹. Essa historicidade só pode ser pensada nas relações onde foram

¹¹⁹ A discussão sobre o controle dos meios de comunicação, principalmente a concessão de canais abertos de TV, era uma reivindicação constante nos periódicos do SINTTEL, publicação *O Bode Berra*, onde denunciavam que, apesar da Constituição garantir a livre manifestação de pensamento, nenhum meio de comunicação era controlado por entidades populares, sindicatos ou associações. A fonte ainda aponta a

produzidas.¹²⁰ É pensando o lugar social onde tais materiais foram produzidos, os interesses aos quais serviam, as condições de produção reunidas para sua elaboração, que estou entendendo as variadas estratégias de comunicação criadas nesse período como imprensa alternativa – sindical e popular –, porque foi constituída em um processo bastante específico de produção.

Cumpriam o objetivo básico de criar uma rede comunicação que intervisse naquela conjuntura, representando resistência aos meios de comunicação de massa e às suas práticas de informação/cooptação/deformação da realidade vivida. Isso sem deixar de lado a percepção de que tais produções devem ser analisadas enquanto agentes que buscavam o compartilhar da sua opinião e de seu projeto social, o que me faz acreditar que estivessem fazendo *um enfrentamento da mídia, invertendo a utilização das linguagens e ferramentas* [recriando outras], *construindo novos circuitos e estratégias de comunicação*, como nos sugere a investigar Marta Emisia Barbosa¹²¹.

O periódico *O Bode Berra*, do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais – SINTTEL, desde o início da sua produção, foi desenvolvido com recursos gráficos de editoração eletrônica, o que evidencia uma outra ordem de recursos financeiros e humanos disponíveis. Cabe lembrar que o SINTTEL-MG era uma entidade sindical bastante estruturada, fortalecida e filiada à CUT. *O Bode*

criação de Comitê Mineiro de Democratização, que, dentre suas reivindicações, propõe que a concessão de canais abertos deveria ser feita pelo Congresso Nacional, com a participação de representantes da sociedade. O BODE BERRA. Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações em Minas Gerais. n.181, 1ª quinzena de 1991. Coleção CDP. Movimento Sindical, Pasta 01. CDHIS/UFU. Essa publicação ainda aponta medidas de intervenção encabeçadas pelo SINTTEL em parceria com outras entidades sindicais, faculdades, produtoras de vídeos que procuravam representar alternativas à hegemonia da Rede Globo, como, por exemplo, criar uma TV a cabo na praça para discutir problemas sociais tratados de forma livre, independente e participativa. Ainda que a discussão aqui ressaltada seja o desejo de ver os meios de comunicação de massa, de mídias eletrônicas, com maior acesso para entidades populares, acredito ser pertinente destacá-la, pois acredito que ela também indicia sobre a falta de acesso aos meios de produção de formas impressas, já que, numa sociedade de classes, apenas aqueles que detêm grande poder econômico conseguem produzir seus próprios jornais, periódicos e boletins. Não se pode esquecer que os próprios sindicatos em questão, à medida que foram conquistando estabilidade e se fortalecendo política e economicamente, foram adquirindo mais recursos para produzirem seus boletins, abandonando aquele processo de produção inicial, foram aumentando o acesso às tecnologias como, por exemplo, os computadores, imprimindo, assim, outras formas a tais materiais. A concentração, no Brasil, dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos familiares e empresariais é analisada por Marta Emisia Jacinto Barbosa, que discute como tais grupos se tornam os donos da mídia e da notícia, o que significa uma hegemonia do que é a notícia e como esse processo produz memórias. Ver: BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. Op. cit.

¹²⁰ WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. Op. cit.; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Op. cit; DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *A Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. Op. cit.

¹²¹ BARBOSA, Marta Emisia J. Sobre história: imprensa e memória. Op. cit

*Berra*¹²² era produzido por jornalistas e contava com uma equipe de redação, mostrando que sempre esteve na linha do jornalismo sindical profissional, ao contrário das publicações dos sindicatos de Uberlândia entre a metade da década de 1980 e início dos anos 1990. Mantinha uma periodicidade constante, ainda que alternasse, ao longo do tempo, edições quinzenais, semanais, mensais e ainda as especiais. Quanto à tiragem, era de onze mil exemplares e sua distribuição era gratuita.

Essas informações me permitem perscrutar sobre o projeto editorial desses boletins e periódicos, e assim avançar na análise de sua historicidade e intencionalidades, ao tratá-los como força histórica nos anos 1980, criados pelos agentes dos movimentos sociais. Em outras palavras, ao encarar essas produções como forças históricas, quero articular seu projeto de criação ao movimento mais amplo da história, e assim pensá-las dentro da problemática maior dessa pesquisa, qual seja investigar as formas de produção de memórias acerca dos movimentos sociais, onde esses materiais ganharam uma centralidade ao evidenciarem que outras práticas sociais foram elaboradas como forma de participação do processo social.

Enquanto práticas, significaram formas alternativas de comunicação compartilhadas em redes amplas de contato. As práticas de comunicação passam a instituir-se também como prática de produção de memórias, como campo ativo de luta, o que justificava a criação de redes de comunicação e de constituição de lugares de memória que arquivasse esses materiais, utilizados como mecanismos de alimentação daquele projeto.

A forma e o conteúdo de *O Bode Berra* permitem afirmar que construía uma linha de atuação como um formador de opinião e agente de informação politizado e preocupado com questões sociais mais amplas, assumindo um trânsito nestas questões e não se limitando ao cotidiano do sindicato e da categoria. Fazia análise de conjuntura, discutia sobre salários e planos econômicos, desigualdades sociais e seus desdobramentos para a vida dos trabalhadores do país. Assumia uma postura política questionadora da ordem social estabelecida, ao tomar partido em várias lutas em disputa na sociedade, como: a luta pela terra e pelo solo urbano, a denúncia de crimes contra

¹²² O título foi assim definido a partir do nome do equipamento chamado “badisco”, apelidado de “bode”, utilizado pelos trabalhadores na reparação de redes externas e instalações de telefone. A composição “O Bode Berra” recorria à metáfora do berro como forma de mostrar o papel de denúncia que o periódico assumia junto à categoria. Ver: PEREIRA, Glauber Luiz Resende. *Memórias e experiências de trabalhadores: o jornal “O Bode Berra” como instrumento de lutas. 1980*. Monografia (Bacharelado) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

militantes e trabalhadores, cobrando por justiça, a luta a favor dos direitos das mulheres, as discussões sobre a situação do negro na sociedade ou ainda sobre eleições e candidatos que lutaram “a favor ou contra o povo”.

Cabe lembrar que, apesar dessas serem características do periódico do SINTTEL, elas estavam presentes em outros boletins e periódicos analisados no decorrer da pesquisa, como, por exemplo: o boletim *A Massa*, do SITAU; *O Tesourinha*, do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Uberlândia; *Espalha Fato*, da ADUFU; *O Metalúrgico*, do Sindicato dos Metalúrgicos de Uberlândia; *O Transformador*, do Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários de Uberlândia; *Folha Bancária*, dos Bancários de São Paulo; *Tribuna Bancária*, dos Bancários de Fortaleza.

Não estou, com isso, a fazer uma análise que homogeneiza seus processos de produção, mas a destacar semelhanças observadas em diferentes projetos específicos aos quais tive acesso numa coleção organizada como expressão da memória popular. Essas são as pistas que foram me permitindo desvendar como essas publicações agiam naquele período, o que mobilizavam e quem procuravam mobilizar, qual projeto disputavam, como se tornaram ingredientes naqueles acontecimentos e como, a partir destas práticas, produziram memórias sobre aquela movimentação de diversos sujeitos na cena histórica, não só de Uberlândia, mas de várias outras cidades do país.

Esses boletins e periódicos, para além de fazerem discussões políticas sobre os mais variados temas e questões sociais, também reservavam espaços em suas páginas para divulgar momentos de socialização e lazer, demonstrar solidariedade de classe ou mesmo anunciar sobre campanhas de vacinação, criar coluna de anúncio de vendas ou de notas de falecimento. Entendo essa como mais uma estratégia de tentar aproximar a categoria (seu público leitor) das diretorias, de criar formas de identificação desse leitor com o projeto das direções sindicais e, ao mesmo tempo, fazer com que a leitura não se resumisse em extensas análises de conjuntura e “ficar por dentro dos acontecimentos”¹²³. Essa é uma característica observada na maioria dos boletins analisados. Ela me remete à fala de João Batista de Lima, que apontou o fato de criar o hábito de ler entre os trabalhadores de cada categoria, como “uma criação instituída

¹²³ Discutindo sobre a força dos meios de comunicação de massa, Marta Emisia Jacinto Barbosa alerta que o ato de informar não pode passar como simples condição de “estar por dentro dos acontecimentos”. A veiculação da informação não pode ser vista fora de seu caráter ideológico, portanto, chama a nossa atenção para existência *de um outro espaço para o leitor: estar por fora como uma possibilidade*. BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. Op. cit. p.266.

pelos dirigentes”. Em outras palavras, ao abordar os outros campos da vida social, abrir espaços para atividades cotidianas, cumprimento de deveres ou de lazer, os boletins ou periódicos construía variadas e abrangentes estratégias para prender a atenção do leitor, no propósito de cumprir seu papel maior de agente formador de uma consciência de classe e de mobilizar para ação, disputando com outros meios a opinião do leitor.

2.2. Movimento dos impressos: jornais, cartilhas, panfletos.

Operei a seleção das fontes abordadas nesse capítulo de modo a apresentar e discutir alguns temas tratados por elas sobre o processo vivido, perscrutar sobre dissensos ou consensos, pôr em foco um tempo de lutas primordial na história dos movimentos sociais. Nesse sentido, diante da variedade de materiais, periodicidade incompleta dos mesmos, diversidade de temas tratados, o procedimento na análise privilegiou selecionar alguns destes temas, “insistentemente” abordados, como forma de analisar semelhanças nos modos de atuação desses agentes. A intenção é mostrar como eles criavam modos de lutas próprios, ainda que elaborados em situações específicas, e traziam as marcas características de um processo mais amplo, mediante o diálogo, a interlocução constante e a troca de experiências entre grupos e seus agentes de comunicação. A opção metodológica é apontar, a partir dessa análise de traços comuns, o processo de produção de memórias como campo ativo daquela luta.

Reafirmo que a confluência existente nesses materiais em termos de pautas e reivindicações não é destacada nessa reflexão com o sentido de homogeneizar todo um campo de lutas diverso. O interesse é evidenciar como tal confluência é entendida como elaboração de uma pauta comum, a qual dava destaque à capacidade de organização dos trabalhadores e a sua força política enquanto sujeitos dotados de potência para transformarem situações adversas vividas naquele presente.

Também ressalto que as singularidades da imprensa sindical e popular foram observadas no processo de pesquisa, mas, metodologicamente, optei por não me enfronhar na sua análise, a fim de não perder o fio condutor da problemática e do tema. Dentre algumas dessas singularidades, existem as reivindicações específicas de cada categoria, ações da CUT, o projeto de formação de uma consciência política que visava

pôr em debate questões sociais e econômicas para toda categoria a fim de alcançar seu fortalecimento. Criava-se um espaço para divulgarem festas organizadas pela direção dos sindicatos, como festas juninas e bailes de carnavais, campeonatos de truco, forrós etc.

Concebendo esses materiais como força histórica criativa, passo à análise de algumas situações tratadas por alguns boletins, periódicos e cartilhas para mobilizar seus leitores a participarem de alguns atos, como greves gerais e comemorações do 1.º Maio, formar uma consciência política ou ainda criar identificações do trabalhador na construção da cidade. Nesse processo destaco os agentes que mobilizavam uma rede de comunicação que se mostrava como estratégia de intervenção nos problemas sociais enfrentados por trabalhadores em diversas cidades do país. Essa análise ainda permite perceber a perspectiva histórica assumida pelos materiais nesse processo, qual a relação que travavam com a memória instituída sobre determinados fatos.

A edição de número 179, da primeira quinzena de abril de 1991¹²⁴, do periódico *O Bode Berra* fala de um plebiscito que seria coordenado pelo Fórum Nacional contra a Recessão e a Fome, com o objetivo de quantificar a rejeição da política recessiva que o presidente Fernando Collor vinha adotando no combate à inflação. O periódico ainda ressalta a disposição da população em se engajar em uma greve contra o desemprego e o arrocho. Essa greve mencionada em *O Bode Berra* é aquela mesma greve geral de 48 horas abordada pelo boletim *A Massa*. A edição de número 180, da segunda quinzena de maio de 1991¹²⁵, de *O Bode Berra* vem confirmar a realização da greve, entre os dias 22 e 23 de maio como resultado do plebiscito.

Ao destacar essas posições dos periódicos e boletins em relação a alguns fatos, como as greves, gostaria de sinalizar duas questões: a primeira é chamar a atenção para a forma da imprensa sindical atuar, observando a semelhança, nas estratégias de produção da notícia, entre variados veículos, que buscam sempre ressaltar a imagem dos trabalhadores enquanto classe unida e coesa. Isso revela as intencionalidades contidas nessa prática da produção da notícia pela imprensa sindical, que procura, a partir da elaboração dessa imagem, chamar a categoria para aderir à greve; ao mesmo tempo em que procura disseminar, a partir da sua leitura de conjuntura, seu projeto de colaborar

¹²⁴ O BODE BERRA. Belo Horizonte, n. 179, abr. 1991. Coleção CPD. Movimento Sindical. Pasta 01. CDHIS/UFU.

¹²⁵ O BODE BERRA. Belo Horizonte, n. 180, abr. 1991. Coleção CPD. Movimento Sindical. Pasta 01. CDHIS/UFU.

para a efetivação daquela imagem. Buscava-se, com essa prática, instituir valores e modos de luta, de acordo com as concepções de cada liderança ou com as concepções daqueles sujeitos ligados à CUT, a qual era uma referência para muitas lideranças, inclusive muitas delas envolvidas com sua criação.

Mais uma vez, a ideia de um projeto social maior vem à tona, que influenciava e informava sobre os modos de fazer jornalismo sindical, como produzir o veículo de comunicação, dando contornos e produzindo semelhanças em seus conteúdos e nas suas formas, mas estas de acordo com os recursos disponibilizados por cada entidade produtora. Observo ainda que essas semelhanças indiciam sobre o modo como diferentes agentes se comunicavam e se articulavam na construção e no compartilhamento daquele projeto.

Uma segunda questão a ser destacada é a perspectiva histórica assumida por esses boletins e periódicos, o que se mostrou também como estratégia empregada para o sucesso de se fazer compartilhar suas opiniões e na constituição de uma adesão em torno da concepção divulgada.

Alguns temas e experiências abordados por *O Bode Berra* me permitiram explorar sobre a relação desses materiais com a história e, por conseguinte, como atuavam na produção de memórias. No trabalho de indagação da fonte me questionava: como o periódico articulava presente/passado/futuro? Como lidava com os marcos historiográficos? Qual o sentido em criar ou recriar marcos no processo de informação/formação?

Aqui vou retroagir na cronologia e trazer a edição de número 140, da primeira quinzena de março de 1989 da referida publicação. A situação no país era adversa para os trabalhadores, pois o Governo Sarney acabara de implantar o “Plano Verão”, o qual previa o congelamento dos salários e dos preços, tornando as situações de vida ainda mais aviltantes, pois gerava o rebaixamento dos salários. Diante desses fatos, a CUT conclamava para uma Greve Geral e definia ironicamente, o referido Plano como “Plano Ladrão”. Frente a essa situação, o periódico trazia uma matéria referenciando a Greve de 1917, realizada em São Paulo, a partir da edição de 18 de agosto de 1917, do jornal *A Plebe*, fundado e dirigido por Edgard Leuenroth. Trazia um breve retrospecto daquele movimento, exaltando a necessidade de organização dos trabalhadores e da consciência de classe. A matéria de *O Bode Berra* iniciava-se com uma denúncia sobre meios de comunicação que não valorizavam a história de luta dos trabalhadores:

“Quando São Paulo Parou”

O governo e os patrões se esforçam como podem para apagar da memória dos trabalhadores a história de nossas lutas. Os seus “Globos Repórteres” falam de vacinas, de misses, de formigas gigantes, mas não falam das lutas populares. Não contam, por exemplo, que em 1917 uma Greve Geral paralisou São Paulo de ponta a ponta, num movimento que se tornou um marco da mobilização da classe trabalhadora.¹²⁶

Isso dá pistas sobre as tensões vividas no processo histórico, em que grupos diversos elaboram projetos sociais distintos e em oposição, em que os meios de comunicação se tornaram espaço privilegiado de articulação e legitimação daqueles projetos, como se vê na disputa entre meios de comunicação de massa e imprensa sindical. A postura desta imprensa, nesse caso da greve de 1989, apelando para as experiências vividas na greve de 1917, explicita não só a disputa pela produção de memórias, como também a relação com a história que se procura aí firmar. A história é recuperada com o sentido de legitimar a manifestação de 1989 e estabelecer um fio condutor entre uma e outra, apesar do espaço de tempo entre ambas.

Para tanto, se enaltecem os sentidos dos resultados alcançados em 1917 (avaliados positivamente em 1989), os quais se deram a partir de uma consciência de classe e da organização sobre o comando das lideranças. Como se vê, para além da denúncia do exercício de ocultação, elaborado pelos meios de comunicação, sobre o processo vivido pelos trabalhadores e de suas memórias, o veículo de comunicação do SINTTEL atua de maneira a fazer uma leitura dos acontecimentos presentes, pautada em fatos históricos comprovados por uma fonte histórica supostamente fidedigna. Logo em seguida à denúncia da postura dos meios de comunicação, o periódico passa à descrição de trechos de *A Plebe* e à análise daqueles acontecimentos:

‘Aqueles que roubam e oprimem (o proletariado) estão se rindo das concessões feitas há um mês. Em troca do vinte por cento com que cresceram a miséria dos salários, estão auferindo agora o dobro e o triplo pelo contínuo aumento do preço da produção, que cada dia sobe inexplicavelmente, e inexplicavelmente vai reduzindo uma população inteira de proletários aos extremos da penúria e do desconforto. O problema das subsistências não foi, por isso, resolvido, mas agravado de mil maneiras e pelos processos mais tortuosos e infames de que é capaz a ordem

¹²⁶ O BODE BERRA Belo Horizonte, n. 140, mar. 1989. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

capitalista. Tudo aumenta, tudo sobe, tudo vende a preços incríveis, a preços descomunais, a preços criminosos’.

Este texto, que bem poderia ser um retrato fiel do Brasil atual, foi publicado pelo o jornal operário “A Plebe”, em 18 de agosto de 1917, um mês depois da grande greve que paralisou São Paulo.

Naqueles anos da Primeira Grande Guerra, a exportação criminosa da maior parte dos gêneros de primeira necessidade fez estourar os preços e lançou na escassez aguda.

Em protesto, irradia-se uma crescente mobilização operária em São Paulo, iniciada no Cotonifício Crespi para alcançar rapidamente a Estamparia Ipiranga, a Cia Antártica, empresas do Grupo Matarazzo, espalhando-se por diversos ramos da indústria e do setor de serviços.

Os trabalhadores, sob o comando do Comitê de Defesa Proletária, exigiam aumento de 20 a 25% e uma efetiva fiscalização do governo sobre exportação, o abastecimento e os preços. Aos dois mil grevistas da Crespi juntaram-se outros milhares; entre 12 e 15 julho, um operário é assassinado e a Liga Operária da Mooca, onde começou o movimento, é sumariamente fechada pela polícia.

Alarmados com a situação, membros da imprensa se oferecem para mediar as negociações. Segundo Yara Aun Khoury, em seu livro “As Greves de 1917 em São Paulo” (Cortez Editora/Autores Associados – SP – 1981), em meados de julho 49 empresas já haviam assinado acordo e 23 já tinham solucionado seus problemas com os trabalhadores, mas 87 firmas apresentavam questões pendentes.

Operários de empresas que assinaram o acordo decidem retornar ao trabalho sob o compromisso de retornarem a greve caso necessário. Muitos patrões, num costume que se prolonga aos nossos dias, terminam de fato desrespeitando os termos acertados, mas o movimento, ainda em seus primeiros passos, não se arrisca a um novo enfrentamento. Dedicar-se então a aperfeiçoar sua organização e a elevar a consciência de classe, lutando contra os desumanos regulamentos internos das empresas.

Assim o jornal “A Plebe” encerra a análise da Greve Geral, na edição de 18/8/17: “É esta a situação de hoje, e naturalmente, de amanhã. Os culpados... são os senhores industriais, os senhores do comércio, o capitalista... o eterno explorador do trabalho alheio e da alheia miséria... O Governo ... idiota, inepto, imbecil hipócrita e traidor... fez há um mês, sob a pressão da greve, promessas... que não cumpre... que nunca pensou cumprir. O que o Governo quer, sabêmo-lo muito bem, não nos maravilha...”¹²⁷

Diante da minha proposta de abordar a produção de memórias acerca do movimentos sociais, indaguei este periódico sobre os sentidos de história que propunha aos seus leitores e como produzia memórias. Nessa perspectiva, questionava: o que o periódico pretendia ao fazer essas analogias entre o movimento grevista de 1917 e a greve que procurava articular em 1989? Quais expectativas sobre o tempo presente estão contidas nessas analogias?

¹²⁷ Idem.

A forma de abordar o tema da greve se dá maneira a tratá-lo como atual, pois, apesar das condições de vida relatadas em *A Plebe* referirem-se a um outro tempo, elas eram apresentadas como similares àquelas vividas no tempo de produção de *O Bode Berra*, tendo em vista que sinalizavam para a permanência de velhas práticas empreendidas pelos patrões em novos contextos. Destacam situações vividas em 1917, recorrendo à estratégia de analogia para construir um horizonte comum. Ao enfatizar essa semelhança tão desfavorável à classe trabalhadora, o periódico criava uma linha do tempo, na qual dava destaque à experiência histórica de trabalhadores que vivenciavam situações de exploração determinadas pelo sistema capitalista, ainda que em momentos históricos distintos, mas que produziu um aprendizado que poderia ser posto em prática naquele presente dos anos 1980.

A própria construção da narrativa, a partir da análise de *A Plebe*, age no sentido de promover uma identificação de classe, entre os trabalhadores que experienciavam, nestes anos, congelamento dos salários, péssimas condições de trabalho e um arrocho que minava toda estrutura de sua vida social, na comparação com aquelas condições vividas pelos trabalhadores do início do século XX de São Paulo que, insatisfeitos, se organizaram para um enfrentamento com o patronato e com o governo, forçando-os a abrir negociações. O elo criado entre as duas experiências de greve tratadas se faz pela condição de classe e pela potencialidade de produzirem mudanças nas suas situações de vida, mudanças estas que passavam pelo sentido de se fazer uma volta às origens da organização da classe trabalhadora, em que o papel das lideranças nessa organização era vital para o sucesso da empreitada.

A intencionalidade do veículo de comunicação do SINTTEL em se fazer agente dentro daquela conjuntura não se restringe em estabelecer uma análise da greve de 1917, pautada no conhecimento histórico, com vistas a mobilizar para uma nova greve, agora em 1989. Ele não só recupera a fonte produzida em 1917, tratando-a como fidedigna aos acontecimentos, no sentido de encará-la como uma versão da história do ponto vista dos trabalhadores, mas como cita uma historiadora comprometida em produzir análises históricas que privilegia a perspectiva que evidencie a desigualdade de uma sociedade marcada pela luta de classes, tematizando em suas pesquisas a experiência de sujeitos ocultados pela historiografia dita oficial. Ao citar o trabalho de Yara Aun Koury, o periódico procura dar veracidade a sua análise dos fatos e ganhar o respaldo dos leitores ao mostrar quem de fato luta em seu favor.

A edição de número 9, do boletim *A Massa*, do STIAU, dedica uma parte de seu espaço para o aniversário de cem anos da cidade de Uberlândia. Mais uma vez, quero retomar a análise da perspectiva histórica desses veículos de comunicação sindical e discutir os significados produzidos por eles como forma de se colocarem dentro daquele processo vivido, opinarem sobre ele e, sobretudo, promoverem a difusão da sua opinião.

O boletim destacava que a comemoração seria *dos cem anos de construção de Uberlândia pelos trabalhadores e de vinte e sete anos de luta no STIAU*¹²⁸. Quais os significados de comemoração do aniversário de Uberlândia o boletim tentava produzir em seus leitores? O que buscavam reforçar com o sentido de comemorar a construção da cidade pelos trabalhadores e não simplesmente o aniversário da cidade? Qual interesse de atrelar os cem anos de construção da cidade aos vinte e sete anos de luta no Sindicato? “Construção” e “luta” tentavam promover uma identificação do trabalhador à cidade e ao Sindicato, pois ambos seriam fruto de seu trabalho?

Diferentemente de *O Bode Berra*, do SINTTEL, o interesse de *A Massa* não era conclamar a categoria para uma mobilização de protesto, mas, sim, convidar tais trabalhadores para um baile, promovido pelo sindicato para comemorar os cem anos de construção de Uberlândia. O evento seria realizado na sede do sindicato, no dia 28 agosto de 1988.

O referido boletim constrói uma narrativa que remonta a alguns fatos exaltados pela historiografia dita oficial da cidade, a qual enaltece como marco do “desenvolvimento” da cidade (à época São Pedro de Uberabinha) a vinda da família Carrejo, que, de acordo com tal historiografia, foi uma das primeiras a povoar a cidade. No entanto, uma questão interessante é que, apesar de reafirmar, na narrativa, a memória oficial da cidade, o boletim destaca a participação dos trabalhadores na sua construção, ressaltando a importância dos que *são espoliados e não participam da riqueza que produzem*¹²⁹, tanto daqueles que vieram com a referida família – os escravos –, quanto dos que em 1988 não recebiam o justo valor pelo seu trabalho.

Novamente, é possível perceber o desejo de promover uma identificação de classe, agora pelo veículo de comunicação do STIAU, entre diferentes sujeitos e experiências de distintos tempos históricos, onde o elo entre estes se faz por essa

¹²⁸ A MASSA. Uberlândia, n. 9, ago. 1988. Arquivo de boletins do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia.

¹²⁹ A MASSA. Uberlândia, n. 9, ago. 1988. Arquivo de boletins do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia.

condição de classe – ser trabalhador. Pude perceber uma identificação, por parte do boletim, com um ideário progressista, largamente difundido na cidade pelos grupos empresariais, pelos grandes pecuaristas e agricultores, pelos membros do poder instituído, de que Uberlândia estaria “pré-destinada” ao desenvolvimento e ao crescimento, por contar com sujeitos à sua frente que são, por natureza, empreendedores, de espírito engrandecedor e afinados com o progresso da cidade.¹³⁰

A ideia de *A Massa* era reforçar a noção corrente de que a cidade era dotada desse espírito progressista, porém devido ao esforço dos trabalhadores. É nesse sentido que há a constituição de uma identidade do trabalhador com a construção da cidade, trabalhador este que com luta construiu um sindicato forte, representante dos seus interesses. No entanto, o Sindicato, ao referenciar vinte e sete anos de luta, passa uma ideia de que sempre foi o mesmo, omitindo os embates ocorridos no seu interior, como, por exemplo, o próprio processo vivido nos anos 1980, em busca de eleger representantes atuantes junto aos interesses da categoria.

Isso dá margem para pensar que, mesmo no interior de um grupo de esquerda, como se mostrava o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, e todos seus agentes de diálogo constituídos naquela esteira de luta dos anos 1980, a concepção de cidade era impregnada pelo pensamento dominante, o que mostra que o processo histórico é marcado pelo conflito, pela contradição, pela resistência ou pela aceitação de determinados valores dominantes. Ainda que o boletim manifeste sua expectativa de escrever uma outra história com uma trama que traga esses personagens nunca lembrados - seus feitos, suas lutas, seus dramas, suas conquistas -, ele recompõem a participação dos trabalhadores na história da cidade, ressaltando suas ações, mas atrelando-as ao espírito progressista e desenvolvimentista da cidade. Não se questiona sobre a forma que esse desenvolvimento se faz, como ele não contempla suas

¹³⁰ Por trás desse discurso desenvolvimentista, elabora-se uma política extremamente desigual de participação na cidade. Isso pode ser visto em práticas que primam sempre em beneficiar as elites e seus projetos excludentes. Exemplos dessas práticas são o mau uso da aplicação de recursos públicos, sempre beneficiando os grupos dominantes, em detrimento dos trabalhadores que usufruem de péssimo serviço de transporte, moradia, saúde entre outros. Para uma discussão mais aprofundada desse processo ver: PETUBA, R. M. S. *Pelo direito à cidade: experiências e luta dos ocupantes de terra do bairro Dom Almir*. Uberlândia (1999-2000). Op. cit.; MEDEIROS, E. A. *Trabalhadores e viveres urbanos: trajetórias e disputas na conformação da cidade*, Uberlândia, 1970/2001. Op. cit.; MORAIS, S. P. *Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia*, 1970/2000. . Op. cit.; REIS, M. V. *Entre viver e morar: experiências dos moradores de conjuntos habitacionais* (Uberlândia, 1980-1900). Op. cit.; JALES, R. S. J. *Cidade e cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no bairro Bom Jesus*. Uberlândia (MG), 1960/2000. . Op. cit.; FREITAS, S. S. *Por falar em culturas...: Histórias que marcam a cidade*. Uberlândia (MG). . Op. cit.; SANTOS, C. M. S. *Ser trabalhador na cidade: relações de classe em Uberlândia: fins do século XX e início do século XXI*. . Op. cit.

expectativas, como visa quase sempre coibir suas reivindicações e é o responsável pela desigualdade vivida cotidianamente por tais trabalhadores.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar que a realização de um baile para comemorar os cem anos de construção de Uberlândia carrega o sentido de se mostrarem agentes dessa história, construtores da cidade nestes cem anos, a partir da sua experiência histórica, a qual foi retomada pela memória dos primeiros escravos trazidos pela família Carrejo. A identificação que se procurava instituir aí passava pelo sentido de criar adesões ao projeto de cidade traçado pelo Sindicato e por todos os outros agentes que a ele se uniam na mobilização e organização dos trabalhadores da cidade. Contudo, vejo aí uma contradição: apresenta os trabalhadores como os construtores da cidade, narra-se a história da cidade na sua perspectiva, apropriando-se da memória instituída, mas dá os mesmos contornos ao processo dessa construção, ou seja, o desenvolvimentismo ufanista, que omite o sentido de luta exaltado pelo boletim.

Pude ver que, a perspectiva histórica adotada pelos boletins e periódicos sindicais se constitui na busca por fazer uma interpretação dos fatos históricos, em situações distintas e cumprindo interesses diversos, que valorize a participação dos trabalhadores nesse processo. Agindo assim, tais veículos de comunicação me permitem refletir sobre o uso da história para a produção de memórias, acerca de tempos passados reelaborados à luz das necessidades do presente e sobre como, novamente, outras memórias são produzidas, agora acerca daquele presente que hoje se faz passado. Nesse processo, muitas contradições deflagram-se, como vinha apontando, como o estabelecimento de marcos históricos, a identificação com valores dominantes, o apelo a um sentido de verdade histórica, em detrimento das interpretações.

Ainda com a intenção de analisar a perspectiva histórica adotada por esses materiais, recupero uma cartilha produzida pela Pastoral Operária de Uberlândia, em comemoração ao dia 1.º de Maio, a qual pude encontrar em pesquisa feita nos arquivos da instituição. Ela é datada de 1984, possui catorze páginas, impressas em folhas A4, dobradas ao meio horizontalmente. A forma assumida por essa cartilha remete àquelas poucas condições de recursos, assinaladas e analisadas anteriormente, quando abordava a produção dos materiais de luta, produzidos por pessoas ligadas aos próprios movimentos sociais, dispostas a intervir naquela conjuntura, ainda que “amadoramente”. A forma de impressão parece ser por mimeógrafo e reproduzida por xérox.

Sua forma e conteúdo me levavam a indagar: por que a preocupação em produzi-la como recurso didático? Como se reafirma o marco do 1.º de Maio como dia do trabalhador, exaltado como “nosso dia”? Como periodiza o tempo histórico na constituição desse marco? A cartilha se apresenta de forma a entendê-la como um recurso didático-pedagógico dentro daquela conjuntura, visando esclarecer o seu leitor sobre o porquê de comemorar o 1.º de Maio e qual o significado histórico desta data para a classe trabalhadora. Possui uma linguagem que ganha o tom do coloquialismo. Utiliza letras em caixa-alta, alternando com charges, que vão enfatizando a história narrada no texto e produzindo o sentido da veracidade da narrativa. Vejam a sua primeira página:

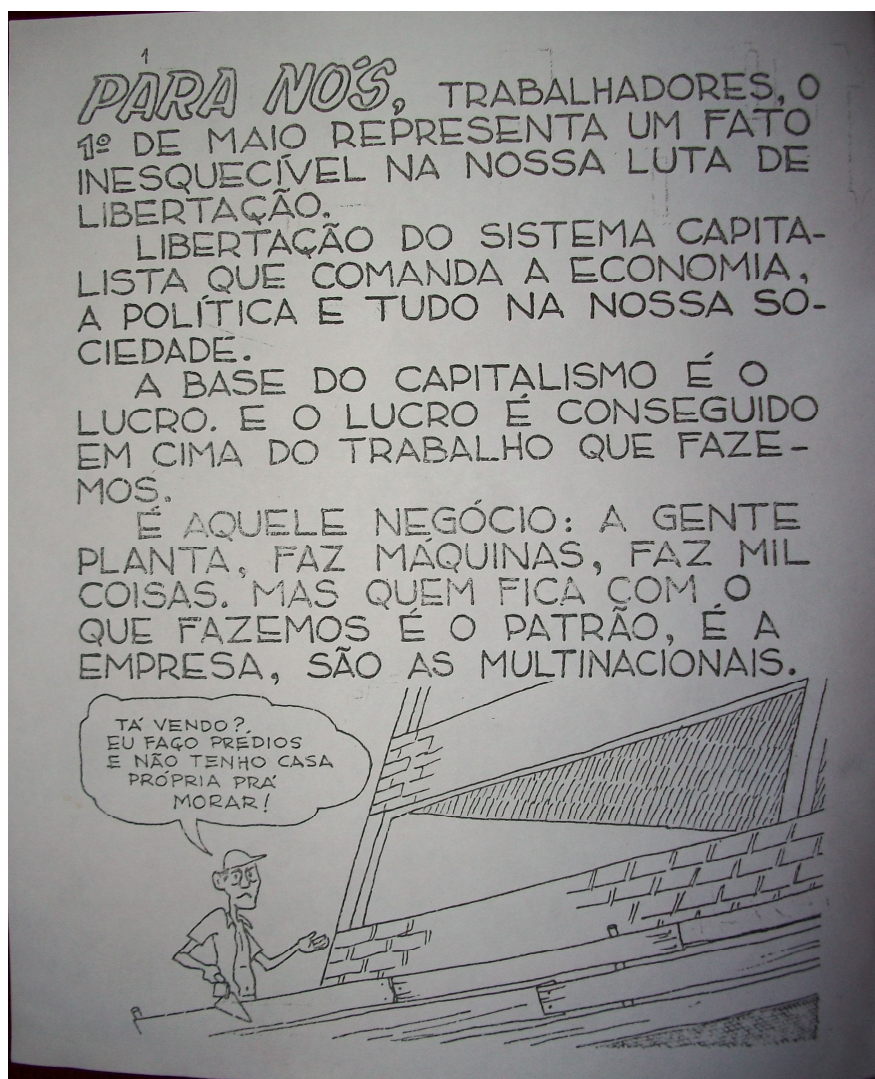


Imagem 5

1.º de Maio – Nosso Dia!

Cartilha produzida pela Pastoral Operária de Uberlândia, Uberlândia, 1984.p. 1.
Arquivo da Pastoral Operária de Uberlândia.

A partir da constatação, feita no tempo presente, de que, no sistema capitalista, o trabalhador não participa dos lucros, mas apenas aqueles que exploram seu trabalho, a cartilha estabelece o marco do 1.º de Maio como símbolo da luta de libertação para os trabalhadores. Ao referir-se à classe trabalhadora, a cartilha utiliza-se do “nós” como forma de incluir-se nessa classe, mostrando o lugar social de onde fala e para quem fala. Apresenta-se, assim, como agente que luta em favor destes trabalhadores, colocando-se como veículo capaz de divulgar suas lutas e expectativas, e também denunciar a situação de espoliação vivida pelos mesmos.

Com essa leitura de sociedade, os autores da cartilha recuperam algumas experiências ligadas à história dos trabalhadores, referenciam novamente a simbologia que o 1.º de Maio assume numa sociedade marcada pela desigualdade de classe, simbologia esta que a referida cartilha vem reforçar através da seleção de algumas experiências de lutas da classe trabalhadora ao longo do século XIX ao XX, demonstrando, assim, seu posicionamento político. Assim, a cartilha destaca e narra:

Fato inesquecível

Tudo começou no século passado (1800 a 1900). Os trabalhadores dos Estados Unidos lutavam para reduzir a jornada de trabalho de 12 a 16 horas diárias para 8 horas.

12, 14 ou 16 horas de trabalho por dia aumentavam ainda mais os lucros dos patrões capitalistas enquanto o salário dos trabalhadores mal dava pro aluguel.

As crianças e as mulheres eram muito exploradas.

Para mudar aquela situação os trabalhadores americanos fizeram uma assembléia.

Eles queriam 8 horas ao invés de 12-16 horas de trabalho/dia.

A assembléia decidiu fazer uma greve geral em Chicago (cidade americana que tem muitos trabalhadores e muitas indústrias, até hoje).

A greve foi marcada para o dia 1º de Maio naquele ano de 1886.

Hoje são 98 anos passados.¹³¹

Pode-se ver uma concepção do tempo, em que se recupera a experiência de luta dos trabalhadores num longo período – do século XIX ao século XX –, destacando aquelas que, na visão histórica dos produtores da cartilha, seriam as mais expressivas, denominando-as como “fatos inesquecíveis”. Ao travar essa relação com a história, produz-se um amálgama das experiências vividas em locais distintos e mesmo em

¹³¹ PASTORAL OPERÁRIA. *1º de maio: nosso dia!* Uberlândia, maio 1984. p. 2 e 3. Arquivo da Pastoral Operária de Uberlândia.

tempos distintos, tendo em vista que cada situação tem sua especificidade, apresentando ao leitor uma narrativa que demonstra um processo contínuo e linear, que deveria ser continuado em seu presente.

Destacam o sofrimento das famílias trabalhadoras, em que o pai de família não conseguia o sustento da casa, obrigando crianças e mulheres a irem para as fábricas e receber muito menos que os operários. Isso logo depois de apontar que, nos anos 1980, os trabalhadores já não mais trabalhavam doze ou dezesseis horas. O que deixa subentendido que as mulheres estavam lutando por ver seus direitos de igualdade enquanto cidadãs e que estatutos de proteção da criança e de adolescentes estavam em discussão. Ao mesmo tempo em que apontam que, contudo, os pais de família ainda não tinham suas casas próprias, mesmo construindo prédios, como reforça o desenho do trabalhador reclamando o acesso à moradia; os salários não garantiam saúde, educação, alimentação adequada, como se vê na primeira página da cartilha, na imagem anterior.

Gostaria de chamar a atenção para o modo como o veículo em questão definia os papéis sociais dos sujeitos descritos na narrativa construída, não só com as palavras, mas também com imagens, tornando evidente o sofrimento de trabalhadores, em contraposição aos patrões que lucravam em cima da espoliação daqueles. Reforça-se uma identidade de classe, a qual mais uma vez é produzida com vistas a mobilizar para a união, para a organização e para a prática transformadora não mais daquele passado, mas do presente vivido, gestando uma outra possibilidade de futuro. A história dos trabalhadores de várias partes do mundo, que fizeram greves, sofreram retaliações, muitos perdendo suas vidas, é narrada como sendo a luta dos trabalhadores da cidade de Chicago, nos Estados Unidos, em 1.º de maio de 1886, para demonstrar aos trabalhadores de Uberlândia, em 1984, que era possível transformar situações que pareciam imutáveis.

Se, por um lado, apela-se para a cronologia dos fatos, levando a crer em uma linearidade da história de luta dos trabalhadores, por outro, não se pode negar que se apela também para uma questão vital que não pode passar despercebida aos historiadores, que é o aprendizado que se desenvolve nesse longo processo. O valor do que se aprendeu em diferentes experiências de resistência ao longo dos séculos XIX e XX pode ficar adormecido em alguns momentos, mas pode ser reelaborado em outras injunções históricas, como o foi nos anos 1980, de acordo com as relações sociais estabelecidas, as quais possibilitam a produção de uma cartilha elaborada com poucos

recursos (financeiros, tecnológicos), pela Pastoral Operária de Uberlândia, assim como de muitas outras cidades, visando à mobilização de diferentes sujeitos para compreenderem o significado do 1.º de Maio, e utilizá-lo para demarcar espaço nessa sociedade capitalista.¹³²

A cartilha reforça, ao longo de seu texto, a importância daquelas lutas por redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, como uma conquista não só dos trabalhadores sacrificados de Chicago, mas de toda a classe trabalhadora que goza desse direito conquistado até o presente. Assim, destaco:

Direito de trabalhar 8 horas por dia

Por isso o Dia 1º de Maio é o Dia Internacional do Trabalhador.

Por isso é uma data que não esquecemos. Vitória nossa, conquistada com luta e com sangue.

Os trabalhadores de todo o mundo (não os governantes nem os patrões) comemoramos o 1º de Maio como o dia de luta e de festas pelas vitórias conseguidas desde aquele 1º de Maio de 1890.

É um acontecimento de quase 100 anos atrás mas que continua acontecendo entre nós. Porque vivemos debaixo do sistema capitalista.

O 1º de Maio no Brasil e no mundo sempre esteve ligado com as lutas da nossa classe trabalhadora. (Grifo deles)¹³³

O valor histórico da conquista da redução da jornada de trabalho, conseguida com luta e sangue, é reforçado como forma de mostrar historicamente o porquê do 1.º

¹³² Essa noção de aprendizado que desenvolvo é no sentido de investigar como as pessoas aprendem com valores tecidos em relações sociais vividas em outros tempos e locais. Há um compartilhamento de experiências de resistência que não se restringe a determinado local ou tempo, por um fato simples: as pessoas se comunicam. Peter Linebaugh muito contribui pensar sobre essa noção do aprendizado que se desenvolve no compartilhar de experiências que se encontram. Ao analisar o porquê das relações sociais, entre os séculos XV e XVI, colocadas da forma em que estavam, minarem as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo, ele recupera diferentes tradições (de diferentes continentes) que num dado momento se encontraram e constituíram um processo de resistência, não circunscrito à Europa. O autor trava um diálogo com Thompson e Hobsbawm, abordando diversas fontes que evidenciam que as relações sociais vividas nos processos de opressão, experimentados em diferente locais, promovidas pelo capitalismo, faz nascer tradições de resistência, que não são circunscritas à Europa. Defende a existência de uma tradição popular (das lutas e resistências operárias do século XVIII), que ultrapassa a geografia da Europa e que é anterior àquelas sinalizadas por Thompson e Hobsbawm em seus trabalhos. Procedendo assim, nos possibilita entender que o capitalismo não é apenas um sistema econômico e sim um processo social. Sua análise desse processo contribui para essa pesquisa na medida em que nos ajuda a pensar o “encontro” entre diferentes movimentos (a convergência de muitas lutas) que procuram se fortalecerem e, principalmente, aprenderem umas com as outras no movimento de constituição de redes de comunicação que ativam o processo de difusão e compartilhamento de valores criados em outras épocas. Peter Linebaugh aborda as noções do compartilhamento de experiência, que é a noção do aprendizado. Ver LINEBAUGH, P. Todas as montanhas estremeceram. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5, n. 8, 1984.

¹³³ PASTORAL OPERÁRIA. *1º de maio: nosso dia!* Uberlândia, maio 1984. p. 2 e 3. Arquivo da Pastoral Operária de Uberlândia. p. 6 e 7. Arquivo da Pastoral Operária de Uberlândia.

de Maio e a necessidade de se continuar recuperando aquele acontecimento dentro do sistema capitalista. A cartilha ainda analisa os processos que modificaram o sentido do 1.º de Maio ao longo da história no Brasil. Logo após trazer um quadro cronológico, onde destaca algumas greves e as primeiras comemorações da data no país, entre os anos de 1895 a 1917 (ano que se realizou a greve dos tecelões de São Paulo, abordada pelo boletim *O Bode Berra*, do SINTTEL-MG), a cartilha afirma:

*Com o passar dos anos a vida foi ficando difícil para o povo trabalhador. As manifestações e greves foram aumentando.
O descontentamento do povo era tão forte que Getúlio Vargas começou a usar esse descontentamento em benefício de si mesmo e do grupo governante.
Então Getúlio criou a CLT e a justiça do trabalho. Esta justiça parecia defender o trabalhador mas na verdade beneficiava era o patrão e a empresa.
Getúlio Vargas e a turma dele (a classe dominante) fez do 1º de Maio brincadeira para distrair o povo.
Assim o 1º de Maio foi perdendo o sentido de comemoração feita pelos trabalhadores em lembrança das lutas e vitórias.
Uma das consequências dessa mudança foi o aparecimento dos pelegos e dos sindicatos traidores dos operários – os sindicatos pelegos, porque estavam atrelados ao ministério do trabalho. Getúlio Vargas criou a CLT copiando a “Carta do Trabalho” do ditador italiano Mussoline.¹³⁴*

Destaco o objetivo da cartilha em se empenhar para que não se perca o sentido político da comemoração do 1.º de Maio, como aconteceu quando Getúlio Vargas se apropriou das reivindicações da classe trabalhadora, criando a CLT como um “presente” para esta classe e não como conquista de suas lutas. Em seguida, retoma as novas organizações dos trabalhadores como, por exemplo, a formação das Ligas Camponesas, em 1962, destacadas como crescimento das lutas do povo trabalhador, o que mostra o desejo de unir diferentes frentes de luta em um projeto maior que tinha como expectativa a organização de classe.

Essa foi uma estratégia utilizada em todo o texto, de sempre destacar datas e ações, como marcos dessa luta, mostrando momentos de apostasia, cooptação e alienação, superados pela capacidade de organização e mobilização como foram as greves de 1978 de Contagem-MG e do grande ABC Paulista. Toda a narrativa é construída até chegar aos processos iniciais de organização da classe trabalhadora em Uberlândia, como se pode ver na página 14:

¹³⁴ Idem.



Imagem 6
1º de Maio – Nosso Dia!
Cartilha produzida pela Pastoral Operária de Uberlândia, 1984, p. 14.
Arquivo da Pastoral Operária

No desejo de constituir marcos sobre a organização e fortalecimento da classe trabalhadora, a cartilha comemorativa do 1.º de Maio dá destaque para algumas categorias que começaram a se organizar e conseguir conquistas, como a própria constituição da Pastoral Operária, a formação das oposições sindicais e o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino - SIND-UTE. Este foi um dos primeiros sindicatos combativos a se organizar na cidade, como a cartilha mostra, com surgimento em 1980. Foi neste mesmo ano que começaram a ser organizar as oposições sindicais na cidade, sendo a

categoria da alimentação uma das primeiras a conquistar o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins.

Meu interesse é buscar como esses materiais ganharam força enquanto agentes dentro daquela conjuntura, mobilizando vários sujeitos e projetos constituídos nessa esteira, articulando-se a um movimento geral das injunções históricas daqueles anos. Procuro discutir de que maneira essa cartilha expressa um projeto social e político que envolveu vários sujeitos. Que movimento histórico se articula à produção dessa cartilha, bem como dos boletins e periódicos?

Essas indagações me levam a buscar explicações não só em seu conteúdo, mas também na sua forma. Ao me atentar para a composição das imagens, observei que elas representam o momento histórico vivido pelos trabalhadores do campo e da cidade. Estes dois segmentos estão representados na imagem dos dois trabalhadores – didaticamente descritos como operários do campo e da cidade, numa referência a união das diversas categorias que compõem a classe trabalhadora – que, juntos, lutam por dominar um inimigo comum – o sistema capitalista – representado pela figura do boi, que referencia o conjunto dos grupos detentores de poder político e econômico na cidade de Uberlândia, que, nos anos de 1980, compunham a forte União Democrática Ruralista – UDR.

A figura do boi está representada sob o “manto” do capitalismo, possivelmente, uma forma de reconhecer o poder e força do “inimigo”, porém, de acordo com a imagem feita à mão, ele poderia ser dominado se os operários do campo e da cidade se unissem, ou seja, a cartilha fazia um convite aos trabalhadores para o embate com as formas de opressão vividas no sistema capitalista. Esta metáfora expressa o momento de acirramento vivido entre patrões e trabalhadores, latifundiários e sem terras, repressão à organização e mobilização e fortalecimento dos movimentos sociais.

Momento este que é descrito também didaticamente, quando aponta as primeiras organizações dos trabalhadores na cidade: as primeiras greves, o movimento de formação das oposições sindicais como forma de construir e ocupar espaços de luta política, as mobilizações como as passeatas e os protestos ao arrocho salarial e à repressão política, a organização dos primeiros sindicatos e da própria Pastoral. Todos esses elementos compõem a conjuntura e o conjunto dos valores compartilhados entre o final dos anos 1970 e nos anos 1980, em que a organização dos movimentos populares e sindicais significou a constituição de novos sujeitos políticos que ocuparam a cena

pública com seus protestos e suas reivindicações. Sujeitos de sua própria história que demarcavam espaços de luta na cidade, como pode-se observar pela expressão em destaque: “Agora, nossos 1.º de Maio...” e a sinalização da placa “vire” na Praça Sérgio Pacheco, num convite à manifestação em comemoração ao 1.º de Maio, justificado ao longo de toda cartilha.

Na tentativa de ir às relações sociais mais amplas, enfrentar a confluência de temas que os materiais que compuseram a Coleção CDP apresentam, novamente recorro às entrevistas como forma de trazer para a reflexão as relações sociais vividas nos diferentes espaços compostos pelos militantes, apontando como foi o processo de formação política dessas pessoas. Algumas questões que me orientaram foram: onde buscavam esse aprendizado? Onde articulavam sobre os processos de fortalecimento da classe trabalhadora em Uberlândia? Onde se mobilizavam e buscava mobilizar outras pessoas? Com a análise do conjunto dos materiais selecionados, fui percebendo a importância, para aquelas lutas travadas, desses espaços políticos constituídos como, por exemplo, as pastorais, os sindicatos combativos, as associações de bairro, todos insistentemente lembrados nas entrevistas e descritos nos materiais impressos.

A partir da análise das evidências, sejam as fontes impressas, sejam os registros orais, pude perceber que a Pastoral Operária de Uberlândia foi uma das propulsoras da movimentação de alguns segmentos dos trabalhadores na cidade, ao se tornar espaço de debates, de articulação política com outras entidades em formação e propositora de ações mobilizadoras de diversas categorias de trabalhadores, fato que pude observar pelo conteúdo da própria cartilha. Alguns dos militantes dos movimentos populares e sindicais em Uberlândia tiveram sua formação política participando das práticas realizadas pela Pastoral. A partir dessa experiência vivida na Pastoral Operária e do aprendizado sobre as lutas empreendidas pela classe trabalhadora, estas pessoas formaram as primeiras oposições sindicais na cidade, organizaram-se em associações de bairro para reivindicarem melhorias em seus locais de moradia e o acesso a ela, no sistema de saúde, na educação e no transporte.

Esse foi o caso de Maria de Fátima Lucena, Aniceto Ferreira e José de Sousa Prado, os dois primeiros entrevistados para essa pesquisa, e ainda João Batista de Lima, que não era membro da Pastoral Operária, mas também falou sobre a atuação da entidade na cidade. Além de suas falas mostrarem a influência da entidade em suas formações políticas, apontaram também a sua força política naquele momento,

apresentando como ela se tornou ponto de apoio para a atuação das primeiras oposições sindicais em Uberlândia ao fornecer materiais e técnicas de composição de materiais de campanha nas eleições sindicais.

Aniceto Ferreira, hoje assessor político de um deputado estadual do Partido dos Trabalhadores, foi militante dos movimentos sindical e popular, compondo chapa de oposição no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Uberlândia, participante do Movimento dos Mutuários que reivindicava redução do valor das prestações das casas dos conjuntos habitacionais financiadas pela COHAB-MG, presidente da Associação de Bairro do Luizote de Freitas, ao longo dos anos de 1980. Em 1992, Aniceto foi eleito vereador pelo PT e reeleito no mandato seguinte, foi candidato a prefeito no ano de 2000, mas não se elegeu, e foi novamente eleito vereador em 2004, recandidatou-se ao cargo no legislativo em 2008, mas foi derrotado.

Ao narrar sua formação política, Aniceto destaca o papel da Pastoral Operária e recupera as articulações políticas e a movimentação de diversos sujeitos pela cidade, em busca de se constituir novas bases de liderança do movimento sindical e popular:

E a minha atividade política-social, eu poderia resumir o seguinte: [pausa] a minha origem, a minha participação é Igreja Católica, né, uma atividade religiosa, fui até seminarista. Mas, dentro da Pastoral Operária, eu aprendi muito a formação política, social, religiosa. E outra é o campo político-partidário, campo político-partidário, né, social, de movimentos populares, sociais, movimento de moradia, movimento de trabalhadores ... Sem Terra, que luta pela reforma agrária, movimento pelo transporte coletivo, movimento ... pela questão do direito, aí, dos estudantes... Enfim, são várias lutas que eu participei e continuo participando até hoje. Então, eu diria que o meu perfil é... Igreja Católica, é religiosa, mas também política-partidária, e também social. Na política-partidária, eu sou filiado ao Partido dos Trabalhadores há cerca de vinte e cinco anos, né, que eu sou filiado.

[...] A origem foi dentro da Pastoral Operária, porque a Pastoral Operária, na sua formação política, ela orientava também que os trabalhadores deveriam organizar em associação, em sindicatos, em partido político, etc. Então, essa esfera na ala sindical foi um campo que eu atuei no início dos anos... final dos anos 1980, início dos anos 1990, na oposição sindical do Sindicato dos Comerciários [de Uberlândia].

[...] Olha, por exemplo, a Pastoral Operária, ela foi uma formadora, sempre foi uma... entidade, uma pastoral que promove formação política, social e religiosa. Eu destaco aqui também, no início dos anos 1980, por exemplo, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese. Hoje, num existe, certo? É... Centro de Defesa dos Direitos Humanos, que era muito atuante. A Pastoral da Criança!... Então, assim todas... essas entidades, e, fora isso, alguns sindicatos que foram construindo, também eles promoviam formação, né. Então, foi através dessa formação que foi multiplicando lideranças pra atuarem em associação de bairro, em sindicato, em partido político, em liderança

*dentro da própria Igreja e por aí afora. Foi através dessa formação. E a formação política, social e até religiosa, ela acontecia nas vastas, nas várias entidades que eu aí citei, tanto dentro da Igreja, que nós chamamos progressista, né. E, aí, eu também incluo a Pastoral Operária. Aqui, nós temos, também, eu poderia citar a APR, que é a Pastoral da Terra, que muito ajudou, que muito contribuiu, contribui até hoje, né, e os sindicatos, que... que estão aí, na linha da CUT, e associações de bairros também, que teve alguns bairros históricos. Eu podia citar, por exemplo, o bairro Liberdade, que teve uma luta inicial de associação de bairro muito importante, lá, no bairro Liberdade, bairro Santa Rosa...*¹³⁵

A fala de Aniceto traz elementos para se compreender o papel político desempenhado pela Pastoral Operária, ao se articular com outros espaços de se fazer política na cidade, estimular e sempre buscar condições para o fortalecimento da luta dos trabalhadores, como ele reforça seguidas vezes em sua narrativa. Era objetivo dessa entidade promover a formação política, religiosa e social destes trabalhadores. Portanto, a produção de uma cartilha que recuperasse experiências históricas da classe era estratégia utilizada nesse processo como agente de informação e de formação, e, sobretudo, de difusão de aprendizados políticos.

Em um manifesto, sem data, produzido pela P.O., esse posicionamento é defendido como uma “Opção Preferencial Pelos Pobres” feito por uma parcela da Igreja Católica – a Teologia da Libertação – juntamente com suas pastorais e Comunidades Eclesiais de Base. O referido documento traz um breve histórico de quando se deu essa escolha, a partir do Sínodo de Medellín, em 1968, em Puebla, 1979, e, mais especificamente, em Uberlândia, em 1983, quando a Diocese, em assembléias comunitárias e regionais, decide como prioridade a evangelização dos pobres. Assim, o trecho do documento traz:

*Quando em Puebla, os bispos fazem a opção preferencial pelos pobres, eles sentem que esta opção deveria ter a força de um sinal profético, que a força de alguma coisa nova começava para este continente: O Reino de Deus estava chegando. Evangelizar os pobres deve ser um sinal inconfundível.*¹³⁶

Destaco esse documento para refletir sobre os espaços frequentados pelos trabalhadores e que lhes propiciavam uma reflexão sobre suas condições de vida e

¹³⁵ Entrevista concedida à autora por Aniceto Ferreira, realizada em 4 maio 2010.

¹³⁶ PASTORAL OPERÁRIA. *Opção preferencial pelos pobres*. Uberlândia, s/d. Texto datilografado. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos - Pasta 06, n. ordem 117.

participação no processo social. As condições adversas de vida, dos anos finais dos anos 1970 e dos anos 1980, se tornaram campo fértil para que diferentes entidades se organizassem para enfrentar os problemas sociais e constituir estratégias de enfrentamento dessas situações. A Igreja progressista, com as CEB's e suas pastorais, se tornou agente formador de militantes e questionadora da ordem vigente, ao unir a formação religiosa à formação política, fomentando e difundindo uma leitura de sociedade que pregava o fim da desigualdade entre as classes, respeito e liberdade aos trabalhadores. Esses valores eram difundidos em missas, discussões em reuniões, seminários e cursos de formação para milhares de pessoas que viviam a espoliação e o empobrecimento causado pela desigualdade sócio-econômica. Essa parcela da Igreja assumia o papel de criar condições de lutar contra tal desigualdade.

Antônio de Almeida, hoje professor da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, e à época militante no movimento docente e nas lutas do sindicalismo combativo no ABC Paulista, participou das discussões no interior da Igreja e nas associações de moradores desta região. O entrevistado aponta a reação contra a carestia, empreendida pela Igreja, que, nos anos finais de 1970, acolhia várias lutas nascentes na sociedade, após o silêncio imposto pelo regime da ditadura militar. A partir de sua fala, pode-se observar o posicionamento político dessa parcela Igreja, que se expressava por meio de práticas concretizadas em estímulo e apoio às ações dos trabalhadores, como: organizações de bairro, de clubes de mães, manifestações públicas, criação e/ou fortalecimento de sindicatos, participação em assembléias constituintes, em suma, em ações que alteravam o curso dos acontecimentos e criavam novas formas e lugares de se fazer política.

Então, nós já tínhamos tido há pelo menos uma década, aí, lá na grande..., eu vim da grande São Paulo, vim do ABC. Então, pelo menos uma década que começou uma reação, em [19]77, finalzinho de [19]77, no movimento sindical, já se esboçou alguma coisa. No movimento popular, já vinha desde é... [19]75, 76, algum esboço também, né. Começou, por exemplo, uma reação contra a carestia, sob os auspícios da Igreja, mas não se esgotava só, obviamente, ao âmbito da Igreja, porque carestia é uma coisa que angustiava a todos! Certo? Mas a referência, o nascedouro, do ponto de vista institucional, a cobertura, né, por conta da... do período ainda muito é... de muita repressão, foi no interior da Igreja Católica, que eu tô falando, correto. Este movimento, ele... óbvio, ele tinha um objetivo mais claro, que era o objetivo de fazer o enfrentamento das condições adversas de vida: baixos salários, né, enfim, pobreza, e tal, alto custo de vida... Então, o foco era combater o alto custo de vida. Mas é óbvio que naquele contexto tinha um conteúdo político bem

amplo(!), né, ainda mais que foi um dos primeiros que conseguiu aparecer, pós o silêncio, né, brutal imposto pela ditadura. [...] Então, começou a surgir os clubes de mães, a luta por escolaridade para o filhos, desde o movimento em defesa de creches nos bairros, até ensino fundamental e médio, que, na época, [...] tinham poucas escolas, por exemplo, de ensino médio, então os filhos tinham que ir pra distante, pra longe. Aí, nessa esteira, surgiram também os movimentos das associações de moradores, né, que a gente lá chamava, na região, de Sociedade de Amigos de Bairro. Veja, coisas simples, mas que, dado o momento histórico que tava atravessando, todos assumiam um conteúdo político. E também, dentro da Igreja, começaram a eclodir as pastorais! Então, olha Comunidades Eclesiais de Base, as chamadas CEBs, Pastoral Operária, CPT - Comissão Pastoral da Terra e outras pastorais sociais da Igreja. Mas as que tinham mais presença nos espaços onde eu atuei, primeiro em São Paulo, Grande São Paulo, ABC, e, depois quando eu cheguei aqui em Uberlândia, eram CEBs, Pastorais Operárias e CPT, só que, aqui em Uberlândia, quem é... expressou a luta pela terra, num primeiro momento, antes da chegada do movimento de luta pela terra mais formalizada, o MST e depois todos os outros que chegaram, não foi a CPT com essa terminologia, foi a APR, que é Associação Pastoral Rural. O pessoal tá aí até hoje.¹³⁷

A partir da experiência de Antônio de Almeida, é possível perceber os elementos ativos daquele processo vivido nos anos 1980 e os agentes que buscavam mudanças e enfrentavam a opressão do período, como era o caso da Igreja progressista que dava apoio às lutas populares. Isso passava pelo sentido de valorização da classe trabalhadora, de sua potência enquanto sujeito social o que se expressava em mudanças na forma de pensar e agir e, por conseguinte, de se organizar.

Mais adiante, o documento da Pastoral Operária ainda defende o significado de se fazer essa “opção preferencial pelos pobres”, mostrando que a formação religiosa devia estar aliada à formação política, clamando por justiça, igualdade e fim da carestia:

¹³⁷ Entrevista concedida à autora por Antonio de Almeida realizada em 17 de maio 2010. Nasceu em Guararapes (SP), no ano de 1952, e veio para Uberlândia em 1987. Foi militante do movimento social no ABC Paulista e do Partido dos Trabalhadores. Hoje, é professor do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia. Com sua vinda para Uberlândia, filiou-se ao PT de Uberlândia.

Os pobres mesmos lutam para justiça

A opção pelos pobres é valorizar o pobre, a sua pessoa, a sua força, a sua coragem, a sua organização, as suas virtudes. Ver nele não apenas um carente, mas uma pessoa humana que tem idéias, que tem sentimentos, que merece ser ouvida. Eles se organizam e começam a pensar juntos, descobrem que a causa da sua pobreza é resultado da exploração. Eles podem se organizar, criar comunidades, fazer abaixo-assinados, criar sindicatos, associações, fazer passeatas diante da prefeitura, cobrar dos vereadores que vão no bairro conhecer e ajudar a resolver os problemas. Os pobres tem o direito de participação ativo na história, como sujeitos responsáveis. A opção pelos pobres é também a decisão de dar apoio às organizações e seus esforços pela justiça. Ninguém opta pelos pobres, se não luta contra aquilo que inferniza a vida do pobre, que é injustiça.

A Igreja pobre

A opção pelos pobres insere-se, no dinamismo fundamental do amor a Deus e ao próximo. Ela passa pelo coração das bem-aventuranças evangélicas e exclui toda forma de violência. Amar os pobres é dar a própria vida por eles: os bens e os talentos, o tempo de que dispomos, o trabalho pela justiça. Nós somos uma Igreja para os pobres, sim, mas principalmente uma Igreja com os pobres, uma Igreja dos pobres. A opção preferencial pelos pobres só é verdadeiro, quando os pobres se sentem Igreja e podem criar uma Igreja pobre, a favor dos pobres, na luta pela sua libertação.

OPÇÃO PREFERENCIAL Pelos pobres - CONTRA A POBREZA - CONTRA A INJUSTIÇA.

Imagem 7

Manifesto *Opção Preferencial pelos pobres*. Texto datilografado.

Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos - Pasta 06, n. ordem 117.

Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia - CDHIS/UFU

Atenta à dimensão desse manifesto, enquanto linguagem construída nas relações sociais dos anos 1980, indago: qual o lugar social de onde fala? Que posicionamento revela? Quais interesses são defendidos? Quem eram esses sujeitos enfatizados insistentemente pelo registro? Quem eram esses pobres? Quais valores queriam despertar nesses “pobres”, “sujeitos ativos” na história? Ao defender a valorização do pobre, da sua força e sua coragem, potencializando sua capacidade de se organizar e lutar por justiça a partir da sua própria ação, os autores do manifesto propunham uma intervenção direta na realidade social vivida por milhões de trabalhadores, que experimentavam a condição de ser pobre.

Os termos e expressões (força, coragem, organização, exploração, sujeitos, luta, opção pelos pobres) usados ao longo do texto são encadeados de maneira a criar um espírito mobilizador e organizativo, mostrando que mudar a condição de pobreza e exploração era possível. Ao enfatizar quem são os pobres e por que estavam nessa condição, o manifesto explicita a relação direta entre pobreza e exploração, justificando por que e como se posicionavam em seu favor, tornando clara a injustiça social sofrida pelos trabalhadores. Aliam essa reflexão política da realidade à reflexão litúrgica que

garantia o direito fundamental da liberdade a todo homem. Esse conjunto de valores ressaltados cumpria o papel de mobilizar para as ações descritas no documento – criação de comunidades, fazer abaixo-assinados, criar sindicatos e associações, fazer passeatas etc. – e mostrava na prática concreta o que era a “Igreja dos pobres”.

Ao entrecruzar esse manifesto, as entrevistas e os boletins, observei que as ações nele descritas foram relatadas nas entrevistas e registradas nos boletins e periódicos como experiências vividas, dando, assim, a dimensão do significado dessa proposta naquele momento. O manifesto ainda dá pistas para se compreender a efervescência de diversas formas impressas como frutos de um processo em que a comunicação foi estratégia fundamental de intervenção social. Essa intervenção se fazia via informação/formação, ou ainda, muitas vezes, pela disputa pela notícia com os meios de comunicação de massa, ou por uma relação com a história pautada no reforço de fatos e datas, com o sentido de promover a valorização das lutas e da própria classe trabalhadora ao realimentar certas memórias e produzir novos sentidos de presente. Minha intenção é, a partir da reunião desses indícios sobre essa movimentação e da análise dessas formas impressas, compreender o movimento histórico onde foram produzidas e pôr em foco a latência não só dessa imprensa (popular e sindical), mas do projeto social que estava em disputa na sociedade dos anos 1980.

Nesse sentido, me reporto a outra evidência, que é a primeira edição do Boletim Informativo da Pastoral Operária da Diocese de Uberlândia, de maio de 1989. Ele foi produzido por editoração eletrônica e por fotocomposição. Traz algumas informações editoriais, como a equipe, os responsáveis pela editoração, que é *AWM Comunicação e Assessoria Ltda.*, a composição, feita por *N&C Fotocomposição* e sobre o lugar onde foi feita a impressão, na *ABC Sabe*. Não traz informação sobre a sua tiragem e distribuição. Pode-se ver que o boletim conta com maiores recursos em sua elaboração, assumindo características do jornalismo profissional. É publicado no mês de maio e sua primeira matéria retoma a narração sobre o porquê do 1.º de Maio, recuperando aqueles acontecimentos sobre a organização dos trabalhadores de Chicago, narrada na cartilha anteriormente analisada. A comemoração do 1.º de Maio é uma prática que permanece na P.O. até nosso presente, inclusive ainda com a produção de materiais, os quais são divulgados em nível nacional para a comemoração dessa data.¹³⁸ Os materiais

¹³⁸ Quando da realização da pesquisa, estive na Pastoral Operária de Uberlândia, onde encontrei um arquivo de fotos sobre diversas manifestações de trabalhadores em Uberlândia, algumas cartilhas

produzidos até o presente sempre retomam a memória daqueles trabalhadores de Chicago, criando uma identificação entre as diferentes lutas da classe trabalhadora.

Na segunda página, o boletim em questão traz um texto de apresentação:

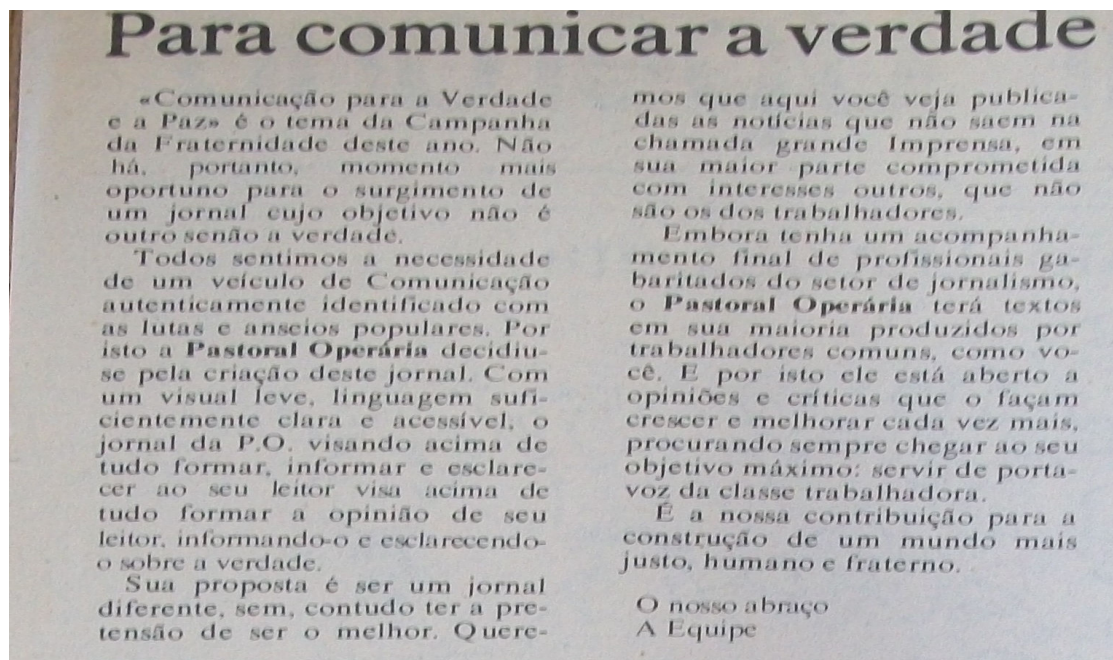


Imagem 8

Boletim da Pastoral Operária de Uberlândia. Ano 1, n. 1, maio de 1989. p. 2.

Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 06, nº de ordem 71.

Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia - CDHIS/UFU¹³⁹

produzidas tanto pela própria pastoral local, quanto pela Pastoral Nacional. Dentre as cartilhas me detive naquela anteriormente analisada, produzida em 1984, e na cartilha produzida para a comemoração do 1º de Maio de 2010. Esta traz como tema para a reflexão “O Trabalho e Economia: Encruzilhadas – Para onde queremos ir?”. De acordo com a apresentação dessa cartilha, o material produzido para orientar as reflexões a serem feitas nas comemorações da data visa discutir sobre os caminhos a serem traçados para superar a crise vivida no mundo, e que impõe aos trabalhadores desafios com o aumento da precariedade, desigualdade social e insegurança. Mais uma vez, a entidade reafirma a potencialidade da classe trabalhadora quando diz acreditar na resistência e na capacidade transformadora “capaz de mudar o rumo da história”, ao descobrir juntos caminhos e saídas. Um dos caminhos apontados é a reflexão sobre as diversas encruzilhadas nas quais têm se encontrado os trabalhadores, o trabalho, a economia e a ecologia, e a proposição de uma educação para a solidariedade. Junto ao desejo de que o material contribua para a formação dos trabalhadores, o colegiado nacional da P.O. reafirma a memória dos quatro trabalhadores enforcados em Chicago, em 1887, ao lutarem pela redução da jornada de trabalho para oito horas, e a memória de Santo Dias, trabalhador, membro da Pastoral Operária, assassinado em 1979 em São Paulo quando lutava por direitos sociais. Nesse sentido, pode-se ver que há a constante reafirmação dessa memória como forma de criar uma identificação das lutas travadas pela classe trabalhadora, luta que atravessa séculos por esse constante movimento da lembrança que é produzida, construindo assim outros sentidos em nosso presente, a partir da articulação de presente/passado/futuro. Também é possível perceber que não mais se faz o apelo aos enfrentamentos de classe vividos nos anos finais de 1970 e dos anos 1980, como pude ver na cartilha de 1984. A cartilha de 2010 aponta para uma outra forma de organização dos trabalhadores, que é na Economia Solidária, dando vários destaques aos patrocinadores (grande grupos empresariais e bancos privados) que estão sempre presentes nos encontros dessa nova organização, sugerindo- pensar sobre novas articulações e alianças que estão sendo estabelecidas.

¹³⁹ BOLETIM DA PASTORAL OPERÁRIA DE UBERLÂNDIA. Uberlândia, n. 1, maio 1989. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 06, n. de ordem 71. CDHIS/UFU.

O boletim possibilita pensar sobre como os valores cristãos eram importantes nas ações que envolviam os projetos das lideranças para as classes trabalhadoras. O lançamento do boletim da P.O. de Uberlândia se dava ao mesmo tempo do lançamento da Campanha da Fraternidade de 1989, a qual trazia como tema a questão da comunicação – “Comunicação para a verdade e a paz” –, o que mostra o impacto que este tema vinha assumindo dentro da sociedade que, se por um lado, via uma imensa expansão do alcance dos meios de comunicação na vida cotidiana, por outro, também percebia que essa expansão se dava de forma desordenada, agravando ainda mais a desigualdade social.

Pude encontrar vários materiais em que os movimentos sociais demandavam pela democratização e pelo acesso aos meios de comunicação, como concessões de canais de televisão e rádios, às entidades populares ou sindicais, o que evidencia a desigualdade de acesso, a concentração nas mãos de poucas famílias, resultando na formação de um cartel dos donos das mídias.¹⁴⁰

Nessa leitura de sociedade, a Pastoral Operária abria-se para o debate, ao mesmo tempo em que criava seu próprio veículo de comunicação, procurando pregar a paz e a verdade via comunicação, como propunha a Campanha da Fraternidade daquele ano. Nesse sentido, o boletim da P.O. se colocava como porta voz da classe trabalhadora, tendo como objetivos informar, formar e esclarecer seu leitor sobre a “verdade”. Ao assumir-se enquanto porta voz dos trabalhadores, o boletim da P.O. procurava aproximar-se de seu público leitor, abrindo espaço para que os próprios trabalhadores escrevessem seus textos. Ao mesmo tempo, apresentava-se como portadora da verdade a eles, o que sugere sobre um desejo de criar um consenso acerca da sua leitura de sociedade a ser compartilhada, ou ainda a ideia de que fazia por eles, como se eles não fossem sujeitos.

A oposição à grande imprensa também é evidenciada, quando citada como portadora de outros interesses que não os dos trabalhadores. Essa forma da P.O. de intervir no processo social alia as questões propostas pelos movimentos sociais do país aos valores pregados pela Igreja, de justiça e fraternidade.

Esses são elementos que me permitem pensar sobre o papel social desse veículo dentro daquela conjuntura, sobre o caráter político dessas produções, como as

¹⁴⁰ BARBOSA, Marta Emília. Sobre história: imprensa e memória. Op. cit.

articulações políticas eram estabelecidas, o que e quem eles mobilizavam, e então termos uma dimensão de como era força ativa que intervinha no curso dos acontecimentos da vida social daquele momento. Em suma, essas formas impressas não tinham um caráter de neutralidade e nem de objetividade, assim como nenhum veículo de comunicação o tem e, portanto, não estão sendo analisados aqui como meros instrumentos de comunicação, mas sim como práticas sociais. Nesse sentido, procuro evidenciar o lugar de onde fala, em nome de quem e para quem fala, vasculhar sua articulação à intencionalidade histórica que o constituiu.¹⁴¹

Quando proponho articular o processo de produção desses materiais por uma imprensa popular, ao movimento histórico dessa produção, como forma de investigar quais sujeitos, quais práticas e quais projetos sociais estavam em disputa, é no sentido de trazer aquele passado dentro de suas possibilidades, valorizando nele as alternativas propostas e vividas que representaram perspectivas de futuro. Aqui, destaco a própria constituição do CDP como uma dessas práticas, em que as pessoas criaram alternativas para disputar espaços sociais de luta, elegendo, nesse caso, a memória como campo de embates.

É explicitar como o furor desses materiais alternativos teve força mobilizadora dentro daquele movimento, ao tornar passível de realização práticas antes coibidas pela repressão ou pela política clientelística. Na página anterior dessa mesma edição, pude ver como o boletim da P.O. de Uberlândia assumia-se enquanto agente ao informar sobre a discussão da elaboração da Assembléia Constituinte Mineira que estaria prestes a acontecer e, posteriormente, a Constituinte Municipal. Juntamente com estas informações, o boletim ainda alertava para os interesses divergentes nesses projetos, como em Uberlândia: o Prefeito Virgílio Galassi, membro da UDR e participante do grupo de parlamentares da direita no Congresso Nacional, denominado Centrão, tem maioria dos vereadores em seu apoio na Câmara Municipal, o que indica que as lideranças do poder executivo e do poder legislativo na cidade não estariam preocupados em respeitar os direitos dos trabalhadores. Diante dessa leitura, o boletim não se limitava em informar, mas se colocava como mobilizador da classe trabalhadora

¹⁴¹ CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Op. cit. p. 260.

da cidade, ao conclamar que esta se organizasse para pressionar os vereadores a atenderem seus direitos.¹⁴²

Recompor alguns dos agentes desse processo, como, por exemplo, a P.O., me permite compreender os significados da intensa movimentação na cidade, e no país como um todo, onde a força social e política dos movimentos populares e sindicais foram contundentes dando um outro curso para os acontecimentos dos anos 1980. Os boletins, as cartilhas, os periódicos evidenciam sobre as expectativas, propostas de intervenção, os consensos e dissensos forjados nessas lutas, permitindo entendê-los como forças criativas dentro daquela sociedade, pois reivindicavam, mobilizavam, levavam à reflexão em suma, propunham mudança na ordem vigente.

Assim compreendo a expressão desses materiais, como, por exemplo, a cartilha produzida pela P.O. de Uberlândia, quando seleciona e organiza em um quadro cronológico alguns fatos sobre a organização dos trabalhadores na cidade, encerrando com os questionamentos: *Vamos fazer uma análise de nossa luta hoje em Uberlândia? O que temos feito e o que podemos fazer?*¹⁴³ Presente e passado são articulados de maneira a transformar o futuro, a partir da união de diferentes agentes, reforçada pelo uso do “nós”. Este uso ainda indicia sobre um consenso entre o movimento católico da Teologia da Libertação com o movimento dos trabalhadores.

Nessa tentativa de analisar o caráter das diversas produções dos movimentos populares e sindicais sobre os quais se tem o registro na Coleção CDP, recupero também algumas experiências de produção de jornais de bairro. A intenção é discutir seu papel para além de ser apenas um instrumento de comunicação e trazer para o debate sua força criadora nos espaços onde eram construídos. Ao mesmo tempo, aquele ponto sobre como eram produzidos diante da escassez de recursos disponibilizados permeia a discussão, pois as condições para a elaboração desses materiais compunham a realidade vivida.

Destaco dois boletins produzidos por associações de bairro, de cidades distintas, sendo uma a Associação dos Moradores do Bairro Tibery, de Uberlândia, e a outra a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Malvão, de Santa Maria da Vitória-BA. Ambas apontam para o desejo de organização e comunicação como forma de reivindicar

¹⁴² BOLETIM DA PASTORAL OPERÁRIA DE UBERLÂNDIA. Ano 1, n. 1, maio 1989. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 06, nº. de ordem 71. CDHIS/UFU.

¹⁴³ PASTORAL OPERÁRIA. *1º de maio: nosso dia!* Uberlândia, maio 1984. Arquivo da Pastoral Operária de Uberlândia.

direitos e exigir soluções para os problemas dos moradores de cada bairro. Ainda destaco uma questão importante que remete à ideia das redes formadas para a troca de informações e de experiências, como forma de divulgar e procurar aprender uns com as experiências dos outros, ainda que em cidades ou estados diferentes.¹⁴⁴

Com o título *ABMT Informa*, o informativo da diretoria da Associação dos Moradores do Bairro Tibery assume um caráter de informar os moradores do bairro sobre as ações realizadas pela referida diretoria. Quanto à forma, parece ser produzido com máquina de datilografia elétrica, reproduzido por xérox e composto de uma única folha utilizada em frente e verso. É redigido pelo jornalista Francisco Medeiros, mas não traz a data da edição, informações sobre a tiragem e nem distribuição. Apesar de não trazer a data, é possível inferir que se trata de uma produção entre junho e julho de 1990, pela referência numa matéria ao asfaltamento do bairro, que cita um documento emitido pela Prefeitura datado de junho desse ano.

A imagem abaixo permite vislumbrar sobre as condições de produção do informativo. Os anúncios comerciais de estabelecimentos do bairro na primeira página sugerem sobre uma articulação entre a diretoria e os comerciantes locais, garantindo os recursos financeiros à produção do material. A participação do jornalista aponta, possivelmente, para o desejo de produzir uma comunicação mais “profissionalizada”, o que muitas vezes se dava mais pelo compromisso político do jornalista, como Medeiros afirmou na sua entrevista, do que propriamente disponibilidade de recursos financeiros. Essa participação se expressa na diagramação, que divide o informativo em duas colunas, reserva um espaço para os anúncios comerciais, no uso de recursos como um humor visual, ao utilizar charges e balões. Essa combinação de elementos resulta numa linguagem informativa e formativa, ao unir reivindicações, denúncias e leitura acessível. Vejamos a imagem:

¹⁴⁴ Como já destaquei no item anterior, a partir da fala de Élson Oliveira Felice, o CDP de Uberlândia, diante de algumas situações vividas por entidades da cidade, procurava, mediante seus contatos com outras entidades (muitas vezes centros de documentação), materiais que viessem informar e formar sobre formas de lutas desenvolvidas em outros lugares.

AMBT

INFORMA

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO TIBERY

Av. Europa, 175 - Fone: 232.7698 - Bairro Tibery - CEP 38400 - Uberlândia - MG

PRESIDENTE: ELIAS PEIXOTO - JORNALISTA RESPONSÁVEL: FRANCISCO MEDEIROS, MTB. 14.904

POLUIÇÃO NO TIBERY AINDA NÃO TEM SOLUÇÃO



...PREDILÂNDIA...

MATERIAIS PARA CONTRUÇÃO EM GERAL

DIREÇÃO: JOSE DE ROCHA GARCIA FILHO

FONE: 232.5195

CASCAHO, AREIA, SAIBRO, TIJOLOS, TUBOS E CONEXÕES

AV. EUROPA 358 - B. TIBERY - UBERLÂNDIA - MG.

Art's pedras

Ardósia - São Tomé - Pirenópolis - Lagoa Santa - Ouro Verde e Mármore

AV. BENJAMIN MAGALHÃES, 1054 - B. Tibery

FONE: 232.3118 e 232.4941

Claudia

BRINQUEDOS
PAPELARIA
PRESENTES
PERFUMARIA

Av. Noruega, 120 - Bairro Tibery

Fone: 232.7106

SERRALHERIA LEMES LTDA

Estruturas Metálicas, Estruturas e Coberturas em Geral.

RUA ROTARY, 215 - B. TIBERY

FONE: 212.3211

LOJA RIBEIRO

economizando seu dinheiro

Roupas e calçados para adultos e crianças

Av. Benjamin Magalhães, 707 - F. 232.7823

FILIAL: LOJA LOPES - "a menor porém a melhor" - Av. Frederico Tibery, 872

Fone: 212.2599 - Bairro Tibery

Você sabe porque a poluição das indústrias de arroz no Tibery ainda não foi resolvida? Porque a Comissão que deveria apresentar propostas sobre o problema (formada na última reunião que tivemos na ACIUB) ainda não se reuniu. E não se reuniu por culpa da Prefeitura, que até hoje não indicou o seu representante.

A história da luta contra o "pó-de-arroz" no bairro já tem quase dois anos. Já registramos várias queixas na Secretaria de Meio Ambiente, já usamos a "tribuna livre" da Câmara, já distribuímos "pó-de-arroz" para os vereadores e o prefeito e até agora nada...

Senhor Virgílio Galassi, que tal resolver logo esse problema? A situação é grave e merece atenção urgente. Senão, logo, logo vamos estar distribuindo "pó-de-arroz" no centro da cidade. E inteiramente de graça!

VIM AVISAR QUE SEUS MENINOS ESTÃO NA MEDICINA, COM PROBLEMA DE PULMÃO, UH!!



NÚCLEOS DA AMBT JÁ ESTÃO FAZENDO REUNIÃO

Visando democratizar a participação de todos os moradores do Tibery na AMBT, foram criados 15 núcleos regionais que se reúnem, alternadamente, toda semana. Além disso, continuam as reuniões na sede, de 15 em 15 dias, sempre às sextas-feiras às 19 horas. As próximas reuniões dos núcleos vão ser neste mesmo horário, nos seguintes locais:

- Dia 15/08 - Rua Chile, 540
- Dia 22/08 - Rua Benjamin Constant, 1850
- Dia 29/08 - Rua Noruega, 98

Se você tem um problema na sua rua, não deixe de participar. E pode levar uns "biscoitinhos" pra gente beliscar enquanto discute...

Imagem 9

ABMT Informa. p. 1.

Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 05, n. 132.

Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia - CDHIS/UFU.¹⁴⁵

¹⁴⁵ ABMT INFORMA. Uberlândia, s./d. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 05, n.132. CDHIS/UFU.

Quanto ao conteúdo, ganha destaque um problema sério atravessado pelos moradores do Bairro Tibery, que era a poluição provocada por empresas de beneficiamento de arroz e moinho de milho, instaladas no bairro, e que causavam problemas de saúde aos moradores. Desde 1986, os moradores começaram a se organizar e lutar pela solução do problema. Ao longo dos anos, conseguiram o apoio de diversas entidades populares e sindicais da cidade que reforçavam as ações de protesto, como, por exemplo, quando os moradores, na Tribuna da Câmara Municipal, distribuíram pó de arroz aos vereadores como forma de sensibilizá-los para o problema que os afetava cotidianamente.

O fato, muitas vezes, ganhou as páginas da imprensa local, que se posicionava de forma a dar voz aos líderes do prefeito Virgílio Galassi, os quais relutavam em apresentar uma solução ao problema, sempre desqualificando as reivindicações dos moradores, ao ponto de declararem que a solução mais viável era que os moradores se mudassem do bairro, principalmente os mais carentes.¹⁴⁶ Não se pode deixar de observar que a questão ambiental ganha foco, quando se destaca em negrito e em caixa-alta o tema da poluição no bairro, o que aponta para um deslocamento da discussão, ainda que o confronto entre patrões e trabalhadores venha representado no uso da charge, no canto esquerdo superior do informativo.

O que gostaria de ressaltar é, mais uma vez, a capacidade da força mobilizadora de entidades populares, que conseguiam se organizar e se articular a outros segmentos dos movimentos sociais da cidade. A partir de então, elaboravam várias estratégias de intervenção, dentre elas, a de produzir boletins informativos que se constituíam em agentes naquele processo, que, hoje, permitem desvendar sobre as articulações políticas, as proposições, conquistas e derrotas vividas por estes diversos movimentos da cidade.

Ainda destaco que esse grupo que estava à frente da diretoria da Associação, entre 1990 e 1991, produziu um informativo do Conselho Popular do Bairro Tibery¹⁴⁷,

¹⁴⁶ Estas são informações que pude levantar a partir de uma série de recortes de jornais da cidade, arquivados no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia. Ainda pude encontrar uma publicação no CDHIS, do jornal *Tamanduá Bandeira*, cuja primeira edição é de 8 de junho de 1991, e que dedicou várias matérias para discutir o problema do bairro Tibery, ao longo dos anos de luta dos moradores. A referida publicação era fruto da organização de um grupo de ambientalistas denominado “SOS Meio Ambiente”. Em seu editorial deixa claro que o foco de suas ações é a defesa do meio ambiente, reforçando novamente sobre o deslocamento da discussão e da atuação. TAMANDUÁ BANDEIRA. Informativo produzido pela ONG “SOS Meio Ambiente”. n.08/06/1991. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 03. n. de ordem 60.

¹⁴⁷ INFORMATIVO DO CONSELHO POPULAR DO BAIRRO TIBERY. Sem data. Arquivo particular de Francisco Medeiros. Nesta edição, há a data da fundação do Conselho, que é 2 de março de 1990, e a

fundado em março de 1990, às vésperas da eleição que empossaria tal grupo na diretoria, neste mesmo ano. Em 1993, o mesmo grupo, já fora da Associação, retomava a prática de produção dos informativos, agora no Conselho, para protestar contra a postura do então presidente da Associação do Bairro, que fechava os olhos para o problema que assolava o bairro já alguns anos.

O boletim *A Voz do Bairro*, produzido pela Associação dos Moradores Amigos do Bairro Malvão, da cidade de Santa Maria da Vitória, da Bahia, é outro material que evidencia essa forma de intervenção no social, ao se colocar como agente que reivindicava melhorias no bairro, pressionando as autoridades competentes a atender tais reivindicações. Em sua primeira edição, *A Voz do Bairro* remete a uma forma que expressa as dificuldades para sua elaboração e, ao mesmo tempo, a força daqueles que se uniam em torno do desejo de produzi-lo, esforçando-se para mostrar toda a capacidade criativa destes sujeitos dentro de uma conjuntura desfavorável:

denuncia à postura do então presidente da Associação de Bairro, Marcos Antônio de Lima, que ignorava o problema da poluição do bairro, em benefício de divulgar, na imprensa local, suas ações enquanto presidente. Apesar de não trazer a data de sua produção, inferi que é de 1993, pois traz a íntegra da matéria publicada pelo Jornal *Correio do Triângulo*, onde o referido presidente afirma não haver reclamações contra as cerealistas, que o bairro é um dos mais privilegiados da cidade em termos de recursos públicos e que os moradores queixosos devem vender seus imóveis e se mudar do bairro, principalmente os mais carentes.



Imagem 10

A Voz do Bairro. Ano I, n. 1, p. 1.

Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 06, n. 49.

Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia - CDHIS/UFU.¹⁴⁸

¹⁴⁸ A VOZ DO BAIRRO. Santa Maria da Vitória, n. 1, fev. 1988. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 06, n. 49. CDHIS/UFU.

Não traz informações sobre sua tiragem e distribuição, mas apresenta número e data de edição – número 1, fevereiro de 1988 – e sua composição se assemelha àquela técnica analisada anteriormente, em que eram as próprias lideranças que produziam seus boletins, sem contar com o trabalho de jornalistas, utilizando-se do recurso da colagem, da máquina de datilografia e da xérox. Possui uma linguagem característica da vida cotidiana das pessoas, até com alguns erros gramaticais. Segue o formato convencional dos informativos, com o título em toda página, uma ilustração que busca constituir campo de identificação com seus leitores, a manchete de primeira página e o texto organizado em duas colunas.

Faz apelo às imagens como forma de procurar retratar o cotidiano dos moradores e mesmo transmitir um ideário de união entre os mesmos. O título, os subtítulos e as imagens feitos à mão remetem à ideia da *necessidade* do fazer os instrumentos de comunicação e luta – “ façamos por nós mesmos com as próprias mãos”. O título, alternando palavras e imagens, convida à união e apresenta o informativo como porta-voz da coletividade. No canto inferior da primeira página em caixa de destaque com relação ao texto de abertura, traz ainda uma poesia que procura reforçar esse ideário e a necessidade de organização do movimento popular, quando conclama *Vamos organizar companheiros na luta do povo. Vamos mostrar a garra da Unidade Popular*. Evidenciam-se os interesses da produção desenvolvida alternativamente para atuar como um articulador e mobilizador dos moradores, constituindo-se em instrumento de pressão às forças dominantes.

Saliento que este documento foi doado ao CDP, naquele movimento de troca empreendido entre o Centro e outras entidades no país, a fim de constituir um acervo da memória popular enquanto espaço que alimentasse as lutas empreendidas pelos movimentos populares e sindicais da cidade. Indícios sobre o compartilhamento de experiências, técnicas de composição de materiais e de formas de atuação e luta. Ao observar a data de sua publicação (fevereiro de 1988), de sua doação ao CDP (março de 1989), e o doador ao CDP (Jornal *Voz da Liberdade*), percebi a estratégia maior de guarda dos materiais dos movimentos sociais pelo país afora como forma de compor uma memória acerca desse movimento, bem como o desejo de divulgá-la a entidades comprometidas com esse interesse de composição dessa memória, ao doar materiais para seus arquivos.

Com a mesma técnica de composição – datilografada e com as imagens feitas à mão – *O libertador*, boletim informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga – GO, datado de 05 de outubro de 1980, traz, em edição extraordinária, a vitória de posseiros dessa cidade, que haviam conseguido a posse da terra pela lei de usucapião, “com muita luta e pressão”,¹⁴⁹ segundo a publicação.

Destaco esse boletim como meio de analisar a latência dessas produções alternativas – estas últimas analisadas, assumindo uma identificação como imprensa popular – na sociedade dos anos 1980, como experiência vivenciada em diferentes locais do país. Em nota, a publicação afirma contar com o apoio da CPT, do PT, da CONTAG, permitindo vislumbrar sobre as alianças políticas estabelecidas, sugerindo pensar sobre os agentes que participavam daquelas redes formadas com a expectativa de organizar os trabalhadores.

Também a prática de doação de materiais nessa rede é mais uma vez evidenciada, uma vez que o material foi doado ao CDP pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) em 27 de novembro de 1988. O projeto de organização dos trabalhadores passava pela necessidade de guardar os registros da movimentação dessa classe, produzindo sua memória, fazendo frente à memória hegemônica. Essa me parece mais uma pista sobre aquele suposto de que a memória constituía-se como uma dimensão daquelas lutas travadas.

Outra publicação elaborada em condições semelhantes quanto aos recursos disponibilizados, à forma assumida, ao projeto social articulado como maneira de intervenção na sociedade, foram os boletins produzidos pelo CDP. A produção foi de apenas cinco edições, entre os anos de 1989-1991, sendo três primeiras publicadas no ano de 1989, a terceira e a quarta edição em 1990 e 1991, respectivamente.

Pode-se observar uma alteração no título do jornal que, até a terceira edição, se intitulava *Jornal do CDP* e, a partir da quarta, passou a ser denominado *CDP Informa*. É na quarta edição que o jornal passa a contar com a participação de Francisco Medeiros (jornalista que hoje presta serviço ao STIAU), que passou a assinar como jornalista responsável.

¹⁴⁹ O LIBERTADOR. Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga. 05/10/1980. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 04, n.02. CDHIS/UFU.

A exemplo do que aconteceu nos outros boletins, sua chegada trouxe algumas mudanças ao trabalho do grupo, a começar pelo título, sugerindo-me pensar que o boletim fosse um órgão que viesse informar os trabalhadores sobre o que eles precisassem saber sobre suas lutas, enfrentamentos de classe, se inteirar das pautas dos sindicatos, em suma, tentar criar um consenso entre os leitores.

A partir dos números produzidos por Medeiros, a publicação do CDP passou a trazer informação sobre sua tiragem, que era de dois mil exemplares, distribuídos nos sindicatos e encaminhados para outras entidades com as quais mantinha contato. A equipe de redatores e coordenadores manteve-se a mesma, ainda que alternasse algumas pessoas a cada edição: Ronan Hungria, Fuçacó Nomura, Marcelo, os quais eram integrantes do CDP, à época graduandos do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, e Élson Oliveira Felice, membro do SINTTEL-MG. Em todos os boletins, há a informações sobre quem contribuía com o CDP, revelando a forma de financiamento do Centro e de sua publicação, ao mesmo tempo em que informa sobre os seus agentes de diálogo e que compunham as redes na cidade. Dentre tais agentes, encontramos: ADUFU, ASUFUB, CPT, Direitos Humanos, PCB, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Comerciais, Sindicatos dos Eletricitários, SINTTEL.

Quanto à forma, também eram produzidos à máquina de datilografia, mas reproduzidos com um mimeógrafo a tinta, como Medeiros recordou em sua fala:

Medeiros: *Já reproduzia num outro tipo de máquina, que era o mimeógrafo a tinta.*

[...] Já era uma evolução daquele mimeógrafo a álcool. Aí, já requeria um gráfico, pra rodar o equipamento, certo? Já era um equipamento com... com vários rolos, já um sistema quase Off-set, num chega a ser um Off-set, não, mas era quase, sabe? Então... aí, já deu uma melhorada no material.

[...] E xérox, né. Xérox também foi barateando com o tempo, né. Então, uma das coisas, assim, que o Sindicato [dos Trabalhadores] da Alimentação contribui demais pro movimento popular em Uberlândia foi a compra de uma xérox, sabe? Não só aqui, mas em termos da universidade, a ADUFU, também tinha uma máquina de xérox que era um monstro.

Entrevistadora: *E o mimeógrafo a tinta, quem que tinha?*

Medeiros: *Então, esse mimeógrafo a tinta foi comprado pelo o Sindicato [dos Trabalhadores] da Alimentação, Sindicato dos [Trabalhadores] Eletricitários e acredito que o Sindicato dos [Trabalhadores] Comerciais.¹⁵⁰*

¹⁵⁰ Entrevista concedida à autora por Francisco Medeiros, realizada em 8 mar. 2010.

Dentre os documentos da Coleção CDP, há um arquivo de fotos, onde pude encontrar a seguinte imagem, possivelmente o registro do cotidiano de trabalho do gráfico que operava o mimeógrafo, descrito por Medeiros em sua fala:



Imagem 11

Fotografia sem identificação.

Coleção CDP. Administrativo. Fotos, n. de ordem 30, sem data e sem origem.
Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia –
CDHIS/UFU ¹⁵¹

O interesse apresentado pelo *Jornal do CDP* era criar um elo de comunicação direta com os trabalhadores e com as entidades com as quais se articulava (sindicatos, partidos políticos, associações de bairro). O sentido da comunicação pode ser percebido como um órgão que almejava a informação ao trabalhador e, sobretudo, sua formação para uma consciência de classe, numa perspectiva marxista-leninista, compartilhadas por alguns membros do CDP, que compuseram o grupo nesse período de duração da publicação. Desse modo, a comunicação visada e estabelecida passava pelo desejo em divulgar os sentidos do Centro perante as redes de contato com as quais se articulava e perante a sociedade em geral, principalmente os trabalhadores que consistiam no público a ser “informado” e “formado” pelos integrantes do CDP. O projeto social e político veiculado pelo *Jornal do CDP* trazia, em seu bojo, a produção de significados em torno de uma classe trabalhadora consciente e unida, sob a organização sindical, como pude ler tanto no número um quanto no número dois:

¹⁵¹ Coleção CDP. Administrativo. “Fotos”, n. de ordem 30, sem data e sem origem. CDHIS/UFU.

*Nesse contexto, a FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO dos trabalhadores têm um peso fundamental e uma necessidade básica e estratégica que devem estar articuladas com o processo organizativo como um todo – não podendo estar à margem ou paralelo às lutas e as conquistas obtidas cotidianamente – rumo ao seu projeto histórico de uma sociedade Socialista e Democrática.*¹⁵²

Em outra edição podemos observar ainda:

*Entendemos que não cabe a nós do CDP ‘ensinar’ como devem ser feitas as lutas dos trabalhadores, mas cabe a nós numa concepção de massa, democrática e socialista contribuir nas sistematizações e no registro das várias formas de lutas dos trabalhadores e despossuídos em geral.*¹⁵³

Assumindo o papel de órgão de informação, veiculava questões mais particulares acerca da estruturação do Centro: dificuldades, conquistas, estratégias de financiamento, balancetes (com receita e despesas) a cada ano, as articulações com outras entidades do país envolvidas com a política partidária e sindical e com a preservação de materiais produzidos pelos trabalhadores; questões cotidianas, como atividades a serem realizadas pelo Centro com a finalidade de mobilizar os trabalhadores em torno de seus projetos políticos e sociais para a cidade (isso inclui tanto reuniões para debates e palestras, quanto festas como espaço de sociabilidade das diversas classes de trabalhadores com os quais se articulava); questões referentes à política da cidade de Uberlândia, denúncias de abusos de poder, situações de enfrentamento entre trabalhadores e patronato, eleições sindicais em diversos sindicatos da cidade.

Também trazia em suas páginas questões mais gerais, relacionadas aos acontecimentos políticos nacionais, como eleições presidenciais, articulações de sindicatos em outros locais do país. Os textos eram escritos em linguagem didática e simples, algumas vezes assumindo um humor ironizado e mesmo coloquialismos, mas sempre procurando realizar uma leitura de conjuntura, que fosse compartilhada por

¹⁵² JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, n. 01, 1989. Coleção CDP. Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna. Pasta 05. n. 03.CDHIS/UFU.

¹⁵³ JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, n. 2, out.1989. Coleção CDP. Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna. Pasta 05. n. 4.CDHIS/UFU.

meio do informativo. Fazia um enfrentamento com a grande imprensa, colocando-se várias vezes como alternativa a ela.

Dentre algumas evidências encontradas sobre a prática das entidades produzirem seus próprios jornais, destaco um folder da Equipe de Comunicação Sindical (ECOS, de Recife), que se localiza no eixo temático “Administrativo” da Coleção CDP, na pasta Documentos diversos. Neste folder, se divulga um caderno que mostra como fazer o jornal nas entidades. Isso revela os vários interesses presentes em torno dessa prática e que eles assumiam contornos muito maiores, se olharmos as diversas conexões dessas redes, onde a produção de toda essa diversidade de materiais (dos mais simples, aos mais elaborados) cumpria o papel de ser artimanha política de intervenção imediata naquele momento, e onde a troca de experiências e conhecimento era fundamental.



Imagem12
Folder Caderno ECOS.

Fonte: Coleção CDP. Administrativo – Documentos Diversos. – Pasta 11. n.189. s/d.
Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia - CDHIS/UFU

O panfleto, apesar de não trazer a data de produção, tem o carimbo de recebido pelo CDP datado de agosto de 1989. Pude ver que a prática de produção dos jornais pela própria entidade era comum, a ponto das entidades de assessoria sindical investirem em

materiais que orientassem sobre a elaboração de tais produções, o que sugere sobre uma possível demanda criada entre aqueles que faziam seus materiais.

No entanto, nesse período as entidades mais estruturadas financeiramente, como os sindicatos, já começavam a contratar jornalistas ou equipes de comunicação, como abordei no item anterior, abandonando a prática dos militantes se fazer seus boletins e jornais no interior do próprio sindicato, pelas mãos dos militantes. Isso denuncia sobre a diversidade dos agentes envolvidos nesse processo e, por conseguinte, de recursos disponíveis a cada um, ou seja, que nem todos tinham recursos financeiros para contratar equipes de comunicação profissionais.

Chamo a atenção para a forma apresentada pelo folder, observando o que é privilegiado na sua composição visual e o que ganha destaque, para avançar na análise e vislumbrar sobre o conjunto das relações sociais que convidava e incentivava as entidades (populares e sindicais) a fazer seus instrumentos de comunicação lhes apontando como fazê-los. O termo “saiu” em caixa-alta e em tom exclamativo destaca que o caderno estava pronto para ser utilizado como mais um recurso que agilizaria a comunicação entre os movimentos sociais. Logo abaixo, tem-se a capa do referido caderno – produzido pela equipe ECOS, especializada em comunicação sindical e que naquele momento se dispunha a produzir materiais para instruir outras entidades no campo da comunicação – que, pela forma como se apresenta, enquanto caderno, sugere uma preocupação de produzir materiais de maneira didática.

Essa preocupação com a didática, possivelmente, se refere ao público diverso ao qual se destinava e ao incentivo de mostrar que era possível para as pessoas da entidade produzir seu jornal. Na capa do caderno, ganha destaque o “como fazer o jornal” que é complementado por uma composição visual de organização de uma equipe, em que cada membro elabora uma tarefa para compor o processo de produção do jornal. A numeração no canto superior direito indica que este caderno compõe uma série desenvolvida pela equipe ECOS, mostrando, possivelmente, sua constante atuação junto aos movimentos sociais.

Apresentando formas semelhantes e procurando objetivos comuns, pude analisar vários outros boletins produzidos por sindicatos cutistas de Uberlândia, associações de bairro, e mesmo alguns de outras cidades. Sugerem sobre uma técnica comum nas suas elaborações, o que remete à conjuntura onde foram produzidos, onde existiam grandes dificuldades de acesso aos recursos para a elaboração desses materiais, como alguns dos

entrevistados enfatizaram em suas falas. Mas também revelam que a capacidade de união e o compromisso político das pessoas envolvidas no projeto social posto em prática foram maiores frente às adversidades.

Nesse sentido, a Coleção CDP possui uma variedade desses materiais que indiciam sobre a movimentação de diversos agentes dos movimentos sociais na década de 1980, na cidade e também no país, ao mesmo tempo em que mostra sobre a capacidade criativa e criadora desses sujeitos em propor alternativas de comunicação, que se mostraram como mecanismos de intervenção dentro daquela sociedade, ao divulgar, compartilhar e defender interesses, sonhos e expectativas de mudança do presente, desenhando outras possibilidades de futuro.

Novamente, a ideia de redes formadas entre diversos agentes e sujeitos se refez no meu horizonte de pesquisa, quando procurei dar uma organização a materiais díspares e distintos, fragmentos de uma confluência de temas e de experiências sociais, que, num dado momento das suas histórias, se encontraram, se influenciaram e compartilharam de um projeto maior de sociedade, construindo outras memórias acerca da sua movimentação.

Abordar boletins, panfletos, cartilhas produzidos por diferentes agentes do movimento popular e sindical, enquanto suportes de práticas sociais empreendidas por tais agentes, entendendo-as como linguagens criativas no processo social onde foram criadas, foi o procedimento utilizado como forma de analisar e compreender aspectos de tal processo e pôr em foco as articulações políticas, o modo como propunham modos de luta, em síntese, o modo com se inscreviam na dinâmica da sociedade. A partir dessa análise, procurei apontar como a constituição desses materiais revela o momento histórico onde foram produzidos, ao entrecruzá-los com as narrativas orais de alguns sujeitos que participaram desse momento e da produção desses materiais.

Entendi que, mesmo em uma diversidade de agentes produtores, variedades de técnicas de composição que revelava o acesso (ou não) aos recursos técnicos e tecnológicos para tal, tratavam-se de formas de imprensa popular e sindical, que se forjaram naquele momento histórico intervindo no curso dos acontecimentos da década de 1980. Nessa perspectiva, procurei, ao longo das análises das fontes selecionadas para a produção do texto, apontar elementos que informassem e me permitissem refletir sobre o modo como eram feitos esses materiais, quais as dificuldades técnicas

enfrentadas para sua elaboração, como o trabalho era organizado em torno da sua produção, quais os recursos eram disponibilizados.

Isso se expressava nas formas assumidas e permitia refletir sobre a rotina criada em torno dessas produções. Outros dados, como sobre tiragem, periodicidade e distribuição, quando informadas nos materiais, me forneciam indícios sobre para qual público eram direcionados e quem eram seus agentes de diálogo. Ao investigar sobre o que e como era veiculado e qual a construção davam aos fatos, procurei analisar sua relação com a história, ao articularem presente/passado/futuro, e como produziam memórias, nesse processo, que tensionavam a memória hegemônica.

A partir desse entendimento e dessa compreensão desses materiais, acreditei ser possível construir uma narrativa historiográfica acerca das práticas e memórias dos movimentos sociais que valorizasse as outras histórias vividas por homens e mulheres do passado, que evidenciasse que outras possibilidades de futuro foram sonhadas naquele presente e que projetos foram traçados e disputados para alterar o presente vivido. Foi esse o campo de disputa, de tensão, de conquistas e derrotas, onde boletins, cartilhas, panfletos, periódicos foram elaborados, com vistas a comunicar, informar/formar, organizar categorias, mobilizar para manifestações, greves, protestos, passeatas enfim, constituir um consistente aprendizado político, que o horizonte da pesquisa me mostrou e que procurei aqui discutir.

Capítulo 3

Articulações: estratégias de luta, projeto político e visibilidade.

Pra nós, o processo de capacitação e formação era antes, durante e após a greve. A greve, a passeata, a manifestação pública, os atos públicos são tudo espaços de formação política da população. É assim que a gente concebia na época.

Élson Felice

A sua consciência, e a situação, a conjuntura política da época, nos fazia a gente tá em tudo ao mesmo tempo.

[...] E nós tínhamos os trabalhadores que já tinha consciência, já tava lutando e se organizando, e o trem pipocou pra tudo quanto é lado. Tinha as lideranças que num tinha preguiça de fazer trabalho, [...] num existia briga de poder político, sabe, entre sindicato nem nada. O nosso inimigo era o capitalismo, a nossa bandeira de luta era democracia, era a justiça, justiça! Justiça por moradia, justiça por trabalho, justiça por saúde...! E assim nós fomos.

Maria de Fátima Lucena

Qual o projeto alternativo de sociedade foi constituído naquela movimentação dos anos 1980 pelos diversos movimentos sociais? Quais as práticas elaboradas por eles – preservadas na Coleção CDP e representadas em folders, boletins, periódicos, panfletos, fotografias, convites, atas de reuniões de oposições sindicais, cartas abertas, programas de formação sindical – demonstram a constituição desse projeto? Essas são indagações feitas a partir do contato com a materialidade da Coleção CDP, a qual indiciava sobre a tramitação desse projeto social e político e, que, no enfrentamento das fontes, pude perceber que ele reunia uma ampla gama de expectativas e interesses de vários outros projetos alternativos daquele momento.

Os materiais apresentavam fragmentos da realidade vivida por trabalhadores, militantes e intelectuais que se engajavam nas diversas lutas sociais, compartilhando sonhos, expectativas de mudanças na ordem social e ações concretas de participação no processo social, ao passo que os entrevistados descreviam e interpretavam aquele tempo

de lutas, também materializado na Coleção. Esses elementos daquela cultura de luta política me instigavam a aprofundar a investigação de maneira a mostrar a concretude do projeto de sociedade criado por tais sujeitos.

3.1. Ser trabalhador/militante: projeto político, identificação e organização de classe.

À medida que fui identificando os agentes e sujeitos envolvidos em torno das várias lutas dos movimentos sociais desse período e conhecendo suas articulações, me empenhei em discutir e analisar seu projeto social e político, através do qual almejava-se: o fortalecimento político da classe trabalhadora, a partir daquelas articulações; a organização dessa classe, para lutar por direitos, criar estruturas de representação e modos de luta unificados; transformar as condições de vida adversas, vivenciadas por milhões de trabalhadores do país; e, ao mesmo tempo, reivindicar seu direito à história e à memória.

Quando partimos da concepção de que, daquela convergência de forças sociais da década de 1980, foi se elaborando um projeto social com amplas expectativas de intervenção naquela sociedade, é com vistas a trazer a dimensão das disputas que estavam sendo travadas. Para que diferentes forças sociais (partidos políticos, centrais sindicais, pastorais da Igreja Católica, associações de bairro e de categoria, sindicatos, centros de memória, movimento estudantil, intelectuais, militantes) convergiam? E de que modo a memória se fez campo ativo dessa luta e espaço privilegiado para o estabelecimento desse projeto?

A análise das evidências foi me revelando as articulações e a conjugação de forças tecidas, os valores em questão, as estratégias conjuntas de lutas, os espaços políticos constituídos nestas correlações. Tudo isso revela a latência das demandas constituídas pelos movimentos sociais, que se expressavam e, ao mesmo tempo, lutavam contra a situação de carestia, a espoliação dos trabalhadores, a desigualdade social, política econômica vivida no país durante a ditadura militar.

O conjunto dos materiais produzidos nessas relações sociais permite vislumbrar os significados de toda essa movimentação e organização dos movimentos sindicais e

populares, não só para as entidades organizadas, mas para a sociedade como um todo, visto que as experiências de movimentação de diversos trabalhadores, organizados em várias frentes dos movimentos sociais, constituíram um grupo de pressão dentro daquela conjuntura, alterando sua dinâmica. Tais experiências, hoje abordadas a partir desse conjunto de materiais produzidos naquelas relações sociais, constituem-se em importantes fontes de informação, aprendizado e conhecimento político, como alerta Eder Sader¹⁵⁴. Diante dessa pressão, as classes dominantes tiveram que repensar velhas práticas, criar novas estratégias de dominação e cooptação, alterar seus discursos, com vistas a incorporar reivindicações, propostas de intervenção e demandas advindas dos movimentos populares e sindicais, que fervilhavam em vários lugares do país desde o final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980.

Aqui destaco um ponto nodal para minha compressão acerca desse processo histórico, que é perceber o embate entre diferentes forças sociais situadas em campos distintos que se opõem, ou em alguns momentos se complementam, constituindo o “intrincado jogo de pressões e limites”¹⁵⁵. Historicamente, essas lutas são significativas, pois representaram a possibilidade de alterar o curso de alguns acontecimentos num determinado momento. Demonstrem a potência daqueles sujeitos políticos que elaboram práticas a partir de seu cotidiano e das suas próprias experiências de vida, trabalho e militância,¹⁵⁶ capazes de se articularem, de se organizarem e proporem modos de luta, a partir do entrecruzamento de experiências de vida que se identificavam no interior daqueles espaços construídos e daquelas lutas travadas.

Essa noção do sujeito na história é abordada na expectativa de se fazer um enfrentamento do conceito e de operá-lo no diálogo com as evidências. Cornelius Castoriadis faz uma importante reflexão sobre a noção de sujeito, ao afirmar que o sujeito se constitui na e pela sociedade, ou seja, nas relações sociais. A reflexão de

¹⁵⁴ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁵⁵ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

¹⁵⁶ A compreensão de sujeito abordada nessa reflexão é pautada na noção de que ele se constitui na e pela sociedade, logo a experiência histórica é essencial para se pensar a constituição deste sujeito. Nesse sentido, estou considerando aqui, e isto a partir da análise das fontes e em diálogo com o referencial teórico-metodológico, que a experiência se faz na constante reelaboração de aprendizados desenvolvidos em outros tempos, por outros sujeitos, como procurei demonstrar nas análises das evidências, quando discutia sobre a força dos materiais impressos produzidos naquele momento, em que os sujeitos, no processo da apropriação da história e da memória dos movimentos sociais, apresentavam novas estratégias de luta e de resistência, conclamando para que os movimentos sociais da década de 1980 se mobilizassem.

Castoriadis abre caminhos de investigação, possibilitando reconhecer a potencialidade desse sujeito único, singular em sua essência, que é constituído nas relações sociais e nestas constrói a História enquanto processo vivido carregado de possibilidades, como é nosso presente. O referido autor chama a atenção para a força ativa existente em cada sujeito, capaz de transformar a sociedade (alterar a situação vigente), negando qualquer pressuposto de presente pré-determinado.¹⁵⁷ Castoriadis afirma que nosso pensamento é marcado por uma noção de mundo, um imaginário social que se constitui nas relações sociais. As pessoas criam a História nas relações sociais, a partir de suas práticas sociais.

Isso significa que, nestas relações, novas possibilidades de se viver são criadas, que não aquelas que se está vivendo. Assim, a noção de sujeito apontada por Castoriadis, ao mesmo tempo em que permite valorizar a ação do sujeito na história - enquanto sujeito dotado de potência -, remete à noção cara à História Social, de que a análise historiográfica deve recuperar a indeterminação e a imprevisibilidade do processo histórico. Essa compreensão coaduna-se com meu objetivo de pensar o processo de mobilização dos vários agentes dos movimentos sociais, enquanto experiência social construída historicamente, de acordo com a proposição de E. P. Thompson de valorizar o sujeito na história, a partir do “termo ausente” em Marx, ou seja, da experiência.¹⁵⁸

Pude observar que várias estratégias de intervenção foram criadas, visando uma ampliação dos interesses de alguns grupos organizados, angariando cada vez mais sujeitos para essa luta. A partir dos contatos estabelecidos, dos cursos de formação, seminários, assembléias e congressos de sindicatos e de centrais sindicais, discussões em pastorais e associações, exibição de vídeos-debates, multiplicava-se não só pela cidade, mas por todo o país o número de pessoas e entidades envolvidas com o desejo de transformação daquela sociedade e com o fortalecimento das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo.

¹⁵⁷ De acordo com Castoriadis: “Há uma natureza na essência do homem que é precisamente esta capacidade, esta possibilidade, no sentido ativo, de fazer ser formas outras de existência social e individual, como se vê quando se considera a alteridade das instituições da sociedade, da língua, das obras e dos indivíduos. Há, portanto, bem entendido, uma natureza na essência do homem que é definida por esta especificidade central, a criação”. p.88. Ver CASTORIADIS, C. *A criação histórica e a instituição da sociedade*. In: CASTORIADIS, C.; ROUANET, Sérgio Paulo; CHAUI, Marilena; TORRES, J. C. Brum; ROSENFELD, Denis. *A criação histórica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios/SMC de Poá, 1992. p.83-101.

¹⁵⁸ Ver THOMPSON, Edward. P. *O termo ausente: a experiência*. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Esse desejo produzia-se na experiência de classe, no viver de situações determinantes que lhes impulsionavam a traçar objetivos, nomear inimigos comuns, criar alternativas para vencer as adversidades nos diferentes campos da vida social. Os valores de união, de solidariedade de classe e o compromisso político davam o tom das articulações entre os mais diversos segmentos das lutas populares e sindicais, como forma de buscar a união de lutas diversas. A solidariedade de classe foi valor significativo para a mobilização e organização de trabalhadores, militantes e intelectuais nestas lutas – o processo de ser trabalhador e se engajar na militância passava por esse valor.

Tudo isso foi se constituindo em elementos que me permitiam pensar e investigar sobre quais bases aquela rede articulava um projeto amplo de sociedade pautado na identidade da classe trabalhadora e na solidariedade de classe. Ao mesmo tempo, partindo do meu presente, sob a luz das narrativas, procurei problematizar os desdobramentos daquele tempo fértil de lutas para toda a sociedade, questionar sobre as derrotas, as apropriações daquelas lutas e dos espaços criados naquela conjuntura, bem como problematizar sobre como todas aquelas práticas indiciam sobre a disputa não só pela participação igualitária na sociedade, mas pela participação na cidade e na história.

A partir de análises de boletins e periódicos sindicais, nesse capítulo busquei os elementos materializados em algumas ações realizadas por entidades sindicais, que indiciam sobre como foi o processo de construção desse projeto político elaborado nestes anos de 1980. Ao mesmo tempo, entrecruzei essa análise às narrativas das entrevistas realizadas durante a pesquisa, sempre com a intenção de discutir sobre o processo de elaboração desse projeto. As narrativas foram apontando como se deu o processo de organização inicial dos trabalhadores em diferentes frentes de luta, desde os anos finais de 1970, sinalizando as primeiras iniciativas e como havia um processo de formação de identidade de classe, ou melhor, de identificações¹⁵⁹. Identificações que se

¹⁵⁹ Entendo aqui que esta identidade, constituída na condição de classe social, se forja na experiência partilhada, portanto, ela não é fixa e imutável. Stuart Hall faz uma importante reflexão sobre o processo de formação de identidades em seu livro “A identidade cultural na pós-modernidade”, onde esclarece: “A identidade torna-se ‘uma celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” (p.13). Hall alerta que a identidade se forma em processos de identificações dos sujeitos de acordo com seus interesses sociais. Logo, existe uma multiplicidade de identidades possíveis com as quais poderíamos nos identificar ainda que temporariamente, o que as torna contraditórias e cambiantes. A reflexão do autor me permite entender que as identificações produzidas nos movimentos sociais se faziam nos valores de classe compartilhados naquele momento histórico. Ver: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed. Rio de Janeiro: DP & A. 2002. Thompson também nos oferece elementos para

davam pelo ato se enxergarem numa condição comum de classe – ser trabalhador – para então delinear aquele processo inicial. Identificarem-se enquanto tal significava, nas palavras de Maria de Fátima, já citadas anteriormente, refletir sobre o questionamento: *Qual o nosso papel na sociedade capitalista que a gente vivia?*¹⁶⁰ Ao longo da entrevista realizada para esta pesquisa, Fátima foi elencando, passo a passo, como, cotidianamente, se deu essa identificação. Ela nomeia quais agentes e sujeitos envolvidos, os interesses de cada um em organizar os trabalhadores em suas categorias, as dificuldades, as conquistas, quem os apoiava, contra quem se uniam, o que nos dava pistas sobre o processo de constituição daquele projeto de sociedade.

Após me contar sua origem de mulher vinda do campo com a família (pais e irmãos), como foi vir da pequena cidade de Santa Vitória (MG) para Uberlândia, em 1977, e toda luta em busca de emprego, sem nenhuma qualificação profissional, contando apenas com o curso de corte e costura, ela vai entrelaçando sua experiência de vida à experiência social de muitos outros trabalhadores que para esta cidade vieram em busca de melhores oportunidades. Retoma as lembranças de como começou a se envolver nos movimentos sociais, por sua prática religiosa e pelo contato e convite de outras pessoas envolvidas com a Pastoral Operária e com formação de chapas de oposição em sindicatos da cidade. Minuciosamente, ela descreve o processo inicial de organização, que passava pela identificação das pessoas como portadores de uma condição comum:

Então, eu comecei a trabalhar na... na fábrica de costura. Ai, com nossa atuação, eu e a minha irmã, e alguns colega nosso(!), nós começamos a nos organizar enquanto categoria. E fazíamos as nossas reuniões lá na Igreja, no

enfrentarmos essa discussão sobre a identidade formada no interior da classe, ao analisar a formação da classe operária entre 1790 e 1830 na Inglaterra, quando observa que um dos elementos, que permite esta formação, foi o crescimento de uma consciência de classe, que, segundo ele, é constituída numa “identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes.” p.17. Ver THOMPSON, E. P. Exploração. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2, p.11-38. Um segundo elemento apontado pelo autor é o crescimento de formas de organização política e industrial neste período. Ele discute que algumas instituições da classe operária estavam solidamente fundadas e autoconscientes como sindicatos, instituições de auxílio mútuo, movimentos religiosos educativos, organizações políticas e periódicos, além da atuação das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe. A análise de Thompson ainda me permite avançar na reflexão, na medida em que oferece referencial teórico-metodológico que possibilita compreender a pluralidade dos diversos grupos de trabalhadores que tinham expectativas diversas mas se uniam em torno de interesse comum, como foi o processo de formação da classe operária analisado por ele e que agora recupero, resguardadas as especificidades históricas de cada tempo histórico, para pensar a união de diferentes lutas nos anos 1980 em torno de um projeto social e político.

¹⁶⁰ Entrevista concedida à autora por Maria de Fátima Lucena, realizada em 30 mar. 2010.

salão paroquial da [Igreja] Bom Jesus. Eu sempre tive uma militância na Igreja Católica. Só que, quando eu comecei ver essa, esse outro lado cristão da Igreja, me despertou mais, porque o mundo carismático aliena, e o mundo é... a... a... Igreja Católica começou a participar da Igreja Libertadora, que surgia esse movimento a nível nacional, inter..., e a nível estadual. Então, comecei a participar da Pastoral Operária, e nós começávamos a reunir, nos reunimos aos sábados..., aos domingos, na Igreja Bom Jesus, discutindo toda a situação da classe trabalhadora. E nós tiramos como meta, como estratégia, a gente atuar nas mais diversas categorias. Se eu era costureira, eu ia organizar as costureiras pra lutar por melhores condições de vida. Quem era da construção civil, ia reunir os trabalhadores da construção civil e ia organizar pra melhores condições de vida. Quem era da alimentação... E assim, sucessivamente. A gente tirou como estratégia nos organizarmos cada um nas suas categorias pra gente ter condição de melhorar. E a discussão, a gente sabia que não dianteva gritar isoladamente, tinha que ir aos sindicatos! E os nossos sindicatos, na sua totalidade, era pelego(!), pelego!!! Pelego, cê sabe o quê que significa, né? Cê põe um... um pano de... de lã entre o cavalo e arreio pra num machucar. Então, pelego é aquele trabalhador que fica maciando entre... o sindicato... [que fica maciando] entre o patrão e os trabalhadores. Então, nós tomamos a decisão de ficar, de radicalizar. A gente ia participar pra... se tivesse sindicato, nós iríamos fazer as chapas de oposição e tomar o sindicato, a diretoria, e pôr uma diretoria combativa, lutadora pelos trabalhadores. Onde não tivesse, a gente ia fundar a Associação Profissional dos Trabalhadores. No meu caso de costureira, eu num tinha sindicato. Eu teria que fundar. E nós fizemos isso. Então, quando nós começamos a nos organizar, que aí a gente começava a organizar ali na Igreja Nossa Senhora Aparecida, no horário do almoço, a gente levava um marmitex, marmitex não, levava nossa marmitinha mesmo, e ia pra lá. E esses padres, padre Carlos e outros trabalhadores, Zé Prado e outros, nem sempre esses, mas esse Padre nos acompanhou, porque ele foi nosso assessor sindical. E, às vezes, o Zé Prado ia também e outros companheiros. Eles fazia o debate, passava os slides, era na época de slides, e aí passava o projetor, e eu reunia as costureiras, sabe. E tinha que ser muito sigilo, porque a gente era perseguido, e muito grande. Só pr'ocê ter uma ideia, eu colocava um bilhetinho pras amigas junto com uma bala, amarrava um paninho, um papel e passava pra elas, porque era sigilo o convite. Então, tinha que ser pr'aquelas pessoas de confiança, minhas colegas de trabalho.¹⁶¹

A riqueza de detalhes com que a entrevistada descreve o processo inicial de organização dos trabalhadores, apontando as metas, as estratégias, o enfrentamento das direções pelegas, os momentos de discussão, os debates para desenvolver uma consciência política daqueles que, como ela, ainda não haviam se engajado na luta, mas “tinham questionamentos”, vai apresentando o modo como essas pessoas iam lendo a realidade social na qual estavam inseridos e criando soluções aos problemas enfrentados nas relações sociais mais diversas.

Para além do fato de que houve uma organização dos trabalhadores, apontando para um momento de resistência deles dentro daquela conjuntura, o relato de Fátima

¹⁶¹ Entrevista concedida à autora por Maria de Fátima Lucena, realizada em 30 mar. 2010.

explicita o significado dessa organização para ela e seus companheiros que se faziam sujeitos naquela história de resistência. Significado que é reforçado pela riqueza dos detalhes narrados. Ao narrar os fatos que considera relevantes daquele momento, a entrevistada aponta as experiências vividas (sua e de seus companheiros), colocando essa experiência no centro dos acontecimentos. Essas considerações são pensadas a partir do que Alessandro Portelli chama a atenção para o uso do discurso oral, quando reafirma que sua importância consiste em abrir e delinear um campo de possibilidades expressivas, o que o torna representativo de relações mais amplas explicitadas no ato interpretativo.¹⁶²

Recorro à produção das fontes orais na busca de apresentar a participação desses sujeitos na história da cidade e dos movimentos sociais e de atuar na produção das suas memórias, entendendo essa ação como prática política. Destaco que não encontrei nos materiais pesquisados da Coleção CDP registros que indicassem sobre esse processo inicial de organização dos trabalhadores em Uberlândia, datado dos anos finais de 1970 e os iniciais de 1980 e narrado nas entrevistas. Os primeiros indícios desse processo, registrados na Coleção, são datados de 1986 e 1987. Um registro que remete a esse processo, mas já no ano de 1984,¹⁶³ é o boletim produzido pelos servidores públicos municipais de Uberlândia¹⁶⁴, que compunham a chapa “Massa Geral” para a Associação dos Servidores Públicos Municipais – ASPM e defendia um sindicalismo forte e combativo.

Nesse boletim, seus produtores afirmavam que já vinham organizando a categoria em torno desse sindicalismo desde 1984, sendo a Associação uma entidade reconhecida nos movimentos sindical e popular da cidade. No arquivo da Pastoral Operária de Uberlândia, encontrei algumas fotografias com referência ao ano de 1983 que indiciam sobre movimentações desta entidade no Bairro Luizote de Freitas. Há ainda, neste arquivo da P.O., fotografias sobre uma greve realizada pelos trabalhadores

¹⁶² PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 59-72, 1996.

¹⁶³ Pude observar que os distintos processos organização dos trabalhadores em suas categorias não obedeceram a uma cronologia rígida. Isso me faz atentar para o fato que essa organização não foi acontecimento homogêneo, em que as diversas categorias da cidade se organizaram ao mesmo tempo. São processos que respeitavam sua lógica própria de organização ainda que houvesse o aprendizado de uns com os outros e articulação entre eles. E, de acordo com o que Fátima aponta em sua fala, era um movimento que tinha a estratégia de conseguir militantes de distintos locais sociais, o que justifica os distintos momentos de organização representados agora nas entrevistas e nos materiais, sendo que as informações se complementam.

¹⁶⁴ BOLETIM DA CHAPA “MASSA GERAL” PARA A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL. Uberlândia, s./d. Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos, Pasta 04, n. de ordem 156. CDHIS/UFU.

da construção civil e sobre a reivindicação da posse da chapa eleita para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia – STIAU. Estas fotografias não são datadas, mas, cotejando-as com outros materiais da Coleção CDP e com as entrevistas, é possível inferir que são do ano de 1986. Portanto, as entrevistas foram fundamentais para a compreensão da organização inicial dos trabalhadores na cidade, o que possibilitou entender os significados de vários outros materiais da Coleção, datados da segunda metade da década de 1980, constituindo-se em fio condutor capaz estabelecer uma ligação entre materiais distintos e aparentemente fragmentários.

Na descrição de Fátima, os espaços de discussões em sigilo na hora do almoço na Igreja Nossa Senhora Aparecida, as reuniões da Pastoral Operária aos sábados e domingos na Igreja Bom Jesus, as perseguições de que eram alvo no trabalho e pela própria polícia – práticas com vistas a discutir a condição da classe trabalhadora e organizá-la para conquistar melhores condições de vida –, revelam os valores compartilhados por aquelas pessoas, o compromisso político assumido que os movimentava naquela conjuntura que, mesmo adversa, os levava a traçar alternativas de intervenção, ainda que, aos sábados, domingos, na hora do almoço, sob a vigilância constante de patrões e da polícia, sob o constante medo da ditadura militar vivida no país. E assim também apontou João Batista:

*Aí a empresa demitia. Então, a gente reunia secretamente, a gente sempre deixava bem aberto, pra pessoa que a gente convidava, dos riscos, das dificuldade. E uma coisa que hoje é engraçado, né, que naquela época era muito mais fácil você fazer oposição do que hoje. (risos)*¹⁶⁵

Mais adiante, Fátima fala sobre essa perseguição e as práticas de enfrentamento elaboradas:

[...] Nessa montagem de sindicato(!), de... ter consciência(!), política, eu fui perseguida pelos patrões. Aí, mandaro a gente embora da fábrica, por causa da questão sindical.

Entrevistadora: Aí, a senhora foi demitida da PAF [fábrica onde trabalhava]?

Fátima: Da PAF, na época. Então, se eu entrei em [19]77 na Squerte, em [19]80, já tava no ano de [19]81, quando eu fui demitida da PAF, por causa da

¹⁶⁵ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010.

movimentação minha. Porque... eu já tava com dois anos de luta. A gente já fazia, promovia os 1º de Maio(!), usava a Bíblia, fazia reuniões clandestinas... Depois, a gente já enfrentava polícia(!), já ia pra... pra praça a... é... Pacheco? [...] [Praça] Sérgio Pacheco, nós fizemos nosso 1º de Maio lá, tinha aproximadamente uns quinze trabalhadores, lideranças. E a gente fez esse 1º de Maio, esse Padre Pedro usou a Bíblia, leu o Evangelho. E nós chegamos, quem tinha que falar e questionar a atuação do governo, que era militar, né. Nós estávamos numa transição, né, então, o pau tava quebrando! Perseguição! A nível nacional era muito preso político, era cadeia, e tal. E nós já enfrentávamos as polícia aqui. Nós fizemos um 1º de Maio em [19]81, sobre mira de... de... é... carabina dos militares daqui.¹⁶⁶

Os dois relatos apresentam como se traçava o processo de resistência dos trabalhadores e a insistência deles se organizarem mesmo correndo riscos, reais ou imaginários, mas compartilhados enquanto possibilidades existentes frente ao momento atravessado.¹⁶⁷ Nesse processo, a comemoração do 1.º de Maio se transformava em ato de insubordinação e de enfrentamento ao autoritarismo da ditadura militar.

Outra prática que destaco nesse processo foi a realização de um projeto que constituiu fábricas alternativas (uma de farinha e outra de costura), para amparar os trabalhadores da alimentação e do vestuário demitidos pela sua movimentação sindical. O projeto se desenvolveu por volta de 1984 a 1985 e contou com o apoio dos padres oblatos pertencentes à Teologia da Libertação, que captaram recursos para subsidiar tais fábricas que se constituíram enquanto estratégias de resistência num duplo sentido: um que era a alternativa de sobrevivência para estes trabalhadores demitidos por sua militância nos seus locais de trabalho e outro que era o meio de continuarem com vínculo empregatício em suas respectivas categorias e continuarem a luta no sindicalismo combativo.

Este projeto das fábricas alternativas evidencia como os trabalhadores foram se organizando, e sua capacidade de criar soluções aos problemas encontrados no percurso, junto a seus agentes de diálogo. Frente à perseguição imposta pelo patronato para coibir sua movimentação, eles se reorganizavam traçando novas estratégias.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Entrevista concedida à autora por Maria de Fátima Lucena, realizada em 30 mar. 2010.

¹⁶⁷ Portelli aponta a capacidade representativa do discurso oral ao apontar as possibilidades compartilhadas (reais ou imaginárias) que a história oral e as memórias oferecem, mostrando sentidos presentes em determinados fatos. Ver PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Op. cit.

¹⁶⁸ A informação sobre esse projeto foi dada nos relatos de Medeiros, Maria de Fátima e João Batista. Os recursos, segundo Fátima, vinham da Irlanda através dos contatos do Padre José Carlos Deni. A finalidade era criar um meio de sobrevivência aos trabalhadores, vítimas da perseguição política, e mantê-los com vínculo empregatício para continuarem a lutar pela direção dos seus sindicatos ou mesmo

Realizado esse processo de organização inicial dos trabalhadores, com as estratégias elaboradas para atuar em diversas categorias, Fátima destaca o processo de busca das articulações políticas e de novos sujeitos que comporiam uma rede de contatos, que tornava visível o terreno comum compartilhado e que visava mobilizar a classe trabalhadora, anunciando aí a elaboração de um projeto de transformação social. Assim como outros entrevistados, Fátima aponta, nesse processo, a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, fato sempre lembrado nas entrevistas, enaltecendo o significado da constituição desta entidade enquanto resultado da organização e mobilização dos trabalhadores:

Então, aí a gente ia pra um Encontro Nacional(!), pro Encontro Estadual da Pastoral(!) [Operária]. Aí, começô a organização da CUT, né. Os trabalhadores... Porque, com a vinda desses oblatos, começô a despertar o movimento sindical em Uberlândia.¹⁶⁹

A capacidade narrativa desta entrevistada em descrever minuciosamente aquelas experiências vividas, aliada à análise de boletins, periódicos e panfletos e às outras entrevistas, permitem vislumbrar como foi essa movimentação não só em Uberlândia, mas no país, de criação de novos espaços de representação que iam se formando. O que sinaliza para outra dimensão da organização dos trabalhadores, em seus níveis locais inicialmente, para então se articularem nacionalmente.

Fátima ainda recorda dos encontros estaduais e nacionais, promovidos por diversas entidades ligadas aos movimentos sociais, os quais representavam espaços de troca de ideias e de experiências e momentos de estabelecer tais articulações em busca do fortalecimento do projeto que ia se delineando. Foi constante, no decorrer de sua

constituí-los. No caso dos trabalhadores da alimentação, a chapa oposicionista composta por Zé Prado, João Batista e outros já havia sido eleita (em 1983), mas não tinha tomado posse, e os trabalhadores que a compunham foram demitidos logo após as eleições, segundo relato de João Batista, e não poderiam tomar posse, caso estivessem desempregados quando conseguissem esse direito na Justiça do Trabalho. De acordo com João Batista, a fábrica de farinha começou a enfrentar problemas, pois havia uma concentração dos recursos gerados nas mãos desse padre, o que provocou desentendimento entre seus membros, que, então, venderam a referida fábrica de farinha. Já de acordo com Fátima, as duas fábricas cumpriram o papel social ao qual foram destinadas e logo se desfizeram, porque não havia sentido continuar com o projeto, já que, em 1986, a chapa oposicionista do STIAU conquistou seu direito de tomar posse e a luta continuaria via Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação, o qual passou a ser ponto de apoio para o sindicalismo combativo na cidade. Fátima, mesmo fazendo essa leitura do porquê do fim desse projeto, reconhece algumas dificuldades, pois, segundo ela, “nem todos tinham o mesmo nível de consciência”.

¹⁶⁹ Entrevista concedida à autora por Maria de Fátima Lucena, realizada em 30 mar. 2010.

entrevista, a importância que ela atribuiu ao trabalho desenvolvido pelos padres oblatos que, segundo ela, assessoravam os trabalhadores em Uberlândia, sempre estimulando a se organizarem e constituírem estruturas de representação na sociedade, o que os apresenta como agentes desse processo de luta por uma sociedade mais justa.

Quando afirmo que havia o desejo de organizar trabalhadores em diferentes frentes de luta é no sentido de recuperar os sujeitos envolvidos nesse processo, suas expectativas gestadas e os projetos defendidos por eles. Nesse sentido, um projeto alternativo relevante naquele momento é a postura dos religiosos ligados à Teologia da Libertação (a exemplo dos padres oblatos destacados por Fátima), que, ao fazer “a opção preferencial pelos pobres” definia um importante campo de lutas na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Esses diferentes projetos, existentes naquela conjuntura, apontam para uma pluralidade de interesses e sujeitos, mas que se congregavam para um desejo comum que era romper com a desigualdade social e econômica vivida naquele momento, criando para isso estratégias de fortalecimento das lutas dos trabalhadores para a construção de uma sociedade mais justa, o que estou chamando aqui de projeto social e político mais amplo.

A constituição da CUT também foi apontada por Élon Felice. Quando lhe perguntei sobre a relação desta entidade com o CDP, o entrevistado discorreu sobre o processo de constituição da CUT na região do Triângulo Mineiro e quais seus objetivos, na época em que ele coordenava o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações em Minas Gerais – SINTTEL:

Pois é... ela [a CUT] foi montada. O CDP, inclusive, nós inspiramos na construção da CUT pra construir o CDP. Que a CUT não existia. Pra você ter idéia, hoje ela.... Se você for é... ver o CNPJ dela.... não é um CNPJ de Central. Na legislação brasileira, não prevê centrais sindicais. Você tem as confederações. A estrutura de... legislação sindical que tá colocada na CLT. Você tem sindicato por territórios. Aí, depois, você tem as federações, por cada estado, a federação. É uma federação em São Paulo, outro em Minas... É... E pra nível nacional que é chamado de confederação. Isso por categorias profissionais. Então, essas categorias fragmentou o... a organização dos trabalhadores. Então, cê tinha, num mesmo espaço, três, quatro sindicatos diferentes. Uma empresa... cê tinha o sindicato dos mecânicos era um; o enfermeiro, o pessoal da área da saúde da empresa, era um outro sindicato... Enfim, foi criada pra fragmentar. Aí, a CUT foi uma proposição criada, então, forjada dentro da ANAMPOS, no sentido de dizer o seguinte: vamos juntar todo

*mundo. Em vez de ser por categoria, nós vamos entender por classe: classe trabalhadora.*¹⁷⁰

Élson ressalta a importância política da criação desta entidade para o movimento sindical que, naquele período, como narrou Fátima, experimentava um processo de disputa acirrada na cidade pelo estabelecimento de um sindicalismo combativo que representasse de fato o interesse da classe trabalhadora. Ele também ressalta que a entidade era forjada no processo, já relatado por Fátima, de identidade da classe trabalhadora, elaborada naquele momento para enfrentar o processo de fragmentação desta classe em categorias, quando da implantação da CLT. Nesse sentido, a criação da CUT pode ser vista como uma resposta dada pelo movimento sindical às pressões sofridas pela classe trabalhadora no interior dos espaços de trabalho.

Para Élson, era essa identidade que mobilizava as pessoas a se unirem nesses espaços de luta política criados pelos próprios trabalhadores, para propor intervenções na sociedade. Ele retoma essa noção de uma identidade de classe, apontada primeiramente para falar do processo de criação da CUT, quando pergunto se ele entendia que a documentação do CDP representava patrimônio dos movimentos sociais da década de 1980, capaz de expressar aquele tempo de luta vivido por ele e por tantos outros militantes:

É... por exemplo, nós começamos... Aqui eu fiz um cenário do que era aquela época. O cenário de agora, nós temos uma ferramenta chamada televisão, que simplesmente desmemorizou a sociedade brasileira. Em particular, a sociedade brasileira. Mas foi no planeta como um todo. Então é... por exemplo, a juventude, hoje, ela é estritamente individualista. Não tem identidade de pertencimento, a não ser pelo consumo. A minha identidade é: “eu sou o consumidor do tênis nike. Então, eu tô no clubinho do nike. Eu sou consumidor do... do telefone nokia, que tem um dispositivo que sai uma pizza lá de dentro, ou sei lá o quê.” Então, é: “Aí eu sou, vou me juntar, então, às pessoas que consomem aquele negócio.” Perdeu a identidade, que, até o sistema fordista de produção, o trabalhador tinha enquanto trabalhador. As pessoas tinha sua identidade pelo trabalho. Agora, não! Elas têm a identidade pelo consumo. Então, é isso é que foi constituído. [...] Então, assim, esse é o cenário que eu vejo do que é a sociedade hoje. E, aí, como é que fica os movimentos sociais nesse processo? Os movimentos sociais, eles, hoje, tão buscando a sua identidade de pertencimento pela exclusão. Então, cê tem os chamados “Sem”: Sem Terra, Sem Moradia, ou sem isso, ou sem aquilo. E que... tem a vontade de se estruturar nesse sentido. É muito pouco o número de militantes, se você comparar, proporcionalmente, o que era a população naquela época, com

¹⁷⁰ Entrevista concedida à autora por Élson Oliveira Felice, realizada em 09 fev. 2010.

relação a... ao que você teve na década de [19]80. Que foi o período em que a gente militou. Muito pouco, visivelmente! Muito pouco, visivelmente! Porque as lutas estão pulverizadas. Até o sistema fordista de produção, a principal referência de estratégia de luta era o partido político. Eu luto no sindicato, organizo aqui e tal, mas se eu não disputar a presidência da república, se eu não disputar o governador do estado, isso, aquilo, aquilo outro, num vou avançar as coisas. Hoje é... como a identidade de pertencimento, ou por uma identidade de... de... cultural, que não é a cultura de massa. De um lado é a carência, do outro a identidade de pertencimento cultural. Em que sentido? Cultural? É... mulheres têm uma cultura, têm uma trajetória, têm os interesses que se juntam, se organizam. Então: movimento das mulheres, movimento dos negros, movimento do... do... das pessoas que têm outras orientações sexuais. Enfim, então cê tem... Imagina, o cara que se juntou por conta que ele tem uma orientação sexual, que é... não é homogênea com... na sociedade. Então, assim, ele é um militante que ele ainda não tem muita consciência que ele tá fazendo política, no sentido filosófico, né, de que é relações na polis. Ele acha que o que ele tá... ele tá defendendo os interesses dele, a maneira dele de viver. Mas ele tá fazendo política. Então, a importância do resgate histórico é que vai dar a politização pra ele, nesse sentido, né. E assim de todos os outros movimentos que tão surgindo. A economia solidária. Como é que surge? Por que esse termo “economia solidária”? É porque a competitiva deixou o cara de fora. Então: “Eu tô sem trabalho, você também. Eu sei fazer sapato, a outra é culinária, o outro faz corte de cabelo, você é historiadora; eu preciso do seu trabalho pra resgatar meu trabalho, enquanto sapateiro”. À medida que a gente vai tendo essa consciência e vamos trocando informações, aí a gente então vai construindo uma economia fora do espírito competitivo. “Eu não tenho dinheiro, você também, ninguém tem dinheiro, a gente faz o escambo, criamos a moeda social, né, e vamo trabalhando nesse sentido.” Então, eu sinto assim, tá assim fervendo no planeta afora, iniciativas nesse sentido. Não há um catalisador só. São vários catalisadores, né, que tão circulando, e aí, nesse cenário, eu vejo que o papel dos documentos históricos é que vai nos ajudar a orientar a caminhada pra frente.¹⁷¹

A fala de Élson é significativa para se pensar que a narrativa oral é um ato interpretativo em que as pessoas elaboram suas memórias a partir do presente, e de toda sua experiência acumulada no tempo entre o fato que investigamos no passado e o presente vivido. O entrevistado não só compara o modo como as lutas eram organizadas nos anos 1980 e o são agora em nosso presente, como nos faz refletir que, em cada tempo histórico, as pessoas estabelecem padrões próprios de suas experiências, de acordo com as relações sociais vividas, e com o que as injunções históricas lhes permitem. Nesse sentido, Élson vai pontuando todo o conjunto de relações vividas pelos trabalhadores, nos anos 1980, que lhes possibilitaram, a partir da identidade de classe, propor e pôr em prática todas aquelas ações de se unirem em partidos políticos,

¹⁷¹ Entrevista concedida à autora por Élson Oliveira Felice, realizada em 09 fev. 2010.

disputarem eleições, fortalecerem o sindicalismo combativo, criarem associações de bairro e sindicatos, centrais sindicais, o Centro Documentação Popular.

Sua leitura do processo vivido naquele período se faz não em si mesma, mas a partir do que se vive no presente, por isso o processo de construção de uma identidade que se pauta no consumo e na exclusão social é, na sua visão, o que tem orientado os movimentos sociais na sua organização hoje. Élon me faz voltar às reflexões de Portelli para pensar sobre a possibilidade que a história oral oferece ao mostrar a capacidade dos sujeitos verem, interpretarem e influírem na história.¹⁷² Ao interpretar aquele momento, o entrevistado me faz entrar em contato com suas expectativas acerca do processo histórico, apresentando o que é relevante para ele a partir da sua experiência no presente, que o faz ler esse processo de organização de trabalhadores em diversos movimentos sociais, pela identidade, que se, num dado momento se forjou na classe social, hoje se forja no consumo ou na exclusão a ele.

Élon parte do presente para mostrar como as transformações aconteceram e criaram novas formas de organização, pois aquelas não mais são estabelecidas, já que o processo histórico é dinâmico. Aponta para uma identidade que se forja nesses processos na sociedade e que é cultural, o que entendo como momentos de aprendizado que os sujeitos elaboram, utilizando-os em outras reivindicações e lutas, como os próprios exemplos dados por Élon do “movimento das mulheres, movimento negro, movimento das pessoas que têm outras orientações sexuais”. Isso mostra a dinâmica do processo histórico, o fazer da história pelos sujeitos em cada conjuntura.

Na década de 1980, foi possível toda essa movimentação e organização das pessoas e o fortalecimento dos movimentos sociais, porém houve uma reorganização das classes dominantes, a partir do início dos anos de 1990, que significou uma desorganização daquilo que havia sido construído nos movimentos sociais, o que não significa o apagar completo de todo o aprendizado desse período. Nos anos 2000, momento em que traço essa análise, há uma configuração dos movimentos em outros moldes, pois a conjuntura, os sujeitos e as relações são outros.

Élon deu pistas para perceber certa reorganização de militantes dos movimentos sociais dos anos 1980 na chamada “economia solidária”, projeto que tem congregado grande número de pessoas (chamadas de empreendedores solidários), gestores públicos

¹⁷² PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Op. cit.

e entidades de assessoria e fomento em torno da produção e da comercialização de bens de consumo, caracterizada na autogestão coletiva e pela distribuição igualitária dos ganhos financeiros e sociais conquistados entre os membros de cada unidade ou empreendimento. Esse projeto que tem por base a cooperação e o associativismo, tem se fortalecido em diferentes lugares do mundo, se expandindo na última década no Brasil. A Universidade Federal de Uberlândia, através da sua Pró-Reitoria de Extensão, possui um órgão denominado “Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários - CIEPS”, fundado em 2006. O processo de incubação de empreendimentos econômico-solidários se dá na elaboração e implementação de planos de ação para tais empreendimentos, ou seja, a incubadora universitária é um órgão de assessoria e fomento aos empreendimentos solidários.

No período da entrevista, Élon atuava como assessor no Centro de Incubação. Maria de Fátima também mencionou sobre sua participação nos eventos realizados pela rede da economia solidária, como por exemplo, feiras para a comercialização da produção. Não é minha intenção aprofundar essa discussão, mas apenas sinalizar certos apontamentos que a pesquisa possibilitou.¹⁷³

A análise que Élon faz em sua narrativa, das transformações sociais vividas pelos movimentos sociais, me remete à capacidade organizativa e de intervenção dos trabalhadores, frente às interpelações da sua experiência social (seja no trabalho, na moradia, no movimentar-se na cidade), que lhes pressionam nas mais diversas formas, constituindo limites e pressões, aos quais ora resistem, se mobilizando e propondo ações, ora aceitam, aderindo ao projeto social dominante. É nesse terreno das transformações apontado pelos entrevistados, que quero pautar minha reflexão para compreender os novos rumos que os movimentos sociais tem tomado, e procurar compreender também os porquês daquele projeto social e político traçado nos anos de 1980 não mais ser reconhecido hoje.

Isso passa pela tentativa de refletir sobre o significado de uma questão recorrente nas entrevistas, que é a atribuição de toda capacidade mobilizadora dos sujeitos ali envolvidos a uma *necessidade* existente naquele momento, para alguns manifesta no

¹⁷³ Esse movimento da economia solidária deu um salto a partir das edições do Fórum Social Mundial que representou um espaço de articulação para debates e trocas de experiências. Pode-se dizer que este movimento conta com uma rede que articula as várias experiências deste tipo no Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, o qual conta com eixos de ação. A rede se articula e se ramifica nos Fóruns estaduais e municipais que acontecem pelo país e que são instâncias do FBES. Estas informações foram colhidas no site: <http://www.cieps.proex.ufu.br/fbes.htm>. Acesso em 24/12/20010.

desejo de melhorar as condições de vida, para outros na luta por liberdade e justiça social. Élon também deixa implícito nesse trecho que havia a necessidade das pessoas se organizarem em partidos, sindicatos, centrais sindicais para buscarem força política. A recorrência nas fontes a essa *necessidade* tem se tornado um alerta para me questionar o que se tornou necessidade desta classe em cada conjuntura, para então entender como se organizam e se mobilizam nos diferentes tempos históricos, inclusive em nosso presente, diante de pressões e limites específicos de cada tempo, elaborando, portanto, estratégias próprias nos diferentes momentos.

Novamente me coloco em diálogo com Thompson para refletir sobre o significado dessa *necessidade* apontada nas fontes. O historiador inglês no seu processo de análise da formação da classe operária, observa que parte da natureza catastrófica da Revolução Industrial e as razões pelas quais a classe operária se formou neste período estavam na intensificação de duas formas intoleráveis de relação: a exploração econômica e a opressão política. Essas relações postas desta forma produziam um significado de liberdade que se exprimia na falta dela, ou seja, mesmo o trabalhador experimentando um potencial aumento de liberdade naqueles anos, ela era sentida mais intensamente por ele na sua falta.¹⁷⁴

Minha intenção em me colocar nesse diálogo com Thompson é para refletir sobre um ponto para o qual o autor chama a atenção, que é a relação de exploração, que, de acordo com ele, pode ser encontrada em diferentes contextos históricos e sob formas distintas. Nesse momento, minha questão sobre a *necessidade* ganha um significado ao ser pensada enquanto luta dos diversos trabalhadores dos anos 1980 por liberdade, frente à situação de exploração e opressão política e econômica vividas em um outro contexto, mas, ainda assim, num contexto de capitalismo.

Esse campo de reflexão coaduna-se com a pluralidade dos diversos agentes e sujeitos de distintos movimentos sociais que se uniam para lutarem contra as relações sociais produzidas na exploração deste período. Isto está intimamente ligado com o compromisso político dos vários agentes desse processo (sindicatos, CUT, pastorais,

¹⁷⁴ Segundo Thompson, a Revolução Industrial foi sentida pela alteração na natureza e na intensidade da exploração, o que retoma aquele sentido da falta da liberdade. O autor desdobra sua análise mostrando que os trabalhadores liam as relações nas quais estavam inseridos e sentiam as injustiças vividas. Isto significa que muitas lutas travadas naquele momento o eram pela permanência de alguns valores. Ver THOMPSON, E. P. Exploração. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2, p.11-38. Ver também THOMPSON, E. P. Padrões e experiências. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2, p.179-224.

CEB's, intelectuais e trabalhadores explorados) em transformar relações sociais desiguais, a partir de uma identidade de classe formada na solidariedade dessa classe. É nesse sentido que reafirmo a importância de se ressaltar qual o projeto de sociedade tais sujeitos tramitavam naquele momento, e que colocava em contato as várias redes formadas entre diversos movimentos sociais, mobilizando formas ativas de comunicação e o campo da memória como dimensões dessa luta.

Na base da solidariedade de classe mobilizaram-se diversos agentes dos movimentos sociais, formaram-se redes pelas quais se tornou visível o terreno comum compartilhado por tais sujeitos e se criou um campo onde a comunicação explicitava o compartilhamento da experiência social. O processo de formação desse projeto social e político apresentava-se nos materiais analisados e nas entrevistas como *necessidade* de lutar por liberdade e por uma sociedade menos desigual. Isso aponta para o significado de entender e explicitar em minha análise que as pessoas envolvidas nesse processo de organização de diversos sujeitos em várias frentes de luta e de construção de uma nova sociedade são sujeitos dotados de potência e se constituem nas relações sociais, na e pela história.¹⁷⁵

Essa *necessidade*, expressada nas entrevistas, parecia também impulsionar esses sujeitos para o processo de mobilização mais amplo, quando estabeleciam articulações com outras forças sociais e buscavam novos sujeitos que viessem participar das ações planejadas, como o relato de Maria de Fátima vinha apontando. As entrevistas não só “complementavam” as informações – que aqueles materiais diversificados da Coleção CDP ofereciam de maneira múltipla e fracionada – como foram compondo, a partir das memórias dos entrevistados, aquelas histórias de luta.

Os materiais representavam como as articulações foram estabelecidas e como as práticas elaboradas participavam de redes que se entrelaçavam e apontavam o compartilhar de um projeto político e social. A Coleção é uma forma de registro do que era *necessidade* para aqueles sujeitos partícipes de um projeto de construção de uma nova sociedade. Projeto que se materializou na Coleção nesse intenso movimento em que prevalecia a diversidade de interesses. Folders, boletins, panfletos, cartazes representam as práticas descritas minuciosamente nas entrevistas, sob o crivo da interpretação de cada sujeito ouvido, e compõem as memórias dessa experiência.

¹⁷⁵ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. Op. cit.

Recupero a fala de Fátima no momento em que se recorda de algumas pessoas e de locais de luta política que foram constituídos, abrindo novas frentes de luta, como a fundação do PT em Uberlândia, o diálogo afinado com as questões sociais vividas nos bairros e favelas, o papel das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's nesse processo:

Fátima: *Que tinha o..., tinha o Ari de Souza Neves, mais a Lucélia (Maria Lucélia), que... Maria José... Eles também nos ajudaram muito na fundação do PT. Seu Zé Prado era da ficha 1, a esposa dele é... Então, surgia uma movimentação com... sem igual! A coisa mais gostosa do mundo e arriscado! Então, surgia a organização do movimento sindical. Na Igreja Católica, tinha a Pastoral Operária, que desafiava. Nós tínhamos só vinte dois e bairros, aqui em Uberlândia, na época. E nós íamos nuns dez deles, fazer trabalho, e mais as favelas. Então, a gente tinha um movimento muito forte, porque a gente num tinha descanso, porque a gente trabalhava dentro da Igreja, nas favelas e no sindicato! Então, a gente num tinha sossego!*

Entrevistadora: *Vários lugares?*

Fátima: *Várias frente de trabalho. [...] Várias frente de atuação política! E levando pra rua, pra chamar a atenção do público, pra despertar a consciência da população. Nós tínhamos que fazer manifestação. Num importava se na Praça Tubal Vilela, e depois passeata de uma comunidade pra outra, missa do trabalhador nas igrejas! E assim nós fomo, é... ampliando nosso trabalho. [...] Então, aí, essa, esse movimento sindical, ele, aqui em Uberlândia, ele foi unânime, né! Foi, que aí o meu sindicato, que foi o Sindicato das Costureira e da Alimentação, assim, foi o auge, pra poder surgir novas oposição(!), né. E, assim, foi a coisa mais linda! E aí fundaram o SIND-UTE, né, que eu participei lá na... Igreja Bom Jesus! Ah, na Igreja Nossa Senhora Aparecida! As reuniões eram clandestinas. Tinha a Lillian de Sá, tinha a Ana Célia... Essas pessoas hoje... O Paulo Henrique(!)... Tinha várias pessoas daquela época que tava no início do... Ah desculpa, SIND... do SINTE, SINTET [Sindicato dos Trabalhadores Técnicos Administrativos do Ensino Superior de Uberlândia]. Essas pessoa que eu falei é do SINTET. SINTET. A fundação do SINTET, eu participei dela! Do SIND-UTE, que tem a Liberalina, tem a Angélica, a Ângela, a Maria Ângela, tinha a Isabel, a outra Isabel que faleceu, a Shirlei, que é uma amiga nossa, hoje falecida. Então, várias pessoas, e vários sindicatos tomando frente. A CUT, Central Única dos Trabalhadores, que organizava, naquela época... [...] E, assim, foi a coisa mais linda foi esse movimento se expandindo. Todo mundo tinha a necessidade de... de se organizar(!), de gritar(!), de pedir liberdade! Nosso tema era “Terra, Liberdade e Trabalho”, na época(!), era muito falado. Era democracia, lutávamos pela liberdade. Aí, veio as “Diretas Já”, aí foi a nível nacional. Aí, veio a luta dos mutuários, aqui em Uberlândia, né. Os mutuários era as pessoas que morava em conjunto habitacional, como o Luizote, o Liberdade e o Cruzeiro do Sul. Era as primeiras cooperativa de conjunto habitacional aqui em Uberlândia. E o Santa Rosa... Santa Rosa também vinha a luta do conjunto habitacional. Depois, veio o Santa Luzia, né. Santa Luzia, o Alvorada e assim por diante. Então, eu entrei no meio daquela luta também, pela... pra abaixar as prestações é... dos mutuários. É... Então, aí, já foi [19]90... [19]84, [19]86, por aí, na década de [19]80. Então, surgia várias frentes de trabalho. E sindicato, quem não tinha, tava montando; e quem era pelego, a gente tava fazendo oposição. E, aí, o movimento só crescia. E aí veio o movimento dos mutuários, que aí saiu da dimensão de categoria, aí nós éramos categoria, e éramos proprietários de casa, mas num tinha assinatura,*

*né, nós num tínhamos o contrato na mão. Então, nós éramos meramente mutuários, nós num éramos proprietários da casa, que tudo era financiado. E o movimento surgia assim: era Movimento Sem Teto, favela, era movimento de Sindicato, era movimento de Pastoral, era Comunidade Eclesial de Base se organizando, e se misturava essa luta. Era a coisa mais linda do mundo.*¹⁷⁶

Os nomes citados são de pessoas que militavam em entidades do movimento sindical da cidade, como Ari de Souza Neves, que compunha a oposição dos bancários, José de Sousa Prado, que participava da oposição dos trabalhadores da alimentação, da Pastoral Operária e do PT. Foi recorrente encontrar estes nomes em outros documentos, como panfletos de oposições sindicais e do PT, boletins, o que vai revelando os sujeitos envolvidos no fortalecimento dos movimentos sociais da cidade. A *necessidade* que impulsionava as pessoas na década de 1980 é explicitada por Fátima no desejo por liberdade política, por se organizar em várias frentes de luta, por morar em condições dignas, sem o medo de perder suas casas por não conseguir pagar a prestação do financiamento.¹⁷⁷

Ainda deve-se considerar nesse processo a criação do PT em Uberlândia, que congregava os diferentes agentes dessa luta numa instituição partidária de esquerda que simbolizava a luta dos trabalhadores e compunha, nesse horizonte de lutas, a movimentação dessas pessoas, grupos e redes já citadas nas narrativas. O PT significou, naquelas relações, outra frente de atuação política, passando a constituir-se no caminho que levaria a elegerem representantes desta movimentação nas esferas do poder legislativo. Em alguns documentos, ainda que de forma fragmentária e isolada do

¹⁷⁶ Entrevista concedida à autora por Maria de Fátima Lucena, realizada em 30 mar. 2010. (Grifo meu).

¹⁷⁷ Referencio alguns trabalhos importantes que abordam o morar em Uberlândia, problematizando as práticas elaboradas por moradores para se fazerem pertencentes na história desta cidade. Maucia V. Reis discute o confronto entre a cidade do plano e a cidade dos bairros periféricos sem infra-estrutura, discutindo como os moradores dos bairros Segismundo Pereira e Santa Luzia lutavam por casa própria no desejo de se fazerem pertencentes à cidade, o que a autora aponta como necessidade de se sentirem aceitos no meio social onde viviam. Renato Jales problematiza os viveres de moradores do Bairro Bom Jesus, na busca de perceber como esses moradores interpretam o conjunto de reformas promovidas pelo poder público no referido bairro, a partir das narrativas orais produzidas com moradores, valorizando suas memórias acerca das lutas travadas nesse bairro. Carlos Meneses S. Santos problematiza a memória hegemônica constituída na cidade acerca do governo de Zaire Rezende (PMDB), que trazia o discurso da democracia participativa entre os anos de 1983-1988. O autor produziu entrevistas com moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças, a partir das quais analisou a relação desses moradores com o poder público, apontando como eles participaram do fazer-se da cidade ao construírem alternativas frente à hegemonia vigente. Ver, respectivamente: REIS, M. V. *Entre viver e morar: experiências dos moradores de conjuntos habitacionais (Uberlândia, 1980-1900)*. Op. cit.; JALES, R. S. J. *Cidade e cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no bairro Bom Jesus. Uberlândia (MG), 1960/2000*. Op. cit.; SANTOS, C. M. S. *Democracia participativa e tensão social em Uberlândia. Experiências de moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças*. 2006, 112 f., Monografia (Bacharelado) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

contexto de sua produção, tornou-se comum ver os nomes destes sujeitos em pautas de reuniões, registros do diretório do PT local, o que vem reforçar seu envolvimento nas diferentes frentes de luta, como os entrevistados destacaram.¹⁷⁸

Dentre os materiais do PT, na Coleção CDP, pude ver que o partido também atuava na vocalização das lutas dos trabalhadores da cidade. Encontrei um folder e alguns exemplares de jornal do PT local, chamado *Pelejando* (o jornal do Partido no Bairro Saraiva). No panfleto não datado, mas que referencia o governo Zaire Rezende (1983-1988) na administração municipal em Uberlândia, havia uma denúncia contra os aumentos abusivos dos passes do transporte público e sem consulta à população. Diante da denúncia, o panfleto conclamava a população a criar uma Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC), que teria a participação direta da população e que seria uma estratégia para romper com os acordos de cúpula entre prefeitura e empresas de transporte.¹⁷⁹

No jornal *Pelejando*, edição de julho de 1989, pude ver na coluna “Tribuna livre” uma reclamação feita contra a diretoria da Associação do Bairro do Saraiva, onde uma moradora cobrava maior atuação da referida diretoria para enfrentar os problemas do bairro e relaciona sua cobrança ao momento político atravessado no país, em que, segundo autora, a população poderia mudar os rumos da situação vivida. Na coluna “Calendário”, destaco uma nota sobre a realização de uma festa junina no bairro Saraiva, pelo comitê juventude, para arrecadar fundos para a campanha de Lula à presidência da República em 1989; festa em que houve a encenação dos personagens Jeca Sarney e Maria Burguesias¹⁸⁰. Ainda nesta coluna, chama a atenção o anúncio de venda de materiais a preço de custo, como material para formação política, e um manual do morador de aluguel.¹⁸¹

O que gostaria de destacar nestes materiais é como evidenciam as diversas intervenções propostas pelas diferentes forças sociais destes momentos, o que apresenta

¹⁷⁸ Em um documento sobre a formação do Diretório do PT, datado de 15 de março de 1987, pude ver, na composição deste diretório, nomes como de Maria de Fátima Lucena, Jose de Sousa Prado, João Batista de Lima, Élon Oliveira Felice, entre outros, que participavam do movimento sindical combativo e em associações de bairro. Coleção CDP. Administrativo. PT. Pasta 06. n. de ordem 19.

¹⁷⁹ CONTRA OS AUMENTOS DO TRANSPORTE URBANO. Uberlândia, s./d. Coleção CDP. Administrativo. PT. Pasta 01, n. ordem 82.

¹⁸⁰ Os atores dessa encenação foram referenciados como companheiro Joca, o qual é bastante referenciado nos materiais da Coleção CDP, como militante do PT local, e companheira Liza. A peça foi escrita por Bento Borges também do PT.

¹⁸¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Pelejando*. Uberlândia, n.2, jul. 1989. Coleção CDP. Administrativo. PT. Pasta 01, n. ordem 35.

a concretude do projeto aqui em discussão e como os sujeitos envolvidos nele viviam a expectativa de transformação social, em que uma festa junina pode ser apropriada enquanto palco de luta política e um jornal se torna espaço para moradores cobrarem de seus representantes no bairro maior engajamento na luta de todos. Um panfleto produzido pelo diretório do partido se colocava como instrumento de denúncia e de mobilização da população.

Antônio de Almeida, que é hoje professor universitário da UFU e à época militante do movimento social no ABC Paulista, tendo participado da fundação do PT naquela região e se filiado ao PT local ao mudar-se para Uberlândia, em 1987, reforça essa noção da participação das pessoas nas diferentes frentes de luta, simultaneamente:

Mas o PT era espaço para onde confluíam todas essas forças. [...] Então, me parece que a ação político-partidária, aqui na região, era bastante frágil ainda, nestes... Oh, tô falando já do final [19]80, né. Agora, é lógico, tal como tava acontecendo em todo o Brasil, esse fenômeno foi tomando corpo, os sindicatos foram cada vez mais abraçando essa... perspectiva progressista..., se filiando à CUT.. Reiteradamente, cada sindicato que ia avançando um pouco mais, os segmentos progressistas ganhavam, já filiavam à CUT, tinham um suporte da Central em nível nacional, certo. E o PT também foi crescendo, crescendo, e cresceu aqui também, né. E... aquilo que eu falei, foi elegendo vereadores, deputados... e depois até deputado federal, né, como nos últimos tempos, inclusive com dois representantes, no Congresso Nacional.¹⁸²

Ao relacionar a fala de Antônio com os materiais acima descritos, pude perceber como a expansão do movimento primava pela conjugação das diversas forças sociais que já vinham se consolidando e também por um efetivo trabalho de formação política que tinha como público alvo aquelas pessoas que viviam em situações precárias como nos bairros constituídos por trabalhadores e nas favelas, como nos falou Fátima. Essa era estratégia utilizada em outras cidades, como nos apontou Antônio de Almeida. Sua militância se deu no movimento docente, com participação nas lutas do sindicalismo combativo, nas discussões no interior da Igreja Católica e consequentemente no movimento popular das associações de moradores no Grande ABC. Antônio, que, em outro momento da entrevista, já havia apontado as dificuldades impostas pela ditadura militar, que coibia qualquer forma de organização, e destacado o papel da Igreja como um ponto de resistência e de apoio ao movimento popular, faz um mapeamento de

¹⁸² Entrevista concedida à autora por Antônio Almeida, realizada em 17 maio 2010.

agentes e ações daquele período, que ajuda a recompor aspectos da conjuntura mais ampla e sobre a diversidade dos projetos em curso:

[...] Primeiro, a gente tava dentro da Igreja, né, a Igreja agasalhou todo mundo, e nós também estávamos dentro da Igreja, atuando é... em termos de reflexão. Fazia um misto entre reflexão religiosa, nesse estilo que o pessoal fazia aqui no CEBI [Centro de Estudos Bíblicos, criado em Uberlândia por um filósofo], certo, ou seja, de alguma forma fazia a discussão litúrgica, mas associando isso às questões sociais, mas fazia também os movimentos internos, movimentos de... de formação(!) também, movimentos de discussão, movimentos de suporte ao movimento dos favelados, ou seja, a população pobre que ia ocupando os morros sem nenhum, nenhuma garantia, sem nenhuma condição digna. Então, a gente trabalhava em conjunto, né, ia pra dentro das favelas(!), trazia o pessoal pra dentro, pra discutir. Então, isso tudo era feito dentro da Igreja.¹⁸³

Recorro à fala de Antônio para mostrar que semelhantes estratégias de mobilização eram utilizadas em diferentes cidades do país, evidenciando assim uma rede formada com vistas a viabilizar um projeto social que não era só de Uberlândia, mas de toda a classe trabalhadora que enfrentava pressões e limites análogos, ainda que em lugares distintos. Isso aponta a necessidade de se constituir espaços que subsidiassem essa mobilização, como abordei no primeiro capítulo, com materiais que lhes permitissem instrumentalizar para luta, apontando aí como foram se construindo centros de documentação e de informação, assessorias aos movimentos, onde a memória ganhou esse sentido vital de formar para a luta. A fala de Antônio Almeida reforça aquilo que Fátima aponta sobre tais estratégias, demonstrando que as lutas se fortaleciam em todo o país, pois encontravam um terreno fértil nesses diferentes lugares.

Outro entrevistado, João Batista de Lima, citou esse trabalho realizado nos bairros, em Uberlândia, com vistas a trazer outros sujeitos para militar naquele projeto de intervenção social, sempre em diálogo com as experiências do viver urbano em condições precárias:

[...] Porque... uma coisa é natural, cê num consegue militância de trinta por cento da categoria, cê num vai conseguir isso nunca. Militante é poucas pessoas, e, se você num trabalhar isso, nunca vai ter, né! E isso era um trabalho que a gente fazia. Por exemplo, nós tinha um projeto... quando nós entrou no sindicato, nós tinha um projeto: de quinze em quinze dias, nós fazia

¹⁸³ Entrevista concedida à autora por Antônio Almeida, realizada em 17 maio 2010.

*uma reunião dos trabalhador da categoria no bairro. Nós tinha o endereço de todo mundo que era associado, aí nós ia de casa em casa, de cada endereço desse, convocava...: “Tal dia tem a reunião na escola ou no posto de saúde.” Quer dizer, isso cê criava um vínculo dessas pessoa, absorvendo conhecimento. Ninguém é militante sem ter conhecimento, né, se você num leva conhecimento, ele nunca vai ter, ele nunca vai despertar, né. [...] Se as pessoas num têm conhecimento, ele nunca vai fazer isso, né. Se você num tem gente dentro das fábricas que tem certo conhecimento pra passar pros outros, também nunca vai acontecer isso, né. Isso que criava a relação, por exemplo: Pastoral Operária, que pegava muita gente de todas as categoria, de cada bairro, né, nas igreja, a gente atuando, os outros movimento atuando. Então, tinha um ciclo que rodava na cidade, que criava influência, que criava militância, que levava conhecimento, né. Hoje, isso não existe, né, e aí pára mesmo!*¹⁸⁴

João Batista de Lima é enfático ao dar importância a esse trabalho de formação política para o sucesso do projeto, e ainda aponta as dificuldades que há nesse processo de busca de militantes, informa sobre as dissidências do movimento, os conflitos, permitindo entender que ele não era homogêneo. Por outro lado, o entrevistado fornece elementos que me permitem vislumbrar sobre os agentes atuantes na cidade, no processo formação, o que ele chama de “ciclo que rodava na cidade, criava influências e militância”, apresenta como esses pequenos núcleos de influência foram ampliando suas ações até se tornarem visíveis e com grande capacidade de intervenção, como foi o caso da Pastoral Operária.

Ao se remeter ao tempo de quando assumiram o sindicato, João Batista qualifica esse trabalho, realizado por ele e seus companheiros, como um sindicato social, afinado com as questões sociais mais amplas, influente na sociedade e não apenas na luta específica de cada categoria. Esse trabalho já era conquista do tempo daquelas primeiras organizações assinaladas por Maria de Fátima, sendo que alguns trabalhadores da alimentação tiveram um papel preponderante nesse processo, como ela também ressaltou, com a atuação de José de Sousa Prado e seus companheiros.

João Batista referenciou a atuação de Zé Prado, apresentado-o como aquele quem o convidara a participar do movimento e a compor a chapa de oposição nesse sindicato em 1983 – quando disputaram as eleições sindicais e venceram, mas que só conseguiram tomar posse em 1986, depois de árdua batalha na Justiça do Trabalho para conseguirem seu direito. Essa vitória constitui um divisor de águas na história das lutas dos trabalhadores em Uberlândia, pois representou a possibilidade de mudanças na

¹⁸⁴ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010.

concepção do sindicalismo praticado nos sindicatos da cidade, e ao mesmo tempo o fortalecimento do movimento levantado por trabalhadores de diversas categorias que uniram suas forças para tomarem os sindicatos “pelegos”, com o apoio de padres e da Pastoral Operária, e estabeleceram um sindicalismo combativo, comprometido com os interesses dos trabalhadores, ou seja, o sindicato social, como indicou João Batista.

As lutas eram compartilhadas por todos os sujeitos que compunham esse movimento na cidade, fato confirmado pelos entrevistados que afirmaram que algumas decisões específicas de determinada categoria eram discutidas por todos os militantes atuantes nesse projeto. Este é mais um elemento que revela o compromisso político, a união e solidariedade de classe existentes naquele momento. Como assinala anteriormente, no arquivo da Pastoral Operária de Uberlândia, pude encontrar algumas fotografias que abordam algumas manifestações mencionadas nas entrevistas. São fotografias acervadas numa pasta-fichário e que registram as movimentações dos trabalhadores em Uberlândia entre os anos de 1982 e 1986 ¹⁸⁵.

Dentre essas fotografias, destaquei duas que referenciam o processo de reivindicação da posse da chapa eleita nas eleições realizadas no STIAU – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia, em 1983. Nelas pude perceber a participação de outras entidades sindicais e populares, envolvidas nesta reivindicação e como houve um apoio significativo também por parte da população, indiciando sobre o engajamento de pessoas comuns com as lutas sociais que fervilhavam não só na cidade, mas no país como um todo, sugerindo aí sobre um desejo de mudanças nas relações vividas – a *necessidade* recorrente nas narrativas.

¹⁸⁵ As fotografias foram acervadas como se constituíssem um álbum de retratos, coladas lado a lado em uma folha de papel sulfite, acondicionadas em sacos plásticos da pasta-fichário. Algumas têm referências (sobre o que tratam, local e data) manuscritas à caneta nesta folha onde estão coladas e outras não têm informação sobre o que é o tema, quem fotografou e sua data. Referenciam manifestações do 1.º de Maio pelas ruas da cidade e nas missas, o que pode ser percebido pelo conteúdo das imagens, como faixas e cartazes que as pessoas fotografadas estão portando. Também há fotos sobre as enchentes de 1981 e de 1982 que assolaram moradores que viviam à margem do Rio Uberabinha, sobre greves de trabalhadores da construção civil em 1986, reuniões da P. O. no Bairro Luizote de Freitas em 1983, protestos no Bairro Santa Rosa sem a data, manifestações dos trabalhadores da alimentação sem a data.



Imagem 13

Fotografia sem identificação - Manifestação dos trabalhadores da alimentação, s/d.
Arquivo da Pastoral Operária, Uberlândia.



Imagem 14

Fotografia sem identificação - Manifestação dos trabalhadores da alimentação, s/d.
Arquivo da Pastoral Operária, Uberlândia.

A manifestação parece ter acontecido em frente à Igreja Nossa Senhora Aparecida, no Bairro Aparecida, o que estou inferindo pela arquitetura do prédio que aparece ao fundo da Imagem 13, e que é semelhante à arquitetura da referida Igreja. Outro elemento para o qual chamo a atenção são as várias faixas que as pessoas estão segurando, as quais o fotógrafo coloca em evidência, ao focar a câmera de modo que elas ocupem boa parte do centro da imagem, que é dividido com as pessoas aparentemente em grande número. Isso nos diz sobre o que se queria destacar dessa manifestação: as pessoas mobilizadas para exigir a posse da chapa eleita para a diretoria

do STIAU, utilizando-se desse espaço para fazer outras reivindicações, as quais eram expressas nas mensagens das faixas erguidas.

Ao atentar para as faixas, pode-se ver que essas mensagens são de protestos e de reivindicações, como a exigência da posse da chapa eleita, vista nas faixas que estão no centro das duas imagens. Ainda pode-se notar que os militantes se posicionam contra alguma forma de violência, como se observa na faixa que está no canto inferior direito da Imagem 13 e na faixa que ocupa o centro e a lateral esquerda desta mesma imagem. Nesta mesma faixa do canto inferior direito da Imagem 13, pude ver que eles reivindicam alguma questão referente às tarifas de luz e ônibus.

Insistindo em desvendar os significados destas imagens, observei que as faixas são produzidas por comunidades constituídas por trabalhadores - como, por exemplo, a do Bairro Bom Jesus, que tem seu nome estampado na faixa que ocupa o centro e a lateral direita da Imagem 13¹⁸⁶ - que davam seu apoio à chapa eleita para o STIAU, mas também buscavam tornar visíveis outras lutas pelo direito à cidade. Isto me faz compreender que, na solidariedade de classe, o movimento se fortalecia, arrebanhava mais militantes e que experiências e aprendizados eram partilhados em espaços públicos, agora apropriados como locais de luta política, como as avenidas, as praças, as Igrejas que davam apoio às suas demandas.

O foco da imagem se fez de maneira a mostrar as pessoas aglomeradas, dando a impressão de que eram muitas em torno de suas lutas. Nesse sentido, ao me voltar para tais pessoas e questionar sobre quem eram, pude ver que muitas eram mulheres, aparentemente, donas de casa e algumas crianças. Aqui, me restrinjo ao campo das possibilidades de interpretação, mas algumas considerações podem ser feitas: poderiam ser esposas e mães de trabalhadores ou mesmo parte da categoria da alimentação ou de qualquer outra categoria, já que muitas compunham o mercado de trabalho; poderiam ser moradoras e/ou participantes da Pastoral Operária, insatisfeitas com as más condições de seus bairros ou de trabalho; ou ainda poderiam ser mães que reivindicavam, além de transporte público, escolas e creches para seus filhos, muitos ali junto delas.

¹⁸⁶ Renato Jales discute em seu trabalho algumas das lutas dos trabalhadores do Bairro Bom Jesus, que se empenharam nos anos 1980 pela retirada dos trilhos da Companhia Ferroviária Mogiana e, posteriormente, para a reorganização das ruas no enfrentamento das determinações do poder público. Ver JALES, Renato. S. Jr. *Cidade e cultura: memórias e narrativas de viveres urbanos no bairro Bom Jesus*. Op. cit Na Coleção CDP, pude encontrar alguns convites e panfletos produzidos nesta época pelos moradores do bairro, chamando o restante da população de Uberlândia para apoiar suas lutas.

A cidade emergia, reconfigurava-se nessa movimentação dos diversos sujeitos, entidades populares e sindicais. Aparecia como um espaço de conflitos, onde praças e avenidas se transformavam em palcos onde se discutia e fazia política, onde se distribuía materiais de luta. Os bairros dos trabalhadores, na periferia da cidade, agora eram trazidos para o centro, por seus moradores que iam para as praças e avenidas expor suas condições de exploração, miséria e descaso do poder público para com eles. As más condições de moradia e dificuldade de acesso a ela, as péssimas condições de transporte público e valor abusivo dos passes, a falta de escolas, creches e postos de saúde eram pautas dos debates travados nestes locais, como demonstram as mensagens das faixas das fotografias acima. Essas pautas foram deflagradas também nas narrativas orais de alguns daqueles que participaram desse processo. Parte da materialidade do que foi produzido nestas lutas é a materialidade de um projeto constituído junto a todas essas movimentações e expectativas: o CDP.

A análise das fontes escritas, aliada às entrevistas e às imagens, me permitiu vislumbrar os distintos momentos de construção desse projeto. E, nesse sentido, o entrecruzamento dessas fontes foi revelando como, já num outro momento (segunda metade da década de 1980), se deu o processo de ganhar outros sujeitos, elaborar as estratégias de mobilização, constituir visibilidade dentro daquela conjuntura, para então procurar estabelecer uma rede nacional, pela qual se buscava a consolidação daquele projeto social.

Neste outro momento, a organização dos trabalhadores, a partir de um processo de identificação destes sujeitos, se expressou em alguns avanços e conquistas na cidade de Uberlândia. Observei o fortalecimento dos movimentos das Associações de Bairros. Alguns bairros lembrados pelos entrevistados, como Liberdade, Luzoite de Freitas, Santa Luzia, Morumbi, Santa Rosa, eram locais de moradia desses sujeitos envolvidos com a mobilização e a organização de trabalhadores na cidade¹⁸⁷. Estes bairros foram lembrados como bairros históricos pela atuação política de seus moradores e dos agentes que impulsionavam os movimentos sociais em Uberlândia.

¹⁸⁷ No Bairro Liberdade, moravam Zé Prado, João Batista e Fátima Lucena, os quais eram membros ativos desse movimento na cidade. Aniceto Ferreira morava no Bairro Luizote de Freitas, e foi partícipe do movimento dos mutuários de Uberlândia, criado em 1984, para reivindicar a estabilidade das prestações dos imóveis financiados pela COHAB, pois, com a inflação vigente naquele momento, os mutuários não conseguiam pagar as prestações e perdiam suas casas. A partir desse movimento, com o apoio da P.O., Aniceto encabeçou a formação de uma chapa oposicionista em seu bairro para disputar a direção da Associação de Moradores.

Foi então que, no STIAU - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia, a chapa composta por João Batista, Zé Prado e companheiros conseguiu finalmente tomar posse na direção e a Associação dos Trabalhadores do Vestuário foi entregue, mediante a pressão feita pelas costureiras, à oposição¹⁸⁸, da qual participava Fátima. Já em 1987, começaram intensas campanhas para eleições nos Sindicatos dos Comerciantes, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Sindicato dos Bancários, com a mobilização das oposições formadas naquele momento anterior. Iniciaram-se também as lutas dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU para transformar a Associação (ASUFUB) em Sindicato (SINTET), e luta semelhante aconteceu com os trabalhadores do Serviço Público Municipal. Foi nesse período que houve a criação da CUT Regional.

Como já foi apontado, era estratégia das lideranças, que vinham se fortalecendo no decorrer dos anos 1980, ampliar seu campo de atuação, o que se daria pela união das forças progressistas, imbuídas do desejo de transformar as condições adversas vividas pela maioria da população. Neste momento, recupero outra natureza de fonte, que são os materiais de campanha de chapas de oposição sindical de Uberlândia, que permitem compreender como era feita a articulação entre as forças progressistas locais, visando ocupar o maior número possível de entidades sindicais, como forma de trazer novos sujeitos para aquele projeto tramitado.

Num momento em que a cidade vivia uma intensa mobilização das forças progressistas, já com algumas conquistas das direções de alguns sindicatos pelos grupos cutistas, e arregimentação de diversos outros movimentos populares, as disputas por mais direções sindicais pareciam ultrapassar os limites das categorias e ganhavam a sociedade, mobilizando outras entidades e sujeitos, que manifestavam seu apoio às chapas de caráter mais progressista.

Pude encontrar na Coleção CDP diversos materiais produzidos no calor das disputas das eleições sindicais, dentre os quais destaco os materiais da Chapa 3, denominada “Turma Nova”, para a disputa pela direção do Sindicato dos Comerciantes de Uberlândia em 1987.

¹⁸⁸ Fátima Lucena me disse que uma “pequena burguesa da elite”, proprietária de uma fábrica no centro da cidade, ao ver o fortalecimento da categoria, se antecipou e criou a Associação das Costureiras, para impedir a organização por parte dos trabalhadores. Porém, elas continuaram se mobilizando e pressionando essa Associação “de fachada”, que não representava os interesses da categoria, até conseguirem tomar sua direção, e então iniciaram a luta para transformá-la em Sindicato, com o apoio da P.O. de Uberlândia, da CNBB, na figura de D. Paulo Evaristo Arns e de alguns deputados do PT.

Pude perceber que a solidariedade de classe e o desejo de união das lutas se expressavam nos boletins, nas fotografias e nas entrevistas. Em um dos boletins produzidos pela referida chapa, pude ver o apoio das seguintes entidades: CUT, UTE, SINTTEL-MG, ASUFUB, ANAMPOS, STIAU, Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, Associação dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário de Uberlândia, Oposição Sindical da Construção Civil, Oposição dos Sindicatos Bancários, Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus, Associação dos Moradores do Bairro Santa Rosa¹⁸⁹. Estes eram agentes que representavam, na cidade, o projeto de fortalecimento da classe trabalhadora, que propunham ações em conjunto, promoviam cursos e seminários, que buscavam assessoria junto a outras instituições dos movimentos sociais organizados, o que também foi narrado nas entrevistas. Compartilhavam de uma militância no movimento popular, sindical e partidário, com grande proximidade à leitura da CUT e, portanto, tinham como objetivos que os grupos ligados a sua concepção de ação ocupassem os sindicatos, para que viessem a fortalecer seu projeto.

Os materiais de campanha ainda revelavam o tenso espaço de disputa pelas direções dos sindicatos, as quais nem sempre foram conquistadas, como foi o caso da chapa “Turma Nova”, dos Comerciários, que perdeu as eleições para a Chapa 2, que, apesar de não estar ligada aos agentes relacionados, também tinha um caráter mais contestador¹⁹⁰. Também nestes materiais são apontadas as articulações da direita, como forma de mostrar como os grupos dominantes locais eram ligados a grupos nacionais que promoviam a espoliação do trabalhador, como, por exemplo, os parlamentares do “Centrão”¹⁹¹ e os empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de São

¹⁸⁹ Coleção CDP. Administrativo. Diversos. Pasta 04, n. de ordem 29.

¹⁹⁰ Esta informação foi fornecida por João Batista, aliada a alguns materiais produzidos por esse grupo posteriormente, quando se tornou direção e voltou a disputar as eleições no mandato seguinte. Pude perceber que houve um racha entre os membros da diretoria com o próprio diretor-presidente, que foi afastado. Nas eleições seguintes, alguns membros que participaram da chapa “Turma Nova” passaram a compor esta chapa nas eleições de 1990. Apesar de não se filiar à CUT, o grupo participava das ações realizadas pelos agentes progressistas. Selecionei, dentre os vários materiais de campanha que encontrei no decorrer da pesquisa, esse exemplo das eleições sindicais do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio, por ter encontrado mais pistas que me permitiram compreender melhor o processo da disputa, e também por ter a especificidade da chapa não conseguir se eleger, o que mostra as dificuldades e derrotas sofridas pelos agentes de toda essa mobilização. Outros grupos de oposição que, apesar de muito trabalho e de contar com o apoio de entidades já estruturadas, não conseguiram ganhar a direção de seus sindicatos foram os do Sindicato dos Bancários e do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, que sofreram derrotas sucessivas, as quais parecem ter ocorrido por fraudes nos processos eleitorais.

¹⁹¹ Denominação dada ao grupo de parlamentares conservadores que, no processo de elaboração e de votação da Constituição de 1988, combatiam as emendas populares.

Paulo - FIESP, ou entidades que diziam representar os trabalhadores mas eram atreladas aos patrões, e, nesse caso, a CGT foi por várias vezes alvo das críticas.

Todos esses são indícios de como os trabalhadores se uniam em entidades de representação para disputar seu projeto social e político e fazer frente ao projeto das elites dominantes, representadas pelos empresários, industriais, latifundiários, parlamentares ligados e pertencentes a estes grupos. Isso aponta como a experiência destes sujeitos movimentava a sociedade, tensionando relações sociais e pressionando as classes dominantes, a partir de momentos de resistência e de organização que não devem ser esquecidos, porque carregam consigo o campo de possibilidades aberto naquele presente da classe trabalhadora.

Ao entrecruzar informações e pistas presentes nas entrevistas, nas mais diversas fontes escritas e nas fotografias, as inquietações que me orientavam eram pensar quem as produziu, qual o processo de produção e quais relações sociais estavam inscritas no seu processo de produção e de preservação. Isso, ao mesmo tempo em que revela quais os agentes que participavam de uma rede de relações sociais amplas, me permitiu ver os interesses, as possibilidades, necessidades, dificuldades, os impasses vividos naquelas injunções históricas. Foi nessa perspectiva de análise que pude ir juntando pistas dispersas nas fontes e perceber como os núcleos locais de organização se fortaleceram pela conjugação das forças também locais e começaram a se articular com outros agentes que compunham o corpo nacional desse projeto.

Nesse sentido, um convite, um folder ou um panfleto, produzido por algum sindicato, movimento popular, centro de formação, me permitia entender seu significado social ao apresentar as relações sociais vividas naquele momento. Por exemplo, nos programas de formação sindical, observei que os temas discutidos ultrapassavam os limites das demandas das categorias nos espaços específicos de trabalho, revelando valores em questão, as estratégias de mobilização, como se davam os contatos. Eram práticas sociais que se constituíam em estratégias de adesão de diversos sujeitos ao projeto que vinha sendo tecido. Esse desejo de informar e formar os cidadãos, ou melhor, os militantes, trabalhadores em militantes, estava intimamente ligado à ideia de fortalecimento e organização da classe trabalhadora para conquistas de direitos, de espaço, de poder e para a construção de uma nova sociedade. Isso explica o porquê de propor seminários, cursos de formação, palestras, debates públicos, na

maioria das vezes realizados pelos sindicatos, o que demonstra a força dessas entidades naquele momento como agentes mobilizadores.

3.2. A visibilidade do projeto em rede: valores, linguagens e memórias.

Quando o movimento se viu mais fortalecido, já com mais sujeitos compartilhando objetivos, expectativas e estratégias, e já com articulações estabelecidas, dialogando com outras experiências nacionalmente, iniciou-se uma outra dimensão da organização e da mobilização, que era se fazerem vistos naquela sociedade. Nesse sentido, o volume de materiais conservados é maior e indicia sobre esta outra fase desse movimento, onde há mais recursos e mais contatos. O que significava ampliação das redes de comunicação e de informação. Por outro lado, a sonhada liberdade era alcançada pelas lutas travadas ao longo da década, com alguns avanços já contabilizados pelos movimentos sociais em seus diversos campos.

Esses avanços expressaram-se em novas formas de atuação política, em espaços de representação atuantes, como os sindicatos, as associações, os partidos políticos, o que significava representantes eleitos pelas lutas nas câmaras legislativas, maior poder de pressão e negociação de direitos civis. Esta nova dimensão da luta se dava a partir de 1987 e 1988, porém não estou aqui estabelecendo uma cronologia exata para discutir sobre experiências diversas e nem desconsiderando as especificidades de cada lugar e o modo como se davam as relações nesses espaços. Apenas tomo esses anos como uma referência para pensar sobre essa outra dimensão do movimento na década de 1980 e as transformações que iam acontecendo no decorrer da década. Minha intenção é, a partir dos materiais produzidos nessas novas relações estabelecidas, refletir sobre as estratégias realizadas para se fazerem vistos a partir dos seus próprios veículos de comunicação.

Dentre as ações, variadas, simultâneas e articuladas, analisaremos algumas que foram compartilhadas nacionalmente, como forma de discutir o fortalecimento do movimento mais amplo. A publicação *O Bode Berra*, do SINTTEL-MG - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações em Minas Gerais, apresenta as pistas que permitem investigar sobre a ideia do compartilhamento de um projeto político e social,

ao apresentar o nível de organização dos grupos que propuseram programas de participação na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, quando criaram os Movimentos Pró-Participação na Constituinte.

As entidades sindicais e populares não só exigiam o direito de participação desses grupos, como mobilizavam, promoviam cursos de formação e seminários, em suma, criavam espaços de debates alternativos, onde as pessoas pudessem aprender com essas práticas a ocupar espaços de luta política, como as assembléias legislativas estaduais, as câmaras municipais, ou ainda criar outros espaços de discussão, realizar protestos pelas ruas da cidade, manifestações de apoio a outros companheiros.

Os boletins produzidos por estas entidades representativas sempre pautavam o tema da participação popular na Constituinte, como meio de divulgar os momentos de união da classe e para demonstrar como o objetivo da organização estava sendo alcançado. Eram agentes nesse processo, informavam sobre os processos de luta e almejaram a criação de um consenso a partir de sua leitura dos acontecimentos.¹⁹² Os boletins e periódicos tornaram-se um canal efetivo de comunicação dentro da conjuntura, fazendo circular ideias, estratégias de participação, compartilhando e ajudando a forjar um projeto maior de sociedade, dando ênfase às conquistas realizadas pelos movimentos organizados. Assim traz *O Bode Berra*, do SINTTEL, na sua edição da segunda quinzena de junho de 1987:

*Mais um grande avanço na organização popular foi a criação dos Movimentos Pró-Participação Popular na Constituinte, que abriu comitês em vários Estados. Estes comitês discutiram um programa mínimo que deveria constar na próxima Constituição. Conseguiu o compromisso de vários candidatos com este programa, e divulgou estes candidatos.*¹⁹³

Qual o significado desse avanço, destacado pelo periódico, no horizonte das lutas que vinham sendo travadas por diversos movimentos? Esse significado passa pela intenção do periódico reafirmar um sentido de luta, junto aos seus leitores, via organização popular (entendida como avanço) - nesta situação específica com a criação dos Movimentos Pró-Participação, mas que, potencialmente, poderia conquistar outros

¹⁹² CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC/Fapesp, Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000. p. 15-25

¹⁹³ O BODE BERRA. Belo Horizonte, n. 104, jun. 1987. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

avanços em outras lutas. Explicitam-se aí as expectativas vividas naquele momento e evidenciam-se os caminhos utilizados para a construção do projeto social de milhares de trabalhadores/militantes para a transformação de relações de exploração e opressão.

Com perspectiva de atuação semelhante, encontra-se o *Boletim da Constituinte*, de dezembro de 1987, de Uberlândia, localizado no Eixo temático “Administrativo” da Coleção CDP: criado especificamente para discutir a participação popular na nova Constituinte, expressa o desejo de intervenção desses sujeitos naquela sociedade. No momento em que estava sendo votado o projeto de Constituição, foi formado, na cidade de Uberlândia, o Plenário Constituinte, que discutia e elaborava propostas em defesa dos os interesses dos trabalhadores na Assembléia Nacional Constituinte. As Iniciativas Populares Constituintes foram práticas elaboradas a partir da mobilização de trabalhadores por todo o país, para conseguirem ver seus interesses defendidos na Constituição. No exemplar que se vê abaixo, o *Boletim da Constituinte* se propõe a fazer circular as informações sobre esse processo, a fim de manter os trabalhadores a par das decisões tomadas no Congresso Constituinte:

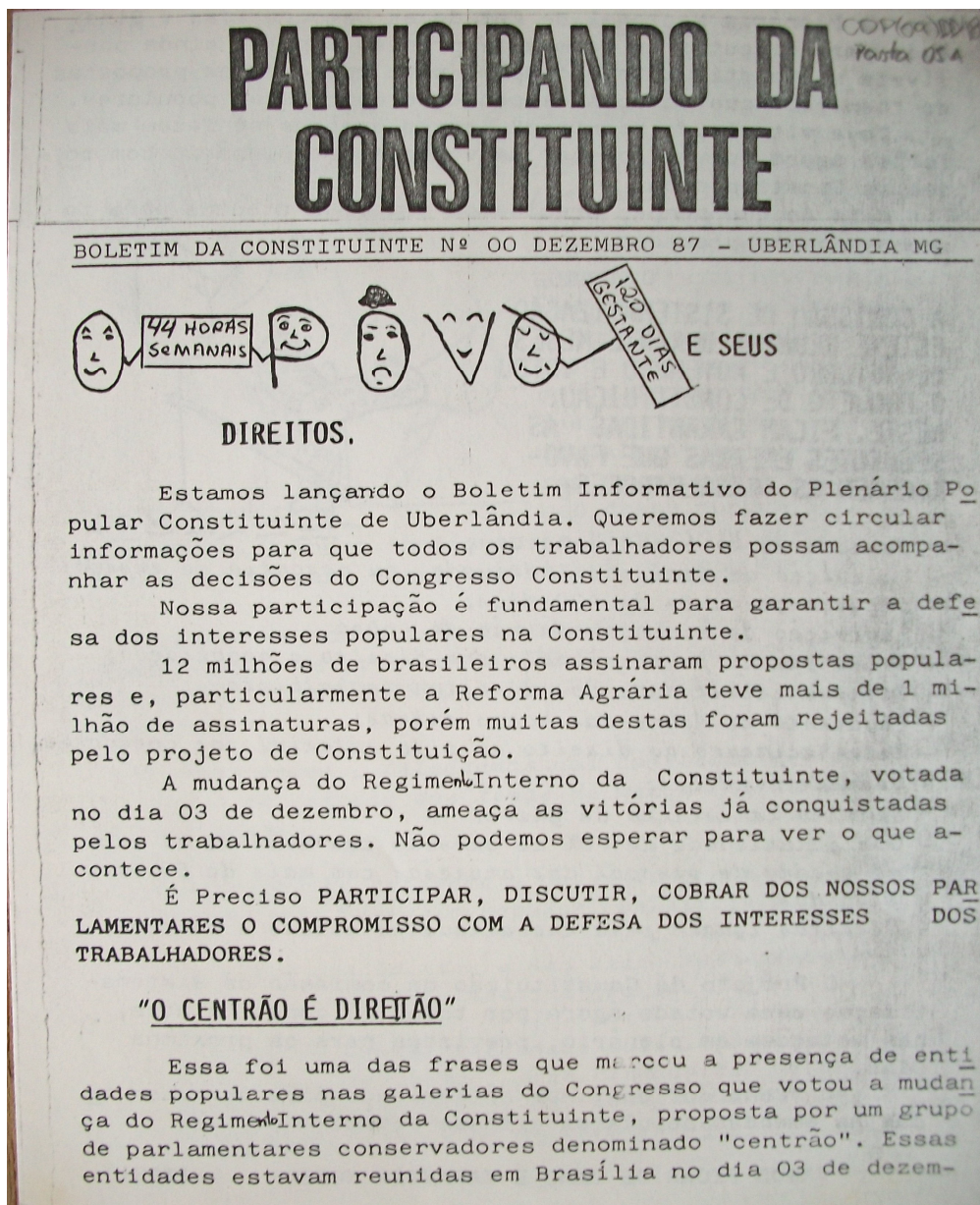


Imagem 15

Boletim da Constituinte, Uberlândia, dez. 1987, p. 1.

Coleção CDP. Administrativo. Diversos, pasta 05, n. de ordem 18.

Centro Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia – CDHIS/UFU.

O *Boletim da Constituinte* de Uberlândia é composto por quatro páginas e não traz informação sobre quem foram seus redatores. Ele apresenta a capacidade de mobilização da classe trabalhadora naquele momento e a força de participação que esta classe ia conquistando pouco a pouco, a partir dos processos de organização em entidades populares e sindicais, que aconteciam nos níveis locais, mas que iam se expandindo ao âmbito nacional a partir da interlocução criada entre essas diferentes entidades.

Como este boletim, eram criados instrumentos de comunicação alternativos aos meios de comunicação hegemônicos, com vistas a manter a população informada para que ela lutasse e defendesse aquela oportunidade criada pelo Plenário de Pró-Participação na Constituinte, que criava formas e instrumentos de participação popular. É interessante notar como essas práticas revelam seus propositores enquanto sujeitos nesse processo, que se identificavam numa situação comum e propunham mudanças, projetos de intervenção, nomeavam os opositores a tais projetos, se organizavam para protestarem, em suma criavam redes de mobilização nacional, fazendo perceber como o local compõe o nacional.

A composição da escrita com apelo ao “povo”, que utiliza também das imagens para levar mensagens aos trabalhadores, revela que esse tipo de material configura-se como alternativo também no seu modo de produção. O que é observado pela sua forma e conteúdo: escrito em máquina de escrever e com figuras desenhadas à mão, as quais não só ilustram o veículo de comunicação como reforçam valores e práticas daquele momento, na tentativa de fortalecer as identidades em torno deste projeto. Ao me deter em indagar sobre os significados dessa produção, pude ver, já no título, o desejo de intervenção proposto no verbo “participar” conjugado no gerúndio que remete à ação em processo. Logo abaixo do título, a frase “o povo e seus direitos” aponta para um sentido de informar sobre quais são os direitos do povo, representado como trabalhadores que reivindicam melhorias nas condições de trabalho e do viver. Cada uma das letras da frase, em caixa-alta, expressa um trabalhador: o que reivindica 44 horas semanais de trabalho, o trabalhador do campo (porque usa chapéu) que parece estar entristecido, as mulheres que reivindicam o direito à licença de 120 dias à maternidade.

As informações pautadas nos números dos brasileiros que assinaram propostas populares, e que reforçam a mobilização alcançada em torno destas propostas, procuram esclarecer o que é participar da Constituinte e como esse ato pode significar conquistas historicamente almejadas. Ao mesmo tempo, a linguagem da escrita, enfática, objetiva, direta, cumpre um sentido de conduzir ações como, por exemplo, participar do processo da mobilização em torno desses projetos, se dispor a discutir com vizinhos ou com companheiros de trabalho os significados dessa participação e também se colocar como cidadão que cobra dos seus parlamentares compromisso com suas causas. Essa linguagem e as formas do boletim esclarecem o que era aquele processo, apontam quem

representava a população e quem lutava contra seus interesses. Em síntese, o boletim aponta não apenas sobre as estratégias utilizadas para mobilizar a classe trabalhadora e sobre os valores que levavam a essa mobilização, mas também sobre os sentidos de cidadania que estavam ali em construção.

bro na Plenária Nacional de Entidades Democráticas e Sindicais para discutir as formas de pressão popular ainda possíveis na Constituinte e também, para repudiar as propostas do "centrão" que ameaçam as pequenas conquistas populares. Com a vitória do "centrão", essas ameaças se fazem mais fortes agora que vão começar as votações em plenário com todos os Constituintes.

Mais do que nunca, precisamos estarmos atentos para fazer nossas pressões.

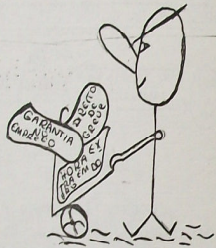
A COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO ESTEVE REUNIDA DURANTE MESES DE OUTUBRO E NOVEMBRO E VOTOU O PROJETO DE CONSTITUIÇÃO. NESTE, FICAM GARANTIDAS AS SEGUINTE EMENDAS QUE FAVORECEREM OS TRABALHADORES:

- Jornada de 44 horas semanais;
- Proibição de demissão imotivada, ou garantia de emprego;
- Licença-gestante de 120 dias;
- Proibição de alocação de mão de obra
- Aviso prévio proporcional, com direito a negociação;
- Imprescritibilidade dos direitos trabalhistas;
- Pagamento em dobro das horas extras;
- Reconhecimento do direito ao piso salarial por categoria;
- Unidade Sindical;
- Direito inextinto de greve;
- Obrigatoriedade de 10% de pessoas com mais de 45 anos no quadro de pessoal das empresas com mais de 50 empregados;
- Direitos iguais para trabalhadores rurais e urbanos;

O Projeto de Constituição da comissão de sistematização será votado agora por todos os constituintes, nas votações em plenário, previstas para os próximos dias.

O "Centrão" continua articulando para derrubar todas as emendas populares citadas acima.

VAMOS FICAR DE OLHO E GARANTIR NOSSOS DIREITOS!



VAMOS BOTAR A BOCA NO TROMBONE!



VOCÊS SABIAM??

Que dois deputados constituintes eleitos pelo povo de Uberlândia votaram a favor do projeto do "centrão", portanto contra o povo?? Eles são: VIRGÍLIO GALASSI (PDS) e HOMERO SANTOS (PFL) E o deputado do PDT, CHICO HUMBERTO, que retirou seu nome da lista do "centrão" por pressão do próprio partido, continuou contrariando os deputados progressistas que estão do lado dos trabalhadores e se retiraram do plenário para que não desse quorum para a votação, Chico Humberto continuou no Plenário e apenas votou não ao projeto para dizer que estava do lado do povo.

Diante de todas estas preocupações, foram sugeridas algumas formas de pressão no ATO DE DEFESA DOS INTERESSES POPULARES NA CONSTITUINTE, ocorrido no dia 24/11/87 em Uberlândia:

- Enviar telex, telegramas aos constituintes da região antes da votação dos temas de maior interesse dos trabalhadores.
- Participar da caravana à Brasília que está sendo organizada pelo Plenário Popular Constituinte.
- Organizar nos bairros e nas sedes das entidades, o placar dos constituintes da região.
- Procurar se manter informado para informar melhor as bases que representa, participando das reuniões ordinárias do Plenário Popular, quinzenalmente das 19:30 as 21:30 na Secretaria de Saúde, Rua Goiás, 226.

Imagem 16

Boletim da Constituinte, Uberlândia, dez. 1987, p. 2-3.

Coleção CDP. Administrativo. Diversos, pasta 05, n. de ordem 18.

Centro Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia – CDHIS/UFU.

Nas páginas 2 e 3, ao discutir passo a passo o processo de votação, o boletim explicita quais emendas está defendendo, e quais parlamentares constituintes do "Centrão", eleitos pelos uberlandenses, estavam se posicionando contra as propostas populares. Ao mostrar quem estava contra os interesses dos trabalhadores, o boletim dá as pistas para pensar que projetos sociais distintos estavam em confronto, sendo ele próprio a materialidade do projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora, ao ser instrumento de informação e mobilização. Ao propor medidas de pressão aos

parlamentares constituintes, como observamos na página 3 – como enviar telegramas aos constituintes da região, colocar placares da votação em lugares estratégicos da cidade –, o boletim se torna agente nesse processo, ao difundir uma opinião, realizar pressão e conclamar para uma nova postura dos cidadãos nas suas atuações políticas.

Destaco alguns elementos usados para a composição do boletim para refletir sobre seus significados e seu alcance naquele momento: o formato de caderno, com o texto organizado em tópicos que explicitam as reivindicações dos trabalhadores e as propostas de como eles deveriam proceder para participar e cobrar seus direitos; na página 2, o desenho de um trabalhador empurrando um carrinho de compras, onde o conteúdo são as reivindicações de pagamento em dobro da hora extra, a garantia de emprego e o direito de greve; na página 3, o desenho de um rapaz com a boca no trombone, ao lado do texto em caixa-alta e em negrito com o questionamento “Vocês sabiam??”, denunciando a postura dos parlamentares locais frente às medidas populares.

Estes são elementos que remetem à intenção do boletim em se colocar como um meio de comunicação acessível aos trabalhadores com uma leitura objetiva pela linguagem direta e pela composição em forma de um caderno, utilizando-se da escrita por tópicos, com imagens reforçando o sentido das reivindicações e ao mesmo tempo relacionando-se ao momento vivido, como por exemplo, os baixos salários e o desemprego que impossibilitavam aos trabalhadores encher seus carrinhos de compras, muitas vezes faltando o necessário. A imagem do trabalhador com a boca no trombone, em referência ao momento vivido, remete à realidade das pessoas que foram caladas pela ditadura militar e agora construíam seus próprios meios de comunicação para vocalizar suas demandas e difundi-las em vários espaços. Atentar para sua forma, linguagem e conteúdo é se voltar para a dimensão do vivido naquele momento, para as expectativas, para os desejos e para as intervenções de milhões de trabalhadores que encampavam um projeto social e político que marcava sua resistência às formas de opressão e de exploração sentidas nos baixos salários, no desemprego, na inflação galopante e na opressão à organização.

Nesse sentido, ainda que não tenham conseguido todas as vitórias sonhadas, desejadas, essas práticas evidenciam que esses sujeitos vivenciaram um processo conflituoso e pressionaram aquela situação de dominação. O interesse em abordá-las se estabelece para explorar os significados de uma outra linguagem, constituída alternativamente, e que instituiu modos de inscrição no processo social e de luta, e

também como forma de mostrar o quão são significativas para a história dos movimentos sociais e para o avanço das lutas travadas pela classe trabalhadora. Elas mostram como outros projetos foram traçados, e não apenas aquele projeto vencedor. Ao mesmo tempo, elas são produtoras de memórias acerca de um rico momento da história dos trabalhadores, que permite explorar a pluralidade de práticas, de memórias e histórias, apontando para uma outra dimensão desse projeto social e político que é pôr em discussão a visibilidade de outros sujeitos e seu direito à história.



Imagem 17

Periódico *Intercarta Cidadão 30.000*, São Paulo, maio 1987, p. 1.

Coleção CDP. Administrativo. Diversos, pasta 05, n. de ordem 29.

Centro Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia – CDHIS/UFU.

Outro material encontrado na Coleção CDP, no Eixo temático “Administrativo”, e que revela as formas de participação desses sujeitos naquele momento, é o boletim *Intercarta - Cidadão 30.000*, criado em 1984, em São Paulo, frente à situação adversa de desemprego vivida pelos trabalhadores de todo país, e retomado em 1987, para discutir as iniciativas de participação popular na Constituinte. É composto de duas páginas e produzido por editoração eletrônica, apontando para um outro processo de produção, distinto daquele apresentado pelo boletim *Boletim da Constituinte*, o que exige pensar que são produtores também distintos, mas que comungavam de um interesse comum: informar e formar militantes e cidadãos. Esse ato de informar e formar tem uma dimensão muito maior, que era transformar relações sociais marcadas pela opressão política, desigualdade social e econômica, desemprego, inflação, más condições de moradia e acesso a ela.

O *Intercarta – Cidadão 30.000* é produzido por uma equipe de jornalistas, de acordo com seu expediente trazido na segunda página. É uma publicação ligada à PUC-SP e com a colaboração das Edições Paulinas, o que explica sobre como se apresenta na sua forma e no seu conteúdo, pois dispunha de mais recursos financeiros e tecnológicos. Utiliza-se de uma linguagem escrita mais formal, em comparação com o *Boletim da Constituinte*, e segue os parâmetros do jornalismo profissional, como sugere a divisão da página por colunas. Foi organizado de maneira a destacar qual a proposta do jornal, que era ser a “voz do povo” na Constituinte, assumindo uma linguagem explicativa do que era iniciativa popular constituinte e convidando seu leitor a conhecer melhor os objetivos de cada proposta no Plenário Pró-Participação Popular. Tudo isso em destaque na forma de títulos com letras maiores e em caixa-alta.

Chamo a atenção para o modo de composição desses materiais para que se percebam as semelhanças e distinções entre ambos. O que os modos de composição desses dois materiais dizem sobre o projeto social e político em construção naquele momento? Ao se comparar esses dois meios de comunicação criados para discutir sobre a participação popular na Constituinte, pode-se ver que são produtores distintos, formas e conteúdos também diferentes, principalmente em relação à forma, mas que cumpriam um objetivo comum, que era envolver a população no processo de elaboração da Constituinte, atuando de maneira a estimular a mobilização para a transformação social,

a começar pela “luta por uma Constituição que [traduzisse] efetivamente as aspirações do nosso povo”¹⁹⁴.

O *Intercarta – Cidadão 30.000* atua de forma semelhante ao *Boletim da Constituinte* de Uberlândia, ao procurar informar, discutir e evidenciar as ações propostas por tais iniciativas populares, tornando-se assim um agente mobilizador e propulsor de novas ações. Ele ainda expressa o desejo de expansão dessas informações, nos mais variados espaços, quando destaca em negrito, logo abaixo do título, que o periódico “foi publicado para ser xerocado, copiado, republicado e divulgado ao máximo”, o que mostra tanto as formas de mobilização, quanto o desejo de ampliação dessa rede de comunicação. Ambos apontam para o compartilhamento de um projeto político e social de intervenção nas estruturas daquela sociedade, projeto este criador de diferentes frentes de atuação política.

Outra prática elaborada pelos movimentos sindicais e populares e comum nos períodos de eleições era a elaboração de pequenos dossiês sobre a vida política de candidatos à Presidência da República, ao Senado, e às Câmaras Federais e Estaduais, e que informavam sobre as coligações partidárias da direita, desde o âmbito federal e estadual até o âmbito municipal. Esta era uma prática utilizada por entidades sindicais e populares como meio de apelar para o voto consciente da população, e que indicia sobre o desejo de disputar cargos para os representantes do seu projeto de sociedade.

Nas eleições presidenciais de 1989, essa foi uma prática comum, configurando um claro apoio aos candidatos de esquerda, principalmente ao então candidato Luís Inácio Lula da Silva, do PT, pela *Frente Brasil Popular*, para a Presidência da República, ainda que reiteradas vezes as publicações se reafirmassem como apartidárias e representantes da categoria. Na publicação *O Bode Berra*, do SINTTEL, pude ver esse processo intenso de apoio aos grupos de esquerda que disputavam aquelas eleições. Ela também tecia análises sobre a força dos meios de comunicação de massa, que traziam claro apoio ao candidato Fernando Collor de Mello, no processo eleitoral de 1989. Tudo isso hoje são evidências sobre os projetos em confronto naquele momento e das forças mobilizadas em apoio de cada um, apontando para as correlações de forças estabelecidas.

¹⁹⁴ INTERCARTA CIDADÃO 30.000. São Paulo, n. 1, maio 1987, p. 1. Coleção CDP. Administrativo. Diversos, pasta 06 n. de ordem 15. CDHIS/UFU.

Na edição de número 159¹⁹⁵, de dezembro de 1989, posterior à derrota do candidato Lula, *O Bode Berra* faz uma leitura da conjuntura, avaliando o que levou a eleição de Collor e ressalta as baixas expectativas que se tinha frente ao novo governo. Traça as estratégias de formação lançadas pelo SINTTEL, dentre elas a aposta na produção de vídeos documentários, revelando a intenção de fazer frente aos meios de comunicação de massa, logo depois de uma eleição presidencial em que tais meios foram preponderantes para a eleição do candidato da direita.

Já na edição de número de 171¹⁹⁶, Especial Eleições, de 1990, *O Bode Berra* reafirma para os leitores a necessidade de se fazer uma avaliação profunda dos candidatos ao Senado e ao Governo Estadual, tanto de suas propostas quanto de seu passado e, para tanto, retoma a prática dos dossiês sobre candidatos a cargos eletivos para informar seus leitores. Ainda seleciona trechos de um debate realizado pelo SINTTEL-MG sobre as eleições, onde os debatedores destacaram o papel dos movimentos populares e sindicais nas eleições, com sua capacidade de mobilização e de intervenção na sociedade, trataram dos temas da cidadania, da importância do voto e sobre os partidos políticos e a “fugaz” democracia. Desse modo, pode-se ver como espaços de discussão e de aprendizado foram construídos nestas articulações entre diversas entidades destes movimentos, que representavam diferentes maneiras de intervenção.

Com semelhante leitura e compreensão acerca da importância do processo eleitoral de 1989, o periódico *A Folha Bancária*, do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, que tinha publicação diária (de segunda-feira à sexta-feira) com tiragem de 100.000 exemplares, se empenhou também no convencimento do seu leitor para que esse analisasse as propostas dos candidatos, pois estas representavam não só o nome do candidato, mas um projeto político e social para o país, defendido junto a seu partido. No período que antecedeu às eleições, foram constantes as discussões deste nível e a apresentação dos históricos da vida política dos candidatos à Presidência da República, alertando para quem votou contra o trabalhador na Constituinte. Assim como na publicação do SINTTEL, pude perceber o claro apoio às propostas do PT em *A Folha Bancária*. A edição 2073, de 14 de novembro de 1989, traz uma nota que afirma:

¹⁹⁵ O BODE BERRA. Belo Horizonte, n 159, dez.1989. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

¹⁹⁶ O BODE BERRA. Belo Horizonte, n 171, Especial Eleições, set. 1990. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

“100 anos de República – Vote e vamos ver se mudamos a história dessa nossa triste República. Dá-lhe eleitor.”¹⁹⁷ O periódico reafirma a capacidade transformadora dos fatos pelos sujeitos.

Em suma, a leitura dos diversos materiais da imprensa mostrou as semelhantes estratégias de luta e a expectativa de difundir o projeto social e político que defendia os interesses dos trabalhadores, evidenciando a dimensão que as articulações foram ganhando e dando contornos às redes criadas com vistas a concretizar o sonho de uma outra sociedade.

O *Informativo SINTRASP*, boletim produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Uberlândia, localizado no eixo temático “Administrativo”, da Coleção CDP, também trazia seu apoio ao candidato Lula, do PT, à Presidência. Na edição número 1¹⁹⁸, de novembro de 1989, período entre o primeiro e segundo turno das eleições presidenciais, a publicação declara a vitória do povo no primeiro turno das eleições, por haver votado nas propostas progressistas. No entanto, adverte que o apoio à *Frente Brasil Popular* não significa a partidarização do sindicato, mas sim o apoio ao candidato do “povo”.

O informativo permite perceber como as estratégias para a consolidação do sonhado projeto de uma sociedade mais justa eram traçadas, e como esse momento de se eleger um presidente da República que fosse o representante do povo, dos trabalhadores, significava para as lideranças, imbuídas desse desejo, um grande passo a ser dado rumo à consolidação daquele projeto. Isso explica tamanho investimento realizado por estas lideranças e expresso na mobilização intensa de trabalhadores e entidades, na produção de materiais e na construção de espaços que visavam discutir sobre as propostas dos candidatos.

A partir de questões sobre como se produziu e sobre quem produziu determinado boletim ou panfleto, tentei recuperar as relações inscritas no processo de produção das evidências. Nesse sentido, alguns materiais produzidos na época, mais do que os agentes propriamente e ação proposta em si mesma, revelam significados do desejo de intervenção social e de transformação, cultivados pelos sujeitos históricos envolvidos naquelas redes de apoio e de contato.

¹⁹⁷ FOLHA BANCÁRIA. São Paulo, n. 2073, 14 nov. 1989. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

¹⁹⁸ INFORMATIVO SINTRASP. Uberlândia, n. 1, nov. 1989. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

O panfleto *Manifestação contra UDR*,¹⁹⁹ produzido por entidades automeadas progressistas, convidava a população a participar de ato público, contra a União Democrática Ruralista (UDR) e suas práticas de violência contra trabalhadores rurais. O ato público seria realizado no dia 16 de março de 1989 na Câmara Municipal de Uberlândia, com o propósito de protestar contra as mortes de trabalhadores rurais que aconteciam constantemente nos seus enfrentamentos com ruralistas no processo de luta pela terra no Brasil. Era assinado pela CPT, UESU, DCE, ASUFUB, D.A. da História e da Economia, PT, PCB, PC do B, PSB, CSC, CUT, UTE, SINTTEL, CDDH, Sindicato dos Vigilantes, Sindicato dos Comerciantes, SINTRASP, AMU.

De modo semelhante, o panfleto abaixo, *Fora Caiado!*, foi lançado como alerta contra a UDR – União Democrática Ruralista e Ronaldo Caiado, que faria lançamento da sua candidatura à Presidência da República, em Uberlândia. Apontava as ligações dos políticos locais com o então candidato, como, por exemplo, Virgílio Galassi, também membro da UDR. O panfleto pedia à população que não se deixasse enganar pela estrutura do comício que seria realizado em Uberlândia e propunha toda uma mobilização das pessoas em torno das eleições de 1989, como forma de denunciar à população quais eram seus inimigos e quem estava em favor da luta dos trabalhadores.

¹⁹⁹ MANIFESTAÇÃO CONTRA A UDR. Uberlândia, s./d. Coleção CDP. Administrativos. Diversos, Pasta 04, n. de ordem 187. CDHIS/UFU.

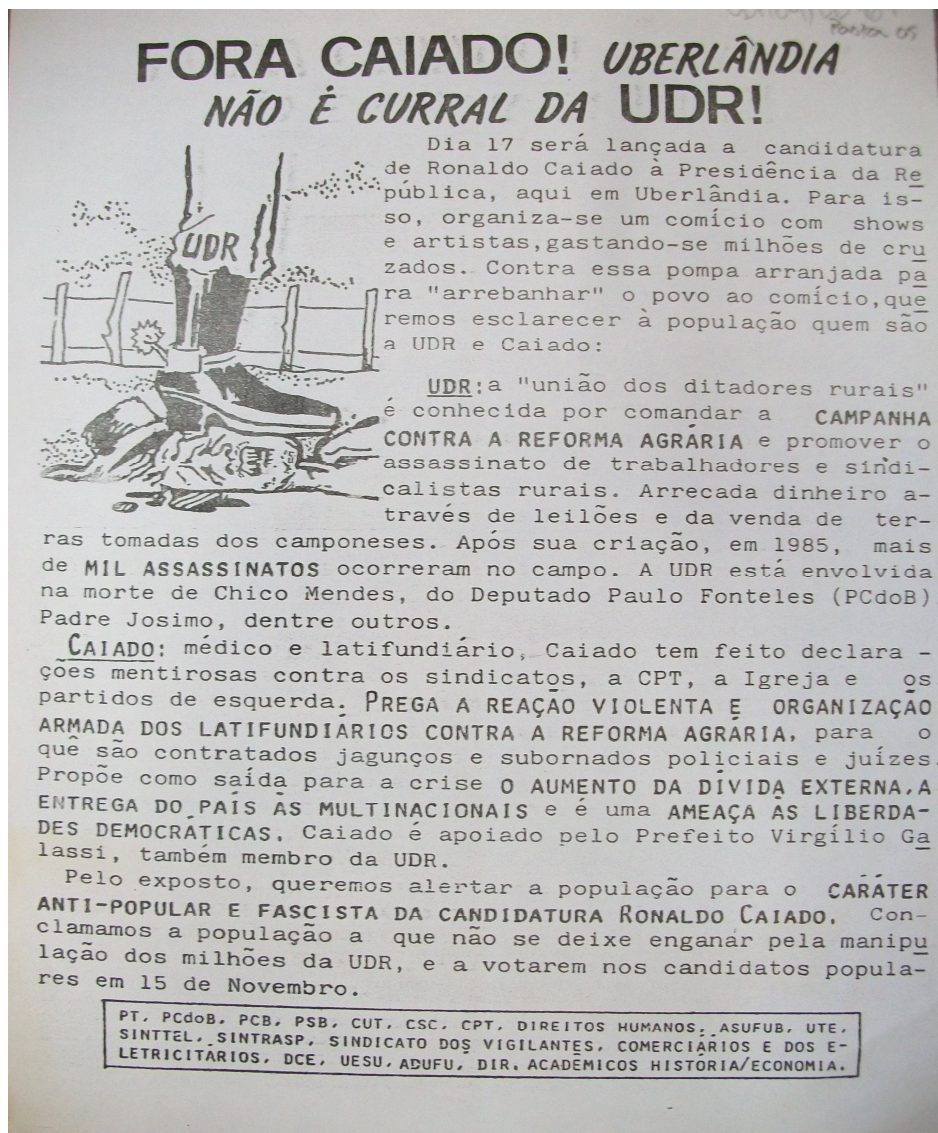


Imagem 18

Panfleto *Fora Caiado!*, Uberlândia, s./d.

Coleção CDP. Administrativo. Diversos. Pasta 05, n. de ordem 161. CDHIS/UFU.

Assinado por diversas entidades sindicais, populares e partidárias, o que já sinaliza para a solidariedade de classe e para a união em torno de um projeto, o panfleto é escrito com uma linguagem objetiva e com uma preocupação didática ao se pautar na caracterização da UDR e do candidato Ronaldo Caiado. Isso reforça sua capacidade de comunicar a públicos distintos e de se colocar como interventor no processo social, mesmo que contasse apenas com máquina de escrever e de xérox para produzir esse tipo de material. O título *Fora Caiado!*, em tom exclamativo, em caixa-alta e em negrito, potencializa a resistência que os produtores do panfleto querem despertar, dando destaque para a afirmação de que “Uberlândia não é curral da UDR!” Utiliza-se do

recurso do desenho que traz a imagem de um trabalhador rural caído ao chão - identificado pelo chapéu e por uma cerca ao fundo, demarcatória da propriedade privada - que está sendo pisoteado pelo ruralista, identificado pela bota com a sigla da UDR, para explicitar as relações de violência que os trabalhadores rurais vinham enfrentando no país.

Ao longo do texto, seguem explicações sobre quem é Caiado, a qual classe ele pertence e qual projeto de sociedade defende, associando este político à opressão e à violência, contra a qual as entidades progressistas vinham lutando desde a ditadura militar. Todos estes elementos eram reunidos em um único panfleto, provavelmente distribuído em praça pública, nas portas de fábricas e nos bairros, com interesse de se opor aos projetos dos empresários, latifundiários, parlamentares ligados a estes grupos e defender seu próprio projeto de sociedade.

Esse tipo de material sinaliza o conjunto de práticas elaboradas por tais sujeitos, que iam delineando valores, expectativas comuns, interesses diversos, ao mesmo tempo em que fortalece a problemática desta pesquisa que aponta para o compartilhamento de um projeto social e político naquele momento, de modo que a luta se expandisse para o desejo de eleger representantes nos poderes Executivo e Legislativo. Essas práticas, que poderiam parecer corriqueiras, tornam-se expressivas de todo aquele momento vivido, marcado pela contestação, pela resistência e pela mobilização.

Nesse processo de lutas, destaco um acontecimento significativo, que foi a visita de Lula a Uberlândia, à época de sua campanha à Presidência, em 1989. Este fato, recordado por Ronan Hungria em sua fala, durante entrevista, parece bastante comemorado, até mesmo festejado, pelos militantes daquele período. Procurando esse sentido (de expressão da luta, da resistência, da mobilização) em outros materiais, destaco um panfleto e algumas fotografias desse acontecimento, que estão colecionados na Coleção CDP, no eixo temático “Administrativo”, e que permitem vislumbrar o significado da vinda de Lula a Uberlândia:



Imagem 19

Panfleto *Grande Comício com Lula*, Uberlândia, 17 ago. 1989, p. 1.
Coleção CDP. Administrativo. PT, pasta 05, n. de ordem 63.



Imagem 20

Fotografia *Candidato Lula em passeata*,
Uberlândia, s./d.
Coleção CDP. Administrativo. Fotos, n. 40.



Imagem 21

Fotografia *Trio elétrico da campanha de Lula*,
Uberlândia, s./d.
Coleção CDP. Administrativo. Fotos, n. 41.

O panfleto traz, na primeira página, o anúncio do comício de Lula em Uberlândia, com uma fotografia dele no centro. No verso, apresenta as propostas do então candidato, os partidos da coligação *Frente Brasil Popular* e a informação de que aconteceria uma caminhada com Lula pelas avenidas centrais da cidade. O panfleto assumiu a forma de um convite ao destacar o comício que se realizaria na Praça Tubal Vilela, enaltecida até os dias de hoje como cartão postal da cidade. O nome do candidato e a data ganham a cor da militância – em vermelho –, o que poderia ser uma

estratégia para reforçar o convite e mobilizar maior número possível de militantes e eleitores.

Nas duas fotografias que seguem o panfleto – Imagem 20 e Imagem 21 –, o seu autor, não identificado, põe em evidência a figura de Lula. Na primeira, o foco da câmera destaca o então candidato caminhando em meio aos outros militantes, em frente ao prédio da Prefeitura da cidade naquele momento, hoje Museu de Ofícios; enfatiza o grande número de pessoas presentes na caminhada, anunciada no verso panfleto acima referido. Já na segunda fotografia, o fotógrafo novamente focaliza a imagem de Lula, agora a partir bandeira de campanha do candidato, hasteada sobre o trio elétrico, que traz sua imagem, a estrela que referencia o PT e a frase “O Brasil vai mudar de cara”.

Proponho que reflitamos sobre os significados desses três materiais selecionados, com distintas naturezas, a partir da imagem focalizada de Lula e da frase que foi uma marca da sua campanha naquele momento.²⁰⁰ Quais os significados de dar ênfase ao rosto do candidato Lula, um operário como tantos outros brasileiros, nos materiais de campanha e nas imagens produzidas durante a campanha? Qual o significado de investir nessa ação que era reforçada na frase afirmativa que o Brasil mudaria de cara? Uma interpretação possível é de que se procurava promover uma identificação dos trabalhadores/eleitores com um candidato que experienciou a condição de ser trabalhador (e ser explorado), e que naquele momento lutava para ser o candidato que representava toda a classe no processo da disputa eleitoral para o Executivo.

A insistência na produção da imagem de um operário, que se candidatou à Presidência da República e no *slogan* da mudança de cara, passava pelo sentido da busca de transformar as condições adversas vividas por muitos e que, de alguma forma, se assemelhava ao rosto do operário; assemelhava-se na sua experiência social. Mudar de cara trazia a latência de mudar um país – não no sentido de realizar uma revolução socialista, como pudessem ser a expectativa de muitos envolvidos naquele processo – mas, de construir uma sociedade mais justa.

Neste momento, retomo a noção da *necessidade* apontada nas entrevistas, pois ela se expressa no desejo de mudar a cara do país. Esse era o projeto compartilhado que

²⁰⁰ Esse apelo à mudança foi marca das campanhas de Lula à Presidência da República, não só em 1989. Se recordarmos a campanha de 2002, em que ele foi eleito pela primeira vez, ela trazia essa expectativa de mudar as relações vividas, ao usar o *slogan* “A esperança vencerá o medo”. Já em 2010, novamente o apelo à mudança foi recuperado pela candidata do PT, Dilma Rousseff, apoiada pelo então Presidente Lula. Nesse momento, enfatizava-se, nas suas propagandas de campanha, que “O Brasil vai seguir mudando”.

reunia interesses e sujeitos diversos. Entendendo que a história só ganha sentido na sua relação presente/passado, ao retomar esse processo a partir das memórias produzidas naquele momento, compreendo que a produção dos diversos materiais intervinha na produção de memórias acerca daquele vivido, ou seja, a ideia de compartilhar um projeto social e político passa pelo campo da disputa dessas memórias. O que está intimamente atrelado à constituição dos centros de memória, de documentação e informação e de assessorias aos movimentos, como apontei no primeiro capítulo.

Essas práticas também produziam significados e disputavam valores em torno do ato de votar, de se eleger um candidato, de ser cidadão e sujeito da própria história, exercendo esse direito conquistado pelas lutas dessa classe, potencializando suas ações e recuperando um sentido de presente como campo aberto às possibilidades, onde nada estava pré-determinado.

É esse entendimento, que estava em disputa nos anos 1980, de que os acontecimentos se dão pela ação dos sujeitos, que enfatizo nesta reflexão, pois acredito que ele traz consigo a condição de processo histórico como campo de embates e de disputa entre diversos projetos sociais. De acordo com o que Thompson²⁰¹ me inspira pensar, desejo compreender qual o significado de determinadas situações vividas no passado, para aquelas pessoas que o viveram, considerar os fatos vividos por aqueles sujeitos dentro das possibilidades que suas experiências lhes permitiram viver. Essas práticas, explicitadas nas entrevistas, nos diferentes materiais escritos e nas imagens, são abordadas, portanto, na condição de elementos representativos da experiência social daquelas pessoas – trabalhadores/militantes – e significativos do ponto de vista do avanço das lutas sociais colocadas naquele período e nas de hoje, pois se constituem em fontes de aprendizado, de conhecimento político e de inspiração para lutarmos por mais avanços nessa luta histórica.

Nos periódicos do Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH, pude ver que algumas estratégias eram traçadas buscando promover debates, informar e formar sobre as lutas e reivindicações que aconteciam. Esses periódicos estão localizados no eixo temático “Movimento dos Direitos Humanos” e foram doados ao

²⁰¹ Thompson chama a atenção para nos questionar sobre o significado de determinadas situações vividas no passado, para aquelas pessoas que viveram, lutaram se organizaram, ainda que tais situações possam parecer retrógradas ou fantasiosas, pois elas devem ser compreendidas como válidas dentro da sua experiência. Ver: THOMPSON, E. P. Prefácio. In: _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1, p. 9-14.

CDP pelo MNDH.²⁰² São recuperados aqui porque apontam como estratégias de luta eram compartilhadas entre os diversos agentes dos movimentos sociais. São periódicos que se articulam aos outros materiais abordados, por mostrar outros projetos alternativos daquele momento, que estabeleciam uma intensa interlocução nesses anos. Apresentam as várias redes criadas e como elas se entrelaçavam em torno de um projeto de construção de uma sociedade mais justa.

A publicação do MNDH contava com uma rede de comunicação aparentemente bem aparelhada, sendo o periódico elaborado por jornalistas. Apresenta-se com editorial, manchetes, imagens, diferentes cadernos (Especial, Violência, Economia, Política, Violência, Ecologia e Notícias do MNDH) e dividido em colunas, textos assinados por intelectuais e entrevistas com artistas engajados em causas sociais. Tem a especificidade de ser produzido para a venda, ao contrário da grande maioria dos veículos de comunicação que compõem a Coleção CDP, o que talvez indicie mais sobre uma forma de manutenção deste tipo de imprensa, do que propriamente um interesse comercial, tendo em vista os temas pautados pelo periódico. Estes temas apontavam para um posicionamento político do MNDH em defesa dos direitos humanos, discutiam questões ligadas às lutas no campo e cobravam por justiça, denunciavam crimes e lutavam por reforma agrária e pela defesa dos povos indígenas. Ao dialogar com diversas questões sociais, o periódico se colocava como um formador de opinião na perspectiva dos trabalhadores (fossem eles do campo, da cidade ou indígenas).

A partir das edições que analisei, pude perceber que o interesse era fazer convergir o maior número de demandas e práticas advindas dos setores organizados dos movimentos populares e sindicais, como maneira de ampliar o movimento e dar visibilidade a ele, sempre articulando a discussão litúrgica aos direitos humanos, inclusive o direito de ser livre da exploração e opressão historicamente construídas e vividas por milhões de trabalhadores. Nesse sentido, temas e sujeitos ligados aos movimentos organizados daquele período ganham destaque nesses materiais, revelando quais os interesses em confronto e quem os disputava. O MNDH criava espaços de

²⁰² O MNDH tinha uma ligação com a CNBB, entidade que apoiou várias lutas populares no país entre os anos 1970 e 1980. Pude perceber, através do Guia da Coleção CDP, que a CNBB encaminhou várias correspondências ao CDP no período da Constituinte, inclusive vários telegramas, informando sobre o processo de votação das propostas populares na Constituinte. No periódico do MNDH, sempre há matérias que discutem sobre a atuação da CNBB em defesa dos direitos humanos. Esses são indícios importantes que apontam como existiam várias redes formadas que articulavam diversos movimentos sociais, entidades, interesses e sujeitos.

debates, como encontros nacionais com vistas a debater sobre o tema da “Construção da nova sociedade brasileira”²⁰³.

Meu interesse não é aprofundar a discussão sobre este veículo, especificamente, mas apontar os elementos das várias formas de imprensa criadas naquele momento em torno do projeto de construção da nova sociedade, o que sinaliza para as redes criadas, os projetos constituídos e pelo que se uniam. Compreender o significado de elaborar esse tipo de prática, visando à formação e à informação, e em produzir um periódico a fim de ampliar o alcance dessa prática, passa pelo sentido de perceber os interesses políticos e ideológicos existentes nas relações vividas, no âmbito local e nacional, no processo de produção desses materiais.

Trazer essa dimensão do local que compõe o nacional e recuperar como essa “ponte” era feita só se tornou possível ao buscar, nas entrevistas, as pistas que sinalizavam para o cotidiano da organização no nível local, aliá-las aos elementos fornecidos pelos periódicos e boletins (de nível nacional e regional) que apresentavam outros agentes e práticas. Esse procedimento coadunava-se para a visualização da minha problemática, de investigar como se formaram várias redes que se entrelaçavam com vistas a consolidar um projeto social.

Assim, a leitura dos periódicos do MNDH me fazia perceber como a CNBB foi um agente que agasalhava as lutas travadas nos níveis locais, de acordo com o que as entrevistas foram apresentando. Fátima afirma ter sido essa entidade, através de D. Evaristo Arns, que deu apoio para a transformação da Associação das Costureiras em Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário. O entrecruzamento das fontes, numa leitura que buscava a todo tempo surpreende-las, me permitiu vislumbrar as relações inscritas na sua produção, ao mesmo tempo em que os sujeitos históricos inseridos naquelas redes se tornavam visíveis.

Pude também observar, nesses veículos de comunicação sindical, a circulação dos temas tratados, o que aponta para o desejo de congregar diferentes lutas em relação na sociedade, para que, na convergência dessas forças sociais, o movimento mais amplo saísse fortalecido. Em algumas edições do SINTTEL, bandeiras como a situação

²⁰³Essa foi uma prática que pude ver assinalada em uma das edições do periódico. JORNAL DOS DIREITOS HUMANOS. Brasília, n. 7, abr. 1989. Coleção CDP. Movimento Direitos Humanos. CDHIS/UFU.

desigual dos negros na sociedade e a condição da mulher eram constantemente lembradas.²⁰⁴

Na edição de número 160,²⁰⁵ de janeiro de 1990, ao apontar as ações programadas pelo Departamento de Formação Sindical e Cultura do SINTTEL, pude observar que, nos seminários promovidos para formação, seriam tratados temas diversos que *tinham ligação com a categoria e com a sociedade*, tais como: mulher no sindicalismo, saúde, dívida externa e dívida interna, racismo na sociedade mineira, dois anos sem Chico Mendes. Outro objetivo destacado nesse programa era a necessidade de trabalhar conjuntamente com demais entidades sindicais. Assim aponta: *Estreitar os laços com outras entidades sindicais para troca de experiências e trabalhos conjuntos é mais um objetivo que o programa elaborado pelo Departamento.*²⁰⁶ Estas passagens constituem-se em pequenas pistas que permitem recompor as injunções históricas que delineavam como ocorriam as articulações políticas entre diversos agentes do movimentos sociais e como foram se criando redes de comum vivência pelas quais se compartilhavam experiências de lutas, objetivos a serem alcançados, estratégias a serem elaboradas e seguidas, na criação de novas relações sociais pautadas no sonho de uma sociedade mais justa e igualitária, construída na ação em conjunto dos movimentos organizados.

O Bode Berra, do SINTTEL, ainda trouxe outras pistas para compreender como essa circulação de temas se mostrava como estratégia para consolidação daquele projeto político e social. Na edição de número 138,²⁰⁷ datada de 27 de fevereiro de 1989, ao pautar o tema da moradia no país, discutem-se as razões que geravam as más condições de moradia. No entanto, o periódico não se limita à leitura dessas condições e se posiciona frente ao processo, sugerindo medidas que visam à organização das pessoas em um movimento por moradia, para transformarem essa situação desigual, quando afirma que as ocupações de solo urbano que prosperavam eram aquelas realizadas de modo organizado, *que tinham um entendimento político do que era uma ocupação*.

²⁰⁴ O BODE BERRA. Belo Horizonte, n. 114, dez. 1987; O BODE BERRA. Belo Horizonte, n. 116, 2. fev. 1988. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

²⁰⁵ O BODE BERRA. Belo Horizonte n. 160, jan. 1990. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ O BODE BERRA. Belo Horizonte, n.138, fev. 1989. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

A publicação se põe naquela conjuntura como agente mobilizador e formador de opinião, buscando difundir, aos seus leitores, seu entendimento de ocupação, de luta e de organização de trabalhadores em prol de moradia. Nesse afã de construir um sentido sobre ocupação de solo urbano, o periódico equipara a luta pela terra no campo e na cidade para propor a união das lutas dos trabalhadores urbanos e rurais para aumentar o poder de *pressão para forçar a democratização do direito à propriedade no Brasil*.²⁰⁸

Outra matéria dessa mesma edição, intitulada “Unir cidade e o campo”, reforça a necessidade da união das lutas no campo e na cidade. Traz um trecho de uma entrevista com uma sindicalista da CUT estadual, uma das fundadoras do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unai - MG, que afirma que a bandeira da reforma agrária é histórica e deve ser erguida por todos trabalhadores e faz apelo para todos se unirem contra a violência no campo. Pode-se ver que há um compartilhamento tanto da leitura de conjuntura, quanto dos objetivos a serem alcançados e das estratégias a serem traçadas. As duas categorias – trabalhadores das empresas de telecomunicação e trabalhadores rurais – tinham interesses em se unir e divulgar uma as lutas da outra, e dessa forma buscar respaldo na sociedade por meio da correlação de forças estabelecida. Este era um fato comum entre os diversos agentes dos movimentos sociais do país, sendo estratégia de ação essa união das bandeiras de lutas, numa identificação maior do ser trabalhador. É explícito o desejo de formar um grupo de pressão que forçasse o processo de democratização no país, que garantisse o direito de propriedade à classe trabalhadora e o de viver em condições dignas.

Na edição de número 3, do *Informativo SINTRASP*,²⁰⁹ do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Uberlândia - SINTRASP, datada de fevereiro de 1990, encontrei semelhante conjugação de forças entre o Sindicato dos Servidores do Serviço Público Municipal de Uberlândia e um movimento de trabalhadores rurais que ocuparam terras em uma fazenda na cidade de Iturama - MG, uma das primeiras ocupações realizadas no Triângulo Mineiro, recordada por João Batista e por Antônio de Almeida em suas respectivas entrevistas realizadas para esta pesquisa.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ INFORMATIVO SINTRASP. Uberlândia, n. 3, fev. 1990. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

Com uma matéria intitulada “Luta dos sem terra em Iturama”, o informativo aborda a questão da desigualdade fundiária no país, denunciando a concentração de terras nas mãos da elite agrária, a qual havia congregado suas forças na criação da União Democrática Ruralista (UDR), órgão com grande poder de influência entre parlamentares, muitos deles inclusive membros desta entidade. Aponta as consequências dessa situação para o país, como, por exemplo, a falta de alimentos para uma parcela da população que vivencia a desigualdade social. Ainda relaciona, na sua leitura do processo social desigual, os constantes crimes no campo contra trabalhadores rurais, citando os casos conhecidos nacionalmente, como o de Chico Mendes e o de Eloy Ferreira da Silva, mortos por sua militância em defesa de trabalhadores rurais.

Nesse sentido, a publicação, de maneira semelhante àquela realizada por *O Bode Berra*, do SINTTEL, ao tratar sobre o tema da moradia, aborda a questão da ocupação de terras no país de modo a defendê-la enquanto direito dos trabalhadores rurais, assim como era direito dos trabalhadores urbanos fazer a greve. Faz-se uma equiparação de lutas que têm processos de formação e estratégias diversos, para mais uma vez congregar as variadas lutas que ganhavam visibilidade na sociedade daquele período.

A entidade, por meio de seu veículo de comunicação, não só dava apoio ao movimento realizado pelas trezentas famílias de trabalhadores que ocupavam as terras em Iturama, como demonstrava, para seus leitores, compartilhar das práticas de mobilização, de organização e de resistência utilizadas pelos movimentos de luta pela terra. Informa que as famílias vinham passando por grandes dificuldades, desde ameaças de violência dos jagunços contratados pela UDR até a incompreensão dos próprios moradores da cidade. Assim, solicitava que os leitores ajudassem os acampados, com remessas de donativos ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia - STIAU, grande expoente de mobilização e articulação sindical na cidade, fato que mais uma vez reforça a ideia da articulação entre diferentes entidades e forças sociais da época.

Uma outra pista a ser considerada nesta mesma edição, que indicia sobre o compartilhamento de um projeto social, o qual exigia destas entidades a conjugação das suas forças políticas, é o fato da equiparação do direito de greve ao direito da ocupação de terras. Isso porque o tema do direito à greve era recorrente desde a primeira edição desta publicação (julho de 1989), o qual era constantemente desrespeitado pela classe patronal, que, segundo o informativo, se portava como senhora de escravos e possuidora

de um pensamento que lhe garantia apenas direitos, enquanto que aos trabalhadores restavam-lhes apenas os deveres. As greves realizadas por outras categorias da cidade eram sempre discutidas pela publicação e tinham valorizadas as estratégias de ação. Nesta referida edição, ganhava destaque a greve realizada pelos trabalhadores da indústria de refrigerantes *Pepsi-Cola*, quando se apontava as dificuldades encontradas pelo movimento grevista para negociar com o patronato, o que mostrava, na visão do informativo, que a classe patronal era uma só.

Ao acompanhar a leitura dos acontecimentos, realizada pelo informativo, pude perceber como são explicitados projetos sociais e políticos defendidos por grupos distintos, com interesses também distintos, e que se opõem numa sociedade de classes, onde os patrões (seja no campo, seja na cidade) vivem da espoliação dos trabalhadores. Assim também como pude observar como é levantada a necessidade desta classe se unir para consolidar seu projeto social em defesa de uma sociedade onde os trabalhadores possam ser respeitados e valorizados enquanto sujeitos. Busca-se, na identificação de classe dos trabalhadores, muitas vezes referenciados como “o povo”, a base fundamental para a elaboração desse projeto.

Por outro lado, o mesmo informativo, que dá pistas de que tramitava na sociedade esse desejo de fortalecimento da classe trabalhadora, também permite entrever fissuras nesse processo, que comprometiam sua consolidação enquanto projeto de intervenção da classe trabalhadora. Refiro-me a uma análise elaborada pela publicação sobre as expectativas que se podia ter acerca do Governo Collor (prestes a tomar posse, em 1990), que aponta as articulações de Fernando Collor com os grupos empresariais, como a Rede Globo, na figura de Roberto Marinho, e a FIESP. Assim, cito um trecho do *Informativo SINTRASP*, de fevereiro de 1990, com uma crítica contundente, dirigida à parcela da população que votou em Fernando Collor, os mesmos trabalhadores conclamados a se unirem em torno do fortalecimento da sua própria classe:

*Como as crianças que depende dos adultos, dos pais, esses trabalhadores votam nos ricos, nos membros da classe patronal, confiados à proteção caridosa. Ficam de boca aberta esperando que os restos da mesa dos ricos chegue até seus estômagos. NÃO CONFIAM EM SEUS IGUAIS.*²¹⁰

²¹⁰ INFORMATIVO SINTRASP. Uberlândia, n. 3, fev. 1990. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

Vê-se que o desejo de construção de uma outra sociedade, apesar de bastante discutido, alardeado pelos diversos agentes dos movimentos sociais, não foi amplamente assumido entre todas aquelas pessoas que vivenciavam a condição de classe do ser trabalhador. Por diversas razões, essa parcela, que ajudou a eleger o projeto social da classe dominante no processo eleitoral de 1989, recuou diante da possibilidade de eleger, na primeira eleição direta para presidente da República, um representante popular. Esse foi um duro golpe sofrido por todos aqueles sujeitos que militavam, desde os anos finais dos 1970 e por todos os anos 1980, por constituir instâncias de representação popular, conquistar direitos civis e políticos negados pela ditadura militar, construir mecanismos de formação e informação na perspectiva dos trabalhadores, fazer frente ao projeto social das classes dominantes.

A leitura dos diversos grupos progressistas²¹¹ chega mesmo a apontar e discutir alguns dos motivos que provocaram esse recuo de parte da população, como, por exemplo, o grande poder da mídia nesse processo, que atuava na produção de imagens e de discursos, forjando identificações com o projeto dominante, ainda que essas identificações fossem infundadas. Os meios de comunicação de massa criaram modos de pensar e de atuar entre a população que significou o apoio ao candidato das elites.

Essas são pequenas fissuras às quais se deve voltar para entender as derrotas dos movimentos sociais que se mostravam bastante consolidados. No processo social de disputa pela hegemonia, é necessário considerar as estratégias de desorganização da cultura popular elaboradas pelos grupos dominantes e perceber que as classes populares em alguns momentos se identificam com os projetos dominantes e os apóiam.

²¹¹ Pude observar que vários órgãos da imprensa sindical fizeram balanços sobre a eleição de Collor, apontando o papel assumido pela imprensa no processo eleitoral, alguns inclusive pondo em debate a imprensa dos trabalhadores. Porém, alguns ainda consideraram que havia tido uma elevação da consciência de classe dos trabalhadores, ainda que derrotados. Reavaliam estratégias utilizadas na campanha de Lula, consideradas agora inadequadas. Apontam as baixas expectativas que se poderia ter em relação ao Governo Collor, afirmando que todas as conquistas populares conseguidas durante a década de 1980, sofreriam um retrocesso a partir daquele momento. Com essa leitura, *A Tribuna Bancária*, do dia 04 de janeiro de 1990, afirma que um caminho a ser seguido seria a união da esquerda para “esperança e liberdade”. Esse mesmo periódico insiste na articulação de Collor com a Rede Globo, em contrapartida às constantes negativas aos pedidos de concessões de canais de TV e rádio, feitos por entidade populares e sindicais, demonstrando que tais concessões eram obtidas via favores políticos, como aqueles firmados entre Collor e Rede Globo, que agora o elegeram. Foi comum encontrar nessas análises de conjuntura a afirmação de que “a história mostraria os erros e acertos desta eleição”. Essas são leituras feitas em boletins e periódicos como: a *Folha Bancária*, dos bancários de São Paulo; *Tribuna Bancária*, dos bancários do Ceará; *O Bode Berra*, dos telefônicos de Minas Gerais; *A Massa*, dos trabalhadores da alimentação de Uberlândia; *CDP Informa*, do Centro de Documentação Popular, de Uberlândia.

A resistência não é um processo contínuo, pois sofre períodos de subordinação, alternados por momentos de luta ativa. Os pontos de divergência existem e devem ser considerados na leitura do processo histórico. Thompson alerta que, para entender como o controle social e a dominação conseguem se efetivar, devemos nos voltar para normas, rituais e cultura do povo para além da relação produtiva em si, ou seja, pensar numa hegemonia cultural. Isso implicaria investigar sobre quais elementos da cultura daqueles trabalhadores – que recuaram frente às propostas dos grupos progressistas de mudança, de eleger um candidato comprometido com os problemas sociais destes trabalhadores – se pautava o controle das classes dominantes sobre elas. A força que os meios de comunicação de massa exerceram sobre estes sujeitos é um destes elementos passível de ser analisado para compreender em que momento o projeto alternativo de sociedade não conseguiu respaldo entre os próprios trabalhadores.²¹²

No entanto, tendo em mente que o processo histórico é marcado pelo conflito e pela tensão, pelo embate constante de forças sociais que ora se opõem, ora se complementam, não se pode perder de vista, nessa dinâmica, os momentos em que os trabalhadores e militantes conseguem se reorganizar frente às estratégias da classe dominante e elaborar novas formas de atuar.

É nesse sentido que recupero a edição de número 184, de agosto de 1991,²¹³ do SINTTEL, para pensar as alternativas lançadas pelo sindicato e outras entidades como forma de se fazerem vistos naquela sociedade. Assim, na matéria intitulada “Muito além da Rede Globo”, pude ver uma iniciativa do Sindicato, juntamente com outros sindicatos de Belo Horizonte (dos Metalúrgicos, dos Radialistas, dos Bancários, a Escola de Comunicação da PUC-MG, uma produtora de vídeo e do Comitê Mineiro de Democratização), de constituir uma TV a cabo na praça, com programação mensal.

A intenção era discutir problemas sociais de forma livre e independente, já que os meios de comunicação de massa não se propunham a isso, e essa era uma das formas defendidas para se colocar fim à ditadura da palavra imposta por tais meios. Essa prática demonstra tanto a leitura de conjuntura a ser compartilhada, como as estratégias a serem traçadas para se opor ao projeto social dominante que contava com os meios de comunicação para generalizar tal projeto, num momento em que os movimentos sociais

²¹² Ver THOMPSON, Edward. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.p. 227-267. Ver também WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: _____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.115-117.

²¹³ BODE BERRA. Belo Horizonte, n.184, ago. 1991. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

começavam a sentir uma inflexão frente à política liberal. Diante das constantes derrotas nas demandas por concessão de canais de televisão e de rádio, as entidades populares elaboram outra forma de intervir, de divulgar seus interesses, sonhos e propostas de solução para os problemas sociais vividos pelos trabalhadores.

Em um convite, localizado no eixo temático “Administrativo”, para uma Mostra de Vídeos²¹⁴ a ser realizada em 1991 sobre o período de 1984 a 1991, pude observar uma das dimensões dessa outra forma de intervenção no social, proposta pela TV *Viva*, de Olinda (PE), que convidava os movimentos populares e sindicais a atentarem para a importância e utilidade do vídeo como um instrumento de comunicação. A TV *Viva* era um projeto de comunicação do Centro Luiz Freire, entidade não-governamental e sem fins lucrativos, fundada em 1972. O Centro atuava nas Áreas de Direitos Humanos e Educação, através do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP, e do Serviço de Apoio à Educação Alternativa. Essa entidade sempre atuava na produção de vídeos populares, com vistas à formação. Esse apelo feito pela TV *Viva* tinha respaldo no cotidiano dos movimentos sociais que sempre recorriam às práticas dos vídeos-debates como mecanismo de formação de lideranças e algumas vezes dos trabalhadores. Dentre os materiais analisados, encontrei vários indícios da relevância dessa prática, haja vista o convite acima relacionado.

Ainda encontrei um informativo com edição especial para as Eleições de 1989, produzido pela Associação Brasileira de Vídeo Popular, no qual se divulgam alguns vídeos *que buscam auxiliar na organização de debates, cursos e demais atividades de animação cultural*²¹⁵, dentre os quais encontra-se um vídeo produzido pela TV *Viva*, ao mesmo tempo em que aponta outras ações e agentes atuando nesse campo, tais como: CETA/IBASE, CECIP, e FASE, TV Comunidade, Núcleo de Vídeo no Centro de Assessoria ao Meio Popular - CAMPO.

A própria existência de uma Associação Brasileira de Vídeo Popular aponta para a força que a produção de vídeos populares assumia naquele momento. No *Jornal do CDP*, também pude ver a referência a tais exposições, as quais constituíam-se em espaços de reflexão política e lazer, como sugere pensar o boletim:

²¹⁴ Convite MOSTRA DE VÍDEO DA TV VIVA. *A sua imagem*. Olinda, s./d. Coleção CDP. Administrativo. Diversos. Pasta 02. n. de ordem 47. CDHIS/UFU.

²¹⁵ INFORMATIVO da Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP). Olinda, s./d. Coleção CDP. Administrativo. Movimento Sindical. Pasta 04. n. de ordem 34. CDHIS/UFU.

O VÍDEO-DEBATE tornou-se um ponto de referência para várias pessoas. Quinzenalmente, todas as sexta-feira, a partir das 19:30 hs, no Sinttel (R. dos Pereiras, 783), temos oportunidades de assistir filmes com diversos temas: lutas sindicais, costumes, ecologia, documentários, etc. Sempre regados à cerveja e bons papos... (sic)²¹⁶

Ronan Hungria e Élson Felice também apontaram como se faziam as exibições de vídeos-debates, quando lhes perguntei sobre a organização das sessões. Ao descreverem como se davam tais sessões, ressaltaram a sua importância como atividade formativa em Uberlândia, o que pude cotejar com alguns folders elaborados pelo CDP para a exibição desses vídeos. Ronan Hungria ressaltou o gênero dos filmes exibidos e que as sessões representavam um espaço de lazer:

Esse debate era o momento do lazer, né? [...] Tomar uma e assistir fita. “Classe operária vai ao paraíso” (risos). Esses filmes mais críticos, né? [...] Então, assim, vamo ver um vídeo que questiona a condição da mulher nessa sociedade opressora. [...] Lá, no Sindicato da Alimentação, na sexta-feira, depois de ter ralado todinho, cê vai prá lá tomar uma com a gente e assistir a fita. [...] Tinha os cartazes [para divulgar/convidar]. Organizadíssimo e sem grana, e organizadíssimo. Porque era uma vontade das pessoas. Era um desejo, sabe assim? E quando você tem isso, essa energia, ninguém te segura.²¹⁷

Ronan destaca os momentos criados pelo CDP, como pude perceber nos cartazes produzidos pelo Centro, onde a formação por meio dos vídeos-debates era associada ao lazer, como momento, também, de se reunir com companheiros e tomar cerveja na sexta-feira à noite. Já Élson Felice, mesmo tendo afirmado que se tratava de uma criação do CDP, reportou-se ao processo formativo que acontecia nos períodos de greves, quando as exibições cumpriam o cronograma das atividades planejadas para seu decorrer, mas não fez referência ao espaço de lazer que estas sessões representavam. Afirmou que o público compunha-se, essencialmente, das lideranças e que apenas nos períodos grevistas conseguia-se envolver os trabalhadores nestas exibições:

Foi o CDP que criou, foi embarcado pelo... é... É umas coisas, né, naquela época, você ter um... videocassete era tipo você ter o que, hoje? Ah, um carro de sessenta mil reais. [...] Era tudo lideranças do movimento. A gente, assim,

²¹⁶ JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, n. 2, out.1989. Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna. Pasta 05. n. 04.CDHIS/UFU.

²¹⁷ Entrevista concedida à autora por Ronan Hungria, realizada em 30 jun. 2007.

conseguia atingir categorias, trabalhador mesmo, quando tava naqueles períodos que aquela categoria tava tendo uma certa mobilização. [...] Então é... Nas atividades da greve, acabava que o vídeo-debate entrava na programação. [...]

A gente fazia as manifestações, as passeatas, que é o que eu falo: são atividades formativas. Mas precisava de algumas reflexões. Então, quando era essas situações, aí cê tinha casa cheia, com cinquenta pessoas na... na... naquela... no vídeo-debate, né. Mas, no geral, quem assistia os filmes mesmo era o... era a... os dirigentes, os militantes, né.²¹⁸

Ainda visando recuperar o sentido da resistência dos movimentos sociais frente às investidas da classe dominante, destaco a edição de número 169 de *O Bode Berra*,²¹⁹ de agosto de 1990, na qual se avalia que o movimento sindical dos telefônicos havia atingido mudanças de concepção sobre o papel do sindicato perante o trabalhador, apontando que essa consolidação do SINTTEL se fez historicamente. Para isso, recupera a participação do sindicato no 1.º Congresso das Classes Trabalhadoras, o CONCLAT, em 1981, e, depois, na fundação da CUT, em 1983, os quais são tidos como dois marcos no processo de fortalecimento da classe trabalhadora do país.

Interessante, nesta edição, a ênfase do periódico na consolidação do movimento dos telefônicos no momento em que o Plano Collor impunha uma grande recessão ao país, sentida pelos trabalhadores no arrocho salarial, nas demissões em massa no setor público, no descaso do governo em negociar com os movimentos grevistas que explodiam por todo país, nas ameaças constantes de privatizações. O periódico, inclusive, tece uma comparação entre as práticas adotadas pelo governo Collor frente aos movimentos grevistas e aquelas empregadas durante a ditadura militar, em que preponderavam a intolerância, a violência e espectro da recessão.

Esses são indícios de que o periódico se empenhava em mostrar como as práticas de resistência do trabalhador em outros momentos difíceis significaram um tempo de transformação e de conquistas a partir da união de classe. Ao reservar uma página inteira para lembrar o período adverso da ditadura militar e de como sua queda se deu a partir da resistência, da contestação da população, a análise do periódico vinha conclamar novamente à resistência, permitindo compreender que aquele projeto social devia ser constantemente reavaliado diante das novas injunções históricas. Por outro lado, a partir de uma análise que se faz do presente, reavaliando o passado com vistas a

²¹⁸ Entrevista concedida à autora por Élson Oliveira Felice, realizada em 09 fev. 2010.

²¹⁹ O BODE BERRA. Belo Horizonte, n. 169, ago. 1990. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

transformar o futuro, o periódico cria um movimento prospectivo, em que a história é tomada como elemento potencialmente propulsor de novas ações, ao recuperar memórias de ações dos movimentos sociais entre anos finais de 1970 e os iniciais de 1980, tornando evidente como o campo da memória consistia em um campo ativo de luta e de resistência.

Discutir a organização desse projeto social e político a partir da articulação de diversos agentes dos movimentos sociais exige analisar as práticas elaboradas no campo da memória. A pesquisa me permitiu compreender como havia uma clara luta também pela produção de memórias dos movimentos sociais e que as várias iniciativas de constituição de centros de documentação e de memória evidenciam o desejo de disputar, nesse campo, o direito à história, compondo esse projeto de intervenção naquela sociedade. Assim como era desejo dos trabalhadores se organizarem em sindicatos, partidos políticos, associações de bairro e constituírem outras estruturas de representação e de intervenção naquela sociedade, como centrais sindicais, escolas de formação, centros de informação, era também expressão de seus desejos, criarem mecanismos de registro e guarda dos materiais produzidos no curso de suas lutas.

Desse modo, recupero a fala de Maria de Fátima quando diz que a criação do CDP em Uberlândia assumiu, na sua concepção, a responsabilidade de contar a “história belíssima” do movimento popular, ao mesmo tempo em que constituía material de formação política:

Ali, era um movimento de material de formação política(!), formação. Discutir, debater entre os trabalhadores, era prestar esse serviço ao movimento popular. Se você quisesse saber a história do Sindicato [dos Trabalhadores nas Indústrias] da Alimentação, a história do movimento popular, como que organizamos, nos organizamos, como se deu, pra num ficar na mente... Porque o Centro passa, a gente morre, né [...]. Se a gente não registrasse ele, quem iria contar essa história, contribuir pra sociedade(!), essa história tão rica e belíssima do movimento popular(!), sindical, partidário e político?! Num tinha ninguém! A ideia de fundar o... o... Centro de... Documentação foi exatamente isso, registrar, registrar esses movimentos, e também de arquivar essa história, esse ciclo, e também tá a serviço da população(!), da sociedade!²²⁰

Fátima justifica a necessidade desse tipo de ação afirmativa no campo da memória como forma de não deixar cair no esquecimento a história vivida por ela e seus

²²⁰ Entrevista concedida à autora por Maria de Fátima Lucena, realizada em 30 mar. 2010.

companheiros que lutaram por uma sociedade mais justa. Ainda sugere pensar que esta seria uma forma de estabelecer contrapontos com as memórias daqueles que viveram essa movimentação, ao dizer que esta história não deveria ficar apenas “na mente”, ou seja, ela reivindica o direito à história das classes populares.

Élson, ao longo da sua fala, apontou que a concepção predominante no CDP era a produção de memórias como elemento formador. Hoje, ele reavalia que aquela experiência possibilitou disputar as memórias produzidas naquele período como meio de autorreflexão para os movimentos sociais e também de contraponto à história dita oficial:

É.... eu sinto assim, que... começa a criar condições, pra que o... o... os grupos populares, a organização popular, repense a sua história. Porque a nossa história tá muito formada num discurso oficial. Então, no período em que nós montamos o CDP, talvez alguns dos historiadores, ou o grupo de historiadores, já tinha essa dimensão. Como eu tava na linha de frente, como diz os eletricitários, na linha viva, né... Na CEMIG, quando tem um eletricista que tá consertando uma rede que não tem jeito de desligar a energia, cê tem que arrumar, subir naquele poste lá e fazer aquele trem funcionar, e o trem tá ligado, então é o que eles chamam de “linha viva”. Então, pra nós, que era trabalhador, e entra pra direção de um sindicato, pra dirigir um sindicato, era linha viva! Cê tinha de saber economia, saber questão jurídica, saber tudo quanto é coisa, informação importante, pra poder tocar o projeto, né. E... aí... num dava tempo pra poder... pensar nas coisas. Hoje, com mais calma, eu vejo. Que é o que, na verdade, o material do CDP proporciona é a gente fazer uma nova leitura da trajetória da classe trabalhadora, no caso da nossa região.²²¹

A metáfora da “linha viva”, utilizada por Élson Felice, faz referência ao trabalho dos eletricitários, comparado ao tempo frenético da sua militância nos anos 1980, quando atuava em várias frentes ao mesmo tempo, em que lhes eram cobradas respostas rápidas, sem muito tempo para pensar, que eram buscadas nas fontes de saber das quais dispunham ou mesmo criadas dentro das possibilidades disponíveis. Essa metáfora permite entender quais necessidades o CDP se colocava a suprir naquele momento. Mesmo nascendo com a ideia de ser centro de documentação, ele assumiu outras funções, pois a experiência vivida exigia mais do que isso.

E foi dentro dessas possibilidades que esta experiência de documentação se fez em Uberlândia, ou seja, assumindo o papel formador/informador de lideranças, prestando assessoria aos movimentos populares e sindicais, que se tornaram seus

²²¹ Entrevista concedida à autora por Élson Oliveira Felice, realizada em 09 fev. 2010.

principais agentes de diálogo. Foi nesse sentido que a produção de memória tornou-se dimensão ativa daquelas lutas, alimentando suas necessidades. Aqueles que se punham à frente desse trabalho estavam na “linha viva” das experiências sociais.

Considerações Finais

Caminho para o encerramento deste trabalho com a certeza de que ainda falta muito a ser pesquisado sobre os movimentos sociais e, sobretudo, sobre os processos de resistência dos trabalhadores frente suas condições adversas de viver, morar, trabalhar, mobilizar-se e organizar-se em várias frentes de luta, inclusive no campo de produções das memórias relativas às suas trajetórias. Essa certeza se faz diante da variedade e diversidade de materiais que vislumbrei, mas que não consegui analisar. Aqueles que selecionei, para explicitar minha problemática de pesquisa, são apenas uma pequena parte de tudo aquilo que foi produzido e se fez registrado na Coleção CDP, lugar de onde parti para estabelecer as relações e articulações sinalizadas no corpo deste trabalho. Ciente de que a Coleção detém somente uma fração dos registros dos movimentos sociais da cidade, no seu processo de interlocução com outros movimentos, instituições e entidades ligadas aos trabalhadores, percebo que a dimensão desse processo é muito mais ampla. Vislumbrei vários outros caminhos que não pude trilhar em vista do prazo a ser cumprido no curso de mestrado, mas que assinalava um campo possível (e rico) de cotejamento com outros materiais da experiência social abordada nessa problemática.

Posso dizer que fiz um longo, intenso e árduo percurso de pesquisa, mas necessário na medida em que significou meu amadurecimento frente ao tema e a problemática, que insistentemente não abandonei, mas também, significou meu amadurecimento frente ao próprio trabalho de pesquisa, o qual é por si um curso vital na formação do historiador. É doloroso o processo da seleção, pois sempre produz a incerteza: será que devo utilizar este e não aquele outro material? Essa incerteza se produz quando, agora, na finalização do trabalho, olho para os materiais trazidos para casa e que não foram incluídos no corpo da narrativa, e vejo o quanto podem dizer sobre as questões levantadas.

Se, ao longo do caminho, entre o projeto de pesquisa e a escrita do texto final desta dissertação, fui surpreendida pelo confronto entre minhas concepções e supostos e os materiais selecionados enquanto fontes da pesquisa, isso ainda produz o conforto de

que existe um campo aberto a outros pesquisadores, e que, talvez, o trabalho aqui apresentado possa sinalizar outros caminhos para se pensar sobre o tema e outras problemáticas, ainda que em discordância com os pontos que apresentei, mas que signifique a vitalidade do trabalho historiográfico, onde novas interpretações possam desafiar constantemente os significados do vivido (no passado e no presente), apontando assim para novas perspectivas de futuro. Essa ao menos foi minha expectativa com as interpretações das evidências selecionadas.

Essa clareza do quanto ainda falta a investigar e explorar acerca dos movimentos sociais na cidade, se dá diante de tudo que busquei e encontrei na coleção CDP, e pude cotejar com outros materiais dos arquivos da Pastoral Operária de Uberlândia e do STIAU e, também, com os registros orais produzidos no decorrer da pesquisa. No confronto com as evidências procurei enfrentar a conjuntura onde – perdoem-me o pleonasma – os movimentos sociais “movimentavam” a sociedade, e me enfrontar nas redes por eles constituídas em suas articulações locais e nacionais, quando então, fui surpreendida ao descobrir outros processos que compõem a historicidade desses movimentos como, por exemplo, a produção de memórias como dimensão da luta e os processos de comunicação travados, constituindo aí um campo ativo de luta via imprensa sindical e imprensa popular. Muitas injunções, convergências e mesmo dissensos merecem ser analisados por novos trabalhos, com vista a produzir uma historiografia que valorize as histórias e memórias destes sujeitos, reconhecendo o peso dos movimentos sociais para avanços das lutas dos trabalhadores.

Contudo, diante dos elementos que encontrei, faço a defesa de que frente tantas lutas (específicas e particulares), houve um movimento mais amplo que extrapolou os limites da cidade de Uberlândia. Nesse movimento redes de apoio e de contato amplificaram suas forças, se entrecruzando entre diversos interesses, expectativas e *necessidades*, mas unidos por interesses comuns: o fortalecimento da classe trabalhadora, para construir uma sociedade que garantisse liberdade e trabalho, o que defendo enquanto elaboração de um projeto social e político alternativo – tramitado entre uma pluralidade de projetos que se forjavam na sociedade dos anos 1980 – traçado com vigor nas suas estratégias e na base da união e solidariedade de classe, veementemente reforçadas nas falas de quem viveu esse processo. Tais valores cunhados naquele momento agiam como uma mola propulsora dessas estratégias traçadas na *necessidade* de classe, forjada na experiência social.

Essas estratégias se expressavam na apropriação e produção de memórias como dimensão dessa luta e num processo de comunicação inteligentemente criativo nas diversas formas em que se apresentou. Era no processo comunicativo criado dentro de suas condições específicas, que se dava o compartilhamento da experiência, pois aí se produzia aprendizados políticos que ultrapassavam o momento dos anos 1980, retroagindo a experiências passadas que, naquele momento, eram recuperadas pelos sujeitos, numa reapropriação de memórias e histórias, amplificadas nas redes que se espalhavam entre distintas lutas e espaços. Por outro lado, os aprendizados não se limitam aquele tempo, porque podem servir de inspiração para lutas que se firmam em nosso presente, portanto são dotados de potência transformadora do presente, na construção de um futuro onde possamos viver a cidadania com mais justiça e igualdade, fazendo a sociedade avançar em nossas lutas.

Levanto tais questões a fim de mostrar, no diálogo com as evidências, algumas problemáticas levantadas na pesquisa. Uma delas é pensar como diferentes agentes se articularam naquela conjuntura e como conjecturavam nela, propunham ações e elaboravam práticas diversificadas de intervenção no processo histórico. Outra é discutir e analisar, a partir das formas impressas produzidas nessas relações sociais, como elas assumiram um papel crucial para a divulgação de ideias e a mobilização de variados sujeitos engajados na luta em movimentos sociais desse período. Por fim, entender, mediante essas articulações e criação das redes de apoio, como se fez da memória um campo privilegiado para a luta e problematizar alguns processos de produção de memórias acerca dessa movimentação, o que inclui pensar movimentos de incorporação, elaboração e apropriação de memórias.

Para discussão dessas problemáticas, o interesse foi nunca perder de vista a concepção cara à História Social, lugar onde me situo para o debate, de pensar que o processo histórico é marcado por disputas e tensões, em que só a partir da análise das relações sociais vividas podemos demonstrar como os sujeitos tensionavam esse processo, onde houve conquistas e derrotas, utopias e decepções.

Pensar sobre todas essas questões ao longo do trabalho – e reconhecer nelas o seu valor para sociedade, enquanto aprendizado constituído com sonhos, lutas e muitas dificuldades – se fez na necessidade buscar muitas respostas ao que estamos vivendo em nosso presente, em que as lutas parecem estar muito pulverizadas, sem uma troca efetiva de experiências como existiu nos anos 1980. Não quero com essa afirmação

propor que possamos viver tal qual se viveu, sonhou e lutou nos anos 1980. Mas sim, que o aprendizado possa ser retomado, pois pude perceber o valor dessa troca, tão reafirmada nas entrevistas, como um campo de possibilidade para resistir a projetos hegemônicos e transformar realidades desiguais, usando estratégias construídas em nosso tempo. Retomo a fala de Maria de Fátima quando analisa as conquistas do presente, construídas no passado, para pensarmos nisso enquanto possibilidade:

Hoje eu posso ter o privilégio, pela democracia que nós conquistamos ao longo da nossa vida, nós temos o privilégio de fazer a opção pelas mais diferente é... luta de trabalho!
 [...] *É claro! Era troca de experiência, e a gente dava o testemunho! Na medida... e a sede pela liberdade, pela democracia era grande demais!*²²²

Suas palavras mostram que, se hoje temos várias frentes de luta abertas, é porque elas foram conquistadas num sonho que buscou a democracia e a liberdade na troca de experiências. João Batista também vem afirmar como essa troca se dava, acrescentando aí os valores de união e solidariedade de classe:

*E aí era todo mundo junto! [pausa] Fazia um ato público, fazia uma atividade [pausa] política do ato 1º de Maio, da sua história, da necessidade, do porque do 1º de Maio, e isso hoje praticamente acabou, né.*²²³

As recordações daquela comemoração do 1º de Maio e de outras manifestações públicas realizadas “todo mundo junto” que remete à união, é deflagrada pela constatação de que “isso hoje praticamente acabou”. Sua fala num tom de apostasia²²⁴ me faz questionar sobre os porquês da desilusão. Onde ela se constituiu, já que como ele mesmo disse em outro momento “as pessoas eram imbuídas”? E, de fato, as pessoas estavam imbuídas pela *necessidade* da transformação. Mas, as entrevistas também deram as pistas para pensar onde o caminho tomou rumos ambíguos e contraditórios que levaram às desilusões de hoje. Mais especificamente João Batista e Maria de Fátima apontaram que várias práticas criadas na tentativa de formar militantes e fazer fortalecer as frentes de luta, acabaram por formar dirigentes sindicais por profissão e não pela identidade com a luta e pelo compromisso político. João Batista contou sobre uma assembléia na Escola Sindical 7 de Outubro, em que, naquele momento, ele já

²²² Entrevista concedida à autora por Maria de Fátima Lucena, realizada em 30 mar. 2010.

²²³ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010.

²²⁴ A utilização do termo se faz inspirada na obra de Thompson, quando estabelece uma reflexão para pensar o que leva sujeitos militantes a mudarem se sentimento. Ver: THOMPSON, E. P. *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Ver p.49-101.

começava a se questionar sobre os rumos que o sindicalismo, até então combativo, estava tomando:

Muito bonito o prédio, né. Construiu muito bonito, uma estrutura bonita. Mas na primeira reunião pra discutir... o grupo tinha o Vicentinho, o Jair Menegueli, então, o grupo pra estruturar a pedagogia da escola. E, eu na reunião, eu falei: “Olha eu tenho muito medo disso, porque a gente cria uma estrutura e de repente nós não vamos formar gente pra militância sindical, nós vamos formar dirigente! E dirigente é muito diferente de militante!” E... pelo o que eu vejo hoje eu tava completamente certo, né! (risos), da minha opinião. Formou muito dirigente(!) e nenhum militante (risos), né!²²⁵

Foi com um sorriso marcado pela decepção que o entrevistado se recordou daquilo que antevia no momento da assembléia. Mais adiante ele continuou:

Com a estrutura hoje, a facilidade, é... o dinheiro que hoje que as centrais sindicais têm, cê num vê trabalho nenhum de fortalecimento de, de liderança, de militância, de abrangência, né. Cê num vê! Cê vê apenas curso de formação de dirigente, cê pode olhar em todo os materiais, curso de formação de dirigente, né. Curso de formação de formadores de opinião, de dirigente. Quer dizer... e as pessoas fica muito apegado nisso. A estrutura é tudo voltada pra continuar, num haver mudança de política. Porque eu creio, que por mais que muitas coisas que hoje o trabalhador foi favorecido. Gente, tem tanta coisa pra lutar! Quando se falava numa determinada época do sindicato social, tanta coisa na sociedade que pode mudar. Quer dizer quantos milhões de pessoas que num tem casa pra morar?!²²⁶

Ainda que, João Batista se refira especificamente ao sindicalismo e seus (des)caminhos, acredito que sua fala é importante para se compreender onde aconteceram as decepções, não só no interior do sindicalismo, mas nas relações sociais como um todo. Para isso, tomo de exemplo a comemoração do 1º de Maio, que naquele momento foi largamente utilizada como um marco histórico da classe, numa clara apropriação dessa memória com vistas a mobilizar para a luta e, que agora, se restringe a um ato de festejar, com destaque nos meios de comunicação de massa e da própria imprensa sindical, o que aponta ainda para a apropriação dessa memória, mas já com outros sentidos. Contudo, o destaque, agora, é dado para mostrar os milhares de trabalhadores reunidos festejando a data, mas, muitos na expectativa dos prêmios sorteados pelas centrais sindicais e seus sindicatos ou como alguns entrevistados

²²⁵ Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em 29 abr. 2010.

²²⁶ Idem.

destacaram, inclusive João Batista, das festas com fartura de bebidas, ou seja, a data tem se limitado ao ato festivo. Isso demonstra que as expectativas também mudaram.

Prevaleceu a visão das conquistas particulares de uma luta, o individualismo para manter certas comodidades, a prática da formação em si mesma desatrelada da realidade social, como ele bem chama atenção, quando reconhece os avanços, mas assinala o quanto ainda tem a ser feito. A militância se tornou, na maioria das vezes, um trampolim para cargos de assessorias parlamentares ou eletivos, o movimento da Teologia da Libertação perdeu sua força e o sindicalismo deixou de ser articulado às outras lutas sociais em suma, as *necessidades* se tornaram outras. Soma-se a isso o fortalecimento do liberalismo na década de 1990 e a desarticulação que isso representou às lutas organizadas. Enfim, são muitas questões que devem ser consideradas nesse processo e que merecem uma reflexão mais aprofundada.

Recupero estas falas por achá-las significativas para refletir sobre o presente, pois apresentam algumas contradições e ambiguidades daquele momento, que representaram a desarticulação daquelas redes de apoio e de militância, das redes de comunicação e de memória e dos interesses, projetos e sonhos que a elas estavam ligados. Por todas essas questões reafirmo a atualidade deste tema diante de tantas questões que ele suscita. Num momento, em que se pode perceber uma reorganização de grupos de trabalhadores na chamada economia solidária, como apontei no terceiro capítulo, que representa uma proposta de se criar uma economia em paralelo com a economia de mercado, mas estabelecendo certas articulações com grupos empresariais, na onda da auto-sustentabilidade, onde as universidades atuam como gestoras de projetos – o que nos parece mais certo controle sobre essas práticas do que propriamente um aprendizado compartilhado em projetos de extensão – vejo a latência desse tema para refletirmos sobre os significados da militância e do peleguismo em diferentes tempos históricos.

Recorro às redes constituídas em torno dos interesses e *necessidades* dos trabalhadores e, dentre elas, abrimos espaço para sinalizar a importância da comunicação estabelecida nesse processo. Por tudo que levantei ao longo do texto, considero a vitalidade daquelas práticas de luta, que revelam as formas pelas quais aqueles sujeitos se inscreviam no processo social, vencendo barreiras mediante o conjunto de valores vivido por tais sujeitos. Barreiras estas, que pareciam difíceis, principalmente, se as comparar com o arsenal tecnológico de que dispomos hoje.

Como aponte na introdução, assistimos no período eleitoral de 2010 uma intensa manifestação dos canais de comunicação (televisiva e impressa) em torno da disputa presidencial. Acompanhamos o apoio dos canais abertos de televisão ao candidato José Serra do PSDB, principalmente da Rede Globo e suas afiliadas, e dos grupos empresariais que detêm a hegemonia da mídia impressa. Mas, por outro lado, vimos uma rede se formar na mídia eletrônica (com blogs e e-mails), em apoio à candidata Dilma Rousseff do PT, o que representou uma forte mobilização em torno da sua candidatura, indiciando sobre o desejo e a expectativa de continuidade das conquistas sociais do governo Lula (2003-2010) e sobre um aprendizado político, que assegurou a eleição de Dilma, mesmo num tempo em que as lutas parecem desarticuladas. Destaco isso, para que se percebam os significados daquele aprendizado constituído e colocado em rede nos anos 1980, que reafirma a atualidade em se refletir sobre os processos de disputa de hegemonia vividos naquele período, e que abrem brechas para discussões sobre tais processos que se dão no presente.

Por fim, volto ao meu ponto partida, que é analisar todo esse processo a partir da produção de memórias acerca dessas movimentações e das articulações que foram estabelecidas. Desvendar os significados que a memória assumiu enquanto dimensão da luta foi desafiador e instigante. As entrevistas, aliadas à materialidade da Coleção CDP (aos boletins, imagens, panfletos etc.) foram cruciais, para traçar esse caminho e buscar as relações entre aquele tempo de lutas e as redes formadas entre as entidades de documentação e de preservação de memória dessas lutas. O compromisso político com a transformação da realidade vivida dava o tom da mobilização e informava sobre qual a concepção de memória assumida entre aqueles sujeitos e entidades. Constituir materiais que alimentassem a luta, criando espaços para reflexão, para informar/formar e também comunicar, enfim estabelecer a troca de experiências eram as demandas do social.

Foi nesse sentido, que explorei a constituição do Centro de Documentação Popular, para adentrar no conjunto das relações vividas na movimentação intensa de todos aqueles sujeitos, grupos, entidades, instituições e movimentos, no seu processo de articulação. Esse acervo que nasceu com a expectativa de atuar na documentação dos materiais da luta, expandiu suas ações para o campo da informação/formação e assessoria dos movimentos populares e sindicais, se adequando às possibilidades encontradas para se estabilizar e às demandas advindas do social, que ultrapassavam o sentido de documentar a luta apenas como registro histórico; era necessário constituir

um campo de aprendizado e troca de experiências. E, nesse sentido, o CDP ultrapassou seu interesse inicial de fazer o registro. Élson Felice reavaliou esses sentidos que atravessam o acervo no decorrer do tempo:

Pra nós na época era importante assim. É... a constituição de uma documentação que não existia.[...] Então, o que existia era a memória popular, né. Você não tinha uma receita: “como é que se faz a ocupação de um latifúndio?” “Qual que é a receita pra você organizar uma greve?” [...] Então, pra nós a importância foi é... ter realmente a construção de uma memória. [...] Pra ajudar as próximas gerações. Agora. Hoje, olhando eu vejo assim, que a dimensão do que a gente construiu tá maior do que a gente imaginava. Porque, por exemplo, hoje ao ver é... que existe essa documentação e que há pesquisador buscando estudar esse período, esse trabalho todo. É... eu sinto assim, que... começa a criar condições, pra que os grupos populares, a organização popular, repense a sua história. Porque a... nossa história tá muito formada num discurso oficial.²²⁷

Élson ao justificar a necessidade constituir o CDP em Uberlândia, aponta como ele alimentava as lutas políticas travadas e como, hoje, ele poderia atuar no fomento da autorreflexão das classes populares para uma possível nova organização. Novamente o sentido do aprendizado se faz presente. Era nesse campo que todas aquelas experiências em rede se encontravam e se influenciavam, compartilhando de um projeto alternativo para a sociedade; era na *necessidade* de constituir o aprendizado político. Peço licença para encerrar este trabalho com as palavras de um trabalhador que, como tanto outros, se fez militante diante das interpelações da sua experiência social, que mesmo vivendo hoje um momento de desilusão ainda acredita no aprendizado que foi produzido.

Por mais que você tenha decepção, você tá construindo um aprendizado! E num aprendizado você não aprende só o que você quer. Eu até tenho um exemplo claro, eu sempre falei isso pros meus filhos se tiver oportunidade de aprender uma profissão, aprenda, porque mais tarde você vai precisar dela. Então, todo conhecimento que a gente tiver, tudo que a gente fizer, tem pessoas que costuma colocar como derrota, como fracasso. Eu acho que tudo que a gente fizer tem que colocar como aprendizado, como instrução, como conhecimento, né. Eu acho que todo esse conjunto é interessante, né. Eu... muitas coisas que eu adquiri conhecimento, se eu num tivesse no movimento, hoje eu num teria. Eu não teria conhecimento! E, talvez, eu taria dentro duma fábrica, do trabalho pra casa, de casa pro trabalho, e assistindo a televisão - que muitas vez não passa nada que presta (risos)- e só isso. Então, tudo o que a gente faz, a gente tem colocar como valor, não como derrota. (João Batista)

²²⁷ Entrevista concedida à autora por Élson Oliveira Felice, realizada em 09 fev. 2010.

Fontes

1) Coleção CDP - CDHIS/UFU

Correspondências:

Ofício de número 13, de 09 de abril de 1986, emitido pela Fundação Pró-Memória. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 01.

Carta datada de 01/03/1989, produzida pela Corrente Sindical Classista aos “companheiros sindicalistas”. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 04, n. de ordem 83. CDHIS/UFU.

Carta do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro enviada ao CDP, datada de 27/07/1991. Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos. Pasta 02 n. de ordem 45. CDHIS/UFU.

Carta enviada pela Animação dos Cristãos do Meio Rural – ACR, datada de 10/03/1988. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências recebidas. n. de ordem 36. CDHIS/UFU.

Carta enviada pelo CEDEFES ao CDP, datada de 17/03/1992. Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos. Pasta 05, nº. de ordem 120. CDHIS/UFU.

Carta enviada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI- RJ, datada de 13 de outubro de 1987. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas, Pasta 01, n. de ordem 06. CDHIS/UFU.

Carta enviada pelo Centro de Estudos e Cultura Contemporânea – CEDEC-SP ao CDP, datada de 01/03/1988. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas, Pasta 01, n. de ordem 34. CDHIS/UFU.

Carta enviada pela Agencia Ecumênica de Notícias (AGEN) ao CDP. Sem data. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. CDHIS/UFU.

Correspondência enviada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI. 05/10/1987. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas, Pasta 01. n. de ordem 04. CDHIS/UFU.

Correspondência enviada pelo Arquivo Sete de Fortaleza-CE. Coleção CDP. Administrativo. 12/10/1987. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 5. CDHIS/UFU.

Correspondência enviada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA 03/11/1987. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem: 8. CDHIS/UFU.

Correspondência enviada pelo informativo INESC. 04/12/1987. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 9. CDHIS/UFU.

Correspondência enviada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 09/12/1987. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 10. CDHIS/UFU.

Correspondência enviada pelo Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes - CEPAMI. 24/02/1988. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 31. CDHIS/UFU.

Correspondência enviada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC. 01/03/1988. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem: 34. CDHIS/UFU.

Correspondência enviada pela Animação dos Cristãos no Meio Rural – ACR. 10/03/1988. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 36. CDHIS/UFU.

Carta enviada pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES. 14/03/1988. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n.º. de ordem: 038. CDHIS/UFU.

Carta enviada pelo centro de estudos rurais e urbanos – CERU. 06/05/1988. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 41. CDHIS/UFU.

Carta enviada pela Arquidiocese de Vitória. 16/05/1988. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 42. CDHIS/UFU.

Carta enviada pelo Jornal Pelejando. 16/06/1988. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 43. CDHIS/UFU.

Carta enviada pela Animação dos Cristãos no Meio Rural – ACR. 18/08/1988. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n.º. de ordem: 045. CDHIS/UFU.

Carta enviada pelo Centro Pastoral Vergueiro – CPV. 11/11/1988. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 51. CDHIS/UFU.

Carta enviada pelo setor de documentação e comunicação do Centro Piauiense de Ação Cultural - CEPAC. 20/02/1989. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 66. CDHIS/UFU.

Carta enviada pela Agência Ecumênica de Notícias – AGEN. 21/02/1989. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 67. CDHIS/UFU.

Carta da Escola Sindical Sete de outubro. 23/02/1990. Coleção CDP. Administrativo. Correspondências Recebidas. n. de ordem 144 CDHIS/UFU.

Carta do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro enviada ao CDP, datada de 27 jul.1991. CDP. Administrativo. Documentos diversos. Pasta 02, n. de ordem 45 CDHIS/UFU.

Guia de Pesquisa:

COLEÇÃO CDP. Guia de Pesquisa CDP, 2008. CDHIS/UFU.

Estatuto

Estatuto manuscrito. Coleção CDP. Administrativo. Documentos do CDP. Pasta 08, n. de ordem 02. CDHIS/UFU.

Informativos do CDP:

JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 00, n. 01, 1989. Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna. Pasta 05. n. 03. CDHIS/UFU.

JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 01, n. 00, 1989. Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna. Pasta 05. n. 19.

JORNAL DO CDP. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 00, n. 02, out.1989. Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna. Pasta 05. n. 04. CDHIS/UFU.

CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 2, mar.1990. Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna. Pasta 05. n. 07. CDHIS/UFU.

CDP INFORMA. Uberlândia: Centro de Documentação Popular, ano 3, mar. 1991. Coleção CDP Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna, Pasta 05. n. 16. CDHIS/UFU.

Jornais:

Publicação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos. Brasília. n.s.: Setembro/1988; novembro/dezembro/1988; fevereiro/1989; abril/1989. Coleção CDP. Movimento Direitos Humanos. CDHIS/UFU.

FOLHA BANCÁRIA: Órgão Informativo dos Bancários e Financieiros de São Paulo. São Paulo. 1989 – 1990, (números incompletos). Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

TRIBUNA BANCÁRIA. Publicação do Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará - Fortaleza. Fortaleza. 1989 – 1990 (números incompletos). Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

Periódicos:

O BODE BERRA. Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1987 – 1993. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

Informes:

INFORME SINDICAL. ECOS – Recife. Recife. Junho/1990. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 04, n.112. CDHIS/UFU.

Informativos:

INFORMATIVO SINTRASP. Órgão do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Uberlândia. Uberlândia. n.s. julho/1989; novembro/1989; Fevereiro/1990; novembro/1992. Coleção CDP. Movimento Sindical. CDHIS/UFU.

ABMT INFORMA. Uberlândia. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 05, n. ordem 132. CDHIS/UFU.

INFORMATIVO DO CONSELHO POPULAR DO BAIRRO TIBERY. Uberlândia. s./d. Arquivo particular de Francisco Medeiros.

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VÍDEO POPULAR (ABVP). Olinda. Edição Especial para as Eleições de 1989. Coleção CDP. Administrativo. Movimento. Sindical. Pasta 04, n. de ordem 34. CDHIS/UFU.

Boletins:

A MASSA. Publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e Afins de Uberlândia. Uberlândia. 1987 – 1994 (números incompletos). Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU.

O TESOURINHA. Publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Uberlândia. Uberlândia. 1ª edição s./d.; Junho/1989; Junho/1990; julho/1992; Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU e Arquivo pessoal do jornalista Francisco Medeiros.

TURMA NOVA. Publicação da Oposição Sindical dos Empregados no Comércio de Uberlândia (Chapa 03). Uberlândia. 1987. Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU.

BOLETIM DA OPOSIÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL. Uberlândia. 1987. Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU.

BOLETIM DA OPOSIÇÃO SINDICAL BANCÁRIA. Uberlândia. 1987; 1989, 1990. Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU.

O TRANSFORMADOR. Publicação do Movimento de Oposição Sindical dos Eletricitários. Uberlândia. Dezembro/1987; janeiro/1988; fevereiro/1988; Agosto/1990. Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU.

BOLETIM ELETRICITÁRIOS. Publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas. Campinas. n. 21/03/1988. Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU.

O COMERCIÁRIO. Boletim do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Ituiutaba. Ituiutaba. 1990. Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU.

O METALÚRGICO. Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de Uberlândia. Uberlândia. Junho/1990. Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU.

BOLETIM DA CHAPA “MASSA GERAL” DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL. Uberlândia. s./d.. Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU.

BOLETIM “O DIREITO DE RESPIRAR”. Chapa 01 dos moradores do Bairro Tibery. Uberlândia. Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU.

BOLETIM DA PASTORAL OPERÁRIA DE UBERLÂNDIA. Uberlândia. Ano 1, n. 1, maio de 1989. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 06, n. de ordem 71. CDHIS/UFU

TAMANDUÁ BANDEIRA. Informativo produzido pela ONG “SOS Meio Ambiente”. n.08/06/1991. Uberlândia. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 03. n. de ordem 60. CDHIS/UFU.

A VOZ DO BAIRRO. Produzido pela Associação de Moradores e Amigos do Bairro Malvão, Santa Maria da Vitória – BA. Santa Maria da Vitória. n. 1, fev. 1988. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 06, n. 49. CDHIS/UFU.

BOLETIM DA CONSTITUINTE. Publicação de Uberlândia, criado para discutir a participação popular na nova Constituinte. Uberlândia. Dezembro/1987. Coleção CDP. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 05ª. n. ordem 18. CDHIS/UFU.

BOLETIM “INTERCARTA - CIDADÃO 30.000”. Publicação a serviço da Iniciativa Popular na Constituinte. São Paulo. Maio/1987. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 06, n. ordem CDHIS/UFU.

BOLETIM DOS COMERCIÁRIOS. Órgão do Sindicato dos Trabalhadores do Comerciais de Uberlândia e Araguari. 1989 – 1990 (números incompletos). Uberlândia. Coleção CDP. Administrativos. Documentos Diversos. CDHIS/UFU.

Boletim “DAGHI”. Produzido pelo Diretório Acadêmico da Geografia e História. Uberlândia. n.ºs. Setembro/1985; novembro de 1985. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 01. CDHIS/UFU.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Pelejando*. Uberlândia, n.2, jul. 1989. Coleção CDP. Administrativo. PT. Pasta 01, n. ordem 35. CDHIS/UFU.

Panfletos:

PANFLETO CHAPA 02 DOS COMERCIÁRIOS. 1987. Produzido pela Oposição Sindical dos Empregados no Comerciário. Uberlândia. Coleção CDP. Administrativo. CDHIS/UFU.

Panfleto “1.º DE MAIO DIA DE LUTA E FESTA”. Uberlândia. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 04, n. ordem 165. CDHIS/UFU

O LIBERTADOR. Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga-GO. Itapuranga. 05/10/1980. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 04, n.02. CDHIS/UFU.

Panfleto ATO PÚBLICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Uberlândia. Produzido por entidades progressistas contra à União Democrática Ruralista (UDR). Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos. Pasta 04, nº. ordem 187. CDHIS/UFU.

Panfleto FORA CAIADO. Uberlândia. Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos. Pasta 05, nº. de ordem 161. CDHIS/UFU.

Panfleto COMÍCIO DE LULA EM UBERLÂNDIA. 17/08/1989. Uberlândia. Coleção CDP. Administrativo. PT. Pasta 05. n.º. 63. CDHIS/UFU.

CONTRA OS AUMENTOS DO TRANSPORTE URBANO. Uberlândia, s./d. Coleção CDP. Administrativo. PT. Pasta 01, n. ordem 82. CDHIS/UFU.

CONTRA O SARNEY E O CENTRÃO. Dia da advertência, Manifeste-se Diretas 88. Uberlândia, s./d. Coleção CDP. Administrativo. PT. Pasta 05, n. de ordem 34. CDHIS/UFU.

MANIFESTAÇÃO CONTRA A UDR. Uberlândia, s./d. Coleção CDP. Administrativos. Documentos Diversos. Pasta 04, n. de ordem 187. CDHIS/UFU.

Manifestos:

Manifesto dos servidores da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 1989. Coleção CDP. Administrativo. Documentos diversos. CDHIS/UFU.

PASTORAL OPERÁRIA. *Opção preferencial pelos pobres*. Texto datilografado. Uberlândia, s./d. Texto datilografado. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos - Pasta 06, n. ordem 117. CDHIS/UFU.

Folders:

Folder enviado ao CDP pelo Centro de Memória Sindical de São Paulo. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 04, nº. de ordem 134. s./d. CDHIS/UFU.

Folder Caderno ECOS. Fonte: Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 11. n.189. s/d. CDHIS/UFU.

Recorte Jornal:

Recorte de jornal. *A Voz da Unidade*. São Paulo, 18 dez.1989. Coleção CDP – CDHIS/UFU. Administrativo. Vídeo debate e Imprensa interna, nº. de ordem 05. CDHIS/UFU.

Convites:

Ato Público na Praça Tubal Vilela. s./d. Entidades que assinam: CUT, UTE, ASUFUB, ADUFU, SINTTEL e STIAU. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. CDHIS/UFU.

Contive para passeata CAMPANHA PELA RETIRADA DOS TRILHOS. s./d. Coleção CDP. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. CDHIS/UFU.

Convite MOSTRA DE VÍDEO DA TV VIVA – a sua imagem. 1991. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos, Pasta 02.

Convite para Ato Público na Praça Tubal Vilela. Assinam: DCE, Comissão de Defesa dos Direitos dos Servidores e Diretórios Acadêmicos da UFU. 07/06/1986. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 01 n. ordem 16.

Cartilhas:

Cartilha A LUTA É NOSSA, publicada pelo Comitê de Solidariedade, composto pelas entidades Oposição Sindical Metalúrgica - SP, Diretoria Sindical dos Bancários - SP, Frente Nacional do Trabalho, FASE, ACO, SEDES. SAPIENTIAE, CPV. Coleção CDP. Movimento Sindical. Cadernos, Cartilhas e Revistas. CDHIS/UFU

Fotografias:

Fotografia “Gráfico”. s./d. Coleção CDP. Administrativo. Fotos. n. de ordem 30. CDHIS/UFU.

Fotografia “Vinda de Lula à Uberlândia”. s./d. Coleção CDP. Administrativo. Fotos. n. de ordem 40. CDHIS/UFU.

Atas:

Ata de Inauguração do CDP. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. CDHIS/UFU.

Reunião da Oposição dos Bancários. Coleção CDP. Administrativo. Documentos Diversos. Pasta 07 n. ordem 55. CDHIS/UFU.

Documentos do PT:

Documento sobre a formação do Diretório do PT, datado de 15/03/1987. Coleção CDP. Administrativo. Partido dos Trabalhadores. n. ordem 19. CDHIS/UFU.

Circular Interna do PT. Atividade no Bairro Luizote. 26/10/1988. Coleção CDP. Administrativo. Partido dos Trabalhadores. CDHIS/UFU.

Manuais:

MANUAL DE BIBLIOTECAS POPULARES. Coleção CDP. Centro de Formação e Informação – Coleções. Box 08. CDHIS/UFU.

COMO SE ORGANIZA UM CENTRO POPULAR DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Coleção CDP. Centro de Formação e Informação – Coleções. Box 08. CDHIS/UFU.

2) Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins

“A MASSA”. Publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e Afins de Uberlândia. 1987 – 1994 (números incompletos). Arquivo de boletins do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Uberlândia e Arquivo pessoal do jornalista Francisco Medeiros.

3) Arquivo da Pastoral

Fotografias diversas. Manifestação dos trabalhadores da alimentação s/d. Arquivo da Pastoral Operária. Sem Identificação.

1.º de MAIO – NOSSO DIA! Cartilha produzida pela Pastoral Operária de Uberlândia. Uberlândia. 1984.p. 1. Arquivo da Pastoral Operária de Uberlândia.

4) Sites:

<http://www.cieps.proex.ufu.br/fbes.htm>. Acesso em 24/12/20010.

5) Fontes Orais

Entrevista concedida à autora por Ronan Hungria, realizada em Uberlândia, em 30/06/2007. Ronan nesta data tinha 47 anos de idade. Ele foi militante do movimento estudantil e sindical, graduou-se em História pela Universidade Federal de Uberlândia. No período da entrevista ele atuava como professor de História na Rede Municipal de Ensino.

Entrevista concedida à autora por Élon Oliveira Felice, realizada em Uberlândia, em 09/02/2010. Élon nesta data tinha 50 anos de idade. Ele foi dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Minas Gerais, nas décadas de 1980-90, atuando na região do Triângulo Mineiro. No período da entrevista, atuava na Incubadora da Universidade Federal de Uberlândia, e se define como educador popular.

Entrevista concedida à autora por Francisco Medeiros, realizada em Uberlândia, em 08/03/2010. Medeiros nesta data tinha 51 anos de idade. Ele é jornalista, hoje trabalha no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e presta serviços extras a outros sindicatos, e também possui uma agência de notícias virtual chamada “Triângulo Internet”. É de São Paulo e veio para Uberlândia em 1989, atuando desde este período com a imprensa sindical nesta cidade.

Entrevista concedida à autora por Maria de Fátima Lucena, realizada em Uberlândia, em 30/03/2010. Maria de Fátima nesta data tinha 56 anos de idade. Ela é aposentada, e preside a ONG Associação dos Portadores de Lesões Relacionadas ao Trabalho de Uberlândia e Região (APLERT), que segundo ela, será destituída por falta de formação de uma nova diretoria que queira assumir o cargo. Ela é de Capinópolis (MG) e veio para Uberlândia com a família em 1977, e conseguiu, nessa época, trabalho em fábrica de costura industrial. Foi uma das idealizadoras e presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Uberlândia.

Entrevista concedida à autora por João Batista de Lima, realizada em Uberlândia, em 29/04/2010. Nesta data ele tinha 50 anos de idade. Ele é nascido em Itumbiara (GO) e veio para Uberlândia aos 16 anos em busca de trabalho. Participou da primeira chapa de oposição formada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia, em 1983. Em 1992, foi presidente deste mesmo sindicato, e ainda atuou como assessor sindical nos anos 1990 e 2000, cargo que abandonou por desacreditar no sindicalismo que vem sendo praticado. Hoje, trabalha como cabeleireiro.

Entrevista concedida à autora por Aniceto Ferreira, realizada em Uberlândia, em 04/05/2010. Nesta data, ele tinha 55 anos de idade. É assessor parlamentar. Nascido em Santa Vitória (MG), veio para Uberlândia aos 24 anos em busca de trabalho. Foi trabalhador do comércio nos anos 1980 e participou da formação de chapa de oposição pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Uberlândia e da Associação dos Mutuários no bairro Luizote de Freitas, onde também foi presidente da Associação de Moradores. Em 1992, foi eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores pela primeira vez e reeleito em mais dois mandatos. Desde os anos 1980, Aniceto é participante da Pastoral Operária.

Entrevista concedida à autora por Antônio de Almeida, realizada em Uberlândia, em 17/05/2010. Ele nasceu em Guararapes (SP), em 1952, e veio para Uberlândia em 1987.

Foi militante do movimento social no ABC Paulista, e do Partido dos Trabalhadores. É professor do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia. Foi presidente da Associação dos Docentes da UFU (ADUFU). Com sua vinda para Uberlândia filiou-se ao PT de Uberlândia.

Bibliografia

ALMEIDA, Leila. *Trabalho no CDP: relato de experiências e perspectivas de reflexões*. 1995, 65f., Monografia (Bacharelado)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1995.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O movimento operário e a construção da Central Única dos Trabalhadores no Brasil: disputas e concepções*. 1977-1983. 1998. 217f., Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Os famintos do Ceará. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 94-115.

_____. Entre casas de palhas e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON, Déa Ribeiro. (Org.) *Cidades*. São Paulo: Olho d'Água, 1999. p.153-171.

_____. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes et alii (Orgs.). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262-272.

BOSI, Ecléa. Problemas ligados à cultura das classes pobres. In: VALEE, Edênio; QUEIRÓZ, José J. (Orgs.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez: Instituto dos Estudos Especiais, 1988. p. 25-34.

CALVO, Célia R. et.alii. Trabalho e Movimentos Sociais: Histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloisa Helena P. e MACHADO, Maria Clara T.(Orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: EDUFU. 2005. p.11-38.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999, p. 49-63.

CASTORIADIS, C.; ROUANET, Sérgio Paulo; CHAUÍ, Marilena; TORRES, J. C. Brum; ROSENFELD, Denis. *A criação histórica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios/SMC de Poá, 1992. p.83-101.

CERTEAU, M. A operação histórica. In. LE GOFF, J. & NORA, P. (orgs.). *História: novos problemas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p.15-48.

CHALHOUB, Sidney. Introdução: Zadig e a história. In: _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13-28.

CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: _____. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1982, p. 3-13.

_____. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: VALEE, Edênio; QUEIRÓZ, José J. (Orgs.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez: Instituto dos Estudos Especiais, 1988. p. 119-134.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e Arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*. São Paulo. n 21, 1998.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, p. 9-11.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto história*. São Paulo. n.35, jul/dez, 2007. p.255-272.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC/fapesp, Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000. p. 15-25; p.165-178.

_____. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência (São Paulo – 1900-1920)*. São Paulo: Marco Zero. 1991. (Coleção Onde está a República?).

_____. *A cidade do reclame: Propaganda e Periodismo em São Paulo – 1890-1915*. *Projeto História*. São Paulo. n. 13. jun, 1996. p. 81-92.

_____ et. alli. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes et alii (Orgs). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p.9-21.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *A Revolução Impressa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. Redes de comunicação. In: _____. *Os best-sellers proibidos da França revolucionária*. FEIST, Hildergard (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensado o ensino) p. 93-104.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água. 2004, p. 5-13.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: _____. (Org.). *Cidades*. São Paulo: Olho d'Água, 1999, p 5-14.

_____. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p. 63-90, dez. 1993.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

FERREIRA, M. Lourdes. Avaliação documental: teoria arquivística. In: *Os arquivos da administração pública nos municípios do Grande ABC paulista: a busca do fio de Ariadne*. 2005. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FONTANA, Josep. A Reviravolta Cultural. In: _____. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004. p.381-411.

_____. Em busca de novos caminhos. In: _____. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004. p.471-490.

_____. O materialismo histórico e a Crítica do Capitalismo. In: _____. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: Edusc, 1998. p. p. 137-153.

_____. Reflexões sobre o fim da história. In: _____. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: Edusc, 1998. p. 267-281.

FRANCO, Alexia P. *A sobrevivência da memória popular*. 1990. Monografia (Bacharelado)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1990.

FREITAS, Sheille Soares. *Por falar em culturas...: Histórias que marcam a cidade. Uberlândia (MG)*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio e realidade. In: MALERBA, J. (org). *A História Escrita*. São Paulo: Contexto, 2006, p.211-232.

_____. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p.169-178.

_____. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 203-214.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: _____. *Os intelectuais e organização da cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 3-23.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 282-295.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil 2003, p. 247-264.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7 ed. Rio de Janeiro: DP & A. 2002.

HOBBSBAWM, Eric. Dentro e fora da história. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-21.

JALES, Renato S. Júnior. *Cidade e Cultura: Memórias e Narrativas de Viveres Urbanos no Bairro Bom Jesus - Uberlândia (MG) – 1960/2000*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

JESUS, Paulo Sérgio de. Osasco: *JOC, ACO, PO no movimento operário (1960-1970)*. Dissertação de mestrado. PPGH-PUC-SP, São Paulo. 2007.

JACOBI, Pedro R. Movimentos Sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987. p. 11-23

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias e outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água. 2004, p. 116-138.

_____. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes et alii (Orgs). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 22-43.

KOWARICK, Lucio (org.). Introdução. *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Tempo da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Scrita, 1991. p.13-28.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. V.1, Memória e História.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas estremeceram. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 05, n. 08, 1984.

MACIEL, Laura A. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa -1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p.14-40

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997. p. 13-21; p. 232-240.

MEDEIROS, E. Antunes. *Trabalhadores e Viveres Urbanos: Trajetórias e Disputas na Conformação da Cidade – Uberlândia – 1970/2001*. Dissertação de mestrado. Programa

de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999, p. 11-29.

MORAES, Isabel R. *A Capela de São Miguel Arcanjo – Interfaces da Memória do Patrimônio Cultural – 1890-1915*. Dissertação de mestrado. PPGH-PUC-SP, São Paulo, 2007.

MORAIS, Sérgio Paulo. *Trabalho e Cidade: Trajetórias e Vivências de Carroceiros na Cidade de Uberlândia – 1970/2000*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

NEVES, Margarida de Souza. O Povo na Rua, um “conto de duas cidades”. In: PECHMAN, Robert Moses.(Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p.135-155.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, p. 25-28.

PAOLI, M. C., SADER, Eder & TELLES, V. S. Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. n.º6, São Paulo: Marco Zero, 1986. p. 129-149.

PEREIRA, Glauber Luiz Resende. *Memórias e Experiências de Trabalhadores: o jornal “O Bode Berra” como instrumento de lutas. 1980*. Monografia (Bacharelado)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2009.

PETUBA, Rosângela M. S. *Pelo Direito à Cidade: Experiências e Luta dos Ocupantes de Terra do Bairro Dom Almir – Uberlândia (1999-2000)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 59-72, 1996.

_____. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

_____. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 25-26, p. 27-54, jul./dez. 2001/jan./jun. 2002.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*. São Paulo. n.15, p.13-49, abril/1997.

REIS, Maucia V. *Entre Viver e Morar: Experiências dos Moradores de Conjuntos Habitacionais (Uberlândia – 1980-1900)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 1, p. 9-22, 1978.

ROSA, Amanda M. *Centro de Documentação Popular: memórias e histórias, sonhos e utopias (Uberlândia, 1985-1995)*. 2008, 120f., Monografia (Bacharelado) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. O poder constituinte e democracia no Brasil hoje. In: SALINAS, Luiz Roberto F.; NASCIMENTO, Milton M. (Coords.). *Colóquio realizado de 12 a 16/05/1986 por iniciativa do Depto. De Filosofia da USP*. São Paulo: Sofia Editora SEAF. 1987. p.197-204.

SANTOS, Carlos Meneses S. *Ser trabalhador na cidade: relações de classe em Uberlândia: fins do século XX e início do século XXI*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - 2009.

SANTOS, José F. Em busca dos nacionais pobres: Espaços urbanos, trabalho, cultura e transgressão. In: *Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/Fapesp. 1ª ed. 1998.

SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola. 4.^a ed. 2009.

SILVA, Lucia. Iniciando a conversa; A cidade do Rio nos 20. In: *Luzes e sombra na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze – 1920-1945*. Coleção Biblioteca Carioca; v. 47. Série Publicação Científica – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. 2006.

SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH. v.6, n. 11, set. 1985/fev.1986. p. 45-61.

SILVA. Olga Brites da. Memória, preservação e tradições populares. SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, p. 17-20.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999. p. IX-XVIII; p. 1-8.

SOUZA, Andrey Lopes de. *Os movimentos sociais movimentam a cidade: trajetórias, lutas e memórias do movimento estudantil em Montes Claros/MG*. Dissertação de

mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995.

THOMPSON, Edward. P. Intervalo: a lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-61.

_____. O termo ausente: a experiência. In: _____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.180-201.

_____. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.p. 227-267.

_____. *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Exploração. In: _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa II – A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.11-38.

_____. *A formação da classe operaria inglesa*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Vol. 1.

_____. Padrões e Experiências. In: _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa II – A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.179-224.

VARUSSA, Rinaldo J. “*Caçando serviço*”: trajetórias e situações laborais de trabalhadores no Oeste de Paraná – Brasil (décadas de 1970-2000). Artigo preparado para apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos).

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. Tempos e memórias. Caminhos para o sertanejo: quem conta Histórias? In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 247-262.

VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

WHITE, H. A poética da História. In: _____. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992, p.17-56.

_____. O Texto Histórico como Artefato Literário. In: _____. *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 97-116.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História*. São Paulo, n.35, p.16-26, jul/dez. 2007.